



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CONFEEF: ORGANIZADOR DA MERCANTILIZAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO
FÍSICA

BRUNO GAWRYSZEWSKI

Rio de Janeiro

2008

BRUNO GAWRYSZEWSKI

CONFEF: ORGANIZADOR DA MERCANTILIZAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO
FÍSICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro

2008

CONFEEF: ORGANIZADOR DA MERCANTILIZAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO
FÍSICA

Bruno Gawryszewski

Prof. Dr. Roberto Leher

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Roberto Leher - UFRJ

Prof^ª. Dr.^a. Anita Handfas - UFRJ

Prof. Dr. Hajime Takeuchi Nozaki - UFMS

Rio de Janeiro

Maio de 2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Gawryszewski, Bruno.

CONFEF: organizador da mercantilização do campo da Educação Física - Bruno Gawryszewski. Rio de Janeiro: UFRJ, FE, 2008.

X, 215f: il.

Orientador: Roberto Leher

Dissertação (Mestrado) – UFRJ / FE / PPGE, 2008.

Referências bibliográficas: f. 190-200.

1. Educação Física. 2. CONFEF. 3. Mercantilização. I. Leher, Roberto. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

RESUMO

GAWRYSZEWSKI, Bruno. **CONFEF**: organizador da mercantilização do campo da Educação Física. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias do CONFEF na reconfiguração do campo da educação física, examinando a hipótese de que o Conselho atuou como um organizador da mercantilização das relações sociais e das práticas estabelecidas na área, alterando a função social da educação física em sintonia com valores do mercado. A base empírica do estudo foi principalmente o exame da Revista E.F., veículo oficial de comunicação do Conselho Federal de Educação Física, assim como de documentos oficiais e das diretrizes curriculares. Em conformidade com o método materialista histórico, a metodologia adotada foi a análise da revista enquanto suporte e dos discursos nela colocados em circulação. Para alcançar o objetivo almejado, a investigação partiu de um quadro teórico da conjuntura econômica e política mundial datado do fim da 2ª guerra mundial, particularizando a situação brasileira, evidenciando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nas políticas de educação. Em seguida, almejando uma melhor análise e compreensão da perspectiva de educação física do referido Conselho, a investigação sistematizou a educação física enquanto dimensão da educação omnilateral, tendo como ponto de partida a teoria marxista e as experiências de educação socialista. Adiante, foi traçado um panorama analítico sobre as mediações que sustentam a discussão do estudo, no caso, a precarização do trabalho docente, a regulamentação da profissão de Educação Física, e a formulação das novas diretrizes curriculares para a graduação em Educação Física. Por fim, as vinte e cinco primeiras edições da Revista E.F. foram examinadas e, em consequência, chegou-se às seguintes conclusões: a) o CONFEF desenvolveu um sistemático processo de institucionalização e construção de sua própria “legitimidade” para que, assim, pudesse falar em nome dessa nova categoria profissional; b) o CONFEF executou estratégias para organizar o campo da Educação Física em função dos novos paradigmas esperados pelo capital, reforçando-o e adequando-o às transformações recentes do mundo do trabalho, o que, em última análise, sinaliza a defesa da mercantilização desse campo de atuação.

Palavras-chave: CONFEF; mercantilização; Educação Física.

Rio de Janeiro

Mai de 2008

ABSTRACT

GAWRYSZEWSKI, Bruno. CONFEF: mercantilization organizer in the field of Physical Education. Rio de Janeiro, 2008. Dissertation (Master Degree in Education) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

The object of this study was the analysis of the CONFEF strategies in the reconfiguration of the physical education field, examining the hypothesis in which the Council acted as a mercantilization organizer of the social relations and of the established behaviors in the field, changing the social function of the physical education in tune with the market values. The empiric base of the study was mainly the examination of Revista E.F. magazine, official mean of communication of the Conselho Federal de Educação Física, and of official documents and curriculum directions. In accordance to the historic materialist method, the adopted methodology was the analysis of the magazine as a support and the discourses spread in it. In order to achieve the desired objective, the investigation started at a theoretical frame of the world's economic and political conjunctures dated back to the end of World War II, particularizing the Brazilian situation, giving evidence to the changes which occurred in the working world and in the educational policies. Then, aiming a better analysis and comprehension of the physical education perspective in the referred Council, the investigation classified the physical education as dimension of omnilateral education, having as a starting point the marxist theory and the experiences of socialist education. After that, an analytical overview concerning the mediations which support the argumentation of the study was drawn, that is, in this case, the precarization of the teachers' work, the regulation of the Physical Education profession, and the formulation of new curriculum directions to the graduation in Physical Education. Finally, the first twenty-five editions of the Revista E.F. magazine were examined and, consequently, the following conclusions were achieved: a) the CONFEF developed a systematic process of institutionalization and building of its own “legality” so that, this way, it could speak on behalf of this new professional category; b) the CONFEF put into practice strategies to organize the Physical Education field in accordance to the new paradigms wished by the capital, reinforcing it and modeling it to the recent changes in the working world, that signalize the defense of the mercantilization of this working field in the end.

Keywords: CONFEF; mercantilization; Physical Education.

Rio de Janeiro

Mai de 2008

Manifesto Ele

Olá! Infelizmente estou filiado ao sistema CONFEF/CREFs. Não concordo. Não aceito nenhuma das premissas que o instaura em nossa vida. Sim, foi uma coisa imposta. Eu nunca pedi pra “ele” nascer. Nunca caí na história de que “alguém” vem regulamentar algo que não estaria regulamentado (por sinal, já era regulamentado: é o chamado magistério, seja em qualquer área de atuação, pelo MEC), até por que, o que “ele” chama de regulamentar está para filiar, que está para pagar. E é por isso que escrevo este manifesto. Não só contra “ele”, mas contra todos os Conselhos e afins, que perpetuam o sistema de exploração necessário em uma sociedade capitalista, como a brasileira. Criar reservas de mercado: está é a intenção “deles”. É evidente que com a criação de “exércitos de reserva” não se resolve nada, ou em outras palavras, o cara que quer trabalhar vai precisar pagar pra trabalhar. É preciso pagar por algo que lhe dizem “ser de direito” (com direito a artigo na Constituição e tudo). Bem, são os trocadilhos da democracia burguesa em que vivemos... igualdade de, liberdade de... temos liberdade “de” tudo, mas não “para” tudo: igualdade para, liberdade para. Péssimos trocadilhos! Mas então... e se você não “trabalha” (e pretende trabalhar)? Como fazer se para trabalhar você precisa pagar para trabalhar? (nota: você não tem dinheiro para pagar porque não trabalha...). Sim, há algo errado! Quem vai me empregar é o mesmo que vai me cobrar a filiação. “Eles” são a mesma “pessoa”! O dinheiro sai e volta pro mesmo lugar (ou mesma “pessoa”), quando, é claro, você está “trabalhando”. Como eu disse, infelizmente estou filiado. Mas o que eu não disse é que eu não estou “trabalhando”. Desemprego. Você com certeza conhece alguém, ou muitos, que estão desempregados. Mas “ele” (que já vimos: os dois são a mesma “pessoa”) não se pré-ocupa com isso. Mas sim em fazer as contas. Eu não paguei. Não quero pagar mais. E tenho estudado muito para saber como reverter esta situação. Não é suficiente. Periodicamente ligam pra minha casa. A atendente carinhosamente me chama de professor (que coisa não? Antes “ele” falava em profissional... mas conversamos depois sobre isso) e pergunta como e quando eu quero quitar a dívida que tenho em aberto com “ele”. Dívida? Ora bolas... mas eu deixo pra lá, afinal, a atendente está tão alienada quanto a maioria de nós, professores, trabalhadores, estudantes, enfim. Eu, “carinhosamente” lhe respondo: não sei. Ela diz: não tem previsão? Não, estou desempregado. Ela então, sem saber bem o que fazer, segue o protocolo: devo lembrar que o senhor tem que pagar até o final do ano, senão estará inadimplente... blá blá blá...e que o senhor pode pagar no ano que vem também, a qualquer momento etc. e tal. Ela não perguntou se eu estou precisando de algo em casa, se minha família vai bem, nem se eu queria um “trabalho”: simplesmente me lembrou que eu tenho que pagar, só. Se você não passou por isso, ótimo! É humilhante. Mas provavelmente irá passar... afinal, “ele” está aí pra criar uma reserva de mercado, um “exército” de pessoas que se sujeitarão às mais precárias condições de trabalho. Não está aí para acabar com o desemprego, que é apenas uma consequência do sistema capitalista, daqueles que querem lucro, dos dois que, na verdade, são um só.

“Ele”.

DEDICATÓRIA

A Elaine.

Enquanto a vida vai e vem,
já achei alguém
a quem eu possa dizer:
“Quero ficar só com você”.

AGRADECIMENTOS

A Roberto Leher, cuja orientação contribuiu decisivamente para a formatação desta pesquisa.

A Hajime Nozaki, que acompanhou e deu os “primeiros empurrões” para que eu desenvolvesse meus estudos.

A Anita Handfas, por acolher meu trabalho e aceitar participar da banca examinadora.

Aos meus pais que, marcadamente em todos esses anos, proporcionaram-me apoio material e incentivo para que eu fosse sempre em frente.

Aos amigos e companheiros inestimáveis do Núcleo Rio do MNCR, do Coletivo Ruptura Sindical e da base do MinC. Unindo amizade e militância, fomentamos nossa própria *filosofia da práxis*.

Aos trabalhadores da Escola Nacional de Circo, local onde exerço a docência e renovo diariamente a capacidade de aprender e ensinar.

À Secretaria e Coordenação do Programa. Faço menção especial à solicitude que Solange, Henrique e a Professora Ana Cavaliere me ofereceram durante meus estudos.

Àqueles que me ajudaram em certos momentos. A Adriana, por ter lido, revisado e criticado meu projeto no seu nascedouro; Lívio, por me emprestar suas habilidades informáticas; e Carlos, pelo apoio no idioma estrangeiro.

A Murilo, por ser meu “irmão mais velho”.

Ao Rafael, por ser a semente caçula que está dando frutos tão bonitos.

A Renato Russo, por escrever músicas que me acompanham na trajetória de minha vida.

Aos que ainda lutam por uma sociedade socialista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	19
1.1. Neoliberalismo.....	19
1.2. Transformações do mundo do trabalho.....	29
1.3. Políticas educacionais.....	35
1.4. Atividades Físicas no rol de serviços.....	50
1.5. Capital social e governabilidade.....	64
CAPÍTULO 2 – A DEFESA DA EDUCAÇÃO E DE UMA EDUCAÇÃO FÍSICA OMNILATERAL.....	72
CAPÍTULO 3 – MEDIAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	86
3.1. As políticas (públicas e privadas) para a Educação Física, esporte e lazer.....	86
3.2. Profissão docente: deslocamento conceitual de professor para profissional.....	92
3.3. A Educação Física / práticas corporais inseridas no contexto da crise do Capital dos anos 70.....	100
3.4. A regulamentação profissional da Educação Física e a criação do Conselho.....	104
3.5. Diretrizes Curriculares para a Educação Física.....	114
CAPÍTULO 4 – A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA MERCANTILIZADA	
4.1. Processo de institucionalização e legitimação do CONFEF.....	121
4.2. Estratégias de organização do campo da Educação Física.....	152
CONCLUSÃO.....	183
REFERÊNCIAS.....	190
ANEXO I.....	201
ANEXO II	209

INTRODUÇÃO

O interesse nesta temática de estudo foi originado em minha experiência na militância do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). Nos últimos anos, o MEEF tem priorizado três principais eixos de luta: a) a contrariedade à reforma universitária conduzida pelo governo Lula, que visa redefinir o papel do poder público nas políticas de ensino superior, tornando as instituições ainda mais receptivas (e fragilizadas) às vicissitudes do *mercado*; b) a revogação da Resolução 07/2004, que rege as atuais Diretrizes Curriculares para a graduação em Educação Física, incluindo a rejeição da fragmentação do curso em Licenciatura e Bacharelado e a subsequente defesa da chamada Licenciatura Ampliada, e; c) a revogação da Lei 9696/98 que regulamentou a *profissão* Educação Física e a extinção dos Conselhos Regionais e Federal. Não por acaso, as três questões acima citadas, constam, em maior ou menor grau, no arcabouço teórico-analítico para sustentar o presente estudo.

Coincidindo com o período de transição entre o término de minha fase como estudante e o início da fase profissional, a conclusão e divulgação da tese elaborada por Hajime Nozaki sobre o papel da regulamentação da Educação Física como estratégia do capital no campo, permitiu o acesso a elaborações teóricas que permitem um novo olhar, mais fino, sutil e atento às contradições do real, situação que permitiu redimensionar as questões presentes na militância política. Apesar de conviver seguidamente em espaços que propiciam a reflexão sobre questões pouco afeitas ao dia-a-dia da sala de aula, como a regulamentação, a formação humana, a saúde coletiva, os movimentos sociais, dentre outras, ainda não havia de minha parte, até aquele momento, uma reflexão mais apurada sobre o tema. Após leitura e síntese da tese, fez-se claro o entendimento de Lênin (s/d) de que “Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (p.11), ou seja, sem a apropriação dos elementos fundantes, a prática política corre alguns riscos, tanto em sua fragilização e limites de atuação, quanto em sua expansão e propaganda para o restante da sociedade.

O passo seguinte foi realizar uma reflexão que permitisse levantar questões gerais sobre as relações entre a macro conjuntura política-econômica, o mundo do trabalho e suas manifestações mais evidentes no campo da Educação Física, como a regulamentação profissional e a subsequente criação do Sistema CONFEF/CREFs e a formulação das novas diretrizes curriculares de formação profissional dos estudantes de graduação. Naquele momento, foi defendido que havia em curso uma “liberalização da profissão” (GAWRYSZEWSKI, 2005), o que compreendia pensar a regulamentação profissional e o

estabelecimento de novas diretrizes formativas como estratégias de adequação e conformação ao movimento real do capital/mercado.

Concomitante a esse movimento, foi levantada uma hipótese geral de que essa liberalização vem se construindo num duplo movimento. É engendrada uma hipertrofia no setor de serviços, especialmente aqueles ligados à “indústria da boa forma”. Essa indústria vem produzindo uma verdadeira avalanche mercantil sobre o corpo, alçando uma série de produtos como artigos de primeira necessidade para a espécie humana, como o consumo de suplementos vitamínicos, cosméticos, indumentária esportiva etc. Outras manifestações da “indústria da boa forma” incluem o consumo em locais externos aos domicílios, como a frequência em academias de ginástica, métodos de exercícios físicos patenteados¹, tratamentos estético-corporais em *spas*, clínicas, hotéis, até às difundidas cirurgias plásticas, facilitadas pelo barateamento da força de trabalho e pelo pagamento a prazos de perder de vista. É preciso salientar que a expansão desse setor vem ocorrendo no escopo de um setor organizado do Capital, o qual Boito Jr (1999) caracteriza como “burguesia do setor de serviços”.

O segundo movimento diz respeito ao notório avanço de interesses privados sobre a esfera dos direitos universais, como educação, saúde, alimentação, segurança, dentre outros. É esse avanço privado que estaremos denominando como mercantilização ao longo do estudo. Nesse contexto, podem ser incluídos o acesso aos bens culturais, equipamentos públicos de lazer e a prática físico-esportiva. O acesso a tais atividades vem, gradativamente, se restringindo aos estabelecimentos privados ou sendo proporcionado através de políticas públicas precárias, através de parcerias com o chamado *terceiro setor* (ONGs, cooperativas etc.), coadunante com a política de alívio à pobreza e a degradação da condição humana. A ideologia de que a prática de atividades físicas deve ser uma prestação de serviços privados, em detrimento de uma planejada política pública que integre as dimensões da saúde, educação e cultura é altamente difundida pelas corporações da mídia. Por isso, o direito social à atividade física/esportes tem assumido uma forma de prestação de serviço, o que restringe a população em ser atendida, por conta de suas impossibilidades financeiras ou, quando atendidas, estas vêm revestidas de um suposto cunho social, porém, imbuída de toda a precarização corrente do atual mundo do trabalho e das políticas públicas.

É forçoso reconhecer que atualmente a Educação Física enquanto disciplina escolar organizada para sistematizar o saber construído pelas práticas corporais ou, que as atividades

¹ Conferir a reportagem disponível no endereço eletrônico: <http://veja.abril.com.br/vejasp/280104/negocios.html>

físicas fora da escola, são veículos que podem transmitir esses valores mercantis. No entanto, esse estabelecimento de valores, saberes, ideologias, também depende de agentes que organizem esse *modus operandi*. O organizador terá a incumbência de conferir coesão e feição a essa nova compreensão geral sobre o papel que a Educação Física e seus profissionais deveriam desempenhar na sociedade contemporânea. Desse modo, a partir de uma sistemática revisão bibliográfica versada sobre o mundo do trabalho e a Educação Física, adicionado ao exame minucioso da revista oficial do CONFEF – Revista E.F. – foi levantada uma hipótese geral de que o Conselho esteja cumprindo uma função de “organizador da mercantilização do campo da Educação Física”.

O estudo tem como pretensão realizar uma análise histórico-crítica sobre o papel que o CONFEF vem operando no interior do campo da Educação Física. Tendo em vista que existe uma reestruturação produtiva do capital em curso, torna-se imperioso examinar se o Conselho está atuando como um organizador da mercantilização das relações sociais e das práticas estabelecidas na área, reconfigurando a função social da educação física em sintonia com valores do mercado. Para a consecução de tal objetivo, optou-se em construir um arcabouço das ações empreendidas pelo Conselho, procurando similitudes e características em sua atuação, de maneira a perceber quão estas se correlacionavam com as transformações surgidas em um nível macro da sociedade e aquelas que se davam em decorrência de aspectos específicos desse campo. A relevância dessa discussão é sustentada por conta de duas questões.

Primeiramente, o foco em questão diz respeito a uma celeuma de forte impacto na área da Educação Física. A regulamentação da dita profissão “Educação Física” foi objeto de forte controvérsia e, principalmente, de luta contra os setores corporativistas identificados a favor do neoliberalismo. As batalhas contra o CONFEF remontam a construção dos projetos de sociedade e que, no campo acadêmico, reflete a disputa na construção do conhecimento da área, objeto de estudo e projetos de pedagógicos de intervenção. Não há como deixar de mencionar o MNCR e o MEEF como protagonistas organizados nos embates recorrentes.

Segundo, desde a publicação, em 2004, da tese fundante para a compreensão da estratégia de gerência da crise do capital na área, “Educação Física e reordenamento do mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão”, de autoria de Hajime Nozaki, o Sistema CONFEF/CREFs apresentou significativas reconfigurações em sua intervenção política, assim como um fortalecimento de seu aparato jurídico-legal e da organização burocrática interna. Dessa forma, a captura e a apreensão do movimento do real

só poderiam ser realizadas com mais apuro se a análise também abrangesse os movimentos de construção, legitimação, institucionalização e expansão do Conselho.

A dissertação publicada em 2006 escrita por Adriana Penna sob o título “Sistema CONFEF/CREFs: a expressão do projeto dominante de formação humana na Educação Física” avança nesse sentido ao se ocupar da investigação sobre a influência do Sistema CONFEF/CREFs no currículo das universidades do Rio de Janeiro no sentido de expressar a projeto de formação humana para o Capital. Outra dimensão relevante da referida dissertação, pouco abordada até então, é a importância atribuída pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao esporte como um instrumento de paz que possa contribuir para um desenvolvimento sustentável da humanidade. Na época de conclusão do estudo, ainda se desenhava o movimento, agora mais nítido, da aproximação tripartite ONU - Ministério do Esporte - CONFEF. O assunto voltará à tona mais adiante no desenvolvimento do estudo.

Desse modo, pode-se sintetizar que o estudo pretende discutir se o CONFEF e seus conselhos regionais vêm estruturando e organizando o campo da educação física em torno do *mercado*, atuando de acordo com os contornos demandados pela manifestação fenomênica do capital desde meados dos anos 70, o neoliberalismo.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A proposta de estudo aqui apresentada propugna que o desenvolvimento de um fenômeno ou um fato histórico é simultaneamente um processo particular e geral, configurando uma totalidade plena de mediações, tensões e contradições. A seleção de um objeto de pesquisa, assim como a aplicação técnica das descobertas científicas dependem dos interesses e concepções de classes e de grupos sociais que financiam e orientam a produção científica, assim como da ideologia ou visão social de mundo dos próprios pesquisadores (LOWY, 1987).

Por isso, o estudo se orienta por uma perspectiva de classe através do referencial teórico-metodológico da dialética materialista-histórica, procurando compreender os fenômenos em suas relações sociais e contradições. O referencial da dialética materialista-histórica procura a explicação do contraditório no seio da própria coisa, através da materialidade da vida. Os fenômenos, não são entendidos como acontecimentos isolados em si, mas dentro do seu processo historicamente construído e desenvolvido na totalidade das relações que perpassam a eles.

Como concepção dialética, o marxismo não separa em nenhum momento a teoria (conhecimento) da prática (ação). A prática é o critério da verdade da teoria, estabelecendo uma relação de mediação da primeira com a segunda, pois esta só pode se confirmar caso saia da esfera do pensamento (SANCHEZ VASQUEZ, 1990; MARX, s/d).

A categoria da mediação se coloca como imprescindível, na medida em que vai estar presente nos processos sociais, estabelecendo relações complexas de uma totalidade. Do ponto de vista teórico-metodológico, concordamos com Ciavatta (2001) quando diferencia mediação e variável. Segundo a autora supracitada, diferente da variável, “a mediação não é um instrumento analítico de medição quantitativa do comportamento de um fenômeno, nem a busca da relação causa e efeito, mas, sim, é a especificidade histórica do fenômeno” (p.141-2).

Sendo assim, a partir de mediações particulares do campo da Educação Física, como, por exemplo, a regulamentação da profissão e a instituição das Diretrizes Curriculares, podemos apreender os nexos que vão estabelecer relação que abranjam a área da Educação Física.

Esse pressuposto nos fundamenta a acreditar que, por meio do estudo dos processos complexos da conjuntura político-econômica, manifestada pela ascensão do neoliberalismo, o reordenamento do mundo do trabalho e a comodificação da educação, podemos pressupor algumas das razões da mercantilização do campo da educação da Educação Física e a sua cultura de assimilação e conformação entre os sujeitos do processo, no caso, professores e alunos.

Daí justificarmos que este objeto de estudo, procure dar conta da totalidade concreta dos processos sociais. Como explica Ciavatta (2001) “a totalidade social [...] é um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais” (p.132). A apreensão da totalidade que abrange o trabalho do professor de Educação Física reflete as contradições existentes no sistema capitalista e a exploração para todos aqueles que são obrigados a venderem sua força de trabalho. Indica Mészáros (2002), citando seu mestre Lukács, que “apenas a concepção dialética da totalidade pode nos capacitar a compreender a realidade como um processo social” (p.380).

Com o objetivo de uma melhor caracterização do objeto de estudo, realizou-se uma discussão sobre os marcos teóricos que definem o que seria o capital e a ideologia. A análise do capital como relação social que se estende para os planos jurídico, político, ideológico e social, se apóia em duas obras fundamentais: “Para além do capital”, de Istvan Mészáros (2002) e “O capital”, de Karl Marx (2002). O mérito dessas obras se impõe ao desmoronar a

capciosa idéia de desenvolvimento natural da concentração de riqueza, como um movimento autômato do sistema econômico. Mostra-se evidente que esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, fruto de transformações econômicas e do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social.

Sem muitos rodeios, Mészáros (2002) afirma que o capital é “Uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (p.96). Seu argumento se baseia no entendimento de que este surgiu no curso da história como uma estrutura totalizadora de controle, que submete tudo, inclusive os seres humanos, aos seus imperativos. O tratamento do sistema do capital aparece como uma ordem particular que o autor chama de “controle sociometabólico” que consiste em um processo de controle de todas as esferas da sociabilidade humana, que permeia todos os aspectos da sociedade e faz do capital o sistema de controle mais dinâmico já desenvolvido. Porém, chama a atenção de que o preço a se pagar é a iminente perda de controle a qualquer momento em sua dinâmica de funcionamento, especialmente quando afetado por suas crises cíclicas.

Mészáros (ibidem) faz importante distinção entre capital e capitalismo, considerando que o primeiro antecede o segundo, e que o capitalismo, por sua vez, é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Cita o exemplo dos países do Leste Europeu que, embora apresentassem uma configuração não-capitalista, foram incapazes de romper com o sistema de sociometabólico do capital.

O capital, portanto, seria um sistema poderoso e abrangente que opera seu funcionamento a partir de seu núcleo constitutivo, o tripé capital, trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais estão materialmente constituídas e inter-relacionadas.

O capitalista é o autêntico representante consciente do movimento de circulação de dinheiro como capital, já que é ele quem o possui. É do seu bolso que sai e retorna o dinheiro. Enquanto a apropriação e a usurpação da riqueza abstrata permanecer como o motivo que determina suas operações, este continuará cumprindo o seu papel funcional ao sistema, o papel de capitalista / capital personificado, dotado de vontade e consciência (MARX, 2002).

A força de trabalho é a mercadoria que possui a propriedade de ser fonte de valor ao capitalista. A força de trabalho aparece como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, no caso, o trabalhador. O sistema hierarquizado de trabalho, com sua divisão técnica e social do trabalho alienante, que subordina o trabalho ao capital por meio das suas personificações (capitalista, executivo,

tecnocrata de estado) tem com desfecho o processo de consumo da força de trabalho que é, ao mesmo tempo, o processo de produção da mercadoria e do valor excedente, a taxa de mais-valia.

A obtenção da taxa de mais-valia é, segundo Marx (ibidem), “a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (p.254). A taxa de mais-valia, grosso modo, é a maximização do tempo de trabalho excedente sobre o tempo de trabalho necessário. Em crítica ácida, Marx (ibidem) sustenta que o tempo de trabalho excedente “gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada” (p.253).

Finalmente, o Estado, que atua como uma instituição de comando político do capital, especialmente para manter sob controle o surgimento de quaisquer antagonismos decorrentes dos processos socioeconômicos e políticos de funcionamento do capital. Em definição contundente, Mészáros afirma que o Estado “é o fiador geral do modo de reprodução autoritário do capital, reforçando a dualidade entre produção e controle e a divisão hierárquica do trabalho” (p.122).

É sabido que o sistema do capital se baseia na alienação do controle dos verdadeiros produtores, os trabalhadores. O capital degrada o trabalho à condição de fator material de produção. Contudo, como o trabalho é quem de fato é o sujeito real da produção, o capital necessita incutir uma natural ordem das coisas. Caso contrário, tal processo de produção seria extinto, assim como o capital. Para obter tal êxito, o capital se utiliza de personificações que façam a mediação e a imposição de seus imperativos objetivos. Nesse sentido, o Estado garante o *status quo* atuando em três frentes principais:

- 1) Ao fornecer uma estrutura jurídica e um aparato repressivo que assente as relações sociais estabelecidas, o material alienado e os meios de produção;
- 2) Ajustando suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico e assumindo a função de comprador e consumidor direto, já que cabe a ele prover algumas necessidades da sociedade (educação, saúde, habitação etc.) e a retroalimentação das necessidades do complexo industrial-militar, e;
- 3) Ao assumir o papel de facilitador da expansão monopolista para imposição de seu capital nacional na estrutura da competição global (MÉSZÁROS, 2002).

O capital, em sua dinâmica de funcionamento, apresenta algumas características que lhe são próprias. Primeiramente, Mészáros (2002) define que a sua determinação mais

profunda é que ser “orientado para a expansão e movido pela acumulação” (p.100). Ou seja, baseado neste autor, enquanto sistema de controle sociometabólico, o capital é irresistível para extrair e acumular trabalho excedente. Contudo, sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando sua face da incontrollabilidade total, irrompendo em conseqüências que vão desde falências em múltiplos setores da economia, “quebras” das bolsas de valores até conflitos armados e mundiais, como assevera as duas guerras do século XX.

A irrestringibilidade de seu imperativo de expansão e acumulação se faz presente já que, em tempos de bonança, avança como uma avalanche sobre todos os campos em que se encontrarem recursos e saídas para a expansão e a acumulação; mas, também se deflagra em tempos de crise, já que colide com os próprios obstáculos gerados por seu impulso irrefreável (MÉSZÁROS, 2002).

Articulado à irrestringibilidade, Mézáros destaca o imperativo expansionista do capital. Os apologistas do capital procuram entender os parâmetros de funcionamento do capital através das intenções, motivações e personalidade do *staff* controlador. Entretanto procurar a resposta dentro de fatores comportamentais não traz nenhuma resposta satisfatória, mas sim, compreender que o capital carrega um imperativo objetivo de expansão. Sem esse processo de reprodução expandida, o sistema do capital desmoronaria. Esse impulso expansionista do capital é incorrigível e a restrição de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender o seu domínio não seria desejável, porque entraria em choque com sua própria natureza. Mézáros (2002) sustenta que “É assim que, desde o início, a incontrollabilidade estrutural inerente do capital, como modo de controle, fecha o seu círculo” (p.259). Por isso, o discurso da administração e do desenvolvimento econômico sustentável se revela algo ingênuo ou falacioso porque, agindo dessa forma, o capital estaria reprimindo o aspecto mais dinâmico do seu modo de funcionamento, cometendo um suicídio como sistema de controle sociometabólico. Torna-se inconcebível escapar desse *modus operandi* sem superar radicalmente os determinantes da ordem do capital.

Dentro dessas características que determinam a forma das relações sociais, o duo capital-trabalho aparece fragorosamente em situações desiguais. O capital conquistou o comando sobre o trabalho dentro do processo de produção e o capital personificado (o capitalista) cuida para que o trabalhador realize sua tarefa com esmero e com o grau de adequado de intensidade, ou seja, o capital impõe uma relação coercitiva que, num confronto longe de passar por regras justas, força a classe trabalhadora a trabalhar mais do que o tempo necessário para saciar sua rotina de reprodução, de subsistência.

No sistema do capital, os meios de produção acabam por se transformar imediatamente em meios de absorção de trabalho alheio. Por isso, salienta Marx (2002) de que “Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador” (p.357). As relações entre os homens e o meio de trabalho se invertem, pois são os primeiros aqueles consumidos pelo segundo, um reflexo direto do processo de alienação e estranhamento pelo qual sofrem. Uma ótima ilustração é a revolta dos homens sobre a maquinaria. Não suportando ser aliado pela maquinaria, o trabalhador passa a combater o próprio instrumental de trabalho, que é a configuração material do capital. Marx (2002) ainda complementa que esse combate é uma revolta “contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção” (p. 488).

A noção de ideologia também será brevemente trabalhada, pois há em curso uma disputa de concepção de mundo entre os defensores da atuação do Sistema CONFEF/CREFs e o movimento organizado pelo Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) e o MEEF, que espera-se captar no estudo. Chama a atenção Mézáros (2005) que, quando se proclama o “fim da ideologia”, na verdade, esta já é em si mesma uma ideologia. Esta concepção procura adotar uma perspectiva não-conflituosa dos desenvolvimentos sociais contemporâneos ou ainda, deseja ocultar a existência de estratégias antagônicas para a resolução dos problemas sociais, procurando forjar uma falsa unidade em torno do ideal de uma “sociedade justa e menos desigual”. Serão apresentados alguns conceitos para melhor entendimento.

Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram na obra “Ideologia Alemã” (1845) uma teoria da ideologia concebendo-a como uma forma de falsa consciência cuja origem histórica ocorre com a emergência da divisão entre trabalho intelectual e manual. A partir deste momento, o mundo das idéias, derivada de agentes sociais concretos (os ideólogos), encontra-se em condições de se emancipar do mundo e ganhar a forma de teoria pura. Os autores (s/d) procuram demonstrar é que mesmo as representações (ou como gostam de frisar, as fantasmagorias) e valores mais íntimos dos homens, como a moral, a religião e a própria ideologia correspondem a “sublimações necessariamente resultantes do processo de sua vida material” (p.9).

Contudo, 14 anos depois de escreverem a grande obra citada acima, Marx (agora sozinho) publica “Uma contribuição para a crítica da economia política”, fazendo do seu prefácio uma referência magna para a compreensão da relação entre a base material fundante da sociedade e as formas de produção. No Prefácio desta obra, Marx trabalha com o entendimento que ideologia é a forma como os homens tomam consciência das contradições

entre forças produtivas e as relações de produção e assim, compreendem o seu mundo e manejam essa contradição até a revolução. Nas palavras de Marx (s/d):

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social (p.3).

Antonio Gramsci (1978) compreende que “as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (p.62-3). Ou seja, o líder revolucionário italiano, se aproxima da compreensão do “Prefácio”, entendendo que, por mais que a ideologia oculte a dominação, ela passa a não ser meramente a criação de um mundo de falsidades, mas expressa a concepção de mundo nas manifestações de vida individuais e coletivas – nas artes, no direito, na atividade econômica (GRAMSCI, 1978).

A visão do intelectual contemporâneo István Mészáros está em sintonia com os autores supracitados, compreendendo que a ideologia seria uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Contudo, Mészáros avança ao enfatizar que esta forma de consciência social não pode ser superada nas sociedades de classe e que sua permanência se deve ao fato de que ela se constitui objetivamente como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Assim como no “Prefácio...”, Mészáros (2004) compreende que “O que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar praticamente consciente do conflito social fundamental com o propósito de resolvê-lo pela luta” (p.66). Por isso, os interesses veiculados em discursos não devem ser proferidos como proposições teóricas abstratas, mas como indicadores práticos bem fundamentados e efetivamente mobilizadores, que conduza a ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (MÉSZÁROS, 2004).

Nesse sentido é que a filosofia da práxis do marxismo permanece inseparável do movimento real da classe trabalhadora no avançar das lutas contra o sistema do capital e suas personificações. É uma visão de mundo que, desde o início, rejeitou conscientemente a idéia de uma mera interpretação do mundo e se comprometeu com a luta árdua para modificá-lo. E mais, deve realizar praticamente o confronto contra a ideologia dominante e o senso comum que impera na sociedade. Os perigos que o senso comum representa à ideologia crítica, visto que, este se integra com grande fluidez a um relacionamento carnal com a estrutura socioeconômica capitalista. A pior consequência advém do refreamento dos sujeitos coletivos nos movimentos sociais e partidários, que não apenas se convencem das dificuldades hercúleas de prosseguir rumo a uma mudança estrutural, mas como uma impossibilidade prática.

A categorização do CONFEF como “organizador” e o papel da imprensa como partido teve como matriz de apoio a concepção desenvolvida por Gramsci em suas obras. O autor em suas “*Breves notas sobre a política de Maquiavel*” trouxe, a partir de análises sobre o caráter fundamental do *Príncipe*, reflexões e propostas para a compreensão e organização política dos trabalhadores, especialmente tendo em mente as últimas décadas de luta vividas pelos trabalhadores europeus.

Como forma de iniciar a construção de um sentimento que possibilite a formação de uma convicção política, Gramsci aponta a necessidade do fomento de uma “vontade coletiva”. Porém, diferente do “*Príncipe*” de Maquiavel, esta vontade não está encarnada num só indivíduo, mas está contida dentro de um organismo como fruto do desenvolvimento histórico. O moderno príncipe para Gramsci (2000) é o partido político “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (p.16). No mundo moderno, uma ação imediata, repentina ou espontaneísta seria de tipo “defensivo” o que se suporia que a vontade coletiva estivesse se enfraquecendo, sendo necessária uma ação isolada para que as forças de apoio político se reconcentrassem de modo a fortalecê-la.

Gramsci acredita que o moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o proclamador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, em que o partido político venha a cumprir uma função de forjar novos horizontes para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular, almejando a realização de uma forma superior de vida na civilização moderna.

Gramsci se empenhou para compreender a socialização da política, que resultou na conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação

efetiva de numerosos e potentes sindicatos profissionais. Até mesmo a direita teve que se apoiar em amplos movimentos de massa. A esfera política “ampliada” cede lugar a um crescente protagonismo de amplas organizações de massa. A percepção dessa socialização da política vai consolidar o que Coutinho (1996) denomina de “teoria marxista ampliada do Estado” (p.52).

Examinando a superestrutura, Gramsci distingue duas esferas em seu interior, que ele chama de sociedade civil e sociedade política. O termo sociedade civil designa uma esfera da superestrutura que representa o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e ideológicos, compreendendo as Igrejas, as escolas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação. As duas esferas formam o Estado em sentido amplo, a hegemonia junto à coerção. No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, através da busca de aliados para os seus projetos de direção e do consenso. Por meio da sociedade política, exerce-se uma dominação fundada na coerção. As duas esferas distinguem-se por uma materialidade social própria: enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos *aparelhos coercitivos de Estado*, a sociedade civil possui os seus *aparelhos privados de hegemonia*. Enquanto os primeiros implicam um constrangimento do qual o cidadão não pode escapar, os segundos são organismos privados, o que significa que a adesão dos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os relativamente autônomos frente ao Estado (COUTINHO, 1996).

No caso específico do estudo proposto, ganha muita relevância o conceito de aparelhos privados de hegemonia. O grande avanço de Gramsci foi perceber que as instituições que os compõem, já não estão mais diretamente atreladas ao Estado, mas passaram a fazer parte da sociedade civil, o que permitiu, inclusive, o surgimento de vozes dissonantes em seu interior. Através do exercício da hegemonia nesses aparelhos privados, uma fração ou uma classe não-dominante no aparato estatal, poderia dirigir a sociedade no plano do poder político. A partir desse entendimento, se faz mais claro o porquê o marxista italiano compreendia a imprensa como partido. Nesse sentido é que a imprensa cumpre uma função de veículo de organização e difusão de determinados tipos de cultura, articulados de forma orgânica a um determinado agrupamento social, ora frações da burguesia, ora a burguesia como um todo. Desta forma, tem-se definida a ação partidária da imprensa.

A imprensa privada, mercantil e burguesa, que objetiva o lucro e que faz da notícia uma mera mercadoria, procura se sustentar como representante da esfera pública. Mesmo controlada pelo capital privado, se arvora, sob o caráter da imparcialidade e da isenção, em

reforçar um papel de “mensageiro da verdade”. O cinismo empresarial-jornalístico é destacado por Gramsci (1982) quando consistentemente afirma que tais empresas também possuem interesses privados, porém, não podem expor em demasia “porque se baseiam num modo de pensar no qual a parte da liberdade e do espírito de iniciativa é muito maior do que querem admitir, por causa do papel de máscaras da *commedia dell’arte* que lhes é próprio” (p.162).

Por isso, esconde-se ou camufla-se de que, esses assuntos da esfera pública são tratados de uma forma privada quanto ao seu conteúdo ou na maneira como eles são analisados. Além disso, em momentos de crise da ideologia dominante e de fratura dos partidos burgueses, a imprensa se apresenta como “o partido do capital”, que organiza e amalgama os interesses das várias frações de classe da burguesia.

Em conjunto com o referencial do materialismo histórico, no caso de Antonio Gramsci, tanto no plano conceitual, quanto na análise da empiria nas revistas do CONFEF, a contribuição de Norman Fairclough (2001) foi um apoio à compreensão dos princípios gerais sobre a análise de discurso crítica, tanto das revistas do CONFEF, quanto nas Diretrizes Curriculares. Salientamos que não se trata de um estudo baseado nesse método, mas este é uma ferramenta complementar à interpretação dialética do material.

A escolha do referencial de Fairclough se deve ao seu entendimento de que as mudanças no uso lingüístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos. Dessa forma, a análise lingüística se constitui como um método para estudar a mudança social.

O autor, ao usar o termo ‘discurso’, considera o uso da linguagem como forma de prática social. Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, mas também as constroem e as constituem. Seria um modo de ação, uma forma como os sujeitos agem sobre o mundo e sobre os homens. Além do mais, salienta que “implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social” (p.91), bem como entre a prática social e a estrutura social. A dialética é destacada como condição imponente para que esta relação não confira ênfases indevidas, ou seja, que nem se considere o discurso como mero reflexo de uma realidade social, bem como o discurso não seja representado idealizadamente como fonte do social (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough desenvolve uma abordagem para a análise do discurso que se pauta em quatro condições. Primeiro, um método para análise multidimensional que permita avaliar as relações entre mudança discursiva e social, relacionando as propriedades de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social. Segundo, um método de análise multifuncional, em que as práticas discursivas em mudança contribuem

para modificar o conhecimento, as relações sociais e as identidades sociais. Terceiro, um método de análise histórica. Nesse caso, a análise de discurso precisa compreender os processos de articulação na construção de textos e na constituição em longo prazo das ordens de discurso. Por último, se faz necessário um método crítico que implique mostrar conexões e causas ocultas, intervenções e tensões na estruturação de textos e ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Interessa ao autor transcender o entendimento do discurso como prática social, mas também frisá-lo como prática política e ideológica que estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as instituições políticas. O discurso como prática política não seria apenas um local de disputa do poder, mas um marco delimitador na luta pelo poder. Acrescenta Fairclough (2001) que “a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta” (p.94).

Orientando-se pelo pensamento de que o discurso é um ponto balizador na disputa pelo poder, desenvolve análises a partir de sua relação com os conceitos de ideologia e hegemonia. No primeiro caso, compreende que as ideologias são “significações/ construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (p.117). As ideologias acabam por se embutirem nas práticas discursivas, o que resulta em propriedades naturalizadas, atingindo o *status* de senso comum. Assim, Fairclough ressalta que na luta ideológica há uma tentativa de disputar e moldar as práticas discursivas no contexto da produção, reestruturação ou transformação das relações de dominação. Com relação à hegemonia, destaca que o conceito é chave da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária para tomada do poder pelos trabalhadores. Considerando as estruturas discursivas como ordens de discurso, essas poderiam representar o equilíbrio (instável ou não) que constitui uma hegemonia, e que, a elaboração e reelaboração dessas ordens seriam um marco delimitador da luta hegemônica.

A elevação da linguagem e do discurso na esfera social e acadêmica traz à tona a importância destes elementos para apreensão e compreensão do movimento do real. O britânico considera que a linguagem sofreu mudanças no seu funcionamento social, não apenas na centralização que esta adquiriu nas principais transformações sociais nos últimos tempos, mas também por mudanças nas práticas de linguagem. Seu entendimento parte da observação de que muitos setores da vida social, como a educação, a assistência médica e as artes se reestruturaram e reconceituaram suas atividades em forma de produção e marketing

de bens para consumidores. Significativa parcela do impacto dessa reestruturação se deve a mudanças na linguagem, o que Fairclough (2001) conceitua como “relexicalizações de atividades e relações” (p.25).

Fairclough (2001) sinaliza que existem três tendências atuais nas mudanças das ordens do discurso: a democratização, a comodificação e a tecnologização. Destacaremos apenas os dois últimos por representarem congruência com a discussão proposta. A comodificação do discurso é um processo em que instituições sociais, cujo propósito não seja a produção ou comercialização de mercadorias, vêm se (re) organizando e se (re) definindo nos termos da produção, distribuição e consumo de mercadorias. Este reestruturação guarda semelhança com a emergência da cultura empresarial, a mundialização financeira da economia e a reestruturação produtiva do mundo do trabalho. Em termos da ordem do discurso, o autor entende a comodificação como “a colonização de ordens de discurso institucionais [...] por tipos de discurso associados à produção de mercadorias” (p.255).

Para o autor, o discurso educacional contemporâneo é um dos que mais são afetados por processos de relexicalização de cursos ou programas de estudo como mercadorias. O discurso educacional comodificado dominado por um vocabulário de habilidades e palavras associadas como competência e mérito, abrangeria uma lexicalização completa da educação que, tratada sob o conceito de habilidade, ressignifica os processos de aprendizagem e ensino como treinamento e em princípios individualistas e subjetivos. Não deixa de tecer críticas ao gênero publicitário destacando a comodificação do discurso educacional em sintonia à sua colonização pela publicidade. A combinação de informação e persuasão está se tornando naturalizada e as distinções entre as ordens de discurso estariam desaparecendo.

A outra tendência destacada é a tecnologização do discurso. Baseando sua discussão no referencial de Habermas sobre a colonização do ‘mundo da vida’ pelos ‘sistemas’, as sociedades modernas se caracterizariam por uma tendência crescente ao controle sobre partes da vida das pessoas. No que tange ao discurso, Fairclough apóia-se nas análises das tecnologias de poder trazidas à tona por Foucault, no que se refere à tecnologização do discurso. As tecnologias do discurso estariam assumindo o caráter de “técnicas transcontextuais que são consideradas como recursos ou conjunto de instrumentos que podem ser usados para perseguir uma variedade ampla de estratégias em muitos contextos” (p.264). Desse modo, sustenta que as tecnologias discursivas estão amplamente relacionadas entre o conhecimento sobre linguagem e discurso e poder, sendo aperfeiçoadas por tecnólogos com base nos mais apurados detalhes lingüísticos no vocabulário, na gramática, na entonação, e

em detalhes como expressão facial, gestos, postura e movimentos corporais (FAIRCLOUGH, 2001).

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. No capítulo um, buscou-se traçar um quadro teórico da conjuntura econômica e política mundial, tendo como marco histórico o fim da 2ª guerra mundial. A ascensão e queda do *welfare state* europeu e o ressurgimento dos preceitos da economia clássica, agora sob a roupagem do neoliberalismo. Importante salientar que a situação brasileira foi particularizada em diversos momentos, compreendendo a distinção do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial. Também foi delineado um panorama das transformações do mundo do trabalho e das políticas de educação, em que se procurou compreender a dinâmica sobre a mudança de padrões do outrora capitalismo regulado, *fordista* (recontextualizado ao padrão de acumulação do Brasil), para formas mais flexíveis de regulação da força de trabalho que influem na formação humana dos futuros trabalhadores. Foram enfatizadas as sucessivas readequações pelas quais a educação, especialmente a educação superior, é convertida em prática social utilitarista a serviço de necessidades mercadológicas. Dentro dessa ação intencional que conforma a educação como uma *commodity*, também foi detectado o avanço da esfera privada sobre as práticas físico-esportivas, representados pelo crescimento do setor da economia ligado ao ramo *fitness*, que se ampara tanto no aumento do poder econômico, quanto nas relações de poder, vide a organização em entidades corporativas, como a Associação Brasileira de Academias (ACAD - nacional) e a International Health, Racquet and Sportsclub Association (IHRSA - internacional). Por fim, o estudo discute, brevemente, os conceitos de capital social e governabilidade. A discussão desses conceitos se justificou pela compreensão de que, no exame empírico da atuação do Conselho, este assume o papel de, ao organizar o campo da educação física, o faz no sentido de associá-lo aos intentos de governabilidade e de manejo da ordem social, em especial na juventude.

O segundo capítulo abordará a Educação Física enquanto dimensão da educação sob a perspectiva da omnilateralidade. Este capítulo procurará se apoiar na teoria marxista que fundamenta a concepção de homem como o resultado de suas relações sociais, as atividades humanas e sua ação transformadora da natureza pelo trabalho e pela técnica. Então, a discussão passa a contemplar a ação imperiosa da educação, entendendo-a como um fenômeno próprio dos seres humanos. O resgate das formulações teóricas ou das experiências socialistas de educação será constatado através das contribuições de Pistrak, Gramsci e Saviani. Por último, será apresentado um breve quadro teórico que sistematiza e coloca a

Educação Física nos marcos da educação omnilateral, por meio da proposta da pedagogia crítico-superadora.

O capítulo 3 apresenta um panorama analítico sobre as mediações que sustentam o estudo. Mais especificamente, tratar-se-á das políticas (públicas e privadas) para a Educação Física, esporte e lazer, compreendendo-as como uma dimensão importante, visto que estão incorporadas à Constituição Federal enquanto política de Estado e direito social. Com a hegemonia neoliberal, o sentido dessas políticas foi profundamente transformado. A precarização e o deslocamento conceitual da profissão docente também se enquadram nesse âmbito, uma vez que estas metamorfoses vêm alterando a função que tais profissionais exercem junto aos seus educandos e a representação que a sociedade em geral, tem cobrado destes. É igualmente emblemático que o professor de Educação Física vem sendo chamado freqüentemente de diversas denominações, que incluem *profissional*, instrutor, educador físico e até *personal trainner*, mas, professor, anda em baixa. Também se discutirá a inserção da Educação Física e das práticas corporais no contexto de crise do Capital, especialmente com a constatação do declínio da EF enquanto disciplina formativa na escola e o apontamento às práticas corporais fora da escola. Finalmente, reserva-se uma análise histórico-crítica sobre a regulamentação profissional e a criação do Sistema CONFEF/CREFs e a formulação das novas diretrizes curriculares de graduação em EF, compreendendo-as na ponta de lança para a manifestação da reconfiguração do campo.

O quarto e último capítulo objetiva responder se o CONFEF vem organizando a mercantilização do campo da Educação Física. Esta seção se divide em duas partes. Primeiro, procurou-se construir um quadro analítico sobre a atuação do Conselho junto a entidades empresariais, científicas, filantrópicas e federações esportivas. A análise da atuação do Conselho foi desenvolvida a partir da seguinte pergunta-orientadora: o CONFEF vem desenvolvendo um sistemático processo de institucionalização e construção de sua própria “legitimidade” para que, assim, pudesse falar em nome dessa nova categoria profissional?

Já a segunda seção almejou, à luz da parte anterior, trazer à tona as estratégias utilizadas na intervenção direta no campo profissional. Esta intervenção procurou se legitimar por meio de uma apropriação de temas em voga como a cultura da paz propagandeada pela UNESCO, para justificar a defesa dos interesses corporativos do setor. A ação do Conselho abrangeu também a defesa das empresas ligadas às praticas esportivas, a pretexto de uma ação em prol da categoria profissional. O Conselho incidiu também sobre o aparato estatal, em especial o ministério dos esportes, objetivando o seu fortalecimento corporativo e, com isso,

reforçando e legitimando as políticas oficiais do setor. Todas as mediações foram examinadas considerando as categorias-chaves do léxico neoliberal.

Ainda que a pesquisa tenha lacunas a preencher com o posterior amadurecimento teórico-político do autor, pode-se afirmar, sem se deixar levar por uma atitude arrogante ou petulante, que o estudo pretende contribuir para a compreensão dos desdobramentos recentes entre o mundo do trabalho, as políticas de educação e a Educação Física e que os professores, estudantes e demais interessados possam usufruir desta abordagem como instrumento de luta contra as “pedras no caminho”.

CAPÍTULO 1 - UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

1.1 NEOLIBERALISMO

Após a Segunda Guerra Mundial, a economia dos países europeus encontrava-se devastada. Por um lado, os Estados Unidos terminam a guerra em uma situação bastante privilegiada, solapando as demais potências mundiais. A União Soviética comandava o recém-ampliado bloco dos países socialistas no Leste Europeu. Preocupados com uma possível expansão do socialismo para os demais continentes, mas, especialmente, em desafogar as corporações estadunidenses que procuravam mercados externos para superar os limites da demanda efetiva interna, os Estados Unidos propuseram diversos tratados multilaterais, destinados a garantir a estabilidade dos mercados, o desenvolvimento da infraestrutura dos países periféricos e à reconstrução e atrelamento da dívida da economia europeia através do Plano Marshall.

Liderada pelos Estados Unidos, uma aliança global dos principais países capitalistas foi feita com o objetivo de evitar uma aniquilação mútua e encontrar uma forma racional de enfrentar a sobreacumulação atingida na década de 1930, situação parcialmente resolvida pela destruição de capital no continente europeu devastado pela Guerra. Para atingir tal objetivo, seria necessário compartilhar os benefícios do desenvolvimento da economia e a abertura de novos mercados. Outra decorrência da Guerra foi a aceleração do processo de descolonização na África e na Ásia. Como os países coloniais estavam engajados na Guerra, o controle sobre as colônias ficou mais débil, propiciando condições excepcionais para a descolonização. Entretanto, essas lutas anti-coloniais muito rapidamente deslocaram grande parte da Guerra Fria para as periferias. Por isso, o apoio estadunidense aos países em desenvolvimento e à descolonização de países africanos e asiáticos (HARVEY, 2005).

Ao final da 2ª guerra mundial, representantes dos países vencedores reuniram-se em Breton Woods para definir as regras de relações comerciais e financeiras internacionais. Os acordos em Breton Woods foram iniciativas de regular a ordem monetária e reconstruir o capitalismo mundial para o período pós-guerra. De lá surgiram instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês).

O acordo em Breton Woods garantia o livre comércio entre nações por meio de um sistema monetário internacional estável, baseado no padrão-ouro. Entretanto, ao mesmo em que garantia o livre comércio, ele estabelecia a possibilidade resguardos econômicos aos

Estados nacionais, no caso de ciclos de crise econômica, especialmente agindo sobre a entrada e saída de capitais especulativos das bolsas de valores, inclusive limitando a posse de moeda estrangeira no seu território e de operações por bancos estrangeiros.

Na referida época, o Estado nacional de diversos países se caracterizava por uma alta participação deste nas compras e rendas geradas internamente e de relações altamente reguladas com a iniciativa privada. Assim, os Estados nacionais protegiam sua economia de eventuais crises.

O Estado keynesiano, presente em graus distintos em vários países, se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias do período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação.

A força das insurreições e dos movimentos socialistas nascidos na resistência ao fascismo e nas lutas de libertação se fez sentir nas disputas que se seguiram ao pós-Guerra. Os socialistas, apoiados pela União Soviética, se espalharam rapidamente por todo o Leste europeu e dividiram a principal potência econômica européia, a Alemanha, mantendo forte influência na França, Itália e Inglaterra. Essa ofensiva levou o capital a fazer concessões importantes ao trabalho, configurando um período em que o capital se viu obrigado a ceder parte do excedente econômico na forma do Estado social. Uma vez constituído, o Estado social se manteve relativamente estável por meio de uma aliança tácita entre patrões e sindicatos, bem como num tenso consenso entre a direita e a esquerda política. Para administrar as diferenças de interesses, o Estado atuava presidindo as negociações institucionalizadas entre capital e trabalho, na época conhecidos como “parceiros sociais” (HOBBSAWM, 1995).

Foi uma época que o historiador inglês Eric Hobsbawm denominou como a “Era de Ouro” do capitalismo. As principais metas que os governos social-democratas almejavam eram a regulamentação e garantias do pleno emprego, educação, saúde, previdência social e moradia. Outra função dos governos seria a formulação de políticas de distribuição de renda através da taxa progressiva e fiscalização de trustes e cartéis.

Uma explosão da economia durante os anos de 1953 e 1975 baseou-se na expansão de bens de consumo em massa, com o crescimento da produção industrial girando em torno de seis por cento ao ano. O modelo de produção industrial de Henry Ford espalhou-se por todo o

mundo, das construções de habitações a *junk food*. Bens e serviços antes relegados apenas à alta burguesia, agora já abarcava a classe média. As viagens a locais ensolarados, a geladeira, o telefone e a lavadora de roupas tornaram-se o padrão de conforto desejado por todas as famílias européias (HOBSBAWM, 1995; SEVCENKO, 2001).

Diante de tal cenário macroeconômico, era fundamental que os comportamentos de todo tipo de indivíduos fossem congruentes com o status quo e com o *modus operandi* do capitalismo monopolista, através dos hábitos cotidianos, práticas políticas e formas culturais que permitam que o sistema capitalista adquira suficiente ordem para funcionar de modo coerente por um dado período de tempo (HARVEY, 1996).

Embora concordemos com as sínteses de Eric Hobsbawm, David Harvey e Nicolau Sevcenko, entendemos que Mézáros é o autor que acrescenta a visão mais concreta e coerente a partir da opção de fundamentação teórica do estudo, o marxismo. O autor reconhece que houve concessões por parte do capital ao trabalho. Contudo, apesar de todas as mistificações sociais-democratas e keynesianas da viabilidade de um “capitalismo de Estado”, o verdadeiro fundamento material da expansão e crescimento no período do pós-guerra foi o intenso dinamismo do complexo militar-industrial. O complexo militar-industrial estadunidense ocupou com folga a posição dominante naquele período, seguido pela Grã-Bretanha, França e Itália. Inicialmente, Japão e Alemanha sofreram restrições quanto ao seu rearmamento por conta dos tratados de paz. Contudo, no início dos anos 50, com o reagrupamento das alianças militares rachadas entre o bloco estadunidense e o bloco soviético, Japão e Alemanha (posteriormente, Alemanha Ocidental) se encontram liberados a montar e expandir sua logística militar-industrial. Por conta do Plano Marshall de socorro dos Estados Unidos aos países do bloco ocidental europeu e, posteriormente, ao Japão, ocorreu uma estreita interligação entre as economias de todos esses países, fazendo com que permanecessem em verdadeira dependência aos aviltantes orçamentos (e deficitários) de defesa dos Estados Unidos (MÉSZÁROS, 2002).

Enquanto isso no Brasil, o Estado assume uma posição preponderante através da indústria pesada, servindo como articulador dos interesses capitalistas ao planejamento de metas nacionais. Apesar do Produto Interno Bruto brasileiro ter decuplicado entre 1945 e 1980, o poder público mostrou-se pouco presente no que concerne à políticas de distribuição de renda e assistência social (MATTOSO, 1995).

O Brasil entre as décadas de 40 e 70 desenvolveu um parque industrial importante, uma alta taxa de expansão dos empregos assalariados, especialmente no setor secundário da

economia, que abrigava no início da década de 80 cerca de 36% das ocupações empregatícias (POCHMANN, 1999).

Mesmo inserindo-se tardiamente no processo de industrialização, o país implementou no pós-guerra as bases para a solidificação de uma economia urbana e industrial, incorporando indústrias pesadas como aço, química, petróleo e eletricidade. No entanto, o pós-guerra foi o período em que os investimentos diretos estrangeiros, por meio de filiais, começaram a se expandir em larga escala. Assim, as empresas multinacionais construíram um sistema global de produção onde cada parte integrante passou a ser cada vez mais dependente da outra. O capital foi conquistando cada vez mais independência e mobilidade frente aos governos.

Nos anos 60, o capital multinacional reage sobre as regulações impostas pelos Estados nacionais, utilizando inclusive métodos ilícitos, como superfaturamento de sua contabilidade e criação do mercado financeiro dos paraísos fiscais em países longínquos do cenário econômico. A queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou um problema fiscal para os Estados Unidos. A substituição das importações pelo Terceiro Mundo, bem como a ascensão econômica de países europeus (especialmente a Alemanha) foram sinais da redução do poderio estadunidense.

Diante desses sinais de enfraquecimento, os Estados Unidos adotam uma postura passiva cujos problemas com a balança de pagamento são ignorados, mantendo o seu nível de atividade econômica e obrigando os demais países a ajustarem suas taxas de juros e câmbio. Com a perda de espaço do cenário macroeconômico, às custas de uma aceleração da inflação, o dólar começou a solidificar-se como moeda-padrão internacional (MATTOSO, 1995).

Em fins dos anos 60, o Estado estava atrelado a muitos compromissos de assistência social, especialmente intensificado sob a pressão da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que as finanças do Estado entravam em declínio, as corporações internacionais viram-se com muita capacidade excedente inutilizável, com acentuada queda da taxa de lucro. Foi o sinal de que uma profunda reestruturação era necessária ao capital (HARVEY, 1996).

Segundo o entendimento de David Harvey (1996), o período compreendido entre 1965 e 1973 “tornou cada vez mais evidente a incapacidade do *fordismo* e do *keynesianismo* de conter as contradições inerente ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser apreendidas por uma palavra: rigidez” (p.135). Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável;

havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho; e havia a resistência da classe trabalhadora organizada nos sindicatos e partidos de esquerda.

O único instrumento flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda, mesmo que ela não tenha lastro. Assim, começou uma onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Para finalizar, os efeitos da decisão dos países da OPEP de aumentar os preços do petróleo e a decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973, fez com que a economia mundial sofresse um grande abalo. Houve uma forte deflação entre 1973-75 o que acabou expondo a farsa dos preços dos últimos anos do período keynesiano.

Num processo de saturação da comercialização de bens duráveis, a desaceleração econômica foi questão de tempo. Aos poucos, o capital internacional foi minando as regulações impostas pelos Estados, até que em 1973, os Estados Unidos, numa decisão unilateral, decidiram abandonar o padrão-ouro como base de sustentação cambial, o que provocou um efeito de completa liberalização dos controles cambiais. Sem as restrições dos Bancos Centrais, o capital financeiro poderia especular livremente as oscilações de valor entre as moedas fortes do mercado internacional (SEVCENKO, 2001).

A crise do capital, como ressalta Moraes (2004) expressaria “em boa medida (a crise) o resultado do sucesso do modelo de acumulação precedente” (p.316). De uma forma bem direta, os capitalistas prosperaram e ganharam tanto dinheiro que já não havia espaço para todos. Daí surge à necessidade de se reformarem os Estados nacionais, assim como promover uma reestruturação produtiva no mundo do trabalho. O intenso controle de capitais foi deixado de lado em favorecimento a uma guerra de incentivos fiscais e vantagens econômicas para a instalação de grandes corporações, conferindo a elas um enorme poder de barganha.

A célebre frase “o consenso não é outra coisa que a falta de princípios” dita pela ex-primeira ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, ilustra o exemplo do que representaria seu mandato após a eleição em 1979. Depois de viver cerca de 30 anos da “Era de ouro”, o capitalismo dos países centrais passava a enfrentar reveses sucessivos, como altas taxas de desemprego, inflação, baixas taxas de crescimento econômico.

O desamparo provocado por essas dificuldades fez ressurgir o pensamento liberal. A solução que antes era decidida na base do consenso entre sindicatos, empresariado e Estado, agora era a partir do confronto, da luta contra os sindicatos, o atraso da indústria e o gigantismo do Estado. A ortodoxia monetária substituía o Estado de Bem-Estar Social e o principal objetivo não é mais o pleno emprego, mas sim, o combate à inflação e o pagamento das dívidas com o capital financeiro.

Cabe dizer que a ideologia neoliberal contemporânea, essencialmente, soa como uma ode ao mercado e a livre iniciativa empresarial, aparentemente, rejeitando a intervenção do Estado na economia. Contudo, sua trajetória dos últimos 25 anos tem mostrado que o Estado é essencial para o avanço da liberalização, privatização e desregulamentação das esferas sociais.

O discurso neoliberal retoma o antigo discurso burguês do século XVIII, concretizando-o sob as condições específicas de sua era. Armando Boito Junior afirma que esse deslocamento histórico introduz uma cisão na ideologia neoliberal, instaurando uma contradição entre seus princípios doutrinários gerais e suas propostas de ação prática. Desse modo, no discurso neoliberal articulam-se de modo contraditório e complementar uma ideologia teórica (a apologia ao mercado numa época de capitalismo concorrencial) e uma ideologia prática (correspondente à fase do capitalismo monopolista, do imperialismo e da financeirização da economia). Essa exaltação ao mercado procura mostrar superioridade do mercado frente à ação do Estado sob dois aspectos. O primeiro seria econômico, em que o jogo da oferta e da procura supostamente permitiria indicar as reais necessidades da sociedade e pune as empresas ineficazes no processo de venda de suas mercadorias. O segundo seria político e moral. Imerso num ambiente de concorrência e liberdade de escolha, o consumidor se desenvolveria moral e intelectualmente em ocupar o espaço que suas possibilidades materiais lhe permitem (BOITO JR, 1999).

Baseado numa interpretação evolucionista da história, o (neo) liberalismo se reveste de uma aura desideologizante, onde seus resultados não seriam frutos de uma construção teórica, mas do desejo de estender e generalizar os efeitos benéficos dos limites impostos pelas restrições de poderes a serem exercidos pelo governo (HAYEK, 1998).

Hayek sugere que através de uma ordem autogerada pelos membros da sociedade, a aplicação de regras universais de conduta justa tornar-se-á muito mais efetiva do que jamais se poderia produzir mediante arranjos deliberados. Neste caso, a função do governo deveria se restringir a garantir a aplicação dessas regras societais (HAYEK, 1998).

As regras seriam criadas independente de objetivos na sociedade livre *nomocrática* (governada pela lei), conforme expressa Hayek (1998) enfatizando que “a importância da ordem espontânea está no fato de que estende a possibilidade de coexistência pacífica dos homens para seu benefício mútuo para além do pequeno grupo cujos membros têm objetivos comuns, concretos” (p.50).

No que tange aos indivíduos, estes deveriam ser completamente livres para perseguirem seus objetivos particulares, ao invés de estarem sob algum tipo de desígnio ou ordem política. Sendo livres, os indivíduos poderiam formar uma rede muito mais complexa e

diversificada de habilidades e conhecimentos, prestando um melhor serviço à sociedade. Caberia a cada um detectar suas principais aptidões e utilizá-las para a consecução de suas finalidades.

Uma mudança significativa trazida pelo pensamento neoliberal foi o combate a políticas de direitos universais. O ideário é que, se as forças do mercado são imprevisíveis, cabe ao indivíduo se esforçar o suficiente para alcançar seu sustento. Por isso, não faria sentido descrever como justa ou injusta a forma pelo qual o mercado distribuiu a renda entre as pessoas, já que conceitos como “preço justo”, “remuneração justa”, “distribuição justa da renda” se forjariam através da auto-regulação da *catalaxia* (HAYEK, 1998).

Qualquer tentativa de universalização de política social, portanto, seria um atentado à democracia liberal, logo, autoritária. Hayek (1998) compreende que “o termo distribuição é, nesse sentido, tão enganoso quanto o termo economia, uma vez que sugere também que algo que na verdade resulta de forças ordenadoras espontâneas seja consequência de uma ação deliberada” (p.57). O referido autor propõe o termo dispersão de renda, no lugar de distribuição. A dispersão da renda estaria enquadrada nos moldes da ordem espontânea do mercado, já que, nesse caso, a renda “escoaria” aos mais capacitados, habilitados e afortunados em merecê-la. Caberia ao Estado proporcionar aos indivíduos a empregabilidade necessária para vender sua força de trabalho.

As dificuldades surgidas com a crise estrutural do capital impossibilitaram qualquer tentativa brasileira em atingir um nível de bem-estar social semelhante ao europeu. A elevação da inflação aliada à ruptura do padrão de desenvolvimento favorecem a uma estagnação no campo produtivo, extinguindo os antigos ciclos de crescimento econômico.

Harvey (2005) chamou a atenção de que ao capital restava realizar ajustes “espaço-temporais”. O excedente de trabalho e de capital podem ser absorvidos por investimentos de capital em projetos em longo prazo (pouco utilizado) ou na abertura de novos mercados. Esses novos mercados encontravam-se nos próprios países de origem através dos serviços públicos prestados por empresas estatais.

Para a implantação de seus princípios, o sistema capitalista dispunha de instituições financeiras criadas na trilha do pós-guerra como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O Banco Mundial foi criado em 1944 e, inicialmente, suas ações estavam mais voltadas à reconstrução dos países devastados pela 2ª guerra mundial, passando em seguida a investimentos na infra-estrutura de países na América Latina, Ásia e África.

Na década de 70, durante a gestão de Robert McNamara (1968-1981), o Banco Mundial passou a diversificar seus investimentos de forma a atender mais incisivamente suas

demandas do ponto de vista político-ideológico. Assim, foram feitos empréstimos para restauração de monumentos históricos, programas de combate à miséria, além de projetos educacionais. A instituição aprimorou sua estratégia para ajustar a economia dos seus países devedores. Com a fixação de representantes em determinadas regiões, a instituição colhe os diagnósticos a partir de um monitoramento da política econômica e a fiscalização quanto ao bom uso do dinheiro emprestado. O banco tem justificado a necessidade de sua intervenção e liderança no combate ao atraso econômico e à pobreza devido ao fato de que as oligarquias conservadoras no poder atrapalham o desenvolvimento, assim como as dificuldades do governo federal em planejar a educação, a necessidade da abertura dos mercados para empresas multinacionais, da privatização do ensino público e da implantação de uma cultura empresarial nas escolas (SILVA, 2003).

Sua relação com os países associados funciona de forma a garantir que o dinheiro emprestado seja aplicado em concordância com o ideário preconizado pelo Banco. Há um mecanismo de articulação entre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, onde sem o aval do Fundo, não há possibilidades de que o país possa negociar empréstimos.

A privatização e a redução do gasto público são premissas que condicionam a participação do Banco, que, em consonância com a ideologia neoliberal, consideram que os mercados são mais versáteis do que as estruturas burocráticas do Estado, logo, seriam mais eficientes e econômicos com relação aos recursos emprestados do que o setor público (TORRES, 2001).

A preocupação desses organismos internacionais em relação aos países periféricos se materializou em algumas doutrinas propagadas pela reunião de 1989 que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. Segundo Silva Jr. e Sguissardi (1999) seus principais termos assim se traduziriam:

- 1 - equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos;
- 2- abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias;
- 3- liberalização financeira, por meio de reformulação das normas que restringem o ingresso do capital estrangeiro;
- 4- desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado como controle de preços, incentivos etc.
- 5- privatização das empresas e dos serviços públicos (p.26).

Ainda que tardiamente, em relação a outros países da América Latina, o Brasil também recebeu forte interferência de organismos financeiros, especialmente após a renegociação de suas dívidas na década de 80. Desde então, o país foi tomado por uma idéia

de que deveria se tornar seguro para a entrada do capital estrangeiro e, para isso, alguns ajustes deveriam acontecer. A desregulamentação das leis e uma elevação na taxa de juros serviriam para atrair o capital financeiro para que ele pudesse transitar livremente. A privatização dos serviços públicos forneceria um campo até então intocado para os investidores expandirem seus negócios. Por outro lado, anulava de vez a possibilidade do Estado em fazer uma política econômica e social autônoma.

A crise global do capital foi escamoteada como uma simples crise de ajuste fiscal do Estado. O Estado, o patrimônio público e seus serviços passaram a ser motivos de chacota e ironias com o objetivo de sedimentar a idéia da ineficiência e rigidez da máquina pública. A modernização da administração pública seria resultado de um projeto de reforma que, ao mesmo fortalecesse o núcleo estratégico do Estado, mas que descentralizasse os serviços considerados como não-exclusivos do Estado. Seu controle seria realizado através de "agências executivas" ou "organizações sociais".

A reforma do Estado permitiu que houvesse a existência de mais de um regime jurídico na contratação de funcionários, o que manteria o regime jurídico estatutário apenas para os funcionários do núcleo estratégico do Estado. Seu principal mentor foi o então Ministro da Administração do governo Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira. Era preciso mudar a natureza da administração pública e os princípios que norteariam a gestão do Estado. Segundo o ministro citado por Silva Jr. e Sguissardi (1999), no núcleo burocrático o princípio administrativo fundamental seria o da efetividade; já no setor de serviços, seria o da eficiência, calcado na relação entre qualidade e custo dos serviços.

Para se adequarem à nova estrutura de Estado nacional em uma conjuntura de ajuste fiscal, reestruturação produtiva e a abertura comercial, os governos latino-americanos remodelaram suas formas de gestão. Uma inovação trazida pela onda neoliberal foi o conceito de propriedade pública não-estatal. Segundo seus defensores, o Estado, ao longo do século XX, se perdeu em um imenso burocratismo e rigidez dos direitos sociais, deflagrando o corporativismo na estrutura estatal. Tal característica tornava o aparelho do Estado ineficiente no gerenciamento dos recursos públicos.

Abalados por uma crise fiscal que os obriga a desviarem recursos de investimentos sociais a pagamento de dívidas com os credores internacionais, forjou-se um ideário de que o Estado não tem capacidade de administrar sua verba, sem que haja percalços como incompetência, improbidade, corrupção etc. A situação da crise da gerência do capital vem aventando a inabilidade dos governos em encampar suas propostas de campanha e, vem com isso, sugerindo novos modelos de administração pública.

Apontado por Morales (1999), essa crise de governança teria três eixos fundamentais: a) de natureza financeira, referente ao déficit nas contas públicas; b) de natureza administrativa, decorrente da ineficiência do modelo burocrático de gerir as organizações estatais; c) de caráter estratégico, quanto à maneira inadequada do Estado para intervir nas atividades sociais. Esse esforço de superação da crise do Estado, segundo o referido autor “vem-se traduzindo em redefinir o modo de financiamento e de organização das políticas públicas sociais para garantir a efetividade na resposta às demandas sociais e maior eficiência na produção dos serviços” (p.52).

No momento em que a globalização exigiria modalidades mais eficientes de administração pública, os defensores da privatização do Estado defendem que a organização pública não-estatal atenderia a demanda de executar os serviços sociais garantidas pelo Estado, especialmente na oferta de serviços de educação, saúde e cultura com financiamento do Estado. O espaço público não-estatal seria também um espaço da democracia participativa cidadã nos assuntos públicos (BRESSER PEREIRA & CUNILL GRAU, 1999).

Os serviços considerados não-exclusivos do Estado mais relevantes seriam as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. Transformando-os em "organizações sociais", estes antigos segmentos financiados pelo poder público, ganhariam "autonomia financeira" para captarem recursos oriundos da iniciativa privada para que pudessem se auto-sustentar.

Sendo assim, o período neoliberal vem sendo caracterizado por um crescimento econômico lento e apenas em pequenos ciclos; cortes no estado de bem-estar social; o Estado parece ter menos força política; partidos políticos frágeis e substituídos por outras organizações; relações de trabalho fragilizadas; blocos econômicos regionais (MORAES, 2004).

A intenção do projeto neoliberal era tornar o Brasil seguro para o livre fluxo de capitais, que se aproveitavam das altas taxas de juros definidas pelo Banco Central para obterem rendimentos magníficos, e ainda sob a garantia de que o país “honraria” todos os seus compromissos financeiros. Diversas amarras foram criadas como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o acordo estabelecido com o Fundo Monetário Internacional de pagamento de superávits primários.

Toda essa arquitetura política requeria obviamente um robusto suporte no terreno das ideologias. Uma das idéias-força que estruturou o pensamento dominante no neoliberalismo foi a tese de que as mudanças tecnológicas provocaram o fim da centralidade do trabalho, conforme a proposição largamente difundida por intelectuais como Claus Offe, André Gorz e

Jürgen Habermas e logo adotada pelos teóricos da “sociedade do conhecimento”, da “sociedade pós-industrial” e similares. O cerne dessa questão, como observa Ricardo Antunes (1999) é a tentativa de suprimir a centralidade do trabalho na constituição do ser social e, conseqüentemente, as lutas de classes centradas na esfera do trabalho.

1.2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

“Pressupomos o trabalho de um modo que o assinala como exclusivamente humano. Uma aranha desempenha operações que se parecem com a de um tecelão e a abelha envergonha muito arquiteto na construção de seu cortiço. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”
(Karl Marx, 1º volume de ‘O Capital’)

O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é o que distingue a espécie humana. Os seres humanos têm a capacidade de realizar uma divisão do trabalho seguindo suas preferências, construções históricas e aptidões. No entanto, no sistema capitalista, os trabalhadores são separados dos meios de produção e só tendo acesso a eles por meio da venda de sua força de trabalho. Vendendo sua força de trabalho, o emprego passa a ser uma célula de expansão da reprodução e expansão do capital através da expropriação de parte de sua remuneração, a chamada mais-valia.

A necessidade de potencializar seus lucros tem levado o capital a estudar mecanismos de intensificação da exploração da força de trabalho. Taylor introduziu o estudo do tempo como parte de seu empenho para obter o controle sobre o trabalho, tendo como principal instrumento o cronômetro. Já Frank Gilbreth acrescentou ao estudo do tempo, o conceito de estudo dos movimentos básicos do corpo, inovando ao utilizar um cronociclógrafo (fotografia do local de trabalho com a superposição dos ritmos do movimento), fotografias estroboscópicas (lentes da câmera abertas para mostrar as posições mutáveis assumidas pelo trabalhador) e a fotografia móvel (BRAVERMAN, 1981).

A esse empenho em aplicar métodos científicos na organização do trabalho denominou-se *gerência científica*. Sua principal preocupação está em adaptar a força de trabalho às necessidades do processo produtivo do capital. A principal conseqüência trazida

pela gerência científica foi a consolidação da separação no processo de trabalho entre a fase de concepção e a de execução para a fabricação da mercadoria. Em um local são executados os trâmites físicos da produção; em outro, estão concentrados o projeto e seu planejamento. Assim, os ofícios são quase extirpados de qualquer relação com a ciência. O vínculo entre a classe trabalhadora e a ciência era realizada por meio de sua profissão, onde o conhecimento técnico-científico era aplicado na prática de seu labor.

Para dar conta de uma mudança tão abrupta, surgiu dentro das universidades um complexo de disciplinas que seriam destinadas ao estudo do trabalho. O principal objetivo seria em como induzir o trabalhador a melhor cooperar com a nova engenharia industrial (BRAVERMAN, op. cit.).

O primeiro eixo de estudo foi realizado através da Psicologia Industrial onde sua premissa era de que, utilizando testes de atitudes comportamentais, seria possível determinar com antecipação a adaptabilidade do trabalhador ao emprego pela classificação de acordo com perfis definidos pela empresa. Como resultado, viram que o desempenho dos trabalhadores tinha pouca relação com a capacidade e os testes mostravam uma relação inversa, na medida que eles agiam coletivamente para resistir aos padrões e exigências patronais de ritmo de trabalho. Daí a ênfase nos estudos passou a ser as relações humanas formadas pelos grupos sociais na fábrica.

Contudo, um decisivo fator de adaptabilidade ao trabalho são as condições e forças socioeconômicas. Quando Henry Ford introduziu em 1914 a primeira esteira rolante, havia reduzido a um décimo do tempo a produção necessária para a montagem de seus carros. O *fordismo* é uma nova organização de produção em massa de mercadorias e intensificação da exploração do trabalho, com o objetivo de fabricar produtos por um preço relativamente baixo. Além do mais, é um modo de regulação para o capitalismo, pois leva o trabalhador a internalizar um *ethos* burguês.

O modelo *taylorista/fordista* erigiu-se sob um ideário de um capitalismo regulado e controlado pelo Estado, fundado e sustentado por meio de um compromisso mútuo entre capital e trabalho. Se, por um lado, a burguesia procurava acalmar seus empregados com algumas concessões financeiras, a classe trabalhadora arrefecia a luta *utópica* pelo socialismo, preponderando a negociação no plano institucional, dentro dos marcos do capitalismo.

O modelo *taylorista/fordista* foi implantado na grande indústria desde o início do século XX baseando-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e verticalizada. Na indústria automobilística, grande parte da produção era realizada internamente, recorrendo-se ao mínimo possível ao fornecimento

externo no setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, fazendo com que o ritmo de trabalho fosse sempre intenso (ANTUNES, 1999).

Se antes o trabalho era artesanal e o trabalhador dominava todo o processo de produção, a partir do *fordismo* o trabalho passa a ser fracionado e fragmentado, ou seja, os trabalhadores dominavam apenas uma única função no processo produtivo e o somatório de todos na linha de montagem, resultava na mercadoria. Por outro lado, a produção em massa é executada através da padronização de peças, o que simplifica o trabalho e reduz os custos da mercadoria.

A linha de esteira foi o símbolo maior dessa Era, exercendo fundamental importância ao capital porque, por um lado, mantinha a obrigação de atenção máxima de todos os trabalhadores, já que a linha de montagem dependia de um trabalho em equipe; além disso, forja um sentimento de cooperação entre os trabalhadores, já que a linha de montagem não pode ter erros e deve ser feita no ritmo certo, ou seja, a produção depende de cada um dos operários. Por outro lado, apropriava-se da dimensão intelectual do trabalho, alienando o trabalhador e instituindo a ele uma atividade meramente mecânica e repetitiva. Através de gestos mecanizados e repetitivos, ela interliga os trabalhos individuais sucessivos e fixa a cadência regular de trabalho objetivada pela empresa.

Mediante a organização do trabalho, a heterogestão vem se justificando enquanto forma adequada de gerência dos negócios. Taylor acresce à fragmentação do trabalho implantando divisão de funções entre gerência e trabalhadores. Considerando que os trabalhadores estariam impossibilitados de absorverem os processos de trabalhos, tais funções são transferidas à administração que deverá se responsabilizar pelo planejamento das tarefas a partir do total conhecimento do processo produtivo (KUENZER, 2002).

O Japão foi o cenário que, décadas depois, transformou os métodos de produção nas fábricas automobilísticas. Isso porque o país apresentava dificuldades intransponíveis para implementação do fordismo, especialmente no contexto do pós-guerra, quando os orientais saíram devastados pela derrota sofrida após seis anos de luta. Thomas Gounet (1999) enumera quatro questões: 1) era um mercado demasiadamente restrito, devido a pobreza dos japoneses naquele contexto histórico; 2) havia uma preferência por carros compactos, que estariam mais acessíveis economicamente e adaptados à configuração acidentada do território; 3) a demanda por modelos diversificados; 4) a falta de espaço territorial, que acarreta custos imobiliários mais elevados para a instalação das enormes fábricas *fordistas*.

Então, de modo que as empresas japonesas fossem tão competitivas quanto as estadunidenses, foram desenvolvidos novos padrões na organização da produção. A Toyota foi a empresa que capitaneou essas mudanças, que se resumem em seis pontos:

- 1) a produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo. Se no sistema fordista a meta era produzir o máximo, no toyotismo, isso não parece mais rentável. O sistema baseia-se na idéia de reposição de estoques devido às vendas e o crescimento, de acordo com o fluxo de vendas;
- 2) combate extremo ao desperdício. Evitar grande formação de estoques e obter máxima fluidez com transporte, estocagem, produção e controle da qualidade; eliminação do tempo em que as peças e materiais passam dentro da fábrica, no tempo que os materiais levam para serem trabalhados em relação com o tempo que eles gastam dentro da fábrica; e na distância percorrida pelos materiais dentro da fábrica.
- 3) o trabalhador deve se tornar polivalente, ou seja, deve ser capaz de operar diversos tipos de máquinas ao mesmo tempo. A relação homem/máquina é ainda mais intensificada;
- 4) a produção instala o *kanban*, uma placa que indica a qual peça da linha de montagem está ligada. Além disso, indica a necessidade de reposição imediata de estoques;
- 5) com uma demanda mais diversificada, a linha de montagem se adapta a essa multiplicidade de modelos;
- 6) o toyotismo não gerencia mais as empresas de autopeças. A relação é de subcontratação através de contratos sob o regime de fornecimento de mão-de-obra através da terceirização. Além do mais, esse sistema impõe aos seus fornecedores uma série de normas como uma distância máxima da fábrica, condições mais penosas de trabalho e regime de trabalho mais flexível. Assim, a montadora fixa as condições de preço, prazo e qualidade dos seus fornecedores, conferindo-se um poder de barganha muito maior (GOUNET, 1999).

Outro conceito acoplado a esse modelo de produção é o *just in time*, definido por Humphrey apud Leite (2003) como “a produção da quantidade certa, com a qualidade correta, no momento preciso em que foi requerida” (p.38). O *just in time* consiste num instrumento de otimização da relação entre o estoque de matéria-prima e a demanda requerida, através de um sistema de informações que fornece dados precisos sobre quantidade de produtos, tempo empregado e material a ser utilizado na fabricação.

Com o novo sistema de produção, a intensificação e a flexibilização do trabalho atinge níveis ainda maiores. A contratação de novos funcionários só ocorrerá em virtude de uma fase de amplo crescimento. Caso contrário, a política adotada é a manutenção de um número mínimo de operários contratados.

Quanto à administração do trabalho, as novas tarefas no emprego implicam em um maior envolvimento do trabalhador no conteúdo de seu trabalho. A redução de níveis hierárquicos e das funções de chefia e a introdução de sistemas mais abertos de participação e controle nos rumos da empresa, abre a possibilidade de que a empresa forje um trabalho mais humano, mas que, ocultamente, está se apropriando ainda mais do saber daquele indivíduo que domina o conteúdo do trabalho através da experiência prática.

A formação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) seguem essa lógica, onde o trabalhador é incitado a debater em equipe o seu cotidiano laboral e, assim, encontrar soluções que possibilitem um maior rendimento pessoal no trabalho e, obviamente, uma redução no custo da produção. Os CCQ acabam desempenhando um papel ideológico de envolver os trabalhadores com a empresa, visto que, com a redução de estoques, é necessária a máxima atenção e coletividade dos empregados para a continuação do ciclo produtivo.

Assim, a mudança nos padrões de produção da indústria atendeu como uma resposta à crise estrutural do capital, que procurou ser enfrentada apenas no plano fenomênico. A intenção era reestruturar o sistema somente na sua superfície, sem transformar os pilares essenciais do modo de produção vigente. Com o quadro crítico, o capital deflagrou diversas transformações no processo produtivo, conhecidas como formas de acumulação flexível. Houve uma série de novos conceitos como reengenharia, *lean production*, *team work*, qualidade total, toyotismo.

Essa crise modificou substancialmente a Divisão Internacional do Trabalho que, com o aprofundamento da concorrência intercapitalista, as grandes corporações transnacionais seguem uma lógica de fortalecimento entre si, promovendo uma série de fusões ou acordos econômicos para garantir a manutenção de seu predomínio no mercado mundial de transações comerciais.

Outra mudança constatada diz respeito aos investimentos diretos no exterior. Como já explicitado anteriormente, durante os anos 50 e 60, as empresas multinacionais dos países centrais da economia mundial expandiram filiais por diversas partes do globo, atraídas por custos mais baixos na produção.

Entretanto, a partir dos anos 80, esses investimentos são remodelados. Ao invés da instalação de filiais, as empresas formam redes de subcontratação vinculadas a si através do

uso de alguns serviços, especialmente montagem ou na obtenção de matérias-primas úteis ao processo produtivo. A idéia é de permanecerem o mais livre possível de investimentos de longa duração, com o intuito de explorar rapidamente oportunidades lucrativas (POCHMANN, 2001).

No intuito de atraírem (parcos) investimentos do capital internacional, rebaixa-se ainda mais o custo da força de trabalho através de recursos públicos para qualificação da mão-de-obra, aumento da jornada de trabalho, contratos temporários, fora os incentivos fiscais sempre oferecidos pelos governos subservientes.

Sobre a composição do emprego, a Organização Internacional do Trabalho citada por Márcio Pochmann divulga que as nações centrais da economia mundial têm 72% de sua mão-de-obra servindo ao setor terciário, enquanto o setor secundário vem se perifizando, pelo deslocamento das partes menos complexas, onde não se exige uma qualificação substancial do trabalhador e, por outro lado, com custo mais baixo para o empregador (POCHMANN, 2001).

Nestes termos, a Divisão Internacional do Trabalho vem se constituindo em uma polarização entre os países periféricos com sua produção de manufatura, baixa qualificação profissional e salários mais baixos contra os países centrais produzindo bens industriais de alta tecnologia e a concentração dos serviços da inteligência científica.

Em vez do especialista em generalidades, a perspectiva dominante é a do profissional multifuncional e a do “*job rotation*”, onde o trabalhador deve ser capaz de aprender rapidamente novas habilidades e conhecer todas as dimensões de atuação da empresa para que possa contribuir em qualquer área no caso de ser chamado para tal.

Ao mesmo tempo em que se observa uma retração no emprego industrial, estável e especializado, o trabalho no setor de serviços foi bastante expandido nas últimas décadas. Se antes o que imperava na fábrica era o emprego formal, com vigência dos direitos trabalhistas, agora, o trabalho desregulamentado, temporário, terceirizado e *free lancer* é o que vem imperando em escala global, inclusive no setor público. A reestruturação produtiva do capital extinguiu com boa parte das vagas no setor industrial, criando assim enormes parcelas de trabalhadores excluídos como os jovens e os “idosos para o capital” (aqueles com mais de 40 anos). Além disso, as mulheres prosseguem tendo vencimentos inferiores aos dos homens. (ALVES & ANTUNES, 2004).

Os desdobramentos decorrentes da conjuntura no mundo do trabalho vêm desenvolvendo, assim, o chamado terceiro setor. Ele vem se caracterizando por absorver uma mão-de-obra que foi excluída do mercado formal, sendo um contraponto à situação de desemprego, ainda que, de maneira mais precarizada. O terceiro setor tem sido impulsionado

por ONG's ou associações para atuar justamente no âmbito onde o Estado e o sistema capitalista deixam lacunas. Por conseguinte, o que tem se observado é que o Estado vem atribuindo funções de prestação de serviços a essas organizações, desresponsabilizando-se da administração e participando apenas como financiador e regulador, papel condizente com o Estado moderno neoliberal.

Para Rifkin (1995), a formação de organizações não-governamentais e comunidades de interesses próprios vêm ao encontro de suprir as deficiências causadas pelo descaso do setor governamental e a globalização. Segundo o autor, o Estado deveria prover um alinhamento com uma economia social que restaure “a vida cívica da nação. Alimentar os pobres, fornecer serviços básicos de saúde, educar os jovens da nação, construir moradias a preços acessíveis e preservar o meio-ambiente são as metas” (p.273).

Ao mesmo tempo, o autor entende a criação destas comunidades como um novo nicho de mercado de trabalho a ser aberto, seja por emprego tradicional, seja por salários indiretos (dedução de impostos, desconto na previdência social etc.). Posturas como as assumidas por Jeremy Rifkin atrapalham e confundem ainda mais àqueles que ambicionam e lutam por transformações sociais radicais. Por mais bem intencionada que possa ser sua idéia, antes de mais nada, mostra uma postura conservadora em não atacar o problema da espetacular acumulação e o incremento do capital monopolista e ainda reforça a naturalização do *establishment*. Neste caso, o Estado deve seguir em seu rumo catastrófico de ser apenas um “aliviador de pobreza e miséria”.

Ao considerar o quadro macrosociológico e macropolítico do capitalismo de hoje, o estudo não pretende aplicar esses aportes para uma compreensão mecânica da realidade brasileira, como já apontado ao longo do texto. As proposições clássicas de Marx, Lênin e Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no território mundial e nas diversas formações sociais concretas é algo que não pode ser desconsiderado. A recontextualização dessas medidas, políticas, orientações é uma preocupação permanente do estudo que será buscada não apenas na dimensão econômica, mas, na seção a seguir, na análise da educação.

1.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Durante as décadas de 60 e 70, a educação nos países centrais foi concebida a fim de que estivesse vinculada ao serviço do planejamento econômico do país, visando ao seu desenvolvimento e a inserção na disputa comercial entre as economias centrais. Este ideário,

que se apoiava na justificativa de que um incremento no investimento em educação faria com que houvesse um subsequente incremento no acréscimo e distribuição da renda nacional, ficou marcadamente conhecido como a Teoria do Capital Humano.

O propósito maior seria modelar a educação, do ponto de vista pedagógico e de seu planejamento, às necessidades de qualificação de mão-de-obra demandadas pelo mercado de trabalho, especialmente ao parque industrial, que apresentava altos índices de crescimento. Para a realização de tal medida, o governo militar levou adiante uma reforma do ensino médio através da lei 5692/71, que instituía, compulsoriamente, a profissionalização universal do ensino médio. Após diversas dificuldades, tanto no ensino público, quanto no privado, o governo nacional assume o fracasso do plano, desobrigando as escolas de oferecerem a qualificação profissional aos seus alunos (RODRIGUES, 1997).

Em meio a mudanças ocorridas na economia mundial, os países da América Latina sofreram com a falta de recursos que estava atrelada ao pagamento de dívidas externas e à dívida pública em geral. Desta forma, debruçavam-se sobre meios de reduzir os gastos públicos do governo federal, mas, concomitantemente, com a meta de aumentar a escolaridade da população. Parece difícil compreender como realizar investimentos sociais sem verbas públicas suficientes.

A tarefa foi executada através de mudanças substanciais executadas nas estruturas do Estado. Essas tarefas se concentraram em descentralizar responsabilidades do governo federal e buscar financiamentos alternativos através de fontes locais, sejam públicas ou privadas. As reformas financeiras, que reduziram o total de recursos públicos disponíveis, tinham o objetivo de organizar de um modo mais produtivo o aproveitamento escolar e as qualificações profissionais, produzindo capital humano para inserir o país de uma maneira mais competitiva na economia mundial. Desse modo, a formação do capital humano foi orientada pelos conceitos de equidade e empregabilidade social (CARNOY & CASTRO, 1997; OLIVEIRA, 2004).

A formação do capital humano sob esses paradigmas, também encontra respaldo pela noção de competências, que é apresentada por Ramos (2002) como resultado de um “deslocamento conceitual” de qualificação, no atual momento histórico da relação trabalho-educação. Segundo a autora, o conceito de qualificação “ordenou historicamente as relações sociais de trabalho e educativas, frente à materialidade do trabalho produtivo” (p.41). Dessa maneira, o conceito formalizou regulações sociais oriundos do pós-guerra, numa época em que o setor secundário se expandia velozmente no Brasil e o pensamento desenvolvimentista comandou a política nacional (não sem contradições entre os diferentes governos).

O momento histórico de predominância do *taylorismo-fordismo*, o conceito de qualificação esteve restrito às relações diretas, por um lado, com a formação, os diplomas e os códigos das profissões. Contudo, sob a égide neoliberal, as dimensões da qualificação são agora fortemente questionadas como o sistema de classificação, carreira e salários baseados nos diplomas, portanto, em profissões bem definidas, seria inadequado à instabilidade das ofertas de emprego e a gestão flexível no interior das organizações. A crise do emprego contribui para a deterioração do conceito de qualificação. Ao lado da retração e reconfiguração do emprego industrial, ampliam-se as atividades do setor terciário. A lógica da qualificação desenvolveu a diretriz da carreira, em que sua progressão era acompanhada de regras sobre critérios objetivos e de antigüidade. As novas formas de gestão de trabalho fazem incidir sobre os próprios trabalhadores a responsabilidade por gerar condições de promoção.

Ganha forma e peso a noção de competência. Em uma síntese da autora supracitada, as competências seriam “as estruturas ou esquemas mentais responsáveis pela interação dinâmica entre os próprios saberes do indivíduo e os saberes já construídos pela humanidade” (p.163).

Com a competência, o saber-fazer proveniente da experiência, as memórias da história individuais ou coletivas dos trabalhadores são colocadas em voga ao lado dos saberes mais teóricos tradicionalmente valorizados na lógica da qualificação. Fundamentada sobre a valorização da implicação subjetiva no conhecimento, ela desloca a atenção para a atitude, o comportamento e os saberes tácitos dos trabalhadores (RAMOS, 2002).

A emergência da noção de competência é fortemente associada a novas concepções de trabalho baseada na flexibilidade, instabilidade e reconversão permanente em que se inscrevem atributos como autonomia, responsabilidade, comunicação e polivalência. O exercício da competência não existe sem a profundidade dos conhecimentos que poderão ser mobilizados na situação. Pressupõe-se que o sujeito mobilize suas aprendizagens em favor das situações. Para tal êxito, ao indivíduo são requisitados parâmetros como capacidade de abstração, cálculos matemáticos, pró-atividade, liderança, resolução de problemas, trabalho em equipe etc.

Portanto, se o indivíduo estiver apto a mobilizar as competências requeridas pelo seu cargo aliado a um histórico de saberes teóricos construídos através de cursos de qualificação profissional, poderíamos concluir que ele se constitui em um trabalhador praticamente empregado? Não, a definição mais precisa não seria empregado, mas empregável. Apesar de parecidas, as palavras denotam significados diferenciados. Essa noção da empregabilidade tem uma estreita ligação com o esgarçamento e flexibilização dos direitos sociais e o

reordenamento das relações de trabalho. Gentili (1998) sintetiza esse pensamento apontando que

passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo [...] a uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho” (p.81).

A apologia da empregabilidade atua de maneira a manter o predomínio do capital sobre o trabalho. Um grandioso “exército de reserva” é educado a esperar a sua chance no mercado e se manter em constante atualização profissional, mediante a certos aspectos comportamentais e atitudinais, para quem sabe um dia, serem selecionados por uma empresa que lhes dê uma oportunidade. Fomenta-se uma verdadeira educação para o desemprego estrutural.

O setor educacional exerce um importante papel na manutenção desse *status quo*, com uma intensa proliferação de cursos livres, extensão e pós-graduação, difundindo a noção da empregabilidade em que se promete o oásis àqueles que se conscientizarem de que “não podem ficar inertes” e que, caso se qualifiquem ao trabalho, (man)terão seu emprego. Assim, o desemprego, o subemprego ou os baixos salários é forjado por uma situação que responsabiliza unicamente o trabalhador por seu fracasso.

A obtenção de constantes certificações que atestem uma suposta competência para o desenvolvimento de seu trabalho se mantém em voga. Sobre isso, Freitas (2003) critica que

a lógica das competências individuais passa a conformar as subjetividades, via formação de professores, e a educação das novas gerações, a fim de inseri-las desde a mais tenra idade na lógica da competitividade, da adaptação individual aos processos sociais e ao desenvolvimento de suas competências para a empregabilidade ou laboralidade (p.1109).

As reformas do Estado trazem em seu bojo ajustes das instâncias que o compõem, como, por exemplo, a educação. Um dos pontos-chave para se compreender a política educacional implementada a partir dos anos 80, são as proposições e influências de organismos internacionais como a UNESCO (vinculado à ONU) e o Banco Mundial (BM).

Conforme foi comentado no tópico 1.1., a grande virada na gestão do BM ocorreu com Robert McNamara na presidência. Leher (1999) afirma que com o ex-secretário de defesa estadunidense, o Banco foi abandonando gradativamente o desenvolvimentismo para a priorização da relação simbiótica entre pobreza e segurança. O Banco desloca suas maiores atenções para as nações mais influenciadas pela disseminação da ideologia marxista, por meio da criação de escolas técnicas, programas de saúde e controle de natalidade (p.22).

O Banco ampliou seu corpo técnico, transformando-se no maior centro de informações sobre desenvolvimento. Sendo assim, como afirma Leher (1999) tendo como base tais informações, passou a exigir mais “condicionalidades para a liberação de recursos aos países requerentes” (p.23).

Contudo, com a crise estrutural do capitalismo dos anos 70, os países periféricos sofreram com uma explosão de suas dívidas, decorrentes do aumento sem precedentes dos juros entre os credores. Dentro desse novo contexto e contando com a ascensão da política neoliberal-belicista de Reagan nos Estados Unidos, o Banco pôde impor ainda mais condicionalidades aos países endividados, atuando em conjunto com o FMI para que os países devedores realizassem os ajustes necessários para o pagamento de suas dívidas. Para Leher (1999), essas condicionalidades não se restringiam mais a aspectos macroeconômicos, mas a ajustes estruturais que proporcionassem maior acesso da iniciativa privada no “desenvolvimento econômico” (p.23-4).

A disparidade da concepção sobre educação entre a UNESCO e o Banco saltavam aos olhos até final dos anos 80. Enquanto a UNESCO em 1972 elaborou um documento, conhecido como Relatório Faure, em que manifestava sua preocupação com a marginalização de significativa parcela da população mundial em razão da afetada capacidade financeira de investimento social dos países, recomendando a adoção de medidas redistributivas e de uma nova ordem educacional, na qual a formação continuada, a generalização do conhecimento científico e a democratização na gestão em educação se constituíam em pontos nodais, o Banco, na década de 80, lançou mão de estudos que enfatizavam análises de custo-benefício da educação, criticando as demandas por maior oferta e recursos. As proposições do Banco se basearam na cobrança de que os beneficiários diretos da educação (pais e alunos) assumissem uma parcela maior de tais custos e meios para aumentar a eficiência dos espaços educacionais, como intensificação da jornada de trabalho dos profissionais, maior ocupação do espaço físico com mais turno, mais pessoas por m² e programas acelerados de estudos (SIQUEIRA, 2001).

Em 1990 foi realizada na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos reunindo representantes de 155 governos que se comprometeram a oferecer educação básica de qualidade, revertendo o declínio da educação básica nas últimas décadas e eliminando o analfabetismo entre crianças e adultos, tendo o Brasil como um dos signatários da proposta. A Conferência contou com a participação das duas organizações e Siqueira (ibidem) compreende que, pelo menos ainda naquele momento, sustentavam-se opiniões divergentes entre uma posição mais humanista da UNESCO contra o economicismo do Banco.

Em 1995, o Banco Mundial publica o documento *Prioridades y estrategias para la educación*, onde reitera sua prioridade com a educação básica, porém, não só reafirmando “gastos eficientes” em educação, mas vinculando-os à reforma do Estado. Os principais pontos do documento consistiam na intenção de acabar com o analfabetismo e a reforma administrativa da educação, inclusive seu financiamento. Ainda recomenda o estreitamento dos laços entre a educação profissional e o setor produtivo, além de ressaltar uma grande atenção à avaliação institucional. Todas as medidas acompanhadas da recomendação do fim da estabilidade no serviço público, precarização do trabalho docente, com o achatamento dos salários, incremento em tecnologias educacionais que minimizassem e até substituíssem docentes etc. A educação básica foi colocada como a panacéia para solucionar todas as mazelas sociais (CIAVATTA & FRIGOTTO, 2003).

O ensino superior foi lembrado pelo Banco no documento *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994. O Banco enfatiza a necessidade da maior participação do investimento privado, através do funcionamento de fundações de direito privado no interior das universidades que efetuem a cobrança de mensalidades de alunos e ex-alunos, a diversificação de várias modalidades de ensino superior e a própria redefinição do papel do Estado, de instância executora à agente facilitador (LIMA, 2005).

Em 1995, a UNESCO publicou o documento *Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior*. Siqueira (2001) e Lima (2005) apresentam divergências na interpretação desse documento. Enquanto Ângela Siqueira sustenta uma posição mais otimista, atrelada ao protocolo da análise da UNESCO, Kátia Lima compreende que uma concepção de educação nos marcos da teoria do capital humano é uma estratégia de qualificar os trabalhadores para a reprodução da exploração do capital sobre o trabalho.

O ensino superior voltou à tona em 1998 com a realização, pela UNESCO, da Conferência Mundial sobre Educação Superior, com a participação de 4000 representantes das mais diversas instituições, objetivando apontar críticas às perspectivas mercantilistas do BM. Contudo, mais uma vez as autoras supracitadas divergem no entendimento das resoluções nos debates. Siqueira, a partir do documento elaborado, enfatiza que a educação superior foi apontada como essencial para a sociedade, para um desenvolvimento auto-sustentável, formando indivíduos bem qualificados, assegurando educação continuada, disseminando o conhecimento científico a serviço da solução de chagas sociais como a fome, pobreza, doenças, destruição ambiental e defendendo a manutenção das atividades de pesquisa, liberdade acadêmica e direitos para os docentes (SIQUEIRA, 2001).

Kátia Lima (2005) apresenta uma análise crítica contundente mostrando que as perspectivas do Banco e da UNESCO são bastante semelhantes. Entende que “ambos partem de uma concepção sobre a necessidade de adequação dos países periféricos à lógica do reordenamento internacional do capital, ressaltando a necessidade de integração entre educação e esfera produtiva” (p.4). Também estariam presentes de maneira transparente as diretrizes do financiamento privado como base para a produção do conhecimento, a já mencionada, diversificação das instituições de ensino superior e a participação da sociedade civil em se sensibilizar para compartilhar os altos custos de uma instituição de ensino superior.

No ano seguinte à Conferência, o Banco lança o documento *Estratégia para o Setor Educacional – Documento Estratégico do Banco Mundial: a Educação na América Latina e Caribe*. Já nesse documento, ambas as autoras convergem em suas opiniões, em que enfatizam o enfoque mercadológico e comercial da concepção de educação, visando conquistar mercados alinhados com à ordem econômica, submetendo e educando os trabalhadores para responder às demandas atuais do reordenamento do mundo do trabalho.

A condução de uma política educacional sob os parâmetros do Banco Mundial evidencia o papel periférico que o Brasil está fadado a desempenhar: formar mão-de-obra que o qualifique a ser um país montador de autopeças, exportador de *commodities* e dependente de tecnologia externa. O documento *La Educación Superior en los países em desarrollo: peligros y promesas* (2000) defende claramente uma organização estratificada da função de cada país na economia mundial: “nações situadas na classe de renda baixa ou média-baixa [...] devem se limitar a desenvolver a capacidade para acessar e assimilar novos conhecimentos” (p.38, grifos nossos).

A concepção educacional expressa nos documentos desses organismos nos revelam dados interessantes para compreendermos a conjuntura internacional em que as políticas se localizam, já que estas poderão vir a serem adotadas pelos países, seja por convicção, seja por troca de favores. Portanto, a análise dos pesquisadores se mostra crucial para desvelarmos e desmistificarmos a apologia do discurso que se intitula “neutro e técnico”. Contudo, ao invés de expressar determinismos ideológicos, o dever do pesquisador, como chama a atenção Cunha (2002) é “mais do que [buscar] conexão lógica, é preciso buscar conexão sociológica” (p.110). O autor recomenda que seja deixada de lado atitudes de autopiedade, sentimento colonizado, deduções falaciosas e posições de autocomiseração, em favor da identificação dos grupos que tenham interesse material e/ou simbólico nas políticas em questão e seus oponentes e que não se abra mão jamais da análise de situações concretas, especialmente

àqueles que se baseiem no materialismo histórico. Por isso, procuremos buscar essas situações concretas nos governos FHC e Lula.

Atuando de forma decisiva e incidente na educação, o capital encontrou no governo de Fernando Henrique Cardoso a chave-mestra para propagar um projeto educacional adequado às suas demandas. Trata-se de ajustar a escola e a formação dos docentes às necessidades da ordem mundial do trabalho. O ensino superior após os oito anos da era FHC ingressou de vez nesses preceitos mercadológicos regentes no neoliberalismo. Para administrar as universidades nessa conjuntura, deveria se estabelecer uma parceria entre o setor privado e público, de forma a garantir seu financiamento, desenvolvimento e gestão.

O objetivo seria o de administrar de forma mais racional os recursos, condicionando sua liberação a mecanismos de avaliação institucional, o que sempre foi alvo da comunidade acadêmica por conta de seu caráter produtivista. Além do mais, as universidades públicas estariam sujeitas a um regime jurídico especial, que, em seu bojo, conferia maior flexibilidade na organização do quadro pessoal de docentes e técnico-administrativos (CUNHA, 2003).

O ensino superior absorveu as orientações do Banco Mundial como avaliação institucional (importante para a quantificação de resultados), criação de núcleos de excelência e produtivização da carreira, além de flexibilização dos cursos, especialmente com a criação dos cursos seqüenciais. Houve um aumento de cerca de 80% no ensino superior, sendo que 76% decorrentes da oferta de vagas em instituições privadas. Durante os oito anos de mandato do ex-presidente, foram instituídos exames de avaliação institucional para o ensino médio e superior; criação de cursos seqüenciais de curta duração, conhecidos como tecnólogos; formato institucional para o ensino superior originou a criação dos Centros Universitários (CUNHA, 2003).

A aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - (Lei 9394/96), minimalista e coerente com a proposta do Estado desregulamentado, descentralizado e privatizado, foi um capítulo à parte do governo FHC. Com um infundável processo de tramitação no Congresso, centenas de emendas e destaques feitos pelos parlamentares da base governista procuravam adiar a sua implementação para a implementação de reformulações na educação por meio de decretos. O projeto de LDB oriundo dos debates entre os educadores foi rejeitado pelo governo e, numa tacada que desnortou os movimentos sociais, o projeto substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, que, na avaliação de Frigotto e Ciavatta (2003) “fez uma síntese deturpada do longo processo de negociação do projeto negociado com a sociedade organizada e deu ao governo, que não tinha projeto de LDB, o que este necessitava” (p.110).

Um aspecto relevante na LDB foi o retrocesso na composição e funcionamento do Conselho Nacional de Educação. Pela proposta de 1988 do então Deputado e relator da LDB no Congresso Otávio Elísio, era proposto um Conselho com autonomia econômica, financeira e administrativa e sua composição se realizaria pela indicação de um terço pelo Ministério da Educação, um terço pela Câmara Federal e um terço por entidades representativas dos educadores. Pois bem, pela LDB aprovada, o Conselho se insere na política governamental apenas em caráter consultivo e este permaneceu plenamente tutelado e sob o controle do Executivo.

Mesmo que o governo FHC se esforçasse para propalar que o ensino fundamental era a mais fundamental de suas prioridades, diversos autores não temem afirmar que o resultado foi pífio. A descentralização autoritária dos encargos de manutenção da educação infantil e fundamental dos estados para o município sem garantir adequadamente um atendimento de qualidade foi um aspecto do (des)compromisso tucano. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que garante um gasto mínimo aluno/ano, fez acelerar a caça desenfreada para abarrotar as escolas municipais com alunos e, assim garantir, a verba destinada a tal fim. Contudo, é importante destacar que, ao mesmo tempo em que o FUNDEF supostamente trabalhava pela valorização do magistério, o governo FHC estimulava e adotava campanhas filantrópicas de ajuda e apoio à educação pública. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003).

A adoção do pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes de organismos internacionais, estreitou o entendimento de que a educação passa a ser tratada de uma forma individualista e fragmentária, sob a lógica do esforço e da aquisição de competências adequadas a sua função (ibidem).

Assim como se remodelam as concepções de Estado, a educação se insere nesse reordenamento. De direito constitucional passa a ser tratada como serviço a ser explorado com fins lucrativos, sob a tutela orientadora da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em abril de 1994, foi aprovado o Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (AGCS) que objetiva a liberalização total de qualquer tipo de comércio e serviço. Depois de criada a OMC em 1995, esta organização lançou diversas ofensivas no intuito de aprovar institucionalmente a exploração de serviços educacionais no comércio internacional. Uma das conseqüências para os Estados é a possibilidade de ser condenado a pagar indenizações no caso de descumprimento de algum compromisso firmado dentro da OMC.

A questão fulcral no compromisso do AGCS é o conceito de *tratamento nacional*. Reforçando o princípio de proibição a favorecimento de determinada nação em discriminação

a outra, o tratamento nacional exige que empresas estrangeiras tenham os mesmos direitos e salvaguardas de qualquer outra empresa nacional de natureza pública ou privada, para que todos possam concorrer em “igualdade de condições”. A idéia que rege o Acordo é o da liberalização progressiva, sem limites, sugando todos os espaços ainda nas mãos do Estado (DIAS, 2003).

Esta política de mercantilização da educação, não pode ser apreendida como um elemento isolado, mas se insere num movimento mais amplo do capital em busca de novos mercados de exploração lucrativa e que se expressa em acordos comerciais como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês) e a, por enquanto, fracassada, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O papel que organismos internacionais tem desempenhado nos países periféricos e emergentes vem ao encontro de aprofundar a desnacionalização-privatização da educação, principalmente a educação superior. A globalização dos sistemas educacionais, via formação de parcerias entre empresas educacionais com sede nos países centrais do capitalismo viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino e materiais didáticos, especialmente para a formação e treinamento de professores, almejando a consolidação de um predomínio político-ideológico que legitime e reproduza a lógica hegemônica. Neste movimento, a educação se constitui em um serviço em favor do fomento de uma cultura empresarial, permitindo o aprofundamento do processo de empresariamento deste setor, ao mesmo tempo em que se torna fundamental para padronizar conhecimentos, uniformizando conteúdos através de currículos flexibilizados (LIMA, 2003).

A eleição de um governo com uma coalizão de partidos de centro-esquerda capitaneado pelo ex-sindicalista Lula, encheu de esperança os mais diversos setores da sociedade de que o Brasil, ao menos, formularia um projeto nacional de proteção ao seu patrimônio público e seus recursos naturais e promoveria um significativo desenvolvimento econômico acompanhado de mecanismos de distribuição de renda e inclusão social (com todos os problemas que essa expressão carrega).

O Partido dos Trabalhadores durante as décadas de 80 e 90 havia apoiado, participado e formulado de boa parte das lutas reivindicatórias que versavam sobre a educação pública, gratuita e de qualidade se constituir em um direito universal no território nacional.

No Plano de Governo do então candidato Lula constava-se reivindicações históricas do movimento de educadores, como a promoção da autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a consolidação das instituições públicas como referência para a expansão das Instituições de Ensino Superior, ampliação da oferta de

vagas no ensino superior noturno, bem como o financiamento público ao setor público, a retomada das metas do Plano Nacional de Educação, especialmente a revisão sobre o veto presidencial sobre o empenho de 7% do PIB para a educação, dentre outros (SGUISSARDI, 2006).

Portanto, foi tamanha a decepção quando o Presidente Lula manteve o veto aos artigos construídos no Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira que instituía um gradual aumento nos recursos da educação até chegar a 7%. Isso por si só, já seria motivo para grande discórdia, na medida em que, a educação continuaria sobre os mesmos (parcos) padrões de financiamento, impossibilitando sua efetiva realização enquanto um direito social que atenda a toda população, valorize o magistério e contribua para a formação de sujeitos emancipados em sua condição humana.

A Reforma Universitária foi um dos aspectos que mais movimentou o governo Lula na Educação. O pensamento privatista, entreguista e mercantilista imperou sobre as ações do Ministério da Educação no ensino superior. Para implementar uma ampla Reforma Universitária, o governo Lula optou por conduzi-la de forma fragmentada, por partes aparentemente desconexas, de maneira a confundir as possíveis e prováveis resistências a um projeto que compromete a soberania nacional. Assim, a reforma se constituiu em várias versões de anteprojetos que resultaram no PL 7200/06, a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10973/04), o PROUNI (Lei 11096/05), o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES (Lei 10.861/04), o decreto 5.205/04 que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio, viabilizando a captação de recursos privados para financiar suas atividades e o Projeto de Parceria Público-Privada (Lei 11.079/04).

O fim da gratuidade no ensino superior vem sendo operacionalizado pelo Banco Mundial e articulado junto ao governo brasileiro para se transformar num mercado sem precedentes no país para a exploração da iniciativa privada. Frequentemente, ao ensino superior gratuito são atribuídas diversas responsabilidades geradoras de grandes mazelas sociais. Recomendam o empréstimo aos estudantes para que estudem em escolas privadas como um “investimento” mais barato.

O objetivo da dita reforma universitária não é outro senão de ajustar as universidades às demandas do Senhor mercado, tal como na China e na Coréia, citados pelo então Chefe da Casa Civil e agora ex-deputado federal cassado José Dirceu, como modelos a serem seguidos.

No ano de 2003, o MEC estabeleceu um convênio/parceria com a ONG ORUS, dirigida pelo francês Edgar Morin, um dos mentores da guinada neoliberal da educação no governo François Mitterrand no final dos anos 80. Ao trazer o papel civilizatório europeu, a

ORUS, para aplicar o seu pacote educacional fracassado na França, lançou mão de um verniz de participação democrática, criando uma lista de discussão não publicizada que ensina como os brasileiros devem utilizar a lista e o que pode ser sugerido ou proposto para discussão. Após três meses de debates “moderados” pela ONG no fórum de discussão, foi realizado um seminário internacional, co-patrocinado pelo Banco Mundial em que se procura legitimar um novo modelo de universidades, calcado sobre os modelos estabelecidos na OMC sobre o papel dos países periféricos no AGCS como importador de pacotes educacionais, para assimilar e absorver novos conhecimentos (LEHER, 2003).

O projeto que une todas as ações do governo Lula é o projeto de Parceria Público-Privada. Com o rompimento da fronteira entre os setores, o que predomina é a indiferenciação na concorrência de financiamento dos fundos públicos, desde que cumprida a sua *função social, interesse público, compromisso e responsabilidade social*, enfim, termos diversos para dizer a mesma coisa.

A Lei 11079/04 institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPP). Ela prevê a parceria do Estado com a iniciativa privada em diversos setores, incluindo os serviços de educação e ensino. Os recursos públicos podem ser utilizados para a administração de entes privados, que apenas são obrigados a entrar com não mais que 30% do valor do empreendimento, com todas as salvaguardas sob cláusula. É a proclamação do capitalismo sem riscos! Além de não estancar a sangria de recursos públicos, a Lei insiste na apologia da superioridade administrativa e gerencial privados.

Podemos citar como exemplo de projeto que segue essa lógica o Programa Universidade para todos (PROUNI). O PROUNI vai ao encontro das ambições privatistas de Estado na medida que, através de renúncias fiscais do setor público, as universidades privadas proveriam vagas ociosas para estudantes carentes.

No ano de 2004, Roberto Leher (2004) já apontava que, caso todas as instituições venham a aderir ao PROUNI, haveria um subsídio de R\$ 2 bilhões / ano aos empresários da educação. Segundo os cálculos da ANDIFES citado por Leher (2004), com apenas R\$ 1 bilhão seria possível criar 400 mil vagas no ensino noturno da rede pública de ensino superior. O governo Lula, camuflando a tão desejada expansão do ensino superior, opta pelo caminho de repassar recursos públicos aos empresários da educação.

O Programa que, em sua intenção inicial, pretendia utilizar 400 mil vagas ociosas do ensino superior privado, mesmo depois de três de implementação, sequer chegou à marca, contando com atualmente cerca de 300 mil bolsistas, perfazendo 73% de bolsas integrais e o número de bolsas ofertadas subiu de 112.275 em 2005 para 163.854 em 2007 (MEC, 2008).

Outra iniciativa do governo foi a Lei de Inovação Tecnológica que promove o advento do sistema de mediações de segunda ordem, segundo classificação de análise de Mészáros. Segundo o autor, estas correspondem a um período específico da história humana (a ascensão do capital), onde todas as funções reprodutivas sociais, através de elementos fetichizadores e alienantes, estariam subordinadas a expansão do capital como forma de reprodução da vida humana (ANTUNES, 1999).

Prosseguindo com Mészáros citado por Antunes (op. cit.) a explicação disso está em “expandir constantemente o valor de troca ao qual todos os demais devem estar subordinados” (p.21). O capital aprofunda a separação entre as necessidades humanas e a sua necessidade de auto-reprodução, introduzindo a todo o momento novas obrigações de consumo. Primeiro, o capital inventa o remédio, depois; a doença.

Portanto, a Inovação Tecnológica segue uma linha de servidão da *inteligência* brasileira aos interesses do capital. Mantendo o seu setor de pesquisa científica localizado geograficamente nos países, as empresas multinacionais difundiram suas filiais aos países capitalistas dependentes para obtenção de vantagens em mão-de-obra, tributos, energia e matérias-primas (Leher, op. cit.).

A fragmentação da cadeia produtiva enfraquece ainda mais os países periféricos à cadeia produtiva, já que, no mundo atual, é muito fácil para as grandes corporações se transferirem de um país para outro. Sendo a universidade a única possibilidade real de desenvolvimento tecnológico no Brasil, este projeto apresentado aprofunda ainda mais o engessamento que a revolução científico-tecnológica e o (falta de) conhecimento preso às patentes trouxe como consequência maléfica aos países dependentes.

Por tudo isso, a Lei de Inovação Tecnológica deve ser entendida no bojo das PPP's e, na instauração ainda mais aprofundada, do capitalismo acadêmico nas universidades.

O Art. 3º institui que a União e os demais poderes executivos poderão participar e estimular a constituição de alianças estratégicas para o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado. Tal exemplo ressalta o caráter e a consonância com o projeto das PPP's.

A subserviência das universidades às empresas privadas chega ao seu auge no art. 4º que permite a utilização de seus laboratórios, equipamentos, materiais e demais instalações mediante remuneração adequada. A idéia contida é a da transformação dos setores de pesquisa das universidades em extensões da empresa, o que se coloca como um grande problema para o desenvolvimento tecnológico do país, visto que, como já explicitado

anteriormente, aprofunda ainda mais a condição de nação dependente a serviço da inovação de produtos comerciais.

A implantação deste projeto ressignifica o trabalho docente, na medida em que incentiva a formação do docente empreendedor, um profissional que abre caminhos no mundo empresarial através da ótica capitalista, produtivista e privatista (art 8º e 9º).

Continuando na mesma linha de raciocínio, mesmo que na pesquisa referida forem constatadas irregularidades, é vedado ao criador ou a qualquer servidor divulgar qualquer aspecto das criações sem expressa autorização da ICT (art. 12.). Muito nos preocupa tal precedente, pois, dentro da ética capitalista, não será tarefa das mais difíceis o surgimento de segredos empresariais sobre possíveis danos à saúde e ao meio ambiente.

Um estímulo é encontrado no art. 13. onde:

É assegurada ao criador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos, auferidos pela ICT, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor.

Coadunando com a lógica de privatização dos recursos públicos, o Estado garante o afastamento do pesquisador por até seis anos (art. 14 e 15), assegurando vencimentos do cargo efetivo, bem como progressão funcional e benefícios de seguridade social. Ou seja, o Estado garante, sem qualquer ônus ao professor ou a empresa, a sua tentativa de colocação no mercado e prestação de serviços ao setor empresarial. Tudo isso, em nome do “progresso” do país.

Os anos de 2006 e 2007 apresentaram novos elementos para a luta em defesa da universidade pública. No último ano do primeiro mandato de Lula, foi levado ao plenário nacional o PL 7200/2006, que agregava as normais gerais para o funcionamento da educação superior e alteraria outras leis, inclusive artigos da LDB. O financiamento para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no PL predizia um futuro temeroso em diversos aspectos.

As despesas que não se caracterizassem como manutenção e desenvolvimento do ensino como ações judiciais e aquelas relativas ao hospital universitário, seriam vinculadas ao exíguo orçamento. Segundo a análise do ANDES (2006), apesar do PL assegurar 75% dos 18% constitucionalmente vinculados às IFES, este orçamento se mostra insuficiente, especialmente pelos mecanismos de burla dos dispositivos constitucionais. Um dos recursos mais utilizados é a tática de criar contribuições e taxas, sobre as quais não incidem vinculação do montante arrecadado ou a manutenção da Desvinculação da Receita da União (DRU). Também foi omitido que os gastos não realizados do ano anterior, não poderiam ser

transferidos ao ano seguinte e o projeto não assegura a não-inferioridade do orçamento do ano anterior.

É oportuno salientar que, no PL 7200/2006, a educação aparece como bem público que cumpre uma função social. Contudo, como destaca a análise do ANDES (2006), “Tal concepção é responsável pela diluição das fronteiras entre o público e o privado com base no conceito equivocado de que marcos regulatórios podem garantir a qualidade do serviço público” (p.4). Essa diluição de fronteiras se constitui em um significativo entrave para a defesa de uma universidade pública que produza conhecimento para o público, já que a busca de financiamento e captação de recursos, sinaliza para caminhos distantes desse ideário.

Contudo, o governo optou por um caminho mais fácil de trilhar. Melhor do que negociar com as diversas forças no Congresso, seria ir regulamentando de forma *ad hoc*, caso-a-caso (educação a distância, parcerias público-privadas, fundações privadas, contratos de gestão) por meio de Decretos e Portarias e, se necessário, por Medida Provisória. Desse modo, para avançar nas medidas em torno do ensino superior, a aura democrática de discussão de Projeto de Lei foi novamente deixada de lado² no início do segundo mandato do governo Lula, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Saudado como um plano disposto a enfrentar a (má) qualidade do ensino, o PDE é antes de tudo, uma proposta que contém um conjunto de ações que, teoricamente, se propõem a realizar os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Saviani (2007a) expõe a falta de articulação entre o PDE e PNE. Segundo o autor:

Tive, porém, que introduzir o advérbio ‘teoricamente’ porque, de fato, o PDE não se define como uma estratégia para o cumprimento das metas do PNE. Ele não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivos do PNE, mas se compõe de ações que não se articulam organicamente com este (p.1239).

Dentre as ações propostas pelo PDE, algumas tem relação direta com as universidades como o fortalecimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com o intuito de formar professores através da Educação à Distância; o já comentado PROUNI e o FIES; a criação da categoria de professor-equivalente, que abre caminho para contratos de tempo parcial; e o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

As diretrizes gerais do REUNI preconizam que este tem como meta global, a elevação da taxa média dos estudantes concluintes de graduação para noventa por cento e da relação

² Afiramos que foi deixado de lado, porque a implementação do PDE foi toda realizada por meio de Decretos.

professor-aluno para o patamar de um para dezoito, inclusive tais dados são dois indicadores para aferir o cumprimento das metas traçadas.

O REUNI incorpora o princípio de uma graduação minimalista e precarizada, que Leher (2007a) denomina de “*fast delivery diploma*” (p.6), ao prever a reestruturação e readequação dos cursos de graduação por meio de cursos aligeirados ou pelo recurso da educação à distância. Apesar de prever um aumento de 52% em vagas nas universidades federais, este aumento não se traduz em efetivo aumento de recursos para as instituições, inclusive o decreto prevê que o montante não poderá ultrapassar, no período de cinco anos, o equivalente a 20% do orçamento da universidade previsto para o ano de 2007, excluindo a folha de aposentados e pensionistas. Segundo hipótese de cálculos por Leher (2007b), o máximo que esse montante pode chegar é o total de R\$ 1,12 bilhão por ano e, mesmo que chegasse aos R\$ 2 bilhões em 2011, essa quantia será insuficiente para uma ampliação da ordem de 50% do total de graduados. Entretanto, o atendimento das metas e objetivos traçados por cada instituição está condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC, conforme artigo 3º, § 3º. Em tempos constantes de contingenciamento do orçamento, corte de receitas do governo federal como a extinção da CPMF e a aplicação do PAC com o congelamento das despesas da União, a possibilidade de que esse repasse de verbas acrescido não seja cumprido, não é pequena.

Fechando a seção, indubitavelmente está em curso uma crescente adequação e ajuste da educação às atuais demandas advindas do mercado. Nesse sentido, uma análise geral da educação brasileira, especialmente no ensino superior, se justifica para o entendimento de que a Educação Física também se integra a esse processo de mercantilização e comodificação da formação acadêmica bancomundialista.

1.4. ATIVIDADES FÍSICAS NO ROL DE SERVIÇOS

O crescimento econômico do pós-guerra, o “Estado de Bem-Estar Social” europeu e as inovações tecnológicas forjaram condições para que se desenvolvesse um novo campo de exploração para o capital, imbuído de muitas necessidades, desejos e fetiches. O recrudescimento do setor de serviços, acompanhada da proeminente financeirização da economia, é parte da mudança estrutural que os países desenvolvidos e os chamados emergentes vem conduzindo em suas bases econômicas.

Conforme Pochmann, baseado em estatísticas coletadas da Organização Internacional do Trabalho, o autor constata a transição da estrutura ocupacional nos países capitalistas avançados. Em 1950, as estatísticas sugeriam um equilíbrio entre os setores da economia, mas

ainda com um leve predomínio do setor primário, que respondia por 42,5, seguido pelo terciário com 36,4% e o secundário por 30,8%. Já em 1998, o setor terciário saltou para inacreditáveis 72% contra 23% do secundário. O setor agrícola se reduziu a 5%, o que explica as críticas e análises de que o Brasil estaria voltando ao seu antigo estágio de país agroexportador de produtos de baixo valor agregado e deficiente desenvolvimento tecnológico. Aos países da periferia, a mudança ocorreu de forma mais tímida. Se em 1950, o setor primário respondia por 73,9%, em 1998, ainda dava conta de 55% da economia, enquanto o setor terciário pulou de 16,7% para 30% (POCHMANN, 2001).

Entretanto, para não cair em generalizações que não comportem discutir a realidade mais local, Chahad (2003) traz dados referentes à estrutura ocupacional na Grande São Paulo, referente aos anos de 1995 até 2002. Utilizando dados da Fundação SEADE, o autor afirma que o emprego na indústria nesse período declinou 13,5%, o comércio oscilou positivamente em 1,2% enquanto o setor de serviços teve um salto de 16%.

O notório crescimento do setor de serviços no Brasil se expressa no lucrativo comércio de saúde, educação e fundos de pensão. No caso dos fundos de pensão, o informe datado de setembro de 2006 do Ministério da Previdência Social, aponta que existem 1.840.864 participantes, entre fundos de patrocínio público e privado. O maior fundo de patrocínio público em número de população total é o Previ (funcionários do Banco do Brasil), seguido pelo Postalis (Correios) e Petros (Petrobrás). Dentre os privados, os três maiores são HSBC, Valia e Fundação CESP. O ativo total das Entidades Fechadas de Previdência Complementar já bate a casa dos 329 bilhões de reais, um crescimento de mais de 100% ao ativo total no ano de 2000, quando os números estavam em 144 bilhões de reais. O Previ é o que tem disparado o maior ativo total dentre os fundos de pensão no país, totalizando cerca de 96 bilhões de reais, seguido pela Petros (31 bilhões) e Fundação CESP (16 bilhões). Com tamanha concentração de ativos, os fundos de pensão têm uma ampla gama de investimentos como investimentos imobiliários³, infra-estrutura⁴, aquisição de empresas⁵, mercado de ações, fundos de renda fixa e títulos da dívida pública, o que perfaz um total de 306 bilhões de reais em investimentos (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2006).

Mediante tantos números voluptuosos, destaca-se a vinculação da dívida pública interna federal com os fundos de pensão. Segundo elaboração da Coordenação da “Auditoria

³ O Previ é o proprietário do prédio do antigo hotel Méridien, agora chamado de Iberostar Copacabana.

⁴ Jornal do Postalis, n.36 traz reportagem em que o Presidente Lula inaugura a Usina Termelétrica Cristiano Rocha (AM), construída com investimentos do Postalis, Petros, Celos e Faceb.

⁵ O Previ tem investimentos na operadora de telefonia Brasil Telecom e conforme atesta a edição n.122 de 2007, o lucro da empresa em 2006 foi de 470 bilhões de reais.

Cidadã da Dívida”, vinculada à Rede Jubileu Sul Brasil, os fundos tem uma participação de 17% entre os credores da dívida interna pública, que totalizava em novembro de 2006, R\$ 1,150 trilhão (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, dezembro de 2006).

Com relação ao comércio de saúde e educação, existe uma regulamentação⁶ incipiente sobre os preços cobrados pelas empresas, muito menos quanto a qualidade dos serviços prestados. Como frisa Boito Jr. (1999), mais do que a consolidação econômica dos grupos privados, “a apologia do mercado estigmatiza os serviços públicos e legitima a mercantilização da saúde, da educação e da velhice” (p.71). Com o ramo específico da prática de atividades físicas não foi diferente.

A partir da década de 1980, generalizou-se o discurso sobre a necessidade do maior comprometimento dos indivíduos com o seu bem-estar, através do argumento econômico de se reduzirem os custos da saúde para o Estado⁷ (BAGRICHEVSKY e ESTEVÃO, 2005). Além disso, essa reorientação nas políticas públicas, resultou na criação de um novo nicho de exploração econômica por empresas privadas, as práticas corporais em academias de ginástica.

Um fato de interessante observação é aliança tácita entre a indústria do fitness com a grande imprensa. A indústria do fitness/wellness conta com significativo apelo dos meios de comunicação para difundir a necessidade de um estilo de vida ativo e de hábitos saudáveis e reforçando a apologia ao mercado privado das práticas corporais. Por outro lado, é notório a substancial quantidade de anúncios relativos à venda de produtos e serviços de saúde pela televisão, rádio e internet. Para todos os segmentos da sociedade, são destinados produtos específicos para "bolsos" específicos.

Em observação aleatória a esses anúncios, percebe-se um grande volume de ofertas de produtos ditos naturais que prometem emagrecimentos súbitos em pouquíssimo tempo, mas sempre deixando claro que são aprovados pelo Ministério da Saúde. Também podemos notar a difusão de franquias de lojas que vendem produtos do "mundo verde", extraídos diretamente da "natura" brasileira.

No campo das atividades físicas, uma vasta rede de lojas que ofertam suplementos alimentares, "milk-shakes" diet, aparelhos para exercícios simples que podem ser realizados

⁶ Lei 9656/98, Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Lei 9870/99, dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

⁷ Na edição n. 27 da revista *Fitness Business Latin America*, o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair conclamou os britânicos a adotarem um estilo de vida mais saudável, já que tais hábitos têm exercido enorme pressão financeira em cima do Estado. O custo da obesidade dos britânicos está gerando uma despesa de cerca de 7 bilhões de libras por ano.

em casa ou ainda grandes equipamentos destinados às academias expostas em vitrines ou nos stands dos melhores shoppings.

Essa obtenção de saúde através de sua compra no mercado decorre de um processo histórico de recomposição econômica do capital através da abertura de "novos campos de exploração". Segundo Bagrichevsky e Estevão (2005) o acesso às práticas corporais através de um viés mercadológico "ratifica a noção de 'saúde conquistada'", quer seja pelo envolvimento em suas práticas, quer seja pela utilização dos produtos a elas agregadas (p.10). Para se vender a saúde como mercadoria de fato, recorre-se a estratégias diversas de convencimento do público. Uma delas é a própria inevitabilidade de se cuidar da saúde, preocupação preponderante até mesmo nas falas cotidianas⁸. Também existe o convencimento de que "com saúde, não se brinca" e seria uma mercadoria acessível a todas as classes sociais, de acordo com sua capacidade financeira. Por último, o clichê "esporte é saúde", forjando uma relação de causalidade entre os dois termos.

O fato é que a atividade econômica que o esporte vem gerando no Brasil já chega à cerca de 2% do PIB (cerca de 41 bilhões de reais). Segundo reportagem da Folha de São Paulo (2006), a indústria de artigos esportivos faturou em 2006 na faixa de 27,7 bilhões de reais em indumentária, calçados, acessórios, equipamentos importados, alimentos, bebidas e vitaminas.

A existência de uma política de supressão dos direitos sociais e degradação dos serviços públicos, somados a apologia aos serviços prestados pela iniciativa privada desenvolveu uma nova fatia na burguesia nacional que Boito Jr. (1999) denominou como "nova burguesia de serviços" (p.67). Ligada especialmente à exploração de serviços de saúde, educação, seguros e previdência privada, o crescimento da burguesia de serviços é um resultante do descompromisso do poder público com os mais elementares direitos sociais, incluindo o lazer, o esporte e a promoção da saúde através da prática sistemática de atividades físicas. Desse modo, ganha relevância a compreensão e a dinâmica econômica e política do segmento *fitness/wellness*.

Apesar da pouca visibilidade para esse ramo da economia nos estudos acadêmicos, o segmento das academias de ginástica também vem passando por uma mundialização em seus investimentos, bem como o surgimento de gigantescas cadeias corporativas que deslocam seu capital para diversas partes do mundo, configurando-se como verdadeiras empresas multinacionais.

⁸ Frases como "Se tiver saúde, o resto corre-se atrás" ou "A única coisa que o dinheiro não compra é a saúde".

Chesnais (1996) resgata definição de empresa multinacional por Michalet caracterizando-a como um grupo de grande porte que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior várias filiais através de uma estratégia concebida em escala mundial. Chesnais salienta que, apesar da validade da definição ainda hoje, ela estaria desatualizada pela menção às filiais, já que outras formas de investimento mais fluidos e flexíveis estão sendo utilizadas como opção à rigidez e comprometimento da instalação de filiais (CHESNAIS, 1996).

A partir do gerenciamento geral da matriz, a empresa em questão parte para as estratégias de implantação e consolidação de seus investimentos. Resgatando mais uma vez a obra de Michalet, Chesnais aponta o surgimento de uma estratégia⁹ moldada à recente mundialização da economia: a tecno-financeira, que seria o resultado da evolução das atividades das companhias no exterior cambiando uma produção material direta para o fornecimento de serviços, alicerçada por conhecimentos processuais (também chamados de *know-how* ou *savoir-faire*) sobre como executar determinada tarefa, o que perpassa geralmente a segredos e propriedade intelectual das empresas.

O maior exemplo no ramo *fitness* atende pela empresa Les Mills. Fundada em 1997 pelo neozelandês Phillip Mills, a empresa trouxe ao ramo de academias um programa de condicionamento físico através de aulas pré-coreografadas. Novos programas são relançados a cada três meses através da distribuição de um *kit* contendo um CD com as músicas licenciadas e um vídeo em DVD das aulas. Mais de 10 mil academias em todo o mundo estão licenciadas a usar os programas, sendo 2 mil apenas no Brasil. O mais famoso deles é o Body Pump, que consiste num treinamento com barras. Outros deles são Body Balance (condicionamento postural), Body Jam (ritmos), Body Step (condicionamento aeróbico), Body Combat (lutas), Body Attack (aeróbico intensivo), RPM (ciclismo *indoor*), Power Jump (saltos em minitrampolim) e Power Pool (piscina). Para a comercialização no Brasil, a Les Mills concedeu concessão à empresa *Body Systems*, dirigida pelo empresário Paulo Akiau. (FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA, 2006).

Com o objetivo de mostrar a força de sua marca, a Les Mills/Body Systems promoveu uma aula simultânea de Body Jam em quatro países no dia 23 de setembro de 2006, misturando ritmos como salsa, jazz, funk e hip-hop, consolidando a internacionalização de sua rede. Mas a Les Mills não é caso único nesse segmento econômico. A matéria na edição 27 (set/out. 2006) da revista acima mencionada, informa que a rede estadunidense Bally Total

⁹ As anteriores seriam: estratégias de aprovisionamento; estratégias de mercado; estratégias de produção racionalizada (CHESNAIS, 1996).

Fitness abriu uma nova franquia na Coreia do Sul. Sendo a terceira franquia instalada em Seul, as franquias são peças-chave na expansão já que segundo o CEO da empresa “[...] nos permite construir nossa marca e aumentar a receita sem investir capitais” (p.12).

A edição 29 (jan/fev. 2007) da revista Fitness Business Latin America também traz outros casos de sucesso financeiro como o maior grupo operador de academias no mundo é o Fitness First que atingiu a marca de 500 academias em todo o mundo. Segundo a matéria, a Austrália tornou-se a *benchmark global* do grupo, já que contribui com 30% da receita do grupo. Na Argentina, a academia La Imprenta, propriedade do grupo Megatlon, atingiu a marca de 4400 alunos e teve que interromper a venda de matrículas.

Os dados fornecidos pela IHRSA (ano base 2000/01) referentes a academias no Brasil mostram que o segmento já movimenta mais de 2 bilhões de reais, sendo 2,8 milhões de alunos/clientes e cerca de 7000 academias instaladas. Aproximadamente 5% da população latino-americana frequenta academias, em comparação com os 13% dos países desenvolvidos.

Outro dado significativo de matéria extraída da Internet é o fato de que as grandes redes estadunidenses ainda não aportaram seu real potencial de investimento no Brasil por conta deste setor ainda se encontrar muito difuso e pouco concentrado em redes e filiais, o que poderia dificultar a consolidação de grandes marcas ou associações com grupos nacionais.

Destarte, partimos da compreensão de que o segmento de academias nacionais ainda não se caracteriza por um estágio de monopolismo, especialmente no que tange ao primeiro aspecto destacado por Lênin¹⁰, a concentração da produção e do capital. Em sintonia com o dito acima, destaca-se o seguinte trecho da matéria eletrônica¹¹.

Ainda não se pode afirmar a existência de um capital monopolista controlando o segmento das academias brasileiras, entretanto, a presença de redes de academias no plano interestadual, como a *Body Tech* e a Cia. Athletica, indica o fortalecimento e consolidação de uma fração da burguesia do *fitness* em âmbito nacional.

Alguns aspectos descritos por Lênin já podem ser detectados e adaptados ao setor de serviços. Segundo o autor, a combinação de diferentes ramos da indústria garante à empresa uma taxa de lucro mais estável, elimina o estágio do comércio, permite a obtenção de lucros

¹⁰ Lênin em “Imperialismo: estágio superior do capitalismo”.

¹¹ Em sintonia com o dito acima, destaca-se o seguinte trecho da matéria eletrônica: Uma realidade é que o fitness no Brasil melhorou nos dois últimos anos, tornando-se mais profissional, só que mesmo assim ainda não saiu da sua fase embrionária. “Os espaços ainda estão muito soltos. Apenas algumas empresas e/ou pessoas têm atuado de forma marcante e têm tentado mensurar melhor esse segmento no país. Estes ‘desbravadores’ estão se posicionando e ampliando o network e devem ser considerados referência no fitness do Brasil”, analisa Waldyr Soares. Ver em http://www.sportsmagazine.com.br/12athletic_buss.htm

suplementares e fortalece a posição da empresa frente às empresas “simples”, reforçando-a na luta contra a concorrência durante as fortes depressões (LENIN, s/d).

Nos dias atuais, tal procedimento é comumente conhecido como diversificação de investimentos. Podemos verificar tal situação na empresa Body Systems que, juntamente com o licenciamento dos programas da Les Mills, comercializa a marca de roupas Corpo e Forma. A rede de academias Body Tech oferece aos seus consumidores, serviços como atendimento nutricional, spa, medicina estética, estacionamento. A rede Companhia Athletica vende em sua página na Internet produtos como CD's, livros e associações com empresas de segmentos afins como a promoção de eventos na rede Club Med, o *reality game* Boleiros Futebol Clube e pacotes de viagens como o cruzeiro do navio *Island Star* ou um passeio de bicicleta no Deserto do Atacama.

Diante do recrudescimento econômico desse segmento, a fundação da Associação Brasileira de Academias (ACAD) foi uma estratégia empresarial de representação e fortalecimento do setor de academias. Arrogando-se como centros de saúde preventiva, essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população, a ACAD publica bimestralmente a edição de uma revista em que expõem suas articulações políticas, interesses particulares do setor e dissemina suas ideologias e fetiches.

No quesito das articulações políticas e lutas judiciais, a ACAD tem uma extensa pauta constantemente em voga. A admissão das academias no sistema de tributação conhecido como Super Simples¹² rendeu diversas matérias e informes nas edições de seu órgão de comunicação oficial. A edição 20 (jul/ago. 2004) trazia que a ACAD havia, através do SEBRAE, incluído as academias no anteprojeto da Lei das Micro e Pequenas Empresas que seria encaminhado a exame na Casa Civil. A maior dificuldade na aprovação de um regime tributário menos oneroso para o setor seria convencer estados e municípios que concentram maior recolhimento cedessem à proposta de arrecadação e fiscalização conjunta entre as três esferas. Para o alcance de seus objetivos legislativos, a revista apresenta a contratação de um assessor parlamentar (vulgo lobista) para que a inclusão de temas afins na pauta do Congresso Nacional.

Prosseguindo os passos rumo à inclusão no Super Simples, a edição 29 (jan/fev. 2006) traz a articulação dos dirigentes da ACAD com o então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que se diz favorável à proposição. O conselheiro da ACAD, Djan Madruga, procura justificar

¹² Sistema tributário que agrupa nove impostos (6 federais: IRPJ, IPI, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e INSS/patronal; 1 estadual: ICMS; 1 municipal: ISS; e a contribuição para as entidades privadas de serviço social) em uma só cobrança.

o esforço empreendido pela associação pela possibilidade da “geração de 260 mil empregos” (p.22).

Finalmente, em 14 de dezembro de 2006, o Super Simples foi aprovado e as academias foram contempladas com essa nova modalidade de recolhimento tributário. Contudo, com um “sorriso amarelo”, a edição 34 (jan/fev/ 2007) aborda que, apesar do segmento ter-se inserido na forma da lei, foram incluídos numa categoria de prestadores de serviços em que o INSS patronal é pago de forma adicional. Segundo as palavras do Presidente da ACAD-RJ, Ricardo Abreu, a migração para o Super Simples talvez se traduza em mais desvantagens do que a opção pelo Lucro Presumido.

Outra disputa jurídica antiga em que a ACAD obteve uma vitória parcial foi a abstenção de pagamento de qualquer cobrança de direitos autorais ao ECAD, para os filiados da ACAD que possuem um contrato de sonorização ambiental com a Rádio Imprensa. Entretanto, tal fato não é unanimidade no setor, já que, segundo matéria na edição 35 (mar/abr. 2007), diversas academias preferem pagar ao ECAD por conta da maior variedade de repertório a ser usado nas aulas. O empresário Richard Bilton, da Cia Athletica, defende que as academias paguem ao ECAD, mas, que se organizem para pagar um valor mais em conta.

E como não poderia faltar, existe a articulação dos interesses particulares da ACAD e o lançamento e apoio de candidatos que apóiem as reivindicações específicas do setor. Na ocasião das eleições municipais do Rio de Janeiro em 2004, a ACAD apoiou dois candidatos: Patrícia Amorim (PFL) e Mario Villas Boas (PPS). A edição 20 (jul/ago. 2004) promove a ex-nadadora, destacando que já foi vereadora, secretária municipal e uma das principais responsáveis pela vinda dos Jogos Pan-Americanos para o Rio de Janeiro. A edição 21 (set/out. 2004) dedica uma página a publicizar o candidato do PPS, salientando que este foi o idealizador do projeto que visa a ocupação dos momentos mais ociosos das academias por alunos de escolas municipais.

O Projeto, que atende pelo nome “Escola na Academia”, busca ampliação em nível federal através da Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, como luta para se consolidar em nível municipal, através de um PL de caráter semelhante, compensando o valor de ISS devido em contrapartida ao atendimento de serviços físico-desportivo, incluídos na matéria da lei. É mais um “projeto social” que reforça o fortalecimento das atividades de responsabilidade do terceiro setor/sociedade civil. A transferência do atendimento social do Estado para o terceiro setor é brilhantemente abordado por Carlos Montañó como um escamoteamento do fenômeno real procurando, ideologicamente, que esse processo seja percebido como a transferência de

um setor falido (o Estado) para outro mais eficiente, empreendedor, de solidariedade não-classista. A parceria entre o Estado e a "sociedade civil" leva a população a uma aceitação deste processo dentro de um nível de conflitividade institucional aceitável para a manutenção do sistema e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (MONTAÑO, 2005).

Tal projeto rendeu frutos ainda nas eleições de 2006 em que a edição 31 (mai/jun. 2006) destaca o apoio da ACAD ao então Vice-Prefeito e agora Deputado Federal eleito Otávio Leite. Quando vereador, a matéria destaca em declaração do próprio, a aprovação da lei que garantiu a consecução do Projeto. Além do mais, sua plataforma de campanha inclui (ou foi incluído?) interesses da entidade como o fortalecimento dos congressos anuais da ACAD e a redução de impostos para as academias como o IPTU e o ISS.

A maior investida, no entanto, foi o lançamento da candidatura do ex-presidente da entidade, Djan Madruga pelo PC do B. Seu desempenho eleitoral foi um fiasco, obtendo apenas 3902 votos¹³. Contudo, devem ser ressaltados a importância atribuída ao processo eleitoral e o entendimento de que a representação parlamentar legitime a imposição de regras e leis para a ordem econômica desejada pelo setor.

Destarte, as mensagens do empresariado se caracterizam por um tendencioso viés ideológico, que visa mistificar as relações de trabalho, a organização social da empresa e a livre concorrência do capitalismo, são frutos de uma visão de mundo que toma por base a hierarquia e os aspectos fenomênicos da realidade, entendendo-os como parte de um processo natural que foram construídos espontaneamente por indivíduos com os mesmos interesses.

Mesmo que se erga sob tais preceitos, a atual ideologia dominante gera mecanismos que solapam as desigualdades e contradições expostas em carne viva em nossa sociedade. Articulado o saciar das necessidades mais imperiosas com os desejos acalentados de satisfação imediata e intensa, como frisa Eagleton (1997), a ideologia dominante procura:

[...] captar esperanças e carências genuínas, refleti-las em seu idioma próprio e específico e retorná-las a seus sujeitos de modo a converterem-se em ideologias plausíveis e atraentes. Devem ser “reais” o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja, para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes. Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada (p.27).

Ou seja, por mais que a ideologia dominante procure ocultar ou diluir em termos pomposos a dominação, ela não cria meramente um mundo pleno de falsidade, mas, através

¹³ Informações na página www.tre-rj.gov.br

de sua concepção de mundo, explora as possibilidades de realização concreta das (parcas) promessas do mundo liberal-conservador. Nessa linha de pensamento, destaca-se o editorial com o então presidente da ACAD, Djan Madruga (nov/dez. 2004), na edição 22, que traz o título “Há espaço para tanta concorrência?”. A resposta é que sim, desde que sejam “espaços reservados”, ou seja, nichos do mercado ainda pouco explorados. Sua mensagem final articula e fomenta a apologia do mercado livre recomendando que “Sejamos criativos e exploremos nosso potencial de forma que a população perceba um diferencial nos nossos produtos e serviços. A partir daí, não haverá grandes problemas com os concorrentes que estiverem na vizinhança” (p.4).

Contudo, contrariando as nobres intenções liberais da livre concorrência, o mesmo dirigente faz uma defesa vigorosa e incisiva contra a “guerra” de preços nas mensalidades das academias na edição 24 (mar/abr. 2005). O dirigente relata que a gerente de uma de suas academias, ao receber orientação para aplicar o reajuste anual de preços, deveria explicar esse fato para a concorrência vizinha. Um de seus concorrentes respondeu-lhe que não iria reajustar os preços, pois o negócio de academias é como vender banana na feira: vende mais quem tem o menor preço. Ao ser contrariado quanto às suas intenções de ação conjunta deste bloco capitalista, Djan Madruga tacha a situação de “bananalização” do setor, entendendo que o produto academia não pode ser comparado a *commodities* “em que os produtos são muito parecidos – o que os diferencia é apenas a embalagem, o *marketing* e a comercialização [...] se deixarmos isso acontecer, a percepção do nosso cliente a nosso respeito será a de que somos todos iguais e só nos diferenciamos pelos preços mais baixos” (p.2). Sua reverberação arrogante continua ao declarar que “o que não pode é ganharmos tão pouco quanto vendedores de banana na feira” (p.2).

O apelo aparentemente contraditório à livre concorrência e a cartelização dos preços é abordado por Lênin. Apoiando-se em Marx, o autor recupera a tese marxiana da lei geral do desenvolvimento do capitalismo de que o aparecimento do monopólio é consequência da concentração da produção, originada na livre concorrência. Dessa forma, Lênin historiciza a evolução e o incremento do monopólio a partir da segunda metade do século XIX corroborando a idéia de que os cartéis tornaram-se uma das bases da vida econômica, tanto na esfera industrial, como na transformação das matérias-primas. A atuação destes é sintetizada pelo autor (s/d):

os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc. (p.11).

Apesar do entendimento de que o setor de serviços ainda não se encontrava inserido nesta engrenagem, seu estágio atual permite o apontamento de similitudes e convergências como o já citado estabelecimento de preços em comum, a fusão ou aquisição entre empresas do mesmo ramo econômico, a diversificação de investimentos pelos conglomerados capitalistas e, no caso específico do *fitness/wellness*, a crescente solidificação de marcas e grandes redes.

Um outro elemento importante a ser analisado é a estratégia gerencial para obter o envolvimento do trabalhador com a empresa. O padrão *toyotista* suscita um envolvimento participativo do funcionário, mesmo que permaneça nos marcos do trabalho alienado e estranhado, especialmente dentro dos chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), onde são instigados a discutir seu desempenho e propor soluções para o bom andamento da empresa, convertendo-se em um importante instrumento da apropriação do saber-fazer intelectual para o capital¹⁴ (ANTUNES, 1999).

A adesão e o comprometimento dos professores de Educação Física são vistos como fundamentais para se conseguir efetivar o planejamento administrativo da academia. Por conta desse aspecto, uma nova terminologia está sendo adotada pelos empresários para se referir ao seu empregado: colaborador. É o que destaca o artigo assinado por Brum (mai/jun. 2005) veiculado na edição 25, enfatizando que

as empresas estão valorizando aqueles profissionais integrados, comprometidos, motivados através de treinamentos, que se identificam com os objetivos propostos e que contribuem com novas idéias, prontos a colaborar em qualquer situação, em todos os setores (p.13).

A reportagem apela a que os empresários prestem atenção aos seus funcionários porque eles são peças-chave para o sucesso da empresa. Se o funcionário for reconhecido como colaborador, ele tende a trabalhar com mais motivação, precisar menos de supervisão e contribuindo com idéias, por vezes, surpreendentes para o melhor funcionamento da empresa. Os colaboradores precisam estar bem-informados e cientes do planejamento e da estratégia da empresa, especialmente no que diz respeito à retenção de alunos, ponto crucial para o negócio de academias. O colaborador está sempre disposto a auxiliar o companheiro de trabalho, mas

¹⁴ Em pesquisa empírica realizada por Stephenson citada por Antunes (2002), a autora examinou a implantação da fábrica japonesa de automóveis Nissan no Reino Unido pelo padrão *toyotista*. Ao que tange os trabalhadores, estes eram “incentivados” a incorporar seus conhecimentos ao processo produtivo através do *Kaizen*, uma dinâmica que reunia os trabalhadores em grupos, visando o desenvolvimento de projetos para a melhoria do processo de trabalho.

ciente de que não basta apenas executar bem a sua tarefa, mas é imprescindível estar atento às necessidades e expectativas do aluno/cliente.

Em classificação proposta por Coriat, Furtado (2006) lista três estratégias empresariais para o envolvimento do trabalhador: o envolvimento estimulado; o envolvimento imposto e controlado; e o envolvimento negociado. O tom da matéria sugere um envolvimento estimulado em que o colaborador se sentiria alegre e motivado a desempenhar suas funções e quantas fossem precisas, a partir do interesse demonstrado pelo empresariado, o que incluiria um programa de treinamento e parâmetros sócio-afetivos, como valorização da auto-estima, compreensão, confiança mútua e integração da equipe de trabalho.

Em uma pesquisa de campo realizada numa grande academia de Goiânia, o autor supracitado verificou que a estratégia predominante era o envolvimento imposto e controlado

Os professores e coordenadores devem apresentar relatórios mensais para a administração superior. Através desses relatórios o controle do trabalho do professor é efetivado com precisão. Verifica-se por exemplo, a quantidade de alunos nas aulas de ginástica de cada professor por dia e por horário, a quantidade de alunos para qual cada professor de musculação elabora programas de treinamento, índices de rotatividade de alunos por professor de musculação, perfil predominante dos alunos que cada professor atende, ou seja, a quantidade de alunos mais velhos ou mais novos e homens ou mulheres por professor, entre outros elementos de controle (p.7-8).

A limitação do número de academias pesquisadas por Roberto Furtado não nos permite afirmar que esta é uma prática generalizada nas grandes metrópoles brasileiras, mas o fato levantado sugere que se realizem outros levantamentos em que seja verificado se a maneira pela qual as empresas sugerem o envolvimento do empregado/colaborador está coadunante com o texto da revista ou mais próximo ao divulgado pelo autor.

Por fim, um último aspecto a ser discutido é a relevância que a forma mercadoria assume no setor *fitness*. Moldado à engrenagem do sistema do capital, este ramo retrata o conflito entre aquilo que é produzido com a finalidade de atender às necessidades humanas e aquilo que é cultivado para se agregar valor em forma dinheiro e, posteriormente, ser descartado para dar lugar a outra mercadoria. Ou como fortemente explicita Mészáros, o consumismo é um “cultivo canceroso”.

A discussão a ser realizada toma por base as reportagens “Saúde e bem-estar: diferenciais proporcionados por uma boa higienização” da edição 30 (mar/abr. 2006) da Revista da ACAD e “Consertar ou comprar outro?” da edição 27 da Fitness Business Latin America (set/out. 2006).

A primeira matéria aborda a importância da higienização para proporcionar um ambiente salutar para os frequentadores da academia. Contudo, a argumentação de convencimento de que a higiene é um fator primordial para o bem-estar de todos aqueles que trabalhem e/ou utilizem o ambiente está calcado no seu poder de venda e atração de alunos/clientes, conforme expresso a seguir: “mas a higienização, se tratada com o devido cuidado, pode também ser um fator de diferenciação. E ela pode ser explorada em todos os ambientes e em vários aspectos” (p.18).

O incremento desse fator de diferenciação é sugerido através de medidas como deixar disponíveis dispensadores de shampoo e sabonete, cuidado com o manuseio dos alimentos nas lanchonetes, além da limpeza frequente dos equipamentos, pisos, vidros e espelhos. Termina por recomendar que “num mercado crescente como esse e cada vez mais competitivo, devemos usar todas as armas para encantar e fidelizar nossos clientes” (ibidem).

A outra reportagem coloca o dilema sobre qual o momento em que o empresário deve consertar seu equipamento ou comprar um novo. Na opinião de dois profissionais entrevistados, não há dúvidas de que reparar é uma alternativa que, na maior parte das vezes, sai mais em conta. A exceção ocorre quando as máquinas passam a apresentar custo desproporcional ao seu valor como ativo.

Entretanto, o fator “mercado” determina pormenores que alteram a dinâmica do negócio. Tomando a forma de um ente próximo, o mercado, agindo em função da produção e consumo para o capital, eleva-se à condição de fator-chave para o funcionamento do sistema. Alinha-se a essa condição as palavras do entrevistado Mario Jussiani: “Embora alguns equipamentos possam estar em boas condições, um **mercado** agressivo como o *fitness*, **exige** que a academia esteja sempre atualizada” (p.64).

Por isso, a segunda página da reportagem faz a chamada “**Novidades, sempre**”. A revista, que, além da função primordial de agregar essa burguesia de serviços em torno de um bloco coeso, funciona também como uma passarela de anúncios de página inteira, anúncios inseridos dentro de matérias ou colunas pagas. Coadunando com essa função, a matéria argumenta que não investir em novos equipamentos (mesmo que os atuais estejam em perfeitas condições de uso) significa “parar no tempo”. Para reforçar a visão, traz o profissional Rodrigo Oliveira, diretor comercial de um grupo distribuidor de marcas no Brasil, declarando que “[...] Quem vende serviços, tem que investir constantemente em novidades” (p.65), acrescentando mais à frente que

Reparar é mais barato quando olhamos somente o valor do descaixe.
Existe um outro valor mais difícil de mensurar que é a retenção do aluno e a

novidade que agrega valor ao empreendimento. É muito mais barato trocar o cabo e o estofado de uma máquina do que comprar uma máquina nova. No entanto, um produto de 10 anos não está alinhado com os conceitos do novo milênio, como o *wellness*. Para se ter uma idéia, nos anos 90, um aparelho era criado para ser fácil de usar. Hoje tem que ter estilo e design, tecnologia e proporcionar uma experiência (ibidem).

A análise sobre a mercadoria elaborada por Karl Marx em “O capital” foi escolhida para dar conta da complexidade do problema, tendo em vista os elementos apresentados. Segundo sua compreensão (2002), a mercadoria seria “uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (p.57).

Cada uma dessas coisas são úteis sob o duplo aspecto da qualidade e da quantidade. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, contudo, argumenta Marx (ibidem) ela é “determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria” e complementa no mesmo parágrafo “O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (p.58).

Ou seja, tendo como ponto de partida as reportagens apresentadas, pode-se destacar que os produtos de higienização, após passarem por um processo de transformação química para tomarem sua forma em questão, atendem a um valor de uso ao higienizar o ambiente para torná-lo mais salutar, reduzir a exposição a doenças; assim como, a esteira de corrida atende a finalidade de que pessoas possam utilizá-la para que desfrutem de maior capacidade cardio-respiratória, dentre outras. Seu valor de uso está se realizando através de sua constante utilização na academia, contudo, mediado pela forma da propriedade privada, o que impede que todos possam usufruir tais qualidades.

Situando que vivemos numa sociedade capitalista, Marx argumenta que os valores de uso também são veículos materiais de outro tipo de valor, o valor de troca. Por Marx (ibidem)

o valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo casual e puramente relativo e, portanto, uma contradição em termos, um valor de troca inerente, imanente à mercadoria (p.58).

Daí erige-se o que Marx denominou como fetichismo, compreendendo que este é o caráter misterioso da mercadoria. Argumenta que enquanto valor de uso, não há nada de misterioso nela por dois motivos: por mais que os trabalhos úteis ou as atividades produtivas se difiram, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano; segundo, para determinar a magnitude do valor da mercadoria, pode-se distinguir claramente a quantidade

da qualidade do trabalho para produzir os meios de subsistência, o que faz com que o trabalho adquira uma forma social (MARX, 2002).

O autor então argumenta que a mercadoria torna-se misteriosa na medida em que encobre as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho. A relação social entre a mercadoria e o valor assume uma forma fantasmagórica de uma relação entre coisas, dotados de vida própria, como figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos (MARX, 2002).

De acordo com as reportagens apresentadas, a higienização assume a forma do elemento que é capaz de atrair e reter os usuários, não levando em conta que esse processo de higienização é fruto do dispêndio do trabalho humano, que, diga-se de passagem, intensamente explorado na figura das faxineiras, geralmente pagas com um salário mínimo. No caso dos equipamentos, a necessidade humana de vivenciar essa prática corporal está atrelada a capacidade que as máquinas dotadas de estilo e *design* modernos contribuam para que os alunos/clientes satisfaçam as expectativas geradas pela mídia e a concorrência.

Não se pretende questionar o fato de que os empresários devam ou não trocar seus equipamentos e, muito menos, se as academias devam oferecer uma higienização adequada. Não se está repudiando o desejado avanço tecno-científico, mas sim a lógica de um sistema que converte em descartável aquilo que deveria e poderia ser preservado como valor de uso, tanto para o atendimento das necessidades sociais, quanto para evitar a degradante exploração dos recursos naturais.

1.5 CAPITAL SOCIAL E GOVERNABILIDADE

Em face das mudanças e metamorfoses ocorridas na vida social a partir da ascensão do neoliberalismo, o triunfo da chamada globalização e a derrocada da União Soviética, os conceitos de capital social e governabilidade se colocam na função de promover a manutenção da ordem social diante da crise do modelo liberal clássico, na tentativa de suscitar um consenso ideológico ou uma *ideologia única*, inclusive ameaçando e às vezes até mesmo suprimindo princípios antes tidos como absolutos e compulsórios para toda organização social, como os regimes democráticos de governo e autodeterminação dos povos. Nesse sentido, assinala Fiori (1997) que, no meio acadêmico e político, “o foco central das preocupações práticas passou do problema da ‘construção democrática’ para o da ‘estabilidade política’, ou, mais, precisamente, da ‘preservação da ordem’ ou da

‘governabilidade’” (p.36). Optou-se para melhor forma de desenvolvimento do pensamento que a seção seja iniciada com a noção de capital social, daí, em seguida, o termo governabilidade.

O uso primórdio do termo *capital social* data de 1916, contudo, é na década de 90 que ele ganha uma dimensão social mais relevante, a partir de seu emprego pelo Banco Mundial. Mais do que simplesmente uma utilização corriqueira, o termo passa a constituir um dos critérios de avaliação para os projetos em desenvolvimento pela instituição (D’ARAÚJO, 2003). A coesão social é vista pelo Banco Mundial como um fator preponderante para a prosperidade econômica e o desenvolvimento sustentável. Diante do fracasso e da violência praticada pelos ideólogos e políticos do neoliberalismo, ao Banco, demonizado nos quatro cantos do planeta, agora orientado por seu “crítico” Joseph Stiglitz, restou vestir uma nova roupa, aproximando-se de setores (menos politizados) na sociedade civil, com o objetivo de dar força à melhora do “não-econômico” sobre o econômico. O capital social funcionaria como uma espécie de ‘argamassa’ que manteria o contato entre as instituições, vinculando-as aos cidadãos em busca do bem-estar comum. O que parece em questão é a formação do que Robert Putnam (2007) chama de “comunidade cívica” e sua influência para o bom ou mau desempenho institucional.

Este pesquisador foi talvez o principal responsável por recolocar o termo em voga no meio acadêmico, através da realização de uma pesquisa em que se propunha verificar como foi o processo de implementação da descentralização administrativa na Itália a partir do contexto da crise do capital nos anos 70, comparando as regiões geográficas conhecida como Norte e Sul. Putnam concluiu que ao final de duas décadas (1970-90), o Norte italiano teria aproveitado melhor as possíveis virtudes da descentralização administrativa do que o Sul, colhendo mais frutos para o seu desenvolvimento e modernização.

Contudo, seria ingênuo supor que Putnam desconhecesse as condições sócio-econômicas diferenciadas entre as regiões italianas. A economia italiana segue dividida por um Norte altamente industrializado, é dominado por grandes corporações, como no ramo automobilístico (FIAT), no ramo alimentício (Parmalat), no ramo petrolífero (ENI), além do centro financeiro e a indústria da moda e alta costura em Milão, enquanto o Sul da Itália até hoje, em boa medida, é uma região com pequenas empresas, fazendas sob administração familiares ou extensivos latifúndios cultivadores de frutas, vegetais, trigo e as tradicionais vinícolas italianas. Evidentemente, existem condições de vida comunitárias e formas distintas de solidariedade nesses territórios, como observou Gramsci ao discutir *A Questão Meridional*. O desafio a que os autores da proposição do capital social se colocam é criar um quadro de

referência que permita o manejo da governabilidade em um quadro de crises, lutas, incertezas que tem levado os trabalhadores italianos a empreender lutas massivas, como na reforma da previdência, ou nas lutas anti-fascistas por ocasião da chegada ao governo de Berlusconi.

A formulação de Putnam propugna a favor da relativização da relevância da agenda da redistribuição do excedente do trabalho. De fato, suas conclusões apontam que não bastam bons indicadores econômicos, mas a obtenção de um bom desempenho de uma instituição democrática depende fortemente do contexto social e cultural. Em suma, Putnam (2007) conclui que um bom desempenho institucional se dá com bases numa *comunidade cívica* em que certos princípios sejam respeitados. Seriam eles:

1) Participação cívica: a cidadania se caracteriza pela participação nos negócios públicos. Os cidadãos da comunidade cívica buscam o que Tocqueville chamava de “interesse próprio corretamente entendido”, isto é, o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais;

2) Igualdade política: na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes;

3) Solidariedade, confiança e tolerância: os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes;

4) Associações – estruturas sociais de cooperação: as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões. Numa comunidade cívica, as associações de indivíduos que pensam da mesma forma contribuem para um governo democrático e eficaz.

Putnam também indica uma metodologia para mensuração do sucesso de sua teoria da comunidade cívica. Os indicadores seriam: *vibração* da vida associativa, que inclui o levantamento da participação dos cidadãos em associações esportivas, culturais, sociais como o Lions Clubs; participação em referendos nacionais para dirimir questões controversas; o voto preferencial é um indicador de inexistência de comunidade cívica; e a leitura assídua de jornais periódicos (PUTNAM, 2007).

O autor também conclui que não só o contexto cívico é importante, mas, o caráter do cidadão seria condição *sine qua non* para o desempenho das instituições, desde os mercados de crédito internacionais ou os governos regionais até as filas de ônibus, tudo depende de como esses problemas são resolvidos. A partir do momento que esses indivíduos sejam incapazes de assumir compromissos entre si, eles renunciam a diversas oportunidades de proveito mútuo. Desse modo, a confiança, valor inestimável entre os defensores do capital social, não se amadurece, impedindo a consolidação das bases da *comunidade cívica*.

Outro autor que vem fomentando a necessidade de expansão de capital social como resolução dos problemas do mundo é Francis Fukuyama. O ideólogo do “fim da história” corrobora com os princípios advogados por Putnam, especialmente no que tange aos valores como confiança. A análise empreendida por este autor na obra *A Grande Ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social* começa por diagnosticar o cenário que propiciou o cataclismo que define como *Grande Ruptura*.

Fukuyama associa a desindustrialização do “cinturão industrial” nos Estados Unidos em meados dos anos 60 com a concomitante ascensão da *era da informação* e o advento da Internet, como um fator preponderante para uma séria deterioração das condições sociais, com crescimento da criminalidade, desgaste das bases familiares, como a fertilidade e os casamentos duradouros, e, finalmente, a confiança nas instituições políticas entrou em declínio considerável (FUKUYAMA, 2000).

Cabe realçar o comentário atenuante que Fukuyama faz da crise do capital naquele momento histórico, tratando-a como uma mera mudança no padrão tecnológico e do setor produtivo, ignorando a queda das taxas de lucro e o declínio da hegemonia estadunidense, o que, em grande parte, motivou, anteriormente, a quebra do padrão-ouro pelo então presidente Nixon. A análise superficial produz uma cortina de fumaça para amenizar a magnitude da crise do capital.

Retornando a discussão de sua obra, o autor descreve em um capítulo como a *Grande Ruptura* erigiu graves desordens sociais na criminalidade, família e nos valores sociais. No caso do primeiro, Fukuyama compreende que o capital social é definido como normas

informais que promovem o comportamento cooperativo. Por isso, este se associa a questão da criminalidade. As comunidades possuem meios formais e informais para estabelecer normas e punir desvios. Por isso, defende que a melhor forma de controle da criminalidade não seria uma força policial grande e ostensiva, mas uma sociedade que leva seus cidadãos a obedecer a lei. Os altos índices de criminalidade proporcionariam que membros de uma comunidade passassem a desconfiar uns dos outros, dificultando a cooperação entre si. O aumento da criminalidade a partir dos anos 60 teria como um dos elementos o declínio da *confiança*. Fukuyama exemplifica a criação dos filhos nos anos 80, em que estes eram orientados a desconfiar de todo e qualquer estranho, o que gerou dificuldades na socialização destas crianças (FUKUYAMA, 2000).

A família teria sofrido muito com a explosão da revolução sexual e a ascensão do feminismo nos anos 60, que ocasionaram profundas mudanças no mundo ocidental, reorientando os espaços de relação social, inclusive mudanças nos papéis de cada sexo. Para o autor, a *Grande Ruptura* colocou em risco até mesmo a família nuclear e sua função reprodutiva. Dá um tom pessimista ao entender que não estaria ainda bem delineado qual seria um bom substituto para a reprodução fora das famílias nucleares e isto explicaria porque as mudanças na estrutura da família tiveram conseqüências tão grandes para o capital social. O colapso em si já seria uma causa de pobreza para os estratos mais pobres da população, por conta da perda da renda de um dos dois genitores, além da questão da criação dos filhos, prejudicada pela ausência de um dos pais (ibidem).

Por fim, também aponta que o declínio de valores historicamente cultuados também trouxe grandes problemas para a vida em sociedade, não só a minimização dos vínculos mais opressivos, como a religião, o poder patriarcal ou a tirania de Estado, mas também aos representantes democraticamente eleitos, aos cientistas e professores. As restrições do casamento e obrigações familiares transformam-se em uma celeuma, mesmo que tenham sido assumidos voluntariamente. Segundo o autor (2000)

O individualismo, a virtude básica das sociedades modernas, começa a mudar, passando da orgulhosa auto-suficiência das pessoas livres para uma espécie de egoísmo fechado, em que a maximização da liberdade pessoal sem consideração pelas responsabilidades para com os outros torna-se um fim em si mesma (p.59).

A disseminação de capital social é erigido à condição de remédio capaz de curar as doenças causadas pelos próprios homens. A proposta de operacionalização dessas mudanças se daria através de discussões, debates culturais ou até mesmo guerras de cultura. Contudo,

como chama a atenção Vilaça (2007) “Cabe observar que dentre as soluções apresentadas pelo autor nenhuma delas toca a mudança dos modos de produção e acumulação capitalistas” (p.26); ao contrário, o esforço de Fukuyama está no sentido de mostrar que o capital social é uma útil ferramenta produz riqueza e contribui para a economia nacional.

Apesar de parecer pueril, ao defender firmemente valores arraigados outrora na sociedade, suas apologias não passam de apoios para robustecer o capitalismo de um sentido mais nobre. Essa análise se faz justa quando Fukuyama (2000) declara que “Virtudes sociais como honestidade, reciprocidade e respeito aos compromissos não é apenas uma questão de escolha, como os valores éticos: elas também têm um valor monetário e ajudam os grupos que as praticam a atingir seus fins comuns” (p.26). Tal compreensão apenas endossa os limites profundos das críticas de um intelectual orgânico e servil ao sistema.

Os problemas sociais são apresentados como fruto de relações de desconfiança que poderiam ser sanados através de um “choque de confiabilidade”, o que também inclui as políticas de macroeconomia, especialmente aquelas que favoreçam a livre circulação do capital. Em última instância, o que os capitalistas têm reivindicado é que o Estado lhes proporcione um ambiente de “capitalismo sem riscos”, ou, ainda como salienta Fiori (1997) “a garantia prévia e absoluta da inalterabilidade das regras contratuais relativas ao capital e ao trabalho¹⁵” (p.42), o que prova a falácia da livre concorrência, princípio fundamental do capitalismo concorrencial no século XIX.

Em última instância, estamos falando de um conceito mais amplo do que o capital social, a governabilidade. O ideólogo da Reforma de Estado brasileira, Bresser Pereira (1997) entende que a governabilidade “deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade” (p.44). Para este autor, a crise de governabilidade estava em consonância com a crise de governança, na medida em que sua principal manifestação era a chamada “crise fiscal do Estado”. Governança, é entendida como a capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização de implementar suas políticas, o que justifica a ênfase dispensada em apontar como o maior de todos os males, *a crise fiscal do Estado*.

A governabilidade aparece como instrumento indispensável para o sucesso das “reformas estruturais”. Se o governo sustenta o apoio da chamada sociedade civil, os ajustes

¹⁵ Em entrevista à seção de Economia (p.24), do Jornal “O Globo”, em 8 de fevereiro de 2008, o presidente da empresa de telefonia móvel Claro, comentando a operação de compra da Brasil Telecom pela Oi e a união entre Vivo e TIM, declara que a consolidação do setor deve ser respaldada por uma legislação e que “o princípio do capitalismo é a segurança”.

que garantam a preponderância do capital sobre o trabalho serão mais bem absorvidos do que por um governo pouco respaldado.

A definição teórica e prática foi sendo redefinida ao longo das décadas do século XX. A virada da “construção democrática” no Estado de bem-estar social europeu para o da “estabilidade política” serve para ilustrar a ação demandada ao poder público. Nos países centrais, o choque de governabilidade serviu para diluir as conquistas “excessivas” da classe trabalhadora, o que estaria onerando por demais os cofres públicos. Nos países periféricos, foi justificada a instalação dos regimes autoritários como forma de preservação da ordem. Contudo, nas últimas três décadas, sua alteração de rota se deve ao florescimento do neoliberalismo e, com ele, de uma “nova economia política” que organizou o pensamento liberal-conservador. O Banco Mundial também contribuiu para a difusão do conceito ao incluir como um instrumento de avaliação sobre confiabilidade para os investimentos do sistema financeiro (FIORI, 1997).

José Luiz Fiori conclui que o significado da idéia de governabilidade “varia de acordo com o tempo e o espaço” (p.39), ora enfatizada às condições de exercício de poder, ora sobre a maneira ótima de gerir os recursos públicos. Trata-se de uma categoria estratégica para balizar o papel exercido pelo Estado nos embates cotidianos entre capital e trabalho. E mais, está se falando de uma estratégia que “estabilize” e docilize os comportamentos sociais em nome da governabilidade, gerando aceitação frente às reformas “corajosas” empreendidas por governos vendidos e subservientes ao capital. O que está em jogo é que se forje um clima de confiança, tanto na macroeconomia, o que garantiria investimentos do capital financeiro, quanto nos comportamentos sociais em resposta à política de reestruturação do papel do Estado.

Ainda que ela alçada à condição de virtude social, construir um clima de confiança dentro de um contexto de profundas desigualdades, além de improvável, não seria desejável. A cooperação social não é um valor em si mesmo, não está restrita a criação de um ambiente amistoso. Em sociedades organizadas sobre a lógica do sistema capitalista, a cooperação sempre será *relativa*, e não poderia ser diferente, pois estamos lidando com um sistema de classes antagônicas, em que a cooperação *plena*, caso fosse aceita, seria inteiramente favorável à classe que detém os meios de produção, ou seja, à dominante. É exatamente isso que está sendo escondido, dissimulado, por meio desses discursos apologéticos (VILAÇA, 2007).

Murilo Vilaça (2007) nos chama a atenção para os discursos veiculados pela mídia, que procuram angariar elementos que auxiliam na compreensão da lógica vigente destes

agentes. A retórica é composta pela apologia de valores e princípios fundamentais à sociabilidade, como inclusão social, superação de limites, disciplina, solidariedade, cooperação, abnegação, espírito de luta e de equipe, valores tidos por fundamentais à vida em sociedade (capitalista) que corriqueiramente são propalados como sendo trabalhados através da prática orientada de esportes. Se o esporte educa, como repetidamente se ouve dizer, cabe perguntar: educa para quê e para quem? Como chama a atenção o autor em questão, nada menos do que “O que está em jogo é a questão da ordem social” (p.28).

No ano de 2007, quando os brasileiros, especialmente os cariocas, puderam se regozijar com a realização dos XV Jogos Pan-Americanos, esse discurso apologético do valor educacional, civilizatório e político dos esportes se intensificou. Contudo, o que se observou foi propagação da idéia de que o esporte pode vencer a crescente criminalização da juventude. Conclui oportunamente Vilaça (ibidem) que “Isso leva a entender que em vez de políticas públicas de esporte e lazer, estamos, na realidade, diante de políticas de segurança pública” (p.29).

Essa discussão se faz necessária tendo em vista a apropriação dessa discussão que o CONFEF tem engendrado para se levar adiante o seu projeto de construção da sua própria legitimidade. Na medida em que se pretende alcançar a hegemonia na condição de representante da *categoria*, também se colocou à disposição para divulgar e implementar políticas a partir dessa matriz ideológica, que, vem se colocando mais à vista sob o conceito de “cultura da paz”, que ganha materialidade na Educação Física e nas práticas corporais, conforme será discutido na seção 4.2.1. Além desta, impossível passar despercebido a influência desse modo de intervir sobre o mundo na formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Educação Física, conforme explicita o artigo 6º, que institui enquanto competência para o profissional, a participação, assessoramento, coordenação de equipes multiprofissionais em diversos âmbitos de atuação, como saúde, trabalho, esporte, lazer, cultura, mas também a segurança e o urbanismo (CNE/CES, 2004), como forma de assegurar o respaldo às políticas que garantam a governança e estabilidade.

CAPÍTULO 2 – A DEFESA DA EDUCAÇÃO E DE UMA EDUCAÇÃO FÍSICA OMNILATERAL

Inicialmente, o capítulo discute o homem enquanto ser histórico, referenciado nas visões de Marx e Gramsci. Para se chegar ao objetivo, foi acrescentada uma breve discussão sobre trabalho, compreendido como uma categoria essencial do materialismo histórico. A seguir, foi desenvolvida uma reflexão sobre a educação como um fenômeno próprio dos seres humanos e a função social da escola, o principal *locus* dessa manifestação. Finalmente, em uma última parte, é examinada a proposta da pedagogia crítico-superadora, a partir da obra do autodenominado “Coletivo de Autores”, apontando, como síntese, a incompatibilidade dessa concepção omnilateral com as propostas provenientes do CONFEF e das atuais Diretrizes Curriculares para a graduação em Educação Física.

Este capítulo se propõe a oferecer algumas indicações sobre como uma concepção de projeto educacional (e, conseqüentemente, a intervenção pedagógica da Educação Física) emancipatória requer a negação expressa da forma capital. A forma capital para a educação remete à marcante característica introduzida pela Revolução Industrial, a divisão social do trabalho, com a separação entre o chamado trabalho intelectual e o trabalho manual, forjando assim uma prática que prima pela unilateralidade. Também não se pode deixar de mencionar a recorrente discussão entre a educação geral e propedêutica e a educação profissional, técnica, em que a primeira se destinaria prioritariamente aos setores dominantes e aos segmentos sociais afins que comandariam os (ou operariam a coordenação dos) meios de produção e que, por isso, ocupam as altas posições na hierarquia social, enquanto a que vêm na qualificação profissional um meio de ascensão social.

Assim como Antonio Gramsci se indaga em “Concepção dialética da História”, paramos no mesmo questionamento: afinal, o que é o homem? Como transpor em palavras uma diversidade quase infinita de valores, pensamentos, desejos e necessidades postos por cada um de nós em diferentes momentos de nossas vidas? Tal como em Gramsci, não nos interessa o que é cada homem singular, o que implicaria em buscar a compreensão do que é cada ser humano em cada momento singular. Preferimos nos remeter à reflexão sobre o que seria o homem inserido em suas condições objetivas e determinantes, porém, compreendendo que o homem não é, o homem está sendo, ou seja, incluímos a idéia de que está inserido em permanente processo em sua vida. Dermeval Saviani contribui nessa discussão, afirmando que expressões como “o homem é um animal político”, “é um animal simbólico” etc., compuseram uma visão que predominou no desenvolvimento do pensamento filosófico e que acabou por se cristalizar no senso comum, uma visão marcada por um caráter especulativo e

metafísico, contraposto à existência histórica dos homens e que parte de uma idéia abstrata e universal de essência humana (SAVIANI, 2007).

Tal como Gramsci (1978), concebemos o homem como “uma série de relações ativas”, no qual, se a individualidade tem sua importância, a análise não deve se esgotar nesse aspecto. Gramsci sugere que o indivíduo, os outros homens e a natureza seriam os elementos constitutivos da humanidade que se refletiriam em cada individualidade. Segundo o autor (1978) “o indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos” (p.39).

Assim sendo, o homem entraria em contato com a natureza por meio do trabalho e da técnica. Se a individualidade faz parte do contato com essas relações sociais, sua personalidade também vai tomando forma ao adquirir consciência das relações sociais nas quais participa. Para explicitar melhor a idéia, trabalhamos com a idéia gramsciana de que “todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado” (ibidem, p.40). Desta maneira, empregamos a noção de que essas relações são ativas e dinâmicas, rejeitando que estas seriam estáticas e previamente determinadas como outrora o pensamento religioso e positivista procurou explicar o homem.

Insistimos que a compreensão do homem e seus hábitos cotidianos passa pelo entendimento de um conjunto de relações sociais. Nossa alimentação, vestuário, moradia, sentimentos não podem ser tomados isolados uns dos outros, mas analisados a partir das condições concretas em que construímos nossas vidas. Se ao escolher um casaco de pele no valor de 10x reais, em detrimento de um casaco de algodão no valor x reais, isso tem condicionantes históricos que fizeram com que, mesmo tendo a opção de comprar um bom casaco de algodão por um preço dez vezes menor, escolhemos a outra opção. E é por entendermos assim que, advogamos a idéia de que a natureza humana não existe em si mesma, mas, no conjunto de relações sociais, podendo dizer que a natureza do homem seria a “história”, acrescentado à idéia do *devenir* em que o homem devém, transforma-se nessas relações. Por isso, a natureza humana não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda a espécie humana.

A história aparece como uma questão de suma importância na análise marxista dos fenômenos sociais. A partir de uma fundamentação materialista da história do homem, este é entendido como um ser prático que, mesmo em sua alienação, constrói-se a partir do trabalho, se autocriando na e pela produção. Sanchez Vázquez destaca que a partir dos *Manuscritos*

Econômico-Filosóficos de 1844, a produção passa a assumir uma dimensão essencial para Marx, não apenas pelo seu conteúdo econômico, mas filosófico, na medida em que esta produção participa da autocriação do homem. Porém, a partir de *A Ideologia Alemã*, a história humana assume o caráter de obra do desenvolvimento dialético entre forças produtivas e relações de produção que os homens contraem na produção (SANCHEZ VÁZQUEZ, 1990).

Primeiramente, a produção se relaciona com as necessidades. Na verdade, tanto o homem quanto os demais animais produzem a partir de suas necessidades. Contudo, se para o animal essa relação é direta, imediata e unilateral, para o homem, destaca o mesmo autor, essa relação é mediata, pois é necessário que ele tenha que se libertar delas para superá-las, fazendo com que percam seu caráter natural e se tornem especificamente humanas.

A produção seria a criação de um mundo objetivo que apenas o homem pode dar a si mesmo o estímulo da produção, em forma de suas necessidades. Na medida em que cria suas necessidades, se cria ou se produz. O homem é um ser que necessita objetivar-se de modo prático, material, produzindo assim um mundo humano. Produzir é, igualmente, integrar a natureza no mundo do homem, fazer com que a natureza perca seu estado de pura natureza, em si, para converter-se em natureza humanizada ou natureza para o homem. Cabe ao homem ajustá-la a seu mundo humano, através da transformação com seu trabalho. A natureza, considerada abstratamente em si, isolada do homem, não é nada. O homem só existe na relação prática com a natureza. Então os homens produzem seus meios para satisfazer suas necessidades para que, assim, “façam sua história”. Baseado nisso, Marx afirma que a prática social é que acaba determinando a consciência social.

A concepção de História apresentada por Marx e Engels na *A ideologia alemã* tem como base o desenvolvimento do processo real da produção, juntamente à produção material da vida imediata. A forma das relações humanas está ligada a este modo de produção. Esta concepção de História não é obrigada a procurar uma categoria diferente para cada período; procura explicar a formação das idéias a partir da prática material. Não é a crítica intelectual, mas a revolução que se constituiria na força motriz da História.

Conforme Marx (s/d) “na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (p.3). Assim, essas relações de produção determinam o processo da vida social, política e espiritual. Marx ainda defende que numa determinada fase do desenvolvimento da economia, as forças produtivas se chocam com as relações de produção existentes abrindo a possibilidade da revolução social. Por isso, o exame das contradições do modo de produção

fornece segundo Frigotto (2001) “o método pra caracterizar as sociedades e analisar suas transformações, entender como os homens se produzem pelo trabalho” (p.73).

O trabalho é que vai definir o homem enquanto homem, assumindo um caráter ontológico. Se por um lado, o trabalho nega o homem, por outro o afirma, na medida em que o produz como tal. Só o homem é capaz de se alienar porque ele é o produto do que ele mesmo faz. Continuamente está inserido em um processo de produção de si mesmo, um processo de humanização.

Explorando mais a questão, podemos arriscar em afirmar que o trabalho é que seria a tão propalada essência humana. Contudo, diferente dos animais, a essência humana não é dada ao homem e nem precede a sua existência, mas é produzida pelos próprios homens. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo e, por isso, um processo histórico.

Entretanto, dentro do sistema capitalista, em que há concentração dos meios de produção a partir da existência da propriedade privada e do trabalho alienado, o homem não se torna um homem integral, na medida em que o produto de seu trabalho é apropriado por outrem enquanto uma propriedade.

Em Marx, toda a atividade humana que seja transformadora da natureza e da sociedade passa ao primeiro plano, o que se denomina como práxis. Segundo cita Sanchez Vázquez (1990) “a relação entre a teoria e práxis é para Marx teórica e prática: prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente” (p.117).

Por isso, Marx procurou dispensar uma ênfase significativa à problemática da práxis em suas *Teses sobre Feuerbach*. A primeira tese versa sobre a práxis como fundamento do conhecimento, em que a crítica de Marx é dirigida à teoria do conhecimento como visão ou contemplação. A superação do idealismo e do materialismo tradicional requer a negação da atividade contemplativa e da especulação. A verdadeira atividade é revolucionária, crítico-prática.

A segunda tese é a da práxis como critério da verdade. Uma verdade só pode se confirmar caso saia da esfera do pensamento. A prática não fala por si mesma. Os fatos têm que ser analisados, interpretados, já que não revelam seu sentido a uma observação direta e imediata ou a uma apreensão intuitiva. O critério de verdade está na prática, mas só é possível descobri-lo numa relação propriamente teórica com a prática mesma. A concepção da prática como critério de verdade opõe-se tanto a uma concepção idealista do critério de validade do conhecimento, segundo a qual a teoria teria em si mesma o critério de sua verdade, como a

uma concepção empírica, segundo a qual a prática proporcionaria de forma direta e indireta o critério de verdade da teoria (SANCHEZ VÁZQUEZ, 1990).

A terceira tese ressalta a práxis revolucionária como unidade da transformação do homem. Segundo essa concepção, o homem não é apenas produto das circunstâncias, do meio, mas também um produto seu, através de seu papel ativo em relação ao meio e que é o homem que faz as circunstâncias mudarem e, conseqüentemente, o homem muda a si mesmo. Nesta tese, Marx oferece uma dura crítica aos educadores burgueses, que, vistos como iluminados, teriam uma atividade missionária de transformar os demais. Contudo, se Marx entende que os próprios educadores precisam ser educados, quem os educará? Nesse sentido, é que se entende que a prática social revolucionária emergirá em consonância com uma nova fundamentação teórica, que produzirá e requererá novos valores e conhecimentos que serão determinantes para uma nova concepção de educação (e de educadores).

Por fim, na décima primeira tese, Marx destila sua crítica aos limites que a filosofia se encontrava, não se relacionando com o mundo enquanto objeto de sua ação. A teoria, isolada da práxis, estaria a serviço da aceitação do mundo tal como está posto. Nesta circunstância, entende que os filósofos limitaram-se apenas a interpretar o mundo de diferentes maneiras; caberia agora, ajudar a transformá-lo. A necessidade da práxis revolucionária surgiria da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção a ser operada pelo proletariado.

Imbuído dessa tarefa revolucionária, caberia aos homens não só a transformação da estrutura sócio-econômica da sociedade, mas o fomento de que surja um homem novo, oriundo dos novos tempos. O pensamento do revolucionário argentino Che Guevara se insere nessa ótica.

A transformação radical da sociedade exige, ao mesmo tempo, uma transformação profunda das estruturas mentais dos indivíduos. Ao alcançar a estrutura de poder, impõe-se uma árdua tarefa de educação e propaganda que visem eliminar os vestígios da antiga sociedade. Esse trabalho educativo, segundo Löwy (2003), citando o pensamento de Che Guevara, deve ser acima de tudo, uma auto-educação: “na caminhada para o comunismo, é preciso que o povo eduque a si próprio” (p.43). A liquidação das seqüelas morais e ideológicas da sociedade burguesa não é um produto automático e direto das transformações socioeconômicas, exigindo que haja uma intervenção e mudanças no nível superestrutural.

Por isso, Che recusa o estímulo material/financeiro como forma de mobilização dos trabalhadores. Atuando como um resíduo ideológico do capitalismo, ajuda a criar um clima egoísta, individualista e de corrida a uma suposta riqueza. Che não acredita que se possa

“vencer o capitalismo com os seus próprios ídolos”, ou seja, não se pode construir uma sociedade socialista utilizando-se do mesmo expediente que o capitalismo usa para manter sua ordem econômica (p.88).

A construção desse novo homem passa em grande parte pelos processos educacionais recebidos durante a vida. Considerando que as transformações na ordem do capital requerem a revolução, a partir da insurreição organizada dos trabalhadores contra seus dominadores, um novo entendimento sobre educação se faz necessário para contribuir com o alvorecer de novos tempos, seja ainda nos marcos do capitalismo, seja no comunismo.

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, Saviani (2005a) entende que “a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana” (p.11). Sabendo que o trabalho é o grande diferencial dos homens para os outros animais, este se constitui no princípio educativo fundante. Ao contrário dos animais, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Em lugar de se adaptar à natureza, ele a adapta para si, isto é, transforma-a. O trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação, portanto, constituindo-se como uma ação intencional. Quando o homem passa a extrair da natureza a sua subsistência, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano. Por isso, a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Ao mesmo tempo em que é uma exigência para o processo de trabalho, é também um processo de trabalho (ibidem).

Trabalho e educação acabam por sustentar uma relação imbricada, o que expressa a ênfase de que o conceito de trabalho como princípio educativo seja axial para as perspectivas socialistas de educação. Contribui o pensamento de Gramsci (1982) concebendo que “o fundamento do trabalho é o ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do devenir, para a concepção de atualidade como síntese do passado” (p.130).

O campo educacional é um poderoso instrumento que pode alavancar significativas transformações qualitativas em seus participantes. A educação se constitui em um campo de disputa de hegemonias onde os diferentes sujeitos, conscientes de sua importância, organizam-se para exercerem a maior influência possível. Assim como destacamos que o homem é condicionado e determinado pelo conjunto de suas relações sociais, certamente a educação-escola também se insere nesse contexto.

Propugnamos que a essência e a existência humana não se dão por uma dádiva natural, mas produzida pelos próprios homens. Sendo assim, o próprio homem não nasce sabendo ser homem, mas se forma homem. A partir da necessidade de aprender a ser homem, aprende a

produzir a sua própria existência. Por isso, como frisa Saviani (2007b) “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (p.154).

Na sociedade atual, a escola é a forma dominante e principal de educação. O papel da escola, definido por Saviani (2005a), “consiste na socialização do saber sistematizado” (p.14). A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. A partir da difusão do saber sistematizado é que se estrutura o currículo da escola elementar.

Acreditamos que a escola/universidade tem condições de cumprir um papel que não esteja alheio aos interesses da classe trabalhadora, que ajude a impulsionar a construção de outros valores no trato com o conhecimento, a pesquisa e as relações humanas. Como enfatiza Pistrak (2000) “a escola refletiu sempre o seu tempo e não podia deixar de refleti-lo; sempre esteve a serviço das necessidades de um regime social determinado e, se não fosse capaz disso, teria sido eliminada como um corpo estranho inútil” (p.29). Não por acaso, a burguesia utilizou a expansão do atendimento escolar como uma forma de controlar o acesso aos saberes dos filhos dos trabalhadores, oferecendo-os uma educação mínima, suficiente para que pudessem reproduzir o mesmo ciclo em que seus pais já estavam imersos.

Diante disso, concordamos com Pistrak que entende como “um dos problemas da revolução social é exatamente o de mostrar a natureza de classe da escola num contexto de uma sociedade de classes” (p.30). Desenvolver uma educação das massas significa atribuir à educação um caráter de consciência de classe, tendo clareza que, num período de transição, a revolução e a educação devem trilhar caminhos concomitantes. Essa escola/universidade deve levar ao aluno seus interesses de superação da sociedade de classes, através da organização e tomada de poder da classe operária.

Pistrak denominou essa escola como “escola do trabalho” e seus dois princípios fundamentais é que ela se relacione com a realidade atual e incentive e fomenta a auto-organização dos alunos. Segundo o autor, “a escola deve educar as crianças de acordo com as concepções, o espírito da realidade atual; esta deve invadir a escola que viverá no seio da realidade atual, adaptando-se a ela e reorganizando-a ativamente” (p.33).

Seu método de trabalho deve estar em plena sintonia com os fenômenos que estão acontecendo na realidade, entendendo-os como partes de um processo inerente ao desenvolvimento histórico geral. Assim, é impensável que o currículo apresente matérias e discussões estanques à concretude material da escola e de seus alunos. A produção das idéias estará assim muito mais vinculada às necessidades humanas.

Somando-se à proposta implementada por Pistrak na ex-União Soviética, encontra-se em Gramsci a proposta da escola unitária como uma referência obrigatória dentro da construção de uma educação nos marcos socialistas. A escola unitária tem por premissa a instituição de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre a capacidade do trabalho manual e do intelectual.

Gramsci defende que a escola unitária tem a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a certo grau de maturidade e capacidade, estimulando a criação intelectual e a autonomia na orientação e na iniciativa. A escola unitária defendida por Gramsci já no primeiro grau elementar (3-4 anos), desenvolve as primeiras noções “instrumentais” da educação (ler, escrever, calcular) e conteúdos relativos a “direitos e deveres”, noções de Estado e sociedade como elementos primordiais de uma nova concepção de mundo. Essa escola também roga que o estudo dos métodos científicos deve começar ainda na fase escolar, desenvolvendo uma responsabilidade autônoma e criadora nos alunos. Deve forjar valores humanistas, de auto-disciplina intelectual e autonomia moral (GRAMSCI, 1982).

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, que o orçamento da educação nacional seja transformado em favor da inteira função de educação e formação das novas gerações. A educação torna-se assim, ao invés de privada, pública, pois poderá envolver todas as gerações, sem divisões de classes ou castas. O quadro do corpo docente deve privilegiar as melhores condições possíveis de aprendizagem, o que inclui a relação professor/aluno, em que sabidamente a eficiência da escola é maior e intensa, quando essa relação é menor (GRAMSCI, 1982).

Uma das questões prementes para implantação de um projeto de educação inserido na perspectiva omnilateral seria a fusão entre o ensino e o trabalho produtivo, um espaço onde os alunos visualizassem o trabalho e a ciência como partes orgânicas da vida escolar/universitária. Tomando esse ponto de partida, é que Saviani (2007b) entende que “a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade” (p.154), pois desde os primórdios, os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la; aprendiam a trabalhar, trabalhando.

Saviani procura discutir a perspectiva de intervenção do ensino médio e superior. Na perspectiva deste autor (2005b) centra-se a idéia da politecnia. O autor compreende a politecnia como base fundamental de proposta para um ensino médio “que permita a superação da contradição entre o homem e o trabalho pela tomada de consciência teórica e prática do trabalho como constituinte da essência humana para todos” (p.234), radicalmente

diferente do ensino médio profissionalizante, em que a profissionalização é exercida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo.

Saviani (2005b) ainda alerta que, no ensino médio, a relação entre educação e trabalho deve ser explícita e direta, explicitando como o conhecimento se converte em matéria para o processo de produção. Segundo o autor, “a politecnia significa especialização como domínio dos fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” (p.236).

Para o ensino superior, Saviani chama a atenção de que essa cultura superior deve ser planejada e elaborada para estar a serviço de todos os componentes da sociedade. Seu principal objetivo seria possibilitar a toda população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo, ao contrário da posição encastelada que a universidade teima em assumir desde velhos tempos. A extensão universitária é pensada como uma organização cultural que possibilite a inserção de trabalhadores junto aos estudantes para que, assim, debatam e proponham soluções para o desenvolvimento daquela comunidade.

Sobre Marx e Engels, é verdade que eles nunca escreveram um texto expressamente dedicado ao tema da educação. Suas referências ao tema aparecem em notas esparsas pelos seus mais diversos textos. Porém, mais do que simples (e muito competentes) análises conjunturais, suas reflexões marcadas pelo sentido da totalidade dos fatos, serviram para (re)pensar a implantação e orientação de um sistema de ensino distinto do modelo da escola/universidade capitalista.

Em seu texto mais popular e dirigido à ação política, o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels defendem como uma das medidas que o proletariado poderia colocar em prática ao assumir o poder seria a “Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.” (p.13).

Situados em meados do século XIX, Marx e Engels assumem algumas conquistas da burguesia no campo da educação, tais como universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade. A combinação da educação com o trabalho produtivo deveria possibilitar o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Neste ensejo, a principal meta da união do trabalho com o ensino seria proporcionar uma formação *omnilateral* para os homens e mulheres.

A pressão para ampliação do atendimento escolar para a classe trabalhadora levou o Estado a assumir um maior controle sobre a educação, sob a justificativa liberal de que a

educação deveria ser considerada um direito de todos os cidadãos. Apesar de serem críticos ferrenhos da exploração do trabalho infantil pelos capitalistas, Marx recomendava que, a partir de nove anos, qualquer criança deveria participar do trabalho produtivo, mas nunca na fábrica capitalista. A iniciação no mundo do trabalho deveria acontecer também no espaço produtivo, pois a iniciação a tecnologia exige o conhecimento objetivo do processo de trabalho, mas isso somente se este for um espaço de afirmação da humanidade dos seres humanos, longe, por conseguinte, de ser o lugar de extração de mais-valia, em especial das crianças, questão que Marx combatia veementemente.

A respeito disso, três ressalvas. A primeira, Marx e Engels eram apenas contra o emprego de crianças nas fábricas capitalistas, uma ocupação que degrada o ser humano e o aliena dos produtos de seu trabalho. Ao mudar o sentido da produção fabril, as crianças poderiam ser incorporadas a esta nova fábrica por poucas horas diárias, conforme a idade. Outra questão diz respeito ao que se denominava enquanto infância naquele período histórico e, especialmente, o que seria e se haveria infância para os filhos da classe trabalhadora. Com uma expectativa de vida que não chegava aos 50 anos na Europa, o entendimento sobre infância, adolescência e a fase adulta era diverso aos dias de hoje. Diversos estudiosos como Philippe Ariès e Mary Del Priore tem contribuições relevantes sobre o tema. Por último, é necessário que, contextualizada historicamente a afirmação, entendemos que esta assertiva não se encontra mais em pauta pelas atuais concepções de educação omnilateral, inclusive compreendendo que é necessário o combate ao trabalho infantil, visto como estratégia de recomposição às perdas do capital em sua crise.

Retornando à questão do Estado, Marx em seu texto *Crítica ao programa de Gotha*¹⁶, tece críticas ásperas à proposta de programa do Partido Operário Alemão, que diz “Educação popular geral e igual a cargo do Estado. Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita” (p.13).

Marx não se conforma em aceitar que a burguesia seja beneficiada por uma educação a expensas de um Estado sustentado, majoritariamente, pelos impostos a serem pagos através do trabalho de operários e camponeses. Quanto à assistência para todos, Marx lembra que tal atendimento já é oferecido em diversos países, como na própria Alemanha, Suíça e Estados

¹⁶ Em meio a tantas polêmicas neste texto, o que se colocava em xeque era a disputa de programa em torno da fusão entre o Partido Operário Social Democrata da Alemanha (controlado por Bebel e Liebknecht) e a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (por Lassale). Marx faz uma dura crítica à AGTA pela tentativa de aliança tática com o governo imperialista de Bismarck, especialmente pela intensa repressão que os socialistas vinham sofrendo na época (1875).

Unidos. Reforça sua crítica ao fato de que o programa não pauta a construção de escolas técnicas (politécnicas/tecnológicas) para a classe trabalhadora.

Considerando o Estado um aparato a serviço da classe dominante, a educação se converteria em um instrumento de dominação ideológica para que a burguesia se consolidasse enquanto força hegemônica no poder. Marx (assim como Engels) repudiava o controle do Estado sobre a educação, entendendo este repúdio pelo fato de que, além da burguesia já contar com todo aparato financeiro e instrumental para controle dos rumos da sociedade, ainda poderia exercer influência junto ao ensino. Por isso, Marx impõe uma crítica tão incisiva ao partido alemão que pretendia designar o Estado enquanto educador do povo. Defende que haja, por meio de uma lei geral, que o Estado disponha de recursos para capacitação de pessoal docente, manutenção das condições de ensino e funcionários públicos que zelem por uma boa versação do dinheiro repassado.

Com relação aos princípios de uma educação que se proponha omnilateral, Marx e Engels entendem que o trabalho deve ocupar papel central enquanto princípio educativo. Uma educação que propicie aos homens um desenvolvimento integral de todas as suas potencialidades. A educação deveria fazer a combinação da intelectualidade com a produção material, da instrução com os exercícios físicos e destes com o trabalho produtivo.

De acordo com a contribuição de Manacorda (1991), Engels analisa que com o fim da propriedade privada e a divisão do trabalho, não serão necessários homens em só um ramo da produção, de formação unilateral, mas homens com várias aptidões. Segundo o autor:

O ensino permitirá aos jovens acompanhar o sistema total de produção, colocando-os em condições de se alternarem de um ramo da produção a outro, segundo os motivos postos pelas necessidades da sociedade ou por suas inclinações. Eliminará dos jovens aquele caráter unilateral imposto a todo indivíduo pela atual divisão do trabalho. Deste modo, a sociedade organizada pelo comunismo oferecerá aos seus membros a oportunidade de aplicar, de forma omnilateral, atitudes desenvolvidas omnilateralmente (p.18).

O primeiro documento oficial do proletariado moderno sobre a educação, o ensino e a instrução profissional foi a proposta assumida pela I Internacional dos Trabalhadores em 1866, na cidade suíça de Genebra. A resolução sobre o que seria uma autêntica definição de um conteúdo pedagógico de cunho socialista abrangia:

- 1) ensino intelectual;
- 2) educação física, dada nas escolas e através de exercícios militares;
- 3) ensino tecnológico/politécnico, que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que, ao mesmo tempo, introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manejar os instrumentos elementares de todos os ofícios (p.27).

A exposição do primeiro documento de proposta educativa assumida pelo proletariado e a inclusão da Educação Física (ou similar) como uma das prioridades a serem desenvolvidas pelos educadores socialistas, o desafio que se coloca é o exercício constante de propostas de trabalho que estejam comprometidas com uma Educação Física numa perspectiva omnilateral.

Apesar dos dizeres dos trabalhadores de 1869 situarem a Educação Física a ser ensinada na escola estar acompanhada de um contexto militar, entendemos que tal apontamento histórico ratifica a importância que a vivência de práticas corporais assume para o ser humano, independente de sua origem social. Contudo, acreditamos que a reflexão contínua através de teses e antíteses resultará em sucessivas sínteses que ajudarão a desenvolver cada vez mais uma prática pedagógica crítica e que se comprometa a viabilizar uma proposta de conteúdos que estejam de acordo com as necessidades da classe trabalhadora.

De acordo com nosso entendimento, a proposta da pedagogia crítico-superadora desenvolvida pelo grupo¹⁷ que se autodenominou “*Coletivo de Autores*”, é aquela em que se encontram as maiores contribuições na perspectiva de uma Educação Física que se aproxime dos interesses da classe trabalhadora e que se disponha a pensá-la dentro do escopo do materialismo histórico-dialético. Essa proposta tem fortes laços com a Pedagogia Histórico-Crítica, desenvolvida originalmente por Dermeval Saviani, principalmente por procurar se afirmar sobre uma base histórica e historicizante.

O *Coletivo* procura situar a Educação Física enquanto uma prática pedagógica que é realizada na escola. Para o exercício da reflexão pedagógica, a obra recupera reflexão de Justino de Souza (1987) que entende esta através de algumas características específicas “diagnóstica, judicativa e teleológica”.

A característica **diagnóstica** remete à constatação e leitura dos dados da realidade. Para interpretá-los, os sujeitos emitem um juízo de valor, o que já leva à **judicativa**, em que se entende que o homem julga a partir de uma ética que representa os interesses de sua classe. Neste caso, seu julgamento é **teleológico**, já que visa um determinado fim sobre onde se quer chegar (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Para o objetivo de estruturar o percurso do homem no seu processo de apreensão do conhecimento, tanto a escola como as universidades precisam elaborar um currículo adequado aos interesses daqueles a quem representam. A elaboração de um currículo que dê conta de

¹⁷ “Metodologia do ensino de Educação Física”, livro escrito pelos professores Celi Taffarel, Carmen Lúcia Soares, Micheli Ortega, Lino Castellani, Valter Bracht e Elizabeth Varjal.

uma reflexão pedagógica ampliada nos parece decisiva para que esteja comprometida com os anseios da transformação social. Entende que os eixos curriculares não podem prescindir da “constatação, interpretação, compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória. Busca situar a contribuição do professor para explicação da realidade social e natural no nível do pensamento/reflexão do aluno” (p.28). Dessa maneira, a visão de totalidade do aluno se construiria a partir da contribuição das diferentes ciências inseridas nas disciplinas curriculares. Por isso, defendemos que o conteúdo não deve ser disciplinarizado, mas articulado ao conhecimento sistematizado dos diferentes ramos da ciência que procurem explicar a realidade social.

Em relação aos princípios curriculares que devem perpassar os conteúdos a serem ministrados, fizemos uma breve síntese da contribuição trazida pelo *Coletivo*. Seriam eles: a) a relevância social do conteúdo: implica em compreender o sentido e o significado do mesmo para a reflexão pedagógica escolar, que deverá estar vinculado à explicação da realidade social concreta; b) contemporaneidade do conteúdo: o oferecimento do conhecimento mais moderno; c) adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno: competência para adequar o conteúdo à capacidade cognitiva e à prática social do aluno; d) simultaneidade dos conteúdos: confronto contra o etapismo; e) espiralidade da incorporação das referências do pensamento: compreensão das diferentes formas de organização do pensamento sobre o conhecimento; f) provisoriidade do conhecimento: rompe com a idéia de terminalidade (COLETIVO DE AUTORES, p.30-4).

O objeto de reflexão da Educação Física defendida pela pedagogia crítico-superadora é a cultura corporal. Acrescentam as autoras Celi Taffarel e Michele Ortega (2006) que

O objeto de estudo da Educação Física é o fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexos interno das suas propriedades –, determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade, é dada pela materialização em forma de atividades, sejam criativas ou imitativas, das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas as leis histórico-sociais (p.1).

A ascensão da cultura corporal como objeto de estudo não significa perder de vista os objetivos relacionados com a formação corporal dos alunos, mas recolocá-los no âmbito espaço-temporal da vida real de uma sociedade de classes (TAFFAREL & ORTEGA, 2006).

A Educação Física deve buscar a reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, através de suas expressões corporais, tais como jogos, danças, lutas, ginástica, esporte, arte circense, dentre outros. Para imprimir à aula uma perspectiva de prática pedagógica centrada na cultura

corporal, é fundamental que haja o desenvolvimento da noção de historicidade, em que o aluno compreenda que o homem não nasceu realizando todas as atividades corporais que são habituais nos dias contemporâneos, mas que foram respostas a determinadas necessidades específicas de uma época histórica.

Assim como o homem era quadrúpede e agora é bípede, as práticas corporais, que corriqueiramente são conhecidas como atividades físicas, também evoluíram a formas mais modernas, de acordo com as necessidades do homem. Podemos pegar como exemplo a ginástica. A ela podem ser atribuídas diversas intencionalidades, como exercícios de preparação militar para os povos beligerantes da antiguidade, ou então formas lúdicas de brincadeiras entre as crianças, variando conforme a época, até às formas mais contemporâneas como o esporte de alto rendimento ou a ginástica de academia acompanhada de exercícios de sobrecarga, como a musculação.

Também é importante frisar a relação direta da cultura corporal com o viver do homem, principalmente com o trabalho e os seus meios de subsistência. Como entende Sadi (2005) “muitas das necessidades e desejos dos homens relativos à cultura corporal foram sendo definidos na constituição do trabalho como atividade realizadora da vida” (p.24).

Por fim, e reconhecendo os limites do presente estudo na reflexão sobre a cultura corporal, está lançado um desafio permanente aos profissionais da área em empreender análises radicais sobre a realidade social, a partir de uma fundamentação materialista, por meio da dialética, procurando compreender o processo de formação histórica do homem e da sociedade não como um produto acabado, mas através de relações dinâmicas e concretas. Outro desafio, inerente ao entendimento da Educação Física enquanto prática na escola é fazer avançar o desenvolvimento de teorias pedagógicas que sustentem de forma mais objetiva a cultura corporal como objeto de estudo, que defenda a cultura construída ao longo da história pelos homens e que reconheça a classe trabalhadora como produtora e executora de sua própria cultura, traduzindo assim o desenvolvimento omnilateral desejado.

CAPÍTULO 3 – MEDIAÇÕES ESPECÍFICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

3.1 AS POLÍTICAS (PÚBLICAS E PRIVADAS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

Apesar de entender que o esporte é uma prática socialmente construída e é um conteúdo de enorme importância dentro do arcabouço “Educação Física”, a questão é que, concretamente, o esporte tem se legitimado por meio das aulas de Educação Física, muitas vezes como conteúdo exclusivo das aulas, o que podemos denominar de esportivização da Educação Física.

Nos trâmites da política, a Educação Física também tem se subordinado à instituição esportiva. Mesmo que a sua importância seja reconhecida por profissionais da educação, intelectuais e até mesmo nas legislações educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais, as iniciativas voltadas à Educação Física têm sido implementadas pelo Ministério do Esporte. Por isso, julgamos que deveríamos despender algumas reflexões ao fenômeno esportivo, especialmente no que diz respeito à sua incorporação pela Constituição enquanto política de Estado e direito social.

Segundo Valter Bracht, a ação do Estado tem se caracterizado em dois modelos: as estruturas corporativas, onde há a subordinação da organização esportiva ao Estado (Estados fascistas/nazistas; países do “socialismo real”; Estado Novo no Brasil); as estruturas neocorporativistas, em que há uma intervenção subsidiária, com financiamento parcial via benefícios tributários. O modelo corporativo predominou no Brasil até o advento da chamada Nova República. Desde então, se engatinha no modelo brasileiro, uma estrutura de benefícios fiscais à iniciativa privada, já que o Estado não pode ou não estaria disposto a assumir essa tarefa sozinho (BRACHT, 2003a).

A partir da segunda metade do século XX, a intervenção do Estado no setor esportivo baseou-se na inserção do esporte como instrumento político no campo das relações internacionais e na difusão de que a prática de esportes em massa seria promotora da saúde e bem-estar, compensando a rotina da vida urbana altamente tecnologizada (BRACHT e ALMEIDA, 2003).

Acrescentando às reflexões de Bracht e Almeida, podemos destacar que a política de implementação do esporte tem se sustentado pelo mote de levar “cidadania” e promover a “inclusão social” àquelas camadas das populações excluídas da riqueza socialmente produzida.

Dentro de uma disputa política, muitos termos e conceitos acabam por sofrer distorções ou adaptações ao seu sentido original formulado em determinada época histórica. Em vista disso, o neoliberalismo aparece como o atual projeto de sociabilidade do capital, mesmo que tenha sofrido mudanças nas proposições originais de Hayek e Friedman. Contudo, podemos dizer que o neoliberalismo venceu algumas batalhas e, por agora, se consolidou como pensamento hegemônico, seja entre os tradicionais partidos conservadores, seja entre a “Nova Esquerda”.

No que tange às políticas sociais, certamente o termo cidadania é um dos mais recitados não só pelos políticos, empresários “responsáveis socialmente”, defensores dos direitos humanos, mas, de um modo geral, boa parcela da população também tem repetido esse discurso. Aliás, como critica Melo (2005) “o termo cidadania tornou-se auto-explicativo” (p.80). Ou seja, qualquer intervenção que retire os jovens da rua ou que ofereça um curso de inglês ou ainda a possibilidade de ser o catador de bolinhas de tênis do Gustavo Kuerten se transformou em um resgate da cidadania.

Tais políticas sociais, especialmente as que incluem atividades com o esporte ou as artes, se revestem de um caráter redentor e pacificador de uma juventude abandonada à própria sorte. O esporte é tratado como um instrumento eficaz e imprescindível para conter a inquietude juvenil e tirá-la do mau-caminho. A juventude pobre é tratada como se tivesse uma tendência natural de se enveredar para o submundo do crime. Sabiamente critica Melo (2005) que “o esporte seria o ‘antídoto’ perfeito para coibir tais práticas, uma espécie de analgésico social, sempre numa perspectiva conservadora de controle social” (p. 82).

A implementação dessas políticas salvacionistas onde se destacam os projetos sociais de esportes, como, por exemplo, as Vilas Olímpicas no Rio de Janeiro, os programas de iniciação esportiva em bairros pobres, as Organizações Não-Governamentais administradas por ex-atletas, vem se dando no contexto de difusão do chamado “terceiro setor”. As organizações e fundações de esportistas vêm obtendo bastante destaque na grande mídia por conta de sua atuação em parceria junto aos governos e comunidades populares.

Com o incremento de ações no âmbito esportivo por fundações empresariais¹⁸, observa-se uma nova roupagem para a participação das empresas na elaboração e implementação de projetos. Se, outrora as empresas eram patrocinadoras, através de um acordo puramente comercial em que veiculavam sua marca através de uma verba acordada

¹⁸ O Instituto Ayrton Senna, segundo a página na Internet, informa que a organização movimentou cerca de 146 milhões de reais em doze anos de existência, a página na Internet informa que “são **1.326.794** de crianças e jovens beneficiados, **64.526 educadores** formados, **12.035 escolas**, **ONGs e universidades** parceiras, **1.368 municípios atingidos e 25 estados** contemplados”.

que seria utilizada para o custeio do projeto, agora essas mesmas empresas são parceiras. Não se trata apenas de um financiamento, mas de compaixão com o bem-estar do próximo, de solidariedade àqueles que no jogo do mercado competitivo não tiveram sorte e/ou competência suficientes para melhorarem sua condição de vida.

Essa expansão da atuação do terceiro setor tem levado a uma confusão de alguns autores que consideram esses organismos na sociedade civil como um bloco único e uniforme que expressariam todos os conflitos e problemáticas do capitalismo. Como frisa Melo (2007), uma leitura liberal de alguns conceitos fundamentais de Gramsci tem ocasionado em:

definir sociedade civil como pólo antagônico ao Estado. Mais ainda uma leitura muito apressada que apresenta a sociedade civil como portador da vontade única do conjunto dos movimentos dos trabalhadores ao passo que o Estado seria por si a instância da dominação burguesa (p.184).

No que tange aos chamados projetos esportivos sociais, executados pela Secretaria Nacional de Esportes Educacionais (SNEE), fazendo uma consulta à página do Ministério do Esporte, percebe-se um estímulo à política de parcerias com empresas. O estímulo à parceria entre governo federal e “empresas cidadãs” mistura aspectos diretamente econômicos, sociais e midiáticos.

A parceria com empresas pode ser viabilizada sem custo financeiro e com impacto positivo na imagem do investidor. Basta que a empresa elabore ou identifique um projeto para atender crianças e adolescentes de comunidades em situação de risco social e destine parte do seu imposto de renda para o financiamento desse projeto (s/p).

O financiamento para tais convênios provém do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), além do abatimento de 1% no Imposto de Renda para a pessoa jurídica. Um dos projetos que mais corroboram com esta lógica é o “Segundo Tempo”. Sua intenção é possibilitar a prática esportiva dos alunos matriculados em escolas públicas do ensino básico no contra-turno escolar.

Após o chamado “Fracasso de Sydney”¹⁹, o governo federal reorientou sua política de esporte, situando o foco principal de sua prática na escola, dentro das aulas de Educação Física. A iniciativa do governo (na época, FHC) seria a de proporcionar melhores condições para a prática de esportes na escola, nos horários extracurriculares e nos finais de semana. O programa “Esporte na Escola” previa a construção de quadras esportivas, aquisição de materiais e “treinamento” de pessoal.

¹⁹ O Brasil não ganhou medalhas de ouro nas Olimpíadas realizadas em Sydney, no ano 2000.

Com a troca no comando do país nas eleições presidenciais de 2002, o esporte passou a contar com a exclusividade de dirigir um ministério. O programa “Segundo Tempo Escolar” sucedeu o “Esporte na Escola”. Diante da dificuldade encontrada na implementação do Projeto, especialmente em relação à infra-estrutura, organização e funcionamento nas redes escolares, o programa foi reestruturado com vistas a que organizações não-governamentais também participassem do Projeto. Assim, seu nome mudou para “Segundo Tempo”.

O documento do Ministério dos Esportes sobre as diretrizes do “Segundo Tempo” (2005) atribui algumas funções ao esporte como os benefícios ao desenvolvimento humano, na contribuição para a formação física e intelectual, formaria indivíduos imbuídos de mais solidariedade e cooperação, capacidade de liderança, trabalho em equipe. O documento também o destaca como importante fator de gerador de trabalho e renda, dinamizando toda uma indústria de materiais esportivos, realização de eventos, fomento ao turismo. Concluindo, é ressaltado o componente de afirmação da identidade nacional, representando um fator de unidade numa nação tão diversificada culturalmente. O esporte seria “parte indissociável do desenvolvimento nacional, é uma riqueza que se soma aos nossos recursos naturais, aos valores culturais, ao jeito do brasileiro” (p.3).

A investigação de Fernando Melo traz uma contribuição ao entrevistar professores e estagiários sobre como o Projeto vem sendo implementado em sua concretude. Segundo o autor, o “Segundo Tempo” vem apresentando problemas com a distribuição dos materiais de capacitação aos trabalhadores. A fragilidade na afirmação dos objetivos propostos, como, por exemplo, o entendimento de que o Projeto seria um celeiro para a descoberta de novos talentos, mesmo que tal proposta não se confirme nas diretrizes (MELO, 1996).

O “Segundo Tempo” tem por estratégia a “parceria” com governos estaduais e municipais, entidades e organizações não-governamentais dispostas a promoverem políticas da chamada inclusão social. As diretrizes do Segundo Tempo ratificam que estão em sintonia com a política de esportes das Nações Unidas que tem incorporado o esporte como política de combate à exclusão.

A ênfase do esporte pela ONU é resultado de uma campanha quando - em setembro 2000, em Nova York - a ONU elegeu o esporte como sendo um dos instrumentos capacitados à viabilização do que ficou estabelecido como Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs). Conforme descreve Penna (2005) a partir de então, defende-se que o alcance de tais metas está vinculado ao estímulo de programas que deverão incluir “ações em benefício da

educação, da saúde e de outros aspectos que, segundo a ONU, são vitais para o desenvolvimento da vida e da humanidade” (p. 76).

Uma nova face do esporte é produzida sob a justificativa dos impactos sociais advindos do mesmo, quando utilizado sistematicamente como programa de governo nos países em situação de conflitos sociais, avanço da pobreza e, de uma maneira mais geral, para sanar a intolerância entre os povos.

Em 2002, a partir da constituição de uma Força Tarefa para avaliar as atividades que envolvem o esporte inserido no sistema das Nações Unidas, este braço da ONU teve por objetivo promover e estimular a utilização do esporte, envolvendo-o em atividades ligadas ao desenvolvimento e à inclusão social nos países. O esporte, sob essa ótica, assume uma nova funcionalidade: a manutenção da paz entre os povos através da formação de sujeitos tolerantes (GAWRYSZEWSKI & PENNA, 2006a).

O relatório formulado pela Força Tarefa valoriza o desenvolvimento humano sustentável e a ampliação das oportunidades dos membros de cada sociedade, através da inclusão e da busca de equidade. Estimula, sob tal concepção, a focalização de políticas com ênfase no alívio à pobreza e na construção de programas de inclusão social - sobretudo, de crianças, jovens e mulheres. Defende, ainda, que os governos comprometidos com tais programas criem as condições necessárias à construção de um consenso social - pela via da educação de povos tolerantes – concorrendo para o alcance do objetivo maior: a paz mundial. Portanto, segundo o Relatório em tela (2003), para o alcance de tal objetivo torna-se fundamental estimular o surgimento de capacidades humanas básicas, capazes de promover “vidas longas e saudáveis, ter acesso ao conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para manter um **padrão de vida decente** e poder participar na vida da comunidade. O esporte pode ajudar diretamente a construir essas capacidades” (p.77, grifo meu). O Relatório ressalta, ainda, que: “O esporte pode atravessar as barreiras que dividem as sociedades, tornando-se assim uma poderosa ferramenta para apoiar esforços de prevenção de conflitos e de construção da paz” (...) (ibidem).

O Relatório em questão constitui-se sob forte carga ideológica, descaracterizando as contradições históricas de classe, existentes em cada comunidade humana e em cada nacionalidade constituída sob o sistema capitalista. Desta forma, incrementa-se o processo de exploração e de produção da exclusão, contribuindo para a manutenção/expansão do modo de produção hegemônico. Inaugura-se assim, no bojo dessas contradições, um processo de ressignificação do papel do esporte no atual contexto de gerenciamento da crise capitalista.

Chamamos a atenção, neste contexto, para a adequação do Brasil frente às orientações do Relatório da Força Tarefa da ONU (Ibidem). Este último foi tomado como matriz estruturante da atual Política Nacional do Esporte. Assim, observamos que se forja um novo sentido ao esporte e à educação física mediante a atual conjuntura político-social. A partir de então os brasileiros têm assistido inúmeras campanhas do Governo Federal, com o apoio dos meios de comunicação em massa, exaltando a prática esportiva enquanto instrumento de construção da cidadania, de inclusão social e do estímulo à unidade da nação pelo restabelecimento do espírito nacionalista. O Ministério do Esporte ao associar a educação física e o esporte à imagem de atletas conhecidos nacional e internacionalmente, relaciona essa prática à ascensão social, algo que, no terreno das ideologias, não pode ser secundarizado, em especial quando, na economia, as vias estão fechadas.

Assim, o esporte e a educação física, ao assumirem o viés da atual política do Estado, prestam serviços ao assistencialismo e ao incremento dos interesses privatistas e corporativistas, baseados nas perversas disputas no mercado de trabalho. Contribuem desta forma, para mascarar a atual fase de acirramento de conflitos vividos no país, dado o seu grau de dependência diante do sistema econômico mundial (GAWRYSZEWSKI & PENNA, 2006a).

Nessa perspectiva, o estímulo às atividades esportivas e uma possível revalorização da educação física como prática escolar, têm caráter funcional à manutenção do projeto dominante, sobretudo, ao serem focados sob uma suposta neutralidade e isenção política ou então através de um viés econômico ou produtivista. Sob o aspecto econômico, podemos sinalizar para a tão propalada geração de empregos diretos e indiretos através de grandes eventos esportivos, como, por exemplo, os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Dentro de um critério produtivista de se fazer política de esportes/atividades físicas, destacamos o Programa Agita São Paulo, desenvolvido pelo Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS) e apoiado pelo Governo do Estado, gira em torno do princípio da otimização do tempo dentro de uma sociedade urbanizada, tecnológica e altamente desprovida de controle sobre suas atividades diárias, por isso mesmo também denominada pela pecha de “Mc Atividade”, um produto que pode ser adaptado à rotina diária sem maiores transtornos.

As reflexões de Alex Fraga (2006) se mostram pertinentes ao concluir que o “Agita São Paulo” é, nada mais, do que:

[...] um modo de governar os corpos que depende muito mais da habilidade persuasiva em convencer os sujeitos a adotar um estilo de vida ativo do que

da organização, condução e manutenção de espaços concretos destinados à prática de exercícios físicos (p.24).

Perpassando todo este processo, que está muito além da promoção de eventos que chamem a atenção para sua saúde, trata-se de um processo pedagógico que, mais do que eventos, “Dias D”, difunde uma série de informações, através de uma ampla rede de contatos. O exercício físico em si é um dos meios mais eficazes para se educar a uma vida fisicamente ativa.

O programa propõe a realização de 30 minutos de atividade física diárias apostando em mudanças comportamentais dos indivíduos, tais como: ao invés de pedir uma pizza em casa, cozinhe; ao invés de lavar o carro no lava-rápido do posto, você mesmo o lave; passear com o cachorro por 30 minutos ou ainda, dançar com seu cônjuge.

A página na Internet do Programa ainda destaca com orgulho a citação em relatório do Banco Mundial no documento “Enfrentando o desafio das doenças não transmissíveis no Brasil”. Segundo o documento do Banco Mundial, o Programa Agita São Paulo é “um excelente investimento em saúde pública. Ele é econômico e considerado uma ótima ‘compra’ em termos de custo-efetividade” (p.54).

Com o intuito de finalizar essa seção, fechamos com a precisa análise de Palma e Nogueira (2003) ao criticarem que

[..] ao centrar sobre o indivíduo a responsabilidade sobre fazer ou não atividade física, o programa desconsidera a importância do empenho social na busca por políticas públicas substantivas em relação ao problema, acenando implicitamente na culpabilização das pessoas que terminem por não praticar exercícios físicos (p.8).

3.2. PROFISSÃO DOCENTE: DESLOCAMENTO CONCEITUAL DE PROFESSOR PARA PROFISSIONAL

A percepção de que a profissão docente vem perdendo seu prestígio e passa por inúmeras dificuldades materiais e simbólicas é recorrente nas leituras dos principais periódicos brasileiros. No cotidiano das escolas são comuns as reclamações dos professores a respeito dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho, das amplas jornadas em sala de aula, do desinteresse dos alunos e da própria categoria docente. Essa situação adversa vivida pela profissão já circula como clichê na opinião pública que, entretanto, parece oscilar entre uma solidariedade passiva (“de fato, ganham muito pouco...”) e a aceitação de que a categoria é demasiadamente grevista e não se preocupa verdadeiramente com os seus

estudantes, ecoando a imagem difundida pela grande mídia, pelos organismos internacionais e pelo próprio Estado que, por ocasião de greves e movimentos contra medidas governamentais, acusam os docentes e seus sindicatos de corporativistas e inflexíveis.

Não se trata de santificar os profissionais de educação e os limites políticos eventualmente presentes nas lutas magisteriais. Contudo, examinando os indicadores salariais e as medidas governamentais para intensificar o trabalho dos professores e ampliar a precarização de vastas parcelas do magistério é indubitável que existem razões objetivas para os conflitos e lutas magisteriais.

Para romper com o suposto corporativismo e inflexibilidade da categoria docente frente às mudanças do “mundo globalizado” compreendido aqui como uma ideologia, os governos lançaram mão de reformas neoliberais com o objetivo de enfraquecer os profissionais da educação. Certamente, uma das medidas de maior impacto na vida dos professores foi a generalização de mecanismos de remuneração por desempenho, em geral aferidos pelo número de estudantes aprovados, em detrimento de contratos salariais por carga-horária e qualificação. Por esses meios, os governos podem reajustar parcialmente a parte variável da remuneração em detrimento do vencimento básico, aumentando a vulnerabilidade dos professores e o poder relativo da administração governamental.

Outra dimensão do problema diz respeito às repercussões dessas medidas no plano simbólico da docência. Essa questão será examinada de modo particularizado considerando o caso dos profissionais da Educação Física.

A ascensão, mesmo que tardia em comparação com outros países na América Latina, do neoliberalismo como ideologia dominante condutora da política de Estado, se constitui em um fator determinante para o apontamento dessa reestruturação do trabalho docente, segundo autores como Dalila Oliveira (2004), Roberto Leher e Raquel Barreto (2003) e Acácia Kuenzer (1999). Cada um desses autores indica, à sua maneira, a forma com que a docência foi afetada deliberadamente pelas reformas neoliberais.

Os anos 90 marcariam uma mudança de paradigma da educação em função da *globalização*, em que esta passou por mudanças significativas. Dalila Oliveira (2004) defende que diante da constatação de que a educação escolar não responde plenamente a uma situação de melhor distribuição de renda, esta idéia teria sido arrefecida nos últimos anos. Porém, através de observações espontâneas das campanhas dos candidatos das eleições gerais de 2006, creio que a força desse ideário ainda vigora.

Entretanto, agora concordando com a autora, chama a atenção de que, se as reformas educacionais dos anos 60, repousavam no argumento de que a educação seria o meio mais

seguro para a mobilidade social dos indivíduos através da redução das desigualdades sociais, já nos anos 90, elas estariam voltadas para o eixo da equidade social, o que segundo Oliveira (2004) "passa a ser um imperativo dos sistemas escolares formar os indivíduos para a empregabilidade" (p.1129).

Tal afirmação, ainda segundo a autora, estaria respaldada em medidas governamentais como a centralidade atribuída à administração escolar; o financiamento per capita, com a criação do FUNDEF; a regularidade e a ampliação dos sistemas nacionais de avaliação (SAEB, ENEM, ENC) e a avaliação institucional e os mecanismos de gestão escolares que insistem na participação da comunidade. Essa nova maneira de regular a educação traria conseqüências na configuração das redes públicas de ensino. Tais medidas estariam assentadas em conceitos como produtividade, excelência e eficiência, importando para o campo pedagógico, novas teorias administrativas (OLIVEIRA, 2004).

Diante desse quadro, parece haver uma centralização nos professores como principais agentes responsáveis pelo sucesso ou fracasso de um programa educacional. O professor, diante da série de novas exigências da escola, tomaria para si responsabilidades além da conta de sua formação, o que reforçaria um sentimento de desprofissionalização, onde o ato de ensinar não seria mais tão importante assim. Nesse contexto, existiria um processo de desqualificação e desvalorização dos professores que estariam sofrendo uma perda de autonomia em seu trabalho. O trabalho docente não seria mais definido apenas como funções em sala de aula, mas também a dedicação dos professores quanto ao planejamento, elaboração de projetos e discussão coletiva do currículo e da avaliação (OLIVEIRA, 2004).

Outra visão que consideramos de substancial relevância é a de Leher e Barreto (2003). Em tempos de integração econômica ao chamado "mundo globalizado", especialmente via acordos de livre comércio e abertura de fronteiras, a educação é reforçada como um mecanismo de inserir o país numa posição competitiva dentro da divisão internacional do trabalho. Da mesma forma que o capital preconiza a flexibilidade dos direitos trabalhistas como única maneira possível de gerar empregos no Brasil e levar vantagem sobre a concorrência internacional, para a educação também se promove a necessidade da flexibilidade dos sistemas educacionais. Nessa linha, Leher e Barreto (2003) destacam que há uma "conexão direta entre flexibilidade, competitividade e mercado" (p.40). Ou seja, a educação precisa formar os futuros trabalhadores adaptados às condições desejadas pelo neoliberalismo, assim como a própria educação deve sofrer metamorfoses na sua estrutura para que não represente um custo tão elevado de investimento.

Considerando que um dos grupos mais organizados contra as reformas neoliberais tem sido os profissionais de educação, a tática empreendida pelos organismos internacionais e por governos foi a de enfraquecê-los material e simbolicamente. Como destacam Leher e Barreto (2003)

Materialmente, os docentes foram forçados a aceitar gratificações de desempenho que, pretensamente, premiam os “mais capazes” e “produtivos”. Com isso, os salários permaneceram sem reajustes ou com correções muito inferiores à inflação, e somente a fração variável teve alguma recomposição. Assim, por meio de estratégias de avaliação, o controle da disciplina do trabalho pelos governos tornou-se muito mais intenso, e as lutas dos sindicatos tornaram-se mais complexas. Do ponto de vista simbólico, os professores foram reiteradas vezes acusados de corporativismo, em um processo desqualificador que resultou na construção de uma imagem extremamente negativa para a categoria (p.41).

Daí, os autores chegam à conclusão de que está em curso um **esvaziamento** deliberado do trabalho docente. Esse esvaziamento tem se materializado através de deslocamentos semânticos em que o papel do professor, tratado como uma tecnologia, procura ser minimizado ou até mesmo substituído. Assim, o trabalho docente pode ser reduzido a “atividade/tarefa docente”. Um modelo de substituição tecnológica vem contribuindo para o aprofundamento da situação descrita acima. O material e a capacitação seriam os pontos de partida para uma concepção ampliada de tecnologia que combina recursos materiais e humanos, em que o professor seria a “tecnologia” a ser substituída ou minimizada, por meio da intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), como o uso de *softwares*, teleaulas, apostilas, gravação em áudio e o ensino à distância. (LEHER & BARRETO, 2003).

Outra autora que fundamenta esse deslocamento conceitual é Acácia Kuenzer (1999). Sua exposição se baseia em que o modelo de formação de professores, adaptado para a fase da produção capitalista monopolista de "acumulação flexível", expressão denominada por David Harvey, faz parte de um todo muito bem engendrado pelas políticas neoliberais de governos sucessivos.

Tendo em vista a reestruturação produtiva do mundo do trabalho, com a crescente incorporação da tecnologia da microeletrônica, da robótica, mesmo que as tarefas estejam mais específicas, mais conhecimento é requisitado ao trabalhador, que também atinge seu procedimento na produção. Se outrora a organização social do trabalho atendia pela rigidez e pela estabilidade, inclusive nas normas e comportamentos, e pelo máximo de desvinculação entre pensamento e ação, agora o setor produtivo passa a demandar habilidades cognitivas e

comportamentais, como capacidade de análise e síntese, respostas imediatas em face de situações desconhecidas, boa comunicação verbal, trabalho em grupo, uso e interpretação de diversas formas de linguagem (KUENZER, 1999).

Kuenzer (1999) destaca que além da precarização do trabalho, do baixo investimento público em educação e no sistema produtivo que possa gerar maiores oportunidades de acesso a emprego e renda, a educação de novo tipo demandaria do professor mais um desafio: "ter competência para suprir, em uma escola precarizada, com condições de trabalho cada vez piores, as deficiências culturais e cognitivas decorrentes da origem de classe da maioria dos alunos" (p.173).

Diante das dificuldades acima listadas, caberia ao professor um enorme esforço, competência e criatividade para formar seus alunos de maneira a que possam a estar minimamente aptos a degladiarem entre si a disputa por poucas vagas no mercado de trabalho.

Quanto ao pacote de medidas educacionais dos últimos dez anos (LDB, Decreto-Lei da Educação Profissional, reformulação dos cursos de licenciatura, ENEM, reforma universitária, ENADE/Provão,) basicamente respondem às novas demandas do mundo do trabalho. Conforme entende Kuenzer (1999) as novas políticas "conduzem à polarização das competências, por meio de uma concepção de sistema educacional que articula formação e mercado" (p. 176).

Uma compreensão mais ampla da concepção de educação adotada pelos últimos governos neoliberais no Brasil (FHC e Lula) se completa com a análise das políticas para o ensino superior. A grande transferência das atribuições do Estado para a esfera privada, como a já citada articulação da formação com as demandas do mercado e a flexibilização do modelo tradicional de universidade, que abrange ensino, pesquisa e extensão, acompanhada de um rebaixamento dos critérios de qualidade determinados pelo governo, transferindo o controle do processo para o controle do produto, foram estratégias tomadas para "estimular" um maior investimento da iniciativa privada no ensino superior (KUENZER, 1999).

A substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, que se propõem a assegurar a alguns princípios gerais e que assegurem à instituição formadora uma certa flexibilidade para construir seu currículo de acordo com suas características locais do mercado de trabalho. Em nome de um mercado com demandas cada vez mais reduzidas de pessoal, porém, mais diversificada em formação, as diretrizes propostas pelas comissões de especialistas tem proposto a redução dos conteúdos obrigatórios por percursos mais aligeirados (KUENZER, 1999).

Como explica Acácia Kuenzer, o Estado abandona seu papel regulador, incumbindo-se apenas de atribuir notas e conceitos meramente formais (instalações físicas, número de livros na biblioteca, qualificação dos professores, número de publicações, alunos formados) adotando uma concepção economicista de produtividade, medida por modelos quantitativos, dotados de uma suposta objetividade (KUENZER, 1999).

Quanto aos cidadãos imersos nesse mundo em que o desemprego é coisa natural e direitos sociais são considerados vilões para a abertura de novas vagas, são denominados por Kuenzer (1999) como *sobrantes*. Simplesmente, sobram e esperam sua vez. A educação para os sobrantes serviria como um instrumento pacificador para que estes não façam mal à mesma sociedade que os exclui.

Para tais indivíduos, bastaria uma educação aligeirada e de baixo custo, que podem ser formados pelos malfadados Institutos Superiores de Educação, que, por sua vez, empregam professores formados por licenciaturas aligeiradas e desqualificantes, distantes do ponto de vista de uma formação omnilateral. Se o mundo não pode acolher a todos, então que se maquie a situação. Evitando um "desperdício" de recursos aos trabalhadores e sobrantes, uma educação que, pelo menos, civilize-os, acompanhados de professores que se disponham a ser divulgadores dos conhecimentos e das tendências do mercado.

Este tipo de professor é denominado de **tarefeiro**, no momento em que à educação é negado o estatuto epistemológico de ciência, reduzindo-o a mera tecnologia a quem compete realizar um conjunto de procedimentos preestabelecidos (KUENZER, 1999).

Por fim, chegamos a análise da caracterização do que se pretende deste profissional liberal em Educação Física, seu comportamento frente ao mundo globalizado, às atuais condições de trabalho e sua inserção no processo produtivo. Tradicionalmente, o professor de Educação Física tem na escola o seu principal local de trabalho, onde ele consegue constituir uma carreira prolongada e com relações de trabalho formalizadas. Contudo, nos últimos 20 anos assistiu-se a uma explosão do segmento de atividades físicas em estabelecimentos privados. A criação de novas necessidades sob o paradigma da saúde e do bem-estar resultou numa "descoberta" de novos mercados para investimento do grande capital. Além da abertura de negócios como academias, *spas*, *resorts*, fomentou-se uma imensa indústria de materiais esportivos, o que resultou numa cultura de marcas e *griffes*.

Os professores de Educação Física, com a iminência de suprirem suas necessidades passaram a tomar conta desse novo filão que emergia, através da venda de sua força de trabalho. E o mercado exerce uma função de eixo central norteador da conduta desses professores que, para garantirem uma mínima condição de sobrevivência, procuram uma

formação voltada a uma rápida empregabilidade, o que não necessariamente se traduzirá em estabilidade, proteção aos direitos sociais e satisfação no trabalho. E a Educação Física passa a ser tratada enquanto profissão liberal, mesmo que, em nosso entendimento, ela só se concretize como disciplina escolar.

As profissões consolidadas no cenário mercantil buscam afirmar-se pelo prestígio social, capacidade de intervenção e possibilidade de ganhos elevados. A mutação da Educação Física como uma profissão liberal orienta-se pela lógica mercadológica do trabalho e apresenta-se como uma prestação de serviço, onde o cliente é considerado o sujeito da ação (SADI, 2005).

Por conta disso, os defensores da profissão/Conselho defendem a especialização do saber e a busca contínua de conteúdos exclusivos para que, desta forma, o suposto profissional de Educação Física se constitua no dono da atividade física. Já para se imporem perante a sociedade e às outras profissões já constituídas, endossam a necessidade da criação de um conselho profissional, juntamente com um código de ética. Para Nascimento (2002) essas iniciativas são essenciais para “estabelecer padrões de conduta profissional quanto para assegurar o fornecimento de produto de alta qualidade e a projeção de uma imagem profissional” (p.28).

O conselho teria dentre outras funções, a de assegurar os nichos específicos e exclusivos ao profissional da área. No caso da Educação Física, há uma corrente preocupação com outros profissionais de nível superior como as disputas contra a Medicina, a Fisioterapia, o Turismo. A todo tempo se fala na importância das equipes multidisciplinares, do mesmo modo em que se observa uma preocupação de que cada profissional atue somente no raio de atuação que lhe couber.

O procedimento dos profissionais inseridos no mercado, também é uma questão recorrente na defesa do mercado de trabalho. Dentro de um cenário de tamanhas incertezas e instabilidades, segundo Nascimento (2002) o comportamento do profissional liberal de Educação Física deve se caracterizar por “valorizar o desenvolvimento de atitudes de autonomia e de adaptabilidade às novas situações e mudanças” (p.37). Ou seja, por meio de atitudes positivas e receptivas às oportunidades surgidas, as dificuldades apresentadas não seriam tão cruéis assim. Se as regras do jogo mudam a todo instante, aprenda a jogá-las, mas nunca deixe o seu cliente (outrora chamado de aluno) a ver navios.

O profissional liberal seria aquele trabalhador disposto a conviver com riscos e desafios provocados pela velocidade constante das mudanças na sociedade. Além de assumir uma postura pró-ativa ao aprimoramento das competências requeridas, o profissional de

Educação Física deveria se conscientizar para exercer uma postura empreendedora. Para Nascimento (2002):

o profissional de Educação Física assumiria um novo papel na sociedade, deixando de lado a posição cômoda e estável de assalariado da administração pública ou de um organismo privado. Ocupará o seu espaço se impondo como um profissional liberal, gerenciando o seu próprio desenvolvimento no mercado de trabalho (p.66).

Bem diferente do que pensa Bauman (1999) para quem “o mundo darwinista da luta generalizada, o desempenho obediente das tarefas estabelecidas pelas empresas deve alicerçar-se nessa esmagadora sensação de incerteza paralisante, no medo, no estresse e na ansiedade nascidos da incerteza” (p.37).

O que as análises apologéticas ao mercado de trabalho escondem é que o projeto de construção da profissão *Educação Física* e a sua regulamentação, conforme a Lei 9696/98, atende aos interesses do capital que, na tentativa de recompor sua base de lucros, expandem seus investimentos para uma área ainda com potencial de exploração sedutor e com altas taxas de mais-valia. Grande parte dos profissionais inseridos no setor de serviços não possui direitos trabalhistas garantidos, restando apenas a negociação individual entre partes interessadas. Compreendendo o mundo do trabalho como o confronto entre capital e trabalho, conclui-se que as classes vão lutar de acordo com seus interesses. Logo, verificando atualmente um alto “exército de reserva” de trabalhadores, a balança tende a pender para os grupos empresariais.

A fragmentação da formação na área abriu espaço para a consolidação do profissional liberal, desobrigando ainda mais o Estado de prover o pleno emprego, cabendo tal função ao *profissional*. O emprego para o bacharel não resulta mais em direito ao trabalho, mas sim em uma questão de competitividade e esforço pessoal.

Portanto, restam duas opções ao bacharel: entrar na roda-viva do mercado de trabalho ou acalantar o ideário de se transformar em um empresário do ramo, uma grande dificuldade que se transpõe à sua frente, visto que o neoliberalismo só favorece aos que dispõem de grande quantidade de capital para investir (FARIA JUNIOR, 1997).

O objetivo é que à suposta profissão *Educação Física* seja atribuída *status* e prestígio social para que possa ser vendida pelo maior preço possível, reservando o mercado para os profissionais contribuidores e mantenedores do anacrônico conselho. Mesmo que o mercado de trabalho esteja reservado apenas aos graduados na área, as relações de exploração continuam vigorando.

3.3. A EDUCAÇÃO FÍSICA / PRÁTICAS CORPORAIS INSERIDAS NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL DOS ANOS 70

O fio condutor por onde se forjou a idéia da profissão *Educação Física* e a sua regulamentação profissional foi a indagação sobre qual profissional deveria atuar no âmbito desta área de intervenção, o que incluía os diversos campos de atuação onde os professores estavam inseridos (escolas, academias, escolinhas esportivas, clubes recreativos etc.).

O fato é que houve uma significativa difusão dos chamados hábitos saudáveis desde o final dos anos 70, tendo como principais modelos o médico Kenneth Cooper e a atriz Jane Fonda. O mercado das academias de ginástica/musculação que se instalou no Brasil nos anos 60, teve um salto quantitativo notório a partir dos anos 80, com a introdução da atividade que ficou denominada como *ginástica aeróbica* (NOVAES, 2001).

Falar do crescimento das práticas corporais nos espaços não-escolares é se remeter à época da ascensão política do neoliberalismo. Com a queda na taxa de lucro das maiores corporações globais, a solução encontrada para reagir a essa crise foi um contra-ataque do capital sobre o trabalho. Os termos desregulamentação, privatização, financeirização, liberalização ficaram em voga nos noticiários jornalísticos e nas pesquisas acadêmicas. Para a doutrina neoliberal, era necessário restaurar uma “saudável” desigualdade para voltar a dinamizar a economia capitalista, às turras com a estagflação.

Uma dessas estratégias seria reduzir a mão-de-obra empregada, seja por meio da introdução das novas tecnologias vigentes como a microeletrônica, a robótica e o incremento das telecomunicações, ou seja, pelo desenvolvimento dos métodos flexíveis da gerência do trabalho (também conhecido como *toyotismo*), cortando despesas desnecessárias e intensificando o ritmo da jornada de trabalho. Segundo dados de Perry Anderson, no final dos anos 80, o desemprego na Europa subiu para 8%, em contraste dos 4% do início da década (ANDERSON, 1995).

Assim, o espectro do desemprego passa a rondar a toda classe trabalhadora assalariada que, para fugir de tal situação, recorre a soluções em nível mais individual sob a ótica do empreendedorismo, já que as empresas públicas reduziram muito suas contratações, isto quando não foram privatizadas e dilapidadas.

No âmbito da Educação Física – que vivia uma explosão de debates em torno de questões sobre a sua cientificação, sobre a constituição dos diversos enfoques de pesquisa, sobre as correntes pedagógicas – foi percebido que, aos poucos, já não fazia parte de um rol das disciplinas considerada indispensáveis para o currículo escolar. Ou seja, enquanto se propagava a necessidade de um estilo de vida ativo por meio de hábitos saudáveis,

alimentação balanceada e a prática de exercícios físicos regulares, dentro da escola, a Educação Física não parecia mais tão essencial assim.

Conforme Oliveira (2000), por muito tempo se destinou à escola o papel de oferecer saúde e condicionamento físico aos alunos. No entanto, essa função já estaria apontando indícios de superação, já que a Educação Física estaria inserida numa época de novos contornos sociais. Os motivos apresentados pelo autor que atestariam a decadência da Educação Física são:

a forma repetitiva como se apresentam os conteúdos trabalhados, a falta de significância desses conteúdos desenvolvidos, o despreparo dos profissionais no trato com questões outras, que não o desporto, desmerecem a atividade e o profissional que atua com a mesma (p.46).

Por outro lado, a expansão do possível campo de atuação para o professor de Educação Física era alardeada como a tábua de salvação para a crise de desprestígio que a Educação Física vivia na escola. Sendo assim, veio à tona uma necessidade de se reformular o currículo dos cursos de graduação, um currículo que reorientasse a formação profissional, buscando maior sintonia com as demandas do mercado. Tal fato foi ratificado com a resolução 03/87, que criava o curso de Bacharelado em Educação Física (SARTORI, s/d).

O curso de Bacharelado apresentou conteúdos bastante semelhantes ao curso de Licenciatura, sem, contudo, a ênfase nas chamadas disciplinas pedagógicas, o que em boa parte das universidades é ministrada pelas faculdades de Educação.

A justificativa da criação de um curso que rompe com a tradição da área de formar profissionais aptos a exercerem o magistério se apóia na idéia de que as transformações econômicas têm aumentado a demanda de serviços profissionais altamente especializados. Segundo Nascimento (2002):

o processo de especialização, e também de diferenciação, tem atraído indivíduos com habilidades, experiências e valores diferentes. Neste sentido, novos grupos de habilidades emergem e tentam o controle do mercado, conduzindo à profissionalização das ocupações (p.21).

Indo ao encontro da citação acima, a profissionalização da área de Educação Física teria como objetivo estabelecer um espaço exclusivo de intervenção profissional no mercado de trabalho. Se outrora o graduado tinha como principal meta o emprego na escola, mais recentemente esses professores passam a ser caracterizados como profissionais liberais que buscam assegurar seu espaço tanto no mercado formal quanto no informal, sob fortes pressões de parâmetros como concorrência e competição (NASCIMENTO, 2002).

Como enfatiza Frigotto (2001) “as novas tecnologias de microeletrônica e informática exigem muito mais atributos intelectuais e psicossociais do trabalhador do que a força física (p.37)”.

Assim, segundo Bracht apud Sadi (2005):

Essas mudanças explicam, em parte, por que, para o projeto liberal-burguês de educação, a Educação Física (moderna) perde importância. [...] Se esse neotecnicismo tem como foco as novas tecnologias do trabalho e a flexibilização das relações de trabalho que exigem um sujeito que se adapte rapidamente às novas exigências tecnológicas, e as relações de trabalho, que são capacidades fundamentalmente de caráter intelectual, por que desperdiçar tempo com a Educação Física no currículo oficial básico? É muito mais vantajoso oferecer as práticas corporais como serviços pelas escolinhas em horário extra como opção de consumo. (p.43).

As análises supracitadas de Frigotto e Bracht, apesar de avançarem no sentido de compreender o lugar da Educação Física na sociedade, ainda não desvelam a compreensão de Oliveira e Nascimento, que ocultam o real processo de mudança do trabalho do professor de Educação Física nos últimos tempos. Entendemos que dentro do contexto escolar, é inegável a importância que a Educação Física figurou em outros momentos históricos, servindo aos interesses do projeto dominante de sociedade. Entretanto, se antes a disciplina estava subordinada a formação de um corpo disciplinado, a adstração a repetição de exercícios físicos com vistas à aptidão física, funcional ao padrão fordista, esta caracterização não é mais central para a formação do trabalhador de novo tipo para o capital, que precisa de disciplinas com alto conteúdo cognitivo e interacional, de modo que possa trabalhar com a capacidade de abstração, raciocínio lógico, poder de decisão, trabalho em equipe, entre outros. Portanto, sob o ponto de vista imediato, a Educação Física não faz parte do projeto pedagógico dominante, ainda que, mediatamente, se configure como componente mercadológico e útil à formação humana do capital (NOZAKI, 2004).

Por outro lado, o sucesso e as supostas oportunidades dos campos não-escolares apontam para um campo de atuação condizente com os tempos de abandono de políticas públicas. Na sua forma apologética, o mercado opera apenas como um parâmetro de referência no qual os trabalhadores podem vender sua força de trabalho. Vendendo a Educação Física como uma prestadora de serviços, esse ideário procura estabelecer o mercado de trabalho enquanto uma noção ideológica que visa adaptar o trabalhador às condições mais precárias de exploração da sua força de trabalho. Nessa lógica, só resta à classe trabalhadora procurar os melhores nichos desse mercado (NOZAKI, 2005).

A pesquisa de Jeber citada por Nozaki (2004) trata de como a disciplina tem sido sistematicamente desvalorizada e inferiorizada no âmbito escolar. Dentre alguns dos apontamentos da pesquisa, verificou-se o caráter facultativo da disciplina na rede municipal de Belo Horizonte (MG), a ausência na atribuição de notas e a postura diferenciada do professor de Educação Física em relação aos demais professores no Conselho de Classe. Sua participação era diminuta, por vezes fazendo a chamada, servindo água ou até promovendo atividades esportivas no momento do Conselho, enquanto os outros professores se reuniam.

Apesar da não preponderância da Educação Física na escola em tempos neoliberais, ela, mediatamente, vem se apresentando como um diferencial, que, a partir de um corte de classe, distingue a educação que os alunos receberão. A Educação Física é vendida como um artigo de luxo, tornando-se um diferencial no *marketing* das escolas particulares. A prática de esportes, a manutenção de quadras e piscinas, o incentivo à formação de equipes escolares, estimulam o imaginário dos pais de que seus filhos terão uma formação mais humana.

Sobre a disciplina Educação Física, certos autores vêm apontando para sua falência e a falta de legitimidade por conta das aulas ruins que são ministradas pelos professores. Oliveira (2000) nos indica que os cursos de graduação não estariam em sintonia com os anseios sociais e, mesmo assim, “ainda se sustentam e justificam suas práticas com a idéia de abastecer o mercado escolar, mesmo estando este mercado em rota de naufrágio” (p.3).

O autor mencionado explicita bem o ideário privatista que vem se manifestando nos setores mais conservadores da Educação Física. Quando defendem o enriquecimento de conteúdos úteis ao mercado de trabalho não-formal, estão defendendo a lógica das competências e da prestação de serviços e, conseqüentemente, uma Educação Física excludente, diferenciadora de classe e que seja modelada “ao gosto da clientela”. É a assumida defesa do professor de Educação Física enquanto profissional liberal e inserido no mundo da flexibilização do emprego (NOZAKI, 2004; GALANTINI, 2003).

Por isso, para forjar o consenso de que os campos não-escolares é onde residiriam as melhores fatias do mercado na área, a formação do profissional como Bacharel foi estratégica. No entanto, a descaracterização deste profissional como um trabalhador assalariado do magistério e a caracterização deste como um profissional liberal, flexível e empreendedor, teve o objetivo de adaptá-lo desde seu curso de graduação a se conscientizar do fenômeno natural da precarização do trabalho. Trata-se de uma descaracterização epistemológica da área, posto que, em nosso entendimento, independente do espaço de atuação, o professor estará exercendo uma prática docente.

3.4 A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A CRIAÇÃO DO CONFEF

Com a queda na taxa de lucro das corporações que dominam o sistema, faz-se necessário abrir novos campos de circulação para a exploração do capital. No Brasil, durante a era FHC, pudemos observar tal ocorrido nas privatizações das empresas de controle público por todo o mundo. Com o governo Lula, também podemos perceber outras fendas abertas para a atuação das empresas privadas, como as reformas de Estado (previdência, universitária, sindical, além da futura reforma trabalhista); leis que privilegiam o sistema financeiro como a nova Lei de Falências; as rodadas que leiloam dos poços de petróleo; e o seu projeto (neoliberal) âncora, que são as Parcerias Público-Privadas.

Pensando através da categoria de totalidade social, entendemos que a esfera da Educação Física também vem sofrendo impactos decorrentes da crise do capital mundial. Este, por sua vez, aparece com o objetivo de invadir outros setores ainda não explorados e sugados em sua possibilidade de geração de lucros, trazendo consigo sua lógica de organização social.

Esse assalto aos novos mercados, muitas vezes conduz a uma despolitização/desideologização da situação de exploração da classe trabalhadora, o que acaba implicando em uma resistência mais pragmática, negociadora e institucionalizada, sem que se exponha a contradição de interesses entre Trabalho e Capital.

Por isso, entendemos que a organização de professores de Educação Física, em torno de um conselho corporativo, visa a atender interesses além daqueles que trabalham na área, mas, principalmente, às corporações e grupos empresariais que tenham investimento no mercado das práticas corporais. Não defende e não leva em conta a exploração sofrida pelos professores e ainda cria uma reserva de mercado para àqueles que desejem exercer sua profissão.

Com a promulgação da Lei 9696/98, em 1º de setembro de 1998, a Educação Física foi regulamentada enquanto uma profissão. Seus defensores propagavam que o reconhecimento e a instauração de um conselho fiscalizador traria a redenção e o respeito aos professores de Educação Física. Após a criação do sistema CONFEF/CREF, disseminou-se o imaginário de que aquele que trabalha com Educação Física, seja um professor escolar, seja professor de academia, seria um *profissional* de Educação Física.

Há muito tempo que se gestava a idéia da regulamentação profissional da Educação Física. De acordo com o Professor Inezil Penna Marinho, desde 1946 foi fomentada a idéia de se ter um órgão representativo da classe, porém, naquele momento não houve êxito, pois a

CLT não permitia órgãos de classe adjetivos, sequer sindicatos desta natureza, visto a existência de um sindicato de professores. Por isso, o esforço nos anos seguintes seria o de fundamentar uma nova denominação para o então professor de Educação Física para que este pudesse fundar sua ordem ou conselho de classe (MARINHO, 2005).

Desde a década de 70 observa-se uma movimentação no sentido de criar conselhos reguladores. Realizado em 1972, o III Encontro de Educação Física, organizado pela Associação dos Professores de Educação Física (APEF), tinha como um dos temas: “Conselhos Regionais e Federal dos titulados em Educação Física e Desportos”. Estrategicamente, a palavra *professores* foi trocada por *titulados*, para conferir um grau de profissional liberal ao trabalhador, retirando seu caráter docente. No entanto, como explica Sartori apud Nozaki (2004) que “os esforços realizados na época esbarraram no argumento de que era impossível regulamentar a Educação Física, porque já existia a função do professor” (p. 181).

Em 1984, por ocasião do X Encontro Nacional de Professores de Educação Física, o Professor Inezil Penna Marinho, corroborando com a tese da regulamentação da Educação Física, se manifestou a favor da substituição da denominação *Professor de Educação Física* para *Antropocineólogo*, *Antropocinesiólogo* ou *Cineantropólogo*, justificando que, após carregar uma pesada cruz, decorrentes de sua própria denominação, chegara a hora de um neologismo que exprimisse melhor a formação científica e a sua atividade profissional (MARINHO, 2005).

No contexto dos anos 80, com o processo da redemocratização brasileira em que se observou a ascensão dos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e associações, a FBAPEF foi reativada sob a bandeira da regulamentação da profissão. Em 1984, o projeto de lei nº 4559/84 de autoria do Deputado Federal Darcy Pozza previa a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Profissionais de Educação Física, Desportos e Recreação. Nos anos de 1985 e 1986, cerca de 22 APEFs chegaram a estar funcionando e se movimentando em torno da regulamentação da profissão. Porém, em 1990, o então Presidente da República, José Sarney, veta o projeto (PEREIRA FILHO, 2005).

Contudo, como destaca Nozaki (2004) os encontros promovidos pela FBAPEF

refletiram o próprio debate no interior da Educação Física no contexto da década de 80, ou seja, tais encontros, inicialmente configurados para dar segmento à regulamentação da profissão, foram na verdade lugares onde a disputa de concepções em torno do papel da Educação Física na sociedade, assim como da visão estratégica dos professores para tal, colocou-se em visibilidade. Grosso modo, tal disputa se travava entre os setores

conservadores/corporativistas [...] e os setores progressistas, mais atentos às transformações sociais em curso no país... (p.189).

A desvalorização do magistério e a expansão das práticas corporais no setor não-formal nos anos 80 e 90 passaram a atrair cada vez mais professores, especialmente aqueles recém-formados. Portanto, assegurar que esse novo nicho seria exclusivamente do *profissional* de Educação Física foi o objetivo primordial dos defensores da regulamentação.

Por outro lado, importantes atores sociais começavam a se destacar na atuação política da Educação Física, como o MEEF e um grupo mais progressista de professores associados à FBAPEF que se intitulou “Oposição à FBAPEF”. O segundo defendia uma visão estratégica em que a organização dos professores passava pela sintonia com as transformações sociais pelas quais o país passava naquele momento histórico, o que compreendia à defesa da unificação das lutas com outros setores da sociedade (NOZAKI, 2004).

O confronto entre os setores conservadores e aqueles progressistas foi se acentuando com o passar da década de 80, até que em 1989, o grupo “Oposição à FBAPEF” disputou e conseguiu se eleger para a direção da entidade no IV Congresso Brasileiro da FBAPEF, realizado em Santa Catarina. Neste mesmo Congresso, foi aprovada a participação da FBAPEF junto ao Fórum de Unificação de Entidades ligadas à Educação. Assim, a entidade passa a acompanhar o processo de unificação das lutas na educação que culmina na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em 1990. Naquele ano, foi realizado o V Congresso da FBAPEF que, já conhecendo o veto do então Presidente Sarney ao projeto de regulamentação da profissão, aprova duas significativas resoluções: 1) Unificação orgânica da FBAPEF à CNTE; 2) Não à regulamentação da profissão (ibidem).

A partir de então, segundo descrição de Nozaki (2004), o que ocorreu foi uma debandada geral da FBAPEF daquelas APEFs favoráveis à regulamentação, especialmente a do Rio de Janeiro, comandada por Jorge Steinhilber, que, por sinal, é o atual (e até hoje único) presidente do CONFEF. Apenas seis APEFs mantinham-se em pleno funcionamento de suas atividades, sendo duas delas – RJ e SP – no campo de oposição a então direção da entidade e, portanto, favoráveis à retomada da discussão sobre a regulamentação.

Em dezembro de 1994, foi realizado o VIII Congresso Brasileiro da FBAPEF em que, embora a diretoria continuasse a ser composta exclusivamente por professores contrários à idéia da regulamentação, o Congresso deliberou que a FBAPEF encampasse a luta pela regulamentação, em que fosse constituída uma comissão para elaborar uma minuta de projeto a ser apresentada em 11/03/1995, que todas as APEFs recebessem o material até 20/03/1995 e

que se realizasse um congresso extraordinário em julho de 1995 para discutir novamente o tema (NOZAKI, 2004).

Entretanto, os defensores da regulamentação, utilizando-se de seu domínio junto à APEF-RJ, encaminharam a continuidade do processo de transformação em lei, desrespeitando a deliberação tirada no congresso supracitado. O primeiro passo para fortalecimento da efetivação e sedimentação da idéia da regulamentação profissional foi a fundação do Movimento Nacional Pela Regulamentação do Profissional de Educação Física, lançado no Congresso da FIEP em janeiro de 1995, ou seja, apenas 1 mês seguinte ao Congresso da FBAPEF. Em abril de 1995, o então deputado federal Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ) apresenta o PL 330/95 que dispunha sobre a regulamentação profissional da Educação Física. Apesar da resistência de uma parcela dos professores e do MEEF, o projeto de lei foi sancionado em 1º de setembro de 1998 sob a forma da lei 9696/98.

Para efetuar essas reformas, é necessária a formulação de leis e instrumentos jurídicos para a concretização legal das medidas a serem adotadas pelo Estado. E, conforme Montesquieu, as leis obedecem a um “espírito”, caracterizado pela natureza dos governos vigentes e através do qual os legisladores, por conta de seus princípios, o seguem (CHEVALIER, 1982).

A eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência do Brasil trouxe a concretização do projeto neoliberal para o país que, conseqüentemente, passou por uma série de reformas estruturais de ajuste às demandas do sistema capitalista. Um desses ajustes foi a reforma administrativa que trazia em seu bojo um caráter de redução das responsabilidades do Estado brasileiro. A relação com os conselhos profissionais sofreu mudanças, sendo a principal delas, a transformação destes em prestadores de serviço de fiscalização profissional, através de delegação do Estado. Os conselhos se transformariam em entidades privadas desde então (NOZAKI, 2004).

Com a concretização da lei, o Estado passa a ser um mero regulador das atividades dos conselhos. Deve-se ressaltar que a transformação do Estado em regulador de operações não se aplicou apenas às atividades dos conselhos; pelo contrário, foi o eixo norteador do projeto neoliberal. A privatização das empresas estatais e a criação das agências reguladoras²⁰ seguiram este mesmo paradigma político.

²⁰ ANP (Agência Nacional do Petróleo), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANS (Agência Nacional de Saúde), ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), ANA (Agência Nacional de Água), ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), dentre outras.

Sob estes aspectos, a regulamentação da profissão se constituiu em uma estratégia coadunante com o projeto neoliberal. A defesa da regulamentação esteve preocupada à conquista do emergente mercado das práticas corporais, mercado este com enorme contingente de exército de reserva. Sendo assim, segundo Nozaki (2004):

o mercado de trabalho torna-se uma noção ideológica que visa adaptar o trabalhador às condições de mais alta precariedade e servir aos interesses do capital, que depende da intensificação da exploração para continuar se reproduzindo (p.167).

Assim, os apoiadores do Conselho Federal de Educação Física, representando o que entendemos pelo que há de mais atrasado na área, procurou reformular o objeto de estudo, deslocando-se do eixo da atividade docente para as atividades físicas, trabalhando com os conceitos de saúde, bem-estar e qualidade de vida numa perspectiva privatista e excludente. Os defensores da regulamentação concebem a prática de exercícios físicos a partir de um ponto de origem individualizado, não em políticas sociais fomentadas pelo poder público.

E é por dentro do Estado que a justificativa da regulamentação procura se apoiar. Com a criação do sistema CONFEF/CREF, os representantes da classe dominante na Educação Física atrelam seus interesses ao Estado, sabendo que este tem o poder de imprimir um consenso através da Ordem e da Lei.

A invenção de um consenso vem acompanhado de mecanismos legais e jurídicos, por meio da coerção. Assim, consenso e coerção andam de mãos dadas para serem utilizados nos momentos certos para cada um, convertendo-se assim em princípios hegemônicos da sociedade. Segundo Gramsci apud Rummert (2004) “a hegemonia de uma classe significa sua capacidade de subordinar intelectualmente as demais através da persuasão e da educação, esta entendida em seu sentido amplo” (s/p.).

A conquista da hegemonia é acompanhada da formulação de uma idéia de bem-comum a toda sociedade, formando um bloco o mais homogêneo possível através de consentimento voluntário e espontâneo. Apoiada em Gramsci, Rummert (2004) conclui que:

a hegemonia pressupõe, assim, a capacidade da classe fundamental de dirigir as demais classes, calcada em sua condição de apresentar-se como classe nacional, que toma, como suas, as reivindicações das classes com as quais firmou compromissos e alianças, sem contudo, descaracterizar-se seu projeto hegemônico (s/p).

Gramsci estabelece uma equivalência entre aparelho de hegemonia e sociedade civil, sendo que o aparelho de hegemonia se reveste de uma dupla dimensão: econômica e político-cultural. A hegemonia, a constituição de um aparelho de hegemonia não se reduzem

exclusivamente ao momento superestrutural, a superestrutura garantindo a "reprodução". Assim como toda correlação de forças parte da infra-estrutura e de suas contradições, do mesmo modo, o aparelho de hegemonia está associado a um duplo financiamento da sociedade civil. O fordismo é um exemplo de iniciativa monopolista e cultural-ideológico. Neste sentido, o aparelho de hegemonia revela-se constitutivo das relações de produção como "relações sociais-ideológicas" (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Assim como a reflexão é válida para o sistema CONFEF (pela interpretação direitista do pensamento gramsciano), o movimento social, que pretende se constituir em um foco de luta de transformação social, deve ter como condição *sine qua non* o abandono de uma mentalidade corporativista, deixando de defender apenas seus interesses imediatos, para se constituir em *classe nacional*; em classe, que assume e faz suas todas as reivindicações da classe trabalhadora (COUTINHO, 1999).

Investindo avidamente contra a figura do chamado leigo. O curioso é que o mesmo leigo, antes exorcizado, passou a ser um contribuinte para a manutenção do sistema CONFEF/CREF, na medida em que a abrangência das manifestações corporais que seriam reguladas pelo conselho abarcava as lutas, a capoeira, o yoga, a massoterapia, os circos, dentre muitas outras.

A concretização e solidificação do Conselho ocorreram através de barganhas com Prefeituras, Governos Estaduais, Secretarias de Esporte e Lazer e a adesão de congressistas. No seu cerne, verificou-se uma construção de alianças de classe, que, visando interesses corporativos, transcendeu a essa esfera, abarcando o apoio a campanhas políticas de deputados e senadores, como o lançamento de candidaturas próprias "CONFEFIANAS" nas últimas eleições municipais em 2004. Em troca, a inclusão nos concursos públicos da obrigatoriedade do registro no CREF é uma atitude permanente dos estados e municípios.

Conforme Buci-Glucksmann (1980), Gramsci mostra que "é com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção que se formam os agrupamentos sociais, em que cada um representa uma *função* e uma *posição* na própria produção" (p.104). Apelando à sociedade (civil) contra os leigos, o CONFEF não apenas se insere nas relações de produção privilegiando uma visão corporativa de mundo, mas se coloca na posição de apologeta da atual precarização das condições de trabalho e que caberia aos trabalhadores de Educação Física se adaptarem às novas regras do jogo.

Portanto, a noção de regulamentação não levou em conta em nenhum momento a exploração do sistema capitalista à classe trabalhadora e ao descaso quanto ao trabalho docente nas escolas públicas. Operando sob a lógica do mercado de trabalho, instituiu-se o

ideário de que o professor deve vender sua força de trabalho para o capital. Por isso, Nozaki (op. cit) defende que “mundo do trabalho, compreendido enquanto confronto da relação entre capital e trabalho, torna-se mediação central de análise para o combate à idéia absoluta de profissão regulada pelo mercado” (p.169).

Tendo em vista que o Sistema CONFEF/CREFs levou adiante um processo de institucionalização e tentativa de legitimação perante a sociedade e, especialmente, aos profissionais da área, um estudo sobre a organização e estruturação interna por meio de resoluções internas que balizariam sua atuação, oferecem algumas respostas para a compreensão do lugar no poder que o CONFEF ocupa atualmente.

Como já foi mencionado, o artigo 58 da Lei nº 9649/98 determina que “os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público” (BRASIL, 1998). A referida lei permite que estes desfrutem de total liberdade para criarem seus estatutos, composições, estruturas de funcionamento e fiscalização interna. A adaptação dos conselhos a essa nova realidade reflete a idéia do Estado mínimo, ausente no provimento e na participação do dia-a-dia da sociedade, mas presente com suas (des)regulamentações que privilegiam os setores monopolistas da economia.

Tais dispositivos contidos no artigo 58 da Reforma Administrativa forneceram o alibi para que o Conselho Federal de Educação Física iniciasse uma “acumulação primitiva” tentando abarcar todas as atividades possíveis que resultassem em um gasto energético acima dos níveis de repouso provenientes de exercícios físicos.

A Resolução 046/2002 do CONFEF, que dispõe sobre a intervenção do *profissional* de Educação Física, procurou refletir esta condição. Em seu Artigo 1º, estabelece que o profissional é especialista em atividades físicas nas suas diversas (e inimagináveis!) manifestações. Um recurso utilizado pelo Conselho é deixar termos absolutamente vagos e amplos, para que assim, possa recorrer ao seu desejo de abarcar tudo e a todos.

Além da audácia de estabelecer quais as atividades que ficariam sob ingerência do Conselho glutão, explicitam uma gama de locais de intervenção dos *profissionais de Educação Física*, sob a deplorável alegação de que seriam “terras de ninguém”. Os locais vão desde os mais comuns como as academias, as escolinhas esportivas, os clubes, até os mais improváveis como grêmios desportivos, logradouros públicos e circos (!).

Outra resolução importante para o funcionamento do CONFEF é o Código de Ética que já está em sua segunda versão. A primeira, instituída em 2000, foi substituída pela resolução 056/2003. A elaboração desse código segundo Nozaki (2004) manifesta, antes de mais nada, “um instrumento disciplinador para as bases do projeto colonizador e para a

adequação do trabalho ao estágio atual do capitalismo” (p.217). Essa posição se justifica pela caracterização da relação entre o professor e o aluno. Se no código mais recente esta se camufla pela denominação beneficiários e destinatários, na resolução de 2000, explicitamente se defendia que a relação ocorria entre prestadores de serviços e cliente. Tal posição também é confirmada pelo principal ícone da formulação dos princípios éticos. João Batista Andreotti Gomes Tojal, professor da UNICAMP, além de ocupar a presidência da Comissão de Ética, atualmente é o Primeiro Vice-Presidente do CONFEF. Em artigo na edição 3 (jun/02), Tojal sintetiza o processo de formulação do primeiro Código de Ética e afirma que “o documento final [...] levou em consideração as características da sua existência como prestador de serviços no campo da atividade física à sociedade” (p.22)

Nesse sentido, o código procura estabelecer regras que se conformam à atual correlação de forças entre capital e trabalho, levando em consideração fatores²¹ como a complexidade e a dificuldade do serviço a ser prestado, o tempo, os equipamentos e instalações, a competência e o renome do Profissional e os valores médios praticados pelo mercado.

A temática da ética foi bastante destacada nos primórdios da revista, especialmente entre as edições 3 e 6 (jun/02 a mar/03). Não por acaso, o novo Código de Ética se materializou como resolução interna em agosto de 2003. Além da matéria citada na edição 3, as edições 4 e 5 trouxeram contribuições de professores universitários interessados em conferir um acabamento mais acadêmico à discussão. Contudo, a temática alcançou seu auge na edição 6 (mar/03) quando foi tratada como matéria de capa. Essa edição, a primeira daquele ano, celebrou o ano de 2003 como o “Ano da Responsabilidade Ética”, em que se arvorava a determinar que tinha chegado o momento decisivo de balizar a conduta profissional e dar mais consistência a *profissão* Educação Física. A revista “democratizou” a matéria de capa, dessa vez não apenas trazendo os dizeres do presidente da Comissão, mas dos outros integrantes, procurando mostrar o quanto aquela discussão era amplamente aprovada no interior da “categoria”. A revista ainda aponta a dimensão educativa da implantação de um Código, com vistas a fornecer os princípios norteadores que deveriam guiar a carreira do profissional. Numa rápida busca na estrutura curricular dos cursos de graduação em Educação Física do Rio de Janeiro, constatamos que a maior parte dos cursos traz a discussão da temática, mesmo que em denominações diferenciadas, como Ética Profissional, Ética na saúde, Bases éticas e deontológicas da Educação Física, etc. A ênfase e

²¹ Ver artigo 11 do Código de Ética.

a seriedade com que o CONFEF vem tratando a questão confirma a conclusão de Adriana Penna em sua dissertação de Mestrado ao afirmar que os cursos de graduação encontram-se guiados pela concepção de educação física veiculada e defendida pelo sistema CONFEF/CREFs (PENNA, 2006).

O tripé que sustenta a organização burocrática do CONFEF também contempla o Estatuto. Este já se encontra na terceira versão, sendo a primeira resolução baixada da história do Conselho. A versão em vigor atende pela identificação 090/2004. Segundo caracterização de Nozaki (2004), o estatuto:

garantiu à entidade sua conformação enquanto **estrutura avançada do capitalismo**²², na proporção em que buscou se articular com os setores burgueses das práticas corporais. Por outro lado, armou uma defesa contra possíveis resistências internas e, por vezes, extrapolou o próprio plano da legalidade em que foi constituído (p.214).

Em sua definição, apresenta-se no artigo primeiro como instituição de direito público, dotada de administração financeira, patrimonial e administrativa. Contudo, o artigo quarto prevê que o CONFEF seja mantido, organizado e dirigido pelos próprios profissionais e “pelas pessoas jurídicas que oferecem atividades físicas, desportivas e similares, com independência e autonomia” (CONFEF, 2004). Ao mesmo tempo em que se arvora a defender o lugar “reservado” aos profissionais da área, é dependente dos estabelecimentos comerciais que visam maximizar seus lucros. Apesar de repercutirem em seu órgão de comunicação que também fiscalizam as empresas, os trabalhadores de Educação Física e de práticas corporais é que, em via de regra, são o principal alvo de fiscalização e coação, como já demonstrado exaustivamente por Hajime Nozaki.

O estatuto, coadunando com a tentativa de legitimação e institucionalização junto à sociedade e ao poder público, coloca-se por diversas vezes como o interlocutor ligado às questões da Educação Física. O artigo quarto, parágrafo terceiro traz que “Quando solicitados, o CONFEF e os CREFs atuarão como órgãos consultivos do Governo” (CONFEF, 2004). Na mesma linha, o artigo oitavo, inciso XI coloca que o Conselho deva “funcionar como órgão consultivo dos poderes constituídos em assuntos relacionados à Educação Física, inclusive nas áreas de ensino e pesquisa em qualquer nível” (ibidem).

A promulgação do estatuto amalgamou uma estrutura para conformar a vontade do grupo político que constituiu a entidade. O estatuto confere amplos poderes ao CONFEF em intervir nos conselhos regionais, seja para revogar ato baixado, bem como o direito de

²² Noção marcante de caracterização do Sistema CONFEF/CREF's na tese de Nozaki. Grifos meus.

extinguir o conselho regional em plenário nacional. No que tange à atuação política, o estatuto também deixa brechas de intervenção contra qualquer ato rebelde de algum CREF, como no artigo 30, inciso terceiro “adotar e promover as providências necessárias para manter, em todo o País, a unidade de orientação e ação dos CREFs” (CONFEF, 2004), o que reforça ainda mais a tese do grupo contrário à regulamentação de que essa estrutura sequer é passível de disputa interna.

Além da intervenção nos conselhos regionais, o estatuto prevê no artigo 31, inciso nono que o plenário nacional poderá deliberar pela destituição da diretoria do CONFEF apenas com a assinatura de dez de seus próprios membros e com a aprovação de dois terços dos presentes, o que dificulta significativamente as possibilidades de insurgência contra o poder constituído, aumentando o distanciamento entre a burocracia interna constituída e a base que sustenta esse órgão. A condição de eleição para mandato no CONFEF confirma a hipótese de que há em jogo uma perpetuação no poder do grupo que comanda a entidade desde sua fundação. O parágrafo único do artigo 81 ratifica que “o mandato de membro do Conselho Federal fica subordinado ao exercício de, no mínimo, 01 (um) ano ininterrupto de mandato de Conselheiro Federal e/ou Regional” (ibidem). O que se percebe nas eleições internas do conselho é uma dança das cadeiras (muito confortáveis, por sinal) entre caras conhecidas. Nas eleições do CONFEF em 2004 e praticamente em todos os CREF's, o processo eleitoral ocorre com chapa única. Uma das raras exceções ocorreu na última eleição do CREF-1 (RJ/ES) em que três chapas se inscreveram para disputar o controle do aparelho burocrático. A chapa vencedora não poderia ter nome mais sugestivo para escancarar a continuidade da burocracia interna: Situação, com um quorum inexpressivo de menos de dez por cento dos filiados, o que obrigou o CREF-1 a baixar a resolução 050/2007, em que isentou todos os profissionais do pagamento de multa por não terem exercido o seu direito compulsório de voto (CREF, 2007). Os membros que compunham a chapa englobam professores universitários, proprietários e coordenadores de estabelecimentos comerciais e conselheiros federais. O presidente, por dois mandatos (até novembro/07) foi Ernani Contursi, encastelado no mandato desde o dia de fundação do Sistema CONFEF/CREF's e presidente da Editora Sprint, a mesma que sofreu uma Ação Civil Pública expedida pelo Ministério Público Federal por obrigar os não-graduados a participar do seu Programa de Instrução, com vistas a serem autorizados a trabalhar legalmente pelo Conselho, o que denota um conflito de interesse legal.

3.5. DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Em 1998, a Câmara de Ensino Superior, do Conselho Nacional de Educação, convocou a comunidade acadêmica para iniciar as discussões do processo de reformulação curricular. Assim, foi formada uma primeira comissão de especialistas²³ de ensino com mandato de dois anos. A proposta de diretrizes curriculares desta primeira comissão estabelecia que a formação superior em Educação Física conferiria o título de graduação em Educação Física, extinguindo-se assim as duas titulações, a de Licenciatura e a de Bacharel.

Contudo, com a promulgação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena” (Parecer CNE/CP 09/2001), o quadro foi modificado numa tacada só. Tais Diretrizes determinam que a formação em licenciatura ministrada pelos cursos de graduação será distinta e não poderia se confundir com a formação do bacharel.

No ano de 2001, uma segunda comissão de especialistas, mais ligada ao CONFEF, parte para a ofensiva da fragmentação definitiva do currículo de Educação Física, entendendo que não havia sentido o estabelecimento de uma graduação com intervenção, tanto na área formal como na informal.

Em fevereiro de 2002, por meio do Fórum Nacional dos Cursos de Formação Profissional, o CONFEF aprova a Resolução 046/2002, que dispõe sobre a intervenção do profissional de Educação Física. Com base nesta resolução do Conselho, foi homologada pelo CNE, mediante o Parecer nº 138/2002, as então novas diretrizes curriculares. Nestas diretrizes predominavam o paradigma da aptidão física, a fragmentação da formação, a localização da Educação Física no campo da saúde, a formação orientada pela lógica do mercado e o currículo extenso e fragmentado por disciplinas estanques (TAFFAREL & LACKS, 2005).

Na reunião da SBPC de 2002, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) aprova uma deliberação de enviar carta ao CNE, solicitando a não-aprovação do projeto das diretrizes curriculares, e ao ministro da Educação, a revogação do Parecer 138/2002. Ao mesmo tempo, o CONFEF se articulou no II Fórum de Diretores dos Cursos de Educação Física elaborando um documento diametralmente contrário ao do CBCE. Depois de intensas batalhas, o CNE decidiu não aprovar o projeto, dispondo-se novamente a reabrir as discussões (TAFFAREL & LACKS, 2005).

²³ A primeira comissão foi formada por Elenor Kunz, Emerson Silani Garcia, Helder Guerra de Resende, Iran Junqueira de Castro e Wagner Ney Moreira.

Em maio de 2003, foi nomeada a terceira comissão de especialistas²⁴ e os debates prosseguiram. Se por um lado o CONFEF se articulava em reuniões e fóruns, o Grupo de Trabalho Temático “Formação Profissional e Mundo do Trabalho” do CBCE analisou um substitutivo ao Parecer 138/2002, apresentado pela Comissão. Após discussões travadas, o grupo rejeitou o parecer e propôs a realização de uma discussão mais ampliada acerca do problema. Nos dias 15 e 16 de dezembro de 2003, foram realizadas em Brasília, duas audiências públicas onde foi apresentada a proposta construída num suposto consenso entre o MEC, a SESu, o CONFEF e o CBCE.

O único lado que se posicionou francamente contrário ao “consenso possível”²⁵ foi o Movimento Estudantil de Educação Física que denunciou todo o processo excludente ocorrido e que culminou no “aperto de mãos” em Brasília. Em resposta à aprovação da Resolução 07/2004, o MEEF iniciou um processo de luta pela revogação de tais Diretrizes. Após deliberação dos estudantes organizados no XXIV ENEEF em Brasília, foi realizada uma ocupação no Conselho Nacional de Educação com o intuito de pressionar o CNE e dar visibilidade à luta encampada pelo Movimento. Após a ocupação, foram realizadas três reuniões com o CNE, sem, no entanto, qualquer ganho substantivo. O MEEF prosseguiu sua jornada de mobilização dos estudantes através de seu Seminário Nacional Interativo de Diretrizes Curriculares no ano de 2005.

A discussão sobre a busca de um sentido emancipador e superador da realidade atual por dentro da prática pedagógica da Educação Física se mostra bastante pertinente em tempos da polêmica promulgação das diretrizes curriculares para a formação universitária em Educação Física. Não iremos aprofundar aqui a discussão sobre as diretrizes que estão orientando a atual formação em Educação Física, mas sim, registrar e refletir que existe um pensamento crítico que se contrapõe ao estabelecimento de uma Educação Física tecnicista, unilateral e subserviente às vicissitudes do Capital/mercado de trabalho. Segundo nossa reflexão, as atuais diretrizes apresentam algumas limitações e divergências conceituais.

As Diretrizes Curriculares apresentam a definição do movimento humano como o objeto de estudo da Educação Física (art. 3º). Tal definição se confronta com a defesa assumida pelo presente estudo da cultura corporal. A ascensão do movimento humano foi acoplado ao discurso cientificista, no Brasil, datado a partir da década de 60. Apesar de não ser uma premissa, o tom cientificista associado ao furor esportivo do pós-II Guerra Mundial,

²⁴ Composta por Helder Guerra de Resende, Maria de Fátima da Silva Duarte, Iran Junqueira de Castro, Zenólia Christina Campos Figueiredo e João Batista Andreotti Tojal.

²⁵ Expressão que ficou famosa na época da aprovação das Diretrizes Curriculares.

transformou o movimento humano numa expressão associada ao tecnicismo e ao alto rendimento atlético-esportivo. A produção acadêmica volta-se para o fenômeno esportivo em vista de sua importância social e política, o que justificava (talvez ainda hoje) o investimento no desenvolvimento científico nesse campo. Como bem situa Bracht (1999) “é a importância política e social do fenômeno esportivo [...] que confere legitimidade ao próprio campo acadêmico da Educação Física...” (pp.20-1).

Apesar do discurso cientificista, compartilhamos a idéia de Bracht (1999) de que “[...] a EF não é uma ciência. No entanto, está interessada na ciência ou nas explicações científicas. A EF é uma prática de intervenção e o que a caracteriza é a intenção pedagógica com que trata um conteúdo que é configurado/retirado da cultura corporal **de movimento**”²⁶” (pp.32-3).

Seguindo tal linha de raciocínio, podemos entender que a Educação Física abrange a compreensão e interpretação das objetivações concretas sobre o movimento humano, a partir dos fundamentos fornecidos pela ciência. A compreensão opera em um marco diferente do que a mera explicação de fatos, o que justifica a adoção do conceito de *cultura corporal* ao invés de *movimento humano*. O movimento humano tem se fundamentado nos princípios modernos das chamadas ciências naturais, em que as explicações da realidade parecem advir dela mesma, através das leis universais que permitem prever o comportamento dos corpos ou das coisas, como o lançamento de um dardo ou um salto em distância.

Por discordar ou julgar os limites de tais interpretações, é que se enfatiza aqui a defesa da cultura corporal, que busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem vem produzindo ao longo da história através de manifestações corporais. Nesse sentido, a produção humana é entendida como um patrimônio cultural da humanidade e, conseqüentemente, a cultura corporal é o resultado do conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado pelos homens (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

O artigo 4º entende que uma das funções do professor/profissional de Educação seria fomentar um *estilo de vida* fisicamente ativo e saudável nas pessoas. Essa noção é congruente com a ideologia dominante, a partir de uma versão de saúde nos termos neoliberais. Sugere que a prevenção é de exclusiva responsabilidade de cada um e que o foco de intervenção incide sobre controle de fatores de risco individualizados (PALMA, 2000).

Tal proposição também encontra respaldo na versão “*light*” do neoliberalismo, a Terceira Via. Propugnada por seu ideólogo Anthony Giddens (1997), suas propostas incluem

²⁶ Grifos meus.

um quadro contendo seis itens para o que ele chama de *política radical*, segundo este autor “que se delinear sobre o conservadorismo filosófico, mas preserve alguns dos valores centrais até aqui associados ao pensamento socialista” (p.46).

O foco para esse estudo é a segunda proposta a que ele chama de *centralidade para a política da vida*. Sua idéia se baseia em propor uma política emancipatória, uma política de *estilo de vida*. Para o autor, essa política procura dar respostas aos tempos atuais, não mais determinados por uma natureza abstrata ou divina, mas ao que está sujeito a decisões humanas. Sua *política da vida* se ancora em questões amplas identitárias como problemas ecológicos, movimentos feministas, vínculos conjugais e matrimoniais e procura abarcar até mesmo a noção de trabalho, que estaria se fragilizando e se modificando, a ponto de ocultar as determinações objetivas sobre como o papel dos indivíduos em suas estórias de vida, em prol de defender que hoje “torna-se claro que há decisões a serem tomadas e prioridades estabelecidas, não apenas sobre tentar conseguir um emprego em vez de outro, mas sobre que lugar o trabalho deveria ter em comparação com outros valores da vida” (p.50), ou seja, o autor deixa a entender que todos os sujeitos desfrutam de condições plausíveis para tomarem decisões e serem bem sucedidos. Contrapondo-se a essa concepção, sem negligenciar o papel dos sujeitos para a consecução de suas vidas, mas consciente das determinações materiais que incidem sobre eles, Marx (s/d) nos lembra que “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (p.1).

Desse modo, a defesa do *estilo de vida ativo* como paradigma a ser seguido em Diretrizes Curriculares para a formação de professores, apenas reforça um modelo de saúde individualista e mercantil e que ignora a conjuntura sócio-política na qual estamos imersos.

O paradigma da chamada “Pedagogia das Competências²⁷” também se encontra presente nas Diretrizes Curriculares para a Educação Física (art. 6º), assim como nas Diretrizes Curriculares para a formação de professores da educação básica. Essa formação indica uma tendência de que os futuros professores devem desenvolver tarefas no contexto escolar de maneira que estas estejam adequadas ao *status quo*. Não por acaso, são tão enfatizadas as recomendações de que o professor deve ser um colaborador para o bom andamento do funcionamento da escola, incentivar e promover que os alunos se defrontem em situações-problema em que necessitem utilizar expedientes como a capacidade de abstração, o raciocínio lógico, o trabalho em equipe e a tomada de decisões para resolvê-los.

²⁷ Decerto, o tema da “Pedagogia das Competências” abrange mais elementos que podem ser encontrados nas obras de Newton Duarte (2000) e Marise Ramos (2001).

A Pedagogia das Competências, conforme entende Newton Duarte (2003), faz parte de uma corrente educacional contemporânea a qual denomina da pedagogia do “aprender a aprender”, ou seja, a idéia de que a educação deve ser voltada para o desenvolvimento da capacidade do indivíduo de, isoladamente, apreender conhecimentos e exercer sua autonomia intelectual e moral. Contudo, cabe um parêntesis de que essa “autonomia” propugnada cria uma hierarquia valorativa em que aprender sozinho torna-se mais importante do que aprender sob transmissão do professor. Por isso, justifica de que para a Pedagogia do “aprender a aprender”, seria mais importante apreender o método científico do que o próprio conhecimento científico, o que abriria brechas para que a criança construa suas próprias verdades e crenças, passando ao lado dos conhecimentos historicamente produzidos (DUARTE, 2003).

Contudo, o papel mais nefasto é a compreensão de que a escola deve preparar e ajustar o indivíduo para enfrentar a sociedade moderna, caracterizada pela autofágica competição. Em última instância, trata-se de uma concepção educacional voltada a uma formação de fomento à uma disposição para adaptação. O antigo padrão parâmetro da qualificação como balizador da colocação do indivíduo nos campos de atuação é acrescido ou substituído pelo paradigma das competências²⁸. O domínio do conhecimento técnico serve apenas para melhor se adequar e competir no mercado de trabalho, pouco se importando com uma reflexão crítica sobre os porquês que norteiam a vida do aluno. O ensino com base na pedagogia das competências, o papel da escola não seria mais ajudar o aluno na elaboração de uma leitura crítica do mundo, mas no domínio das ferramentas de leitura, o método, os instrumentos e a medida.

A proposta da pedagogia das competências indica uma forma de ensinar oposta ao pensamento dialético que procura estabelecer relações da parte com o todo e vice-versa. Na pedagogia das competências, as partes (as competências) se perdem em meio ao todo, sem que haja um momento sólido de síntese.

O texto das Diretrizes Curriculares ainda propõe que as competências fomentem conhecimentos e valores de uma sociedade plural e democrática, o que inclui a intervenção em políticas públicas de saúde, lazer, esporte, cultura, **segurança** e **urbanismo**, o que nos remete à discussão realizada sobre capital social e governabilidade, especialmente sobre a intervenção das práticas corporais e esportivas cumprindo um papel de estabilizadoras da

²⁸ Marise Ramos (2001) trata do tema em sua tese de doutorado e livro “Pedagogia das Competências”, e cita as contribuições para o debate de Celso Ferretti (1997) e Gaudêncio Frigotto (1995).

ordem social em áreas conturbadas por uma criminalidade marginal da sociedade e dos usuais crimes (ou erros?) cometidos pelos ricos brasileiros.

A fragmentação dos conhecimentos (art. 7^o) também se encontra presente nos fundamentos das Diretrizes Curriculares. A produção do conhecimento em Educação Física atrelada a certas ciências-mãe (Sociologia, Filosofia, Fisiologia, Psicologia), o que reforça o sentimento de falta de identidade epistemológica, já que, usualmente, os graduados saem especialistas, não em Educação Física, mas em fisiologia do exercício, biomecânica da atividade física, sociologia do esporte etc. Por conta do surgimento destes “cientistas”, salienta Bracht (op.cit.) que o processo de especialização não demorou a instalar no campo um “diálogo de surdos” (p.31), já que, dificilmente os especialistas têm conseguido dialogar e desenvolver reflexões conjuntas acerca de um mesmo tema. O ponto de vista acaba por criar objetos diferenciados, a partir de sua matriz científica.

Essa fragmentação dos conhecimentos reforça a contradição com a defesa de uma formação omnilateral. Entretanto, o processo de discussão das diretrizes e mesmo após o seu encerramento, possibilitou o surgimento concreto de uma sólida proposta contra-corrente. O laboratório da Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL/UFBA) desenvolveu uma proposta para a formação de professores de Educação Física. Celi Taffarel e Solange Lacks procuram sintetizar tal proposta²⁹ no livro temático organizado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte “*Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho*” (2005).

Segundo as autoras, o curso se denominaria como Licenciatura Ampliada, entendendo este graduado como um profissional apto a atuar em diferentes campos de trabalho mediado pela cultura corporal, por meio da docência. O perfil deste consiste em uma formação pautada por princípios éticos, políticos, pedagógicos, de natureza generalista, humanista e crítico-reflexivo. A Educação Física é entendida como um campo de estudo e ação profissional multidisciplinar, cuja finalidade é possibilitar a todo cidadão o acesso aos meios e conhecimentos acumulados historicamente pela cultura corporal, compreendida como direito inalienável de todos, parte do patrimônio histórico da humanidade (TAFFAREL & LACKS, 2005).

Para superar a concepção fragmentada de ciência, propõe a História do homem e sua relação com a natureza como matriz científica para a formação dos professores. Somente partindo da História seria possível apreender o passado, presente e o futuro do homem. A

²⁹ Também podem ser encontradas referências das autoras na edição 9, número 2 (jul/dez. 2006) da Revista “Pensar a Prática”, nos anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (2007), dentre outros.

Educação Física se caracteriza pela base docente de sua intervenção, independente do campo de atuação (ibidem).

O currículo deve ser concebido como um fenômeno histórico, resultado das relações sociais, políticas e pedagógicas que se expressam na organização dos saberes vinculados à formação do ser humano; conhecimentos pautados na tradição cultural e científica da área de formação. A intenção é consolidar uma consistente base teórica, fazendo-o a partir da teoria do conhecimento que possibilita a construção do conhecimento como categorias da prática.

Os conhecimentos de formação ampliada abrangem a relação ser humano-natureza; ser humano-sociedade; ser humano-trabalho; ser humano-educação. Uma formação que possibilite ao profissional trabalhar em diferentes contextos histórico-sociais, além de contínuo diálogo com outras áreas do conhecimento. Para os conhecimentos identificadores da área, seriam a cultura corporal e natureza humana; cultura corporal e territorialidade; cultura corporal e trabalho; cultura corporal e política cultural (ibidem).

CAPÍTULO 4 - A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA MERCANTILIZADA

O discurso que se pretende hegemônico no campo da educação física vem sendo difundido, sobretudo por meio de uma revista de ampla circulação entre os profissionais e estudantes, a Revista E.F. O presente estudo sustenta que a referida revista é um instrumento de legitimação muito relevante para o conselho, visto que, em suas páginas, circulam vozes de atletas renomados, parlamentares, ministros, professores universitários, representantes de outras confederações, que, obviamente reconhecem a legitimidade do CONFEF.

4.1 PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO CONFEF

A revista E.F. está sendo publicada desde dezembro de 2001, em substituição ao jornal, antigo veículo oficial de informação. A revista é editada trimestralmente e é distribuída gratuitamente aos profissionais e estabelecimentos comerciais registrados e seu conteúdo se encontra integralmente veiculado na página do Conselho na Internet (www.confef.org.br). Vale destacar que os conselhos regionais também editam suas revistas.

Desde 2005, a revista conta com uma tiragem média de 120 mil exemplares, número que às vezes varia em 10 ou 20 mil a mais. É um veículo de informação que não ostenta parcerias ou exposição de propagandas, o que sugere que a revista se auto-sustenta através dos subsídios arrecadados pelo Sistema CONFEF/CREF's.

A revista conta com um Conselho Editorial³⁰ formado oito integrantes, dentre conselheiros federais, regionais e professores universitários, alguns dos quais já estão vinculados à função desde o antigo jornal em 2000.

De 2001 para 2007, a revista não variou muito o seu número de páginas, oscilando entre 30 e 32 páginas. O que significativamente se modificou foi a quantidade de matérias publicadas. Até 2003, a revista editava em média seis ou sete matérias e dificilmente estas continham menos do que duas páginas. A partir de 2004, as reportagens apresentam-se mais ágeis e enxutas e, fazendo exceção a matéria de capa e aleatoriamente a outras, com não mais do que duas páginas. A guinada da revista sugere o alargamento da amplitude que o Sistema vem tomando com sua atuação colonizadora, com vistas a sua legitimação política-institucional.

³⁰ O Conselho Editorial desde 2005 é formado por João Batista Andreotti Gomes Tojal, Laércio Elias Pereira, Iguatemy Maria de Lucena Martins, Lamartine Pereira da Costa, Alberto dos Santos, Marino Tessari, Jorge Steinhilber e Juarez Muller Dias.

A revista conta com algumas seções fixas desde sua fundação, outras já foram extintas e algumas aparecem esporadicamente. Cada edição traz uma matéria de capa que indica o tema que merecerá maior destaque e aprofundamento. A temática da matéria de capa, que será tratada com maior riqueza de detalhes adiante, reflete a conjuntura em que o Sistema está inserido e se mostra um importante objeto a ser investigado. O “Dia do ‘Profissional’” de Educação Física” é o tema mais recorrente da capa, sendo editada nos meses de setembro ou outubro. Balanços periódicos da atuação e do “sucesso” do Sistema também aparecem com destaque pelas edições da revista.

Outra seção de suma importância que deu feição à revista é a coluna “Palavra do Presidente”. Nela, o Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, expressa de maneira mais clara o pensamento e atuação política que perpassa a atuação do Sistema. A referência à coluna é oportuna, pois os temas abordados, além de direcionarem os caminhos do Conselho, assimilam problemas e questões mencionados em esferas mais amplas da sociedade, como veremos adiante.

Há um espaço dedicado a entrevistas com personalidades, sejam elas do esporte, da política de Estado, conselheiros ou representantes da área. Apesar de não estarem presentes em todas as edições, essas entrevistas refletem tanto o pensamento político-ideológico do Sistema como a tentativa deste em se legitimar perante aos mais diversos segmentos da sociedade. Outra seção com algum destaque são as colunas e artigos assinados por algum profissional.

Uma seção, presente até a sétima edição, que se mostrou extremamente oportuna para a fase inicial da revista e, conseqüentemente, do Conselho foi “De conselho para conselho”, em que um representante (geralmente o presidente) de algum conselho profissional era entrevistado para falar sobre as virtudes da atuação de sua entidade, a importância da regulamentação da profissão e interfaces com o Sistema CONFEF/CREF’s.

O espaço “Parceria”, presente até o 13º número tratava de celebrar acordos e convênios do CONFEF com federações e entidades esportivas, desde as mais cotadas na mídia como a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) quanto a desconhecida Confederação Brasileira de Luta de Braço (CBLB).

A partir da oitava edição (ago/03), a revista passou a trazer pequenos boxes de informações rápidas sobre a atuação do Sistema, como questões locais dos conselhos regionais, denominada “Panorama”. A seção se dedica especialmente a relatar casos de investidas da fiscalização contra os “falsários”, leigos e profissionais sem registro, eventos

acadêmicos, discussão de projetos de lei do interesse da “categoria” ou episódios curiosos, singulares.

Outra seção emergente na revista, desde a edição 22 (dez/06) é a “Educação Física na mídia”. A revista constrói um catálogo preciso expondo o dia e o meio jornalístico em que foi mencionada a Educação Física na escola, a importância da prática de atividade física, projetos de lei, universo do campo de atuação dos profissionais ou o próprio CONFEF.

Dessa maneira, o estudo desta seção abrange as revistas do CONFEF desde a primeira edição até a vigésima quinta (publicada em setembro de 2007). A investigação da Revista foi bastante exaustiva, examinando todas as seções, tanto em uma perspectiva vertical, seguindo a análise dos discursos nelas veiculadas ao longo de todos os números, como horizontal, buscando compreender o discurso veiculado na totalidade de cada exemplar. Para se chegar à compreensão sobre o porquê o Conselho estaria exercendo esse papel de operador das transformações do capital e fazendo apologia de uma suposta profissão “Educação Física” como uma profissão liberal e inserida no setor de serviços, explicitando como a atuação política e a organização burocrática se mostraram imprescindíveis para tal fim. O que fica latente é o desejo e o trabalho incansável do Conselho para se legitimar nos mais diversos setores na sociedade civil e na sociedade política, em prol de falar como representante institucional da Educação Física.

Tão claro quanto à institucionalização e legitimação do CONFEF é a sua operacionalização no sentido de organizar e demarcar o campo de atuação da área, especialmente no sentido de qualificar quais seriam as práticas legais e as ilegais, quais seriam aquelas regularmente supervisionadas e fiscalizadas pelo Conselho, ação esta que afeta diretamente as práticas corporais não exclusivas da Educação Física, como as artes marciais, a capoeira, o yoga, o pilates e a dança, e até nos atreveríamos em incluir os esportes, a recreação e o lazer, o amórfico “campo não-escolar” e, por fim, o avanço colonizador sobre a escola, o campo em que historicamente a Educação Física construiu seu espaço de atuação legítimo e onde defendemos que ela se manifesta em sua plenitude, reunindo os elementos da cultura corporal para se constituir como prática de intervenção pedagógica.

A coleta de uma série de indicadores e informações diversas se mostrou uma tarefa com alguns percalços, já que a aglutinação de elementos referentes a vinte e cinco edições da revista trata de assuntos variados, com abordagens diferentes conforme o tempo histórico e introdução de novas temáticas, a partir dos interesses do Conselho. Nesse sentido, o esforço empreendido foi de categorizar noções em comum, a partir da confecção de tabelas.

O primeiro passo dado foi a execução de um fichamento bruto referente a todas as matérias da revista, ou seja, em todas as reportagens foi atribuído um título referente ao assunto tratado. Outro recurso foi a organização dessas matérias a partir da seção da revista em que se inseriam, o que veio a facilitar o trabalho posteriormente, tanto para reforçar aquelas seções que se consolidaram como as mais importantes, quanto para descartar ou aglutinar outros com menor destaque.

Essa grande “tabela-rascunho” pode ser considerada a tabela-mãe, aquela que desdobrou a criação das quatro tabelas que se consolidaram em nosso estudo. As quatro tabelas são: tabela “Assunto”, tabela “Personagens”, tabela “Palavra do Presidente” e tabela “Léxico”.

O primeiro esforço foi pela tabela “Assunto”. Na realidade, esta tabela é uma versão mais compacta e polida do fichamento bruto. Para a primeira tentativa de tabela, foi realizada uma observação sobre os assuntos mencionados pela revista e, de que maneira, eles se agrupavam em torno de uma temática. Assim, esse experimento terminou com uma tabela ainda muito difusa, abrangendo nove colunas de seções e quatorze assuntos, o que fez com que alguns ficassem esvaziados como o que classificamos como “Ética”, “Eleições parlamentares” ou “Ginástica Laboral”. Então, a tabela foi reelaborada, enxugando colunas e linhas, excluindo a coluna “Palavra do Presidente” (que veio a se transformar em tabela própria) e realizando uma clivagem mais rigorosa das matérias, incluindo apenas aquelas que realmente trariam contribuições para as respostas da pesquisa. Destarte, a tabela foi concluída e sua forma final conta com seis assuntos (práticas corporais, atividades físicas, formação profissional, escola, políticas públicas/legislação e Sistema CONFEF/CREF’s) e quatro colunas (capa, matérias, entrevista e opinião).

Com a exclusão da coluna “Palavra do Presidente”, o trabalho ganhou uma tabela não prevista nos planos iniciais. Contudo, com as leituras e reflexões sobre a coluna em que o presidente aponta a defesa mais clara das posições político-ideológicas do Sistema, foi feita a opção da construção de uma nova tabela. Entendemos que a coluna é aquela que mais explicita o ideário da revista como o suporte máximo para que o CONFEF se constitua organicamente no organizador do campo.

A terceira tabela elaborada foi sobre os personagens que tem voz na revista. Essa tabela também se mostra bastante complicada para o seu desenvolvimento e, possivelmente, a que apresenta a maior fragilidade na consistência dos dados. Isso porque surgiram dúvidas quanto ao procedimento de classificação dos personagens, bem como o limite tênue entre estarem ou não agrupados em torno do tema proposto pela pesquisa ou nos assuntos

adjacentes, como a construção e fortalecimento do Sistema. Ou ainda o fato de que apesar da matéria estar inserida no contexto da pesquisa, o personagem não faça uma fala diretamente relacionada à temática de investigação.

Assim como foi feito na “tabela-mãe”, todos os personagens também foram fichados, classificados de acordo com seu vínculo institucional ou político e suas falas organizadas a partir das seções da revista em que falavam. Importante destacar que enfatizamos o maior grau possível de ligação com o conselho, ou seja, se o personagem é um professor universitário e conselheiro federal, a classificação dada é como integrante do “Sistema”. Decidimos por excluir as falas referentes às revistas que abordavam como matéria de capa, as comemorações pelo dia 1º de setembro. Tal decisão foi motivada pela percepção de que as matérias em questão traziam apenas relatos de festas e eventos, o que não necessariamente traduz uma fala diretamente à revista.

Desse modo, assim como foi feito na tabela “Assunto” também foi enxugado o número de colunas e classificação dos personagens. Com relação às colunas, chegamos ao mesmo resultado da tabela “Assunto”, dividindo em capa, matérias, entrevista e opinião. A classificação dos personagens ficou mais diversificada como pode ser observado na tabela em anexo.

Por último, a tabela em que compreendemos residir a fonte mais consistente de análises sobre a visão de mundo que fundamenta as ações do Sistema. A tabela “Léxico” foi construída a partir da categorização das matérias e da apreensão do uso de termos e nomenclaturas associadas ao projeto dominante do Capital. Nesse caso, recorreremos à contribuição de Fairclough (2001) que aborda o que ele chama de “relexicalizações de atividades e relações” (p.25). Ganham força noções como “responsabilidade social”, “inclusão social”, “estilo de vida”, “cultura da paz” com o intuito de incluir o Conselho nas brechas desenvolvidas pela conjuntura política.

Após a elaboração e desenvolvimento das tabelas, deparamo-nos com uma questão sobre a forma de uso desses dados para referenciar o capítulo. Residia a dúvida de que maneira a utilização das tabelas uma a uma poderia captar a abrangência dos dados na maior totalidade possível. Separando a análise por tabelas, supostamente poderíamos esmiuçar mais dados apresentados, valorizando particularidades de alguma tabela e aglutinação e comparação de questões presentes em todas. Entretanto, analisamos que esse procedimento poderia engessar por demais a construção do objeto “CONFEF como organizador da mercantilização do campo da educação física”. A intenção da dissertação não seria apreender miudezas, mas o movimento presente para a construção do pensamento em torno da

configuração do Sistema CONFEF/CREFs, assim como as mediações que possibilitam essa reconfiguração como a expansão, a institucionalização e legitimação do Conselho. Assim, as tabelas serão trabalhadas de maneira intercruzadas em torno de temáticas que venham à tona para a construção do conhecimento.

4.1.1. CONFEF: o arauto de si mesmo

Neste tópico, destacamos o poder das entrevistas e das intervenções de outros conselhos para construir e reforçar a imagem de legitimidade e preponderância da existência de um conselho para a Educação Física. Foram escolhidos dois focos de autopromoção ou promoção induzida utilizando outros atores sociais: as entrevistas.

Foram selecionadas seis entrevistas com personagens bastante diversificados, o que reforça a estratégia de autopromoção em todos os segmentos que circundam a categoria. A primeira destacada é a matéria com o então Secretário Nacional de Esportes no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, Lars Graef na edição 1 (dez/01). O entrevistado, após responder que compreendia que a Educação Física exerce um papel fundamental na escola, é indagado a responder sobre qual a recomendação do próprio Conselho quanto à frequência semanal de aulas. Ou seja, o órgão de comunicação oficial do CONFEF faz uma pergunta para uma resposta já prevista pela entidade. Sinalizamos como a primeira pista que justifica a alcunha “arauto de si mesmo”.

A edição 10 (dez/03) traz uma entrevista com o Deputado Federal, Claudio Cajado. O deputado explica como foi formada a Frente, o engajamento de autoridades, o caráter pluripartidário, o que a tornaria mais “democrática”. Então, ao deputado é sugerido que comente como o Sistema CONFEF/CREFs poderia ajudar na busca de uma EF de qualidade. O entrevistado, como “bom” político que é, não perdeu a oportunidade em responder que o Sistema deveria repercutir as ações da Frente. Perguntado sobre a obrigatoriedade do registro profissional, responde que, apesar do CONFEF ter um desempenho importante em defesa da ética, o profissional também deve se conscientizar do seu dever e reforça que “A Frente valorizará essa postura” (p.18). Nessa matéria, o tiro não foi tão certo, já que o entrevistado procurou captar todos os focos de luz para seu interesse, mas ainda sim, insistimos que, mais uma vez a revista lançou mão do recurso de que o entrevistado fale do CONFEF.

A edição seguinte (mar/04) entrevista o então presidente da ACAD, Djan Madruga. Djan comenta sobre os ambiciosos objetivos da entidade, o que incluía a realização de um congresso voltado para os donos de academia. Com planos tão requintados, a revista pergunta

se a ACAD não estaria procurando parcerias para alcançar seus objetivos. Foi o que bastou ao CONFEF reivindicar a parceria, recebendo o elogio do entrevistado: “Uma de nossas melhores parcerias se dá com o Sistema CONFEF/CREF’s [...] a atuação do CONFEF, em especial do Presidente Jorge Steinhilber está bastante afinada com a ACAD” (p.15). E ele amplia a discussão sugerindo que a parceria seja reforçada com a troca de informações e, especialmente, na atuação política conjunta. Justifica que o setor empregava de 140 mil profissionais registrados, o que girava um capital de 1,5 bilhão de reais apenas em mensalidades.

A revista aproveitando a continuidade de falas receptivas ao CONFEF, pergunta quais benefícios essa parceria pode gerar ao mercado *fitness*. Djan é incisivo ao responder “Primeiro, mais emprego. [...] Segundo, melhorar consideravelmente a saúde da população” (p.16). Complementa o segundo argumento reificando uma função mercantil-compensatória da atividade física, estimando que cada um por cento da população que pratique atividade física (1,6 milhão)³¹, o sistema de saúde economizaria 2,4 bilhões de reais (CONFEF, 2004a).

As duas entrevistas subsequentes que destacamos dão voz ao Estado, representado pelo Ministério dos Esportes (ME). Nas duas ocasiões, edição 12 (mai/04) e 19 (mar/06), o tema em voga era a realização da I e II Conferência Nacional de Esportes pelo governo federal. Na primeira entrevista foi ouvido o então Secretário Executivo do Ministério dos Esportes (ME), Orlando Silva³². Após explanar sobre qual seria a proposta da Conferência, a revista indaga sobre qual seria a importância da participação do CONFEF nestes debates. Prontamente, o Secretário ressalta que o Conselho é fundamental na mobilização e qualificação do evento e, apropriando-se do tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, coloca que o “Profissional de Educação Física é um promotor do acesso ao esporte” (p.24). Mais adiante, acrescenta que este profissional, além de promover qualidade de vida e bem-estar físico, está altamente capacitado a desenvolver atividades de inclusão social através do esporte. Naquele ano ainda brotavam as primeiras sementes dos laços intensos entre o ME/PCdoB e o CONFEF.

Já a segunda entrevista, realizada quase dois anos depois, demonstra o estreitamento da relação entre ambas as partes. Uma análise geral denota que a entrevista se transformou em uma correia direta de transmissão da política do governo federal. Se em 2004, o Secretário

³¹ Segundo informa a página do IBGE, o Brasil já ultrapassa 180 milhões de habitantes. Nesse caso, um por cento seriam 1,8 milhão.

³² Com a saída de Agnelo Queiroz em março de 2006, Orlando Silva assumiu o cargo de Ministro.

Nacional de Esporte é que fazia o papel de “levantador³³”, em 2006, os papéis parecem se inverter. A entrevista é conduzida de maneira com que o governo exponha os projetos para o esporte e o papel da EF nesse âmbito. Contudo, vamos tratar mais apuradamente essa relação mais adiante.

No que tange à menção ao Conselho, o Ministro afirma concordar com seu par na EF de que o esporte e o lazer são políticas públicas essenciais para o desenvolvimento integral do cidadão. Acrescenta mais à frente que o Ministério e o CONFEF devem reforçar parcerias para estimular os cidadãos a praticarem atividades físico-desportivas (CONFEF, 2006a).

4.1.2. “Parcerias” e cooptações de federações esportivas

Articulando vasta documentação sob a forma de resoluções internas, em especial o Documento de Intervenção Profissional (046/02), o Sistema CONFEF/CREFs se viu amparado para levar adiante o seu avanço colonizador no campo das práticas corporais. Além das ações coercitivas de cobrança de registros para trabalhadores de Educação Física, também se arvorou no direito de restringir/coibir a atuação dos trabalhadores das diversas práticas corporais, tais como artes marciais, capoeira, yoga, dança. A cobrança pelos registros dos profissionais que trabalhavam nos estabelecimentos também foi exercida de maneira indireta, por meio da ameaça aos proprietários de perderem o alvará de funcionamento. Esses, por sua vez, repassaram o ônus aos trabalhadores, sob a pena de perderem seus empregos. Dessa forma, concordamos com Nozaki (2004) quando observa que

[...] o processo da regulamentação da profissão opera sob a lógica do capital, na qual os capitalistas repassam para os trabalhadores o ônus do que seriam os seus gastos. Em outra análise, poderíamos empreender que, na atual fase do capitalismo, cabe ao trabalhador esmerar-se na busca de sua própria empregabilidade. No caso dos trabalhadores das práticas corporais, tornou-se um fator de empregabilidade possuir o seu registro no conselho profissional de educação física (p.239).

O Sistema CONFEF/CREFs se utilizou da colaboração da superestrutura jurídica e política para agir sobre os trabalhadores. São notórios os diversos casos de intimidação³⁴,

³³ Referência à função de levantador no voleibol.

³⁴ Ver Nozaki (2004)

constrangimento e até prisão de profissionais que não se encontravam em situação regular perante o Conselho, até mesmo dentro do espaço universitário³⁵.

Outra estratégia montada pelo Conselho foi a cooptação de lideranças das várias manifestações corporais e esportivas, tendo como pano de fundo a celebração de parcerias e convênios. É bem verdade que esta atitude não ficou sem reação, desencadeando protestos e processos organizativos de resistência e luta como a aproximação dos setores das práticas corporais com o MNCR, surgindo assim a Frente Unida pela Autonomia Profissional da Educação e das Tradições Culturais. A reação desses setores mereceu a atenção do Presidente do CONFEF em sua coluna na edição 6 (mar/03), que procurou desqualificar qualquer posição contestatória.

Alguns segmentos da área da atividade física, mormente no segmento de lutas, danças e Ioga, têm se insurgido contra a obrigatoriedade dessas práticas serem ministradas por profissionais habilitados, defendendo que as mesmas podem ser ministradas por qualquer um. A diferença está no compromisso social e ético (s/p).

Não por acaso, as três primeiras matérias de capa das edições da revista foram dedicadas às práticas corporais que estavam sob a mira da incorporação pelo CONFEF (capoeira, dança e artes marciais, respectivamente. O yoga, apesar de não ter sido capa, foi tema de matéria na primeira edição).

Além da tentativa de legitimação, conquista do reconhecimento como uma instituição sólida, o instrumento “guarda-chuva” que abarcava quase todas as intervenções sobre as práticas corporais eram os cursos de instrução para conferir aos alunos o título de Provisionado, o que lhes daria licença para continuar trabalhando na sua atividade de origem.

A edição de capa dedicada à capoeira (dez/01) justamente teve como mote central a realização do curso para mestres e contra-mestres de capoeira. O curso, que contava com 220 horas-aula, ocorreu através da celebração do convênio entre o CREF-RJ e a Federação Fluminense de Capoeira. A matéria (cinicamente) cita que, apesar da capoeira ser “insubordinada por natureza”, os participantes são todo elogios à nova condição de intervenção que o curso vai lhes conferir (CONFEF, 2001).

Além de trazer depoimentos de mestres de capoeira sobre os benefícios do curso, a matéria não deixa de reforçar os laços institucionais com a federação e os dirigentes. Não

³⁵ No dia 26 de abril de 2006, o CREF-1 (RJ/ES), acompanhados de um policial militar, invadiu o *campus* Praia Vermelha da UFRJ para cobrar o registro profissional da professora Tânia Werner, enquanto esta ministrava aula de natação em um projeto de extensão da universidade. A professora foi levada para a delegacia para prestar esclarecimento sobre o seu “exercício ilegal da profissão”. O Parecer 0135/02 da CES/CNE ratifica que “o exercício da docência não se confunde com o exercício profissional”.

deveria causar surpresa que esses exprimem falas completamente subordinadas ao avanço colonizador do CONFEF sobre a capoeira. A declaração do professor Carmelino Souza Vieira segue a linha do legalismo em que preconiza que “Após o curso, este profissional estará respaldado pelo CREF e CONFEF a continuar dando suas aulas e, por força da lei 9696/98, ficaria à margem da legalidade, caso não fizesse o curso” (s/p). Já a diretora da Liga de Capoeira no Rio de Janeiro, Alice Montico, ressalta que apenas os conhecimentos dos profissionais de Educação Física podem balizar o que é bom ou ruim, o que é permitido ou proibido no ensino da capoeira. A passagem da “marginalização para uma prática de caráter formativo” ainda exprime uma falta de compreensão histórica sobre a representação e significado da atividade praticada pelos escravos e, nos tempos da República Velha, daqueles “à margem” da sociedade burguesa e aristocrática.

O curso de instrução também foi mencionado na matéria de capa sobre as artes marciais, na edição 3 (jun/02). Os presidentes das federações de Judô e a de Jiu-Jitsu do Rio de Janeiro prestaram declarações sobre o curso de instrução. Para Sílvio Pereira (Jiu-Jitsu) a lei 9696/98 “é a nossa redenção contra as academias irregulares e a violência gratuita que proliferou nos últimos anos” (p.8). A apologia à Lei parece desconhecer os limites de alcance e atuação que esta realmente pode exercer. Contudo, vamos nos deter nos cursos. Os dois presidentes são unânimes em salientar que o curso trouxe maior qualificação e segurança de que os profissionais agora poderão exercer sua atividade sem infortúnios.

Naquela oportunidade, a revista trouxe depoimentos de dirigentes de federações e ligas de karatê e judô em prol da efetivação e institucionalização de um conselho que controle e fiscalizasse uma atividade ministrada por eles mesmos. As justificativas passaram pela proliferação de academias sem controle pelas entidades (as suas próprias entidades), instalações precárias, a insegurança pela atuação dos profissionais desqualificados e o próprio entendimento de que sua atividade é pertencente ao rol de “atividades da Educação Física” (CONFEF, 2002b). Contudo, nenhuma dessas justificativas levantadas poderia obter solução com o controle do CONFEF sobre suas atividades.

- 1) Não cabe ao Conselho Regional de Educação Física vistoriar condições de infra-estrutura e segurança. A Federação poderia se remeter ao Conselho de Engenharia e Arquitetura, Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros;
- 2) Não cabe ao Conselho Regional de Educação Física permitir ou proibir a abertura de academias de artes marciais. Aliás, o único controle possível seria a licença pela própria federação de que a academia possuísse em seu quadro profissionais graduados em sua arte marcial;

- 3) O questionamento sobre o que é Educação Física já passa por pelo menos trinta anos de debate dentro das universidades;
- 4) O Conselho não define se o profissional está bem qualificado ou não, apenas se ele está autorizado a exercer sua profissão a partir de sua formação.

Um fato curioso é que na dança não foram ouvidos quaisquer dirigentes de associação ou sindicato, o que confirma a contribuição de Nozaki (2004) sobre a valente resistência das organizações da dança sobre as investidas do CONFEF. A intervenção mais significativa destacada na revista foi a realização de um fórum de discussão no Rio de Janeiro. Contudo, como veremos mais adiante no capítulo, o CREF-1 (RJ/ES) vem sistematicamente atacando em nível regional a autonomia do exercício profissional da dança.

O curso de instrução também abarca os convênios entre o CONFEF e confederações esportivas. Badminton, tênis de mesa, surf e luta de braço foram destacadas na revista e os acordos celebrados como importantes para divulgação e difusão do esporte e, especialmente, a inserção de atuação do profissional de Educação Física nessas modalidades.

Por motivos diferentes, outra confederação esportiva realçada em matéria de capa foi a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), publicada na edição 12 (mai/04). A matéria procura traçar um panorama do crescimento e do sucesso esportivo da ginástica nos últimos anos e aproveita a ocasião para abordar a questão do registro profissional em Educação Física. Em entrevista à revista, a Presidenta da Confederação, Vicélia Florenzano quando perguntada sobre o motivo que levou a CBG a exigir o registro, responde o clichê permanente e distorcido que é busca pela qualidade do profissional. Conta que no início houve muitos problemas como “todo processo evolutivo e mudanças revolucionárias” (p.5) , mas que, ao final de embates de dois anos contra treinadores sem registro e práticos sem a dita qualificação, diz que foi reconhecida “a grandeza de minha coragem e decisão” (p.6). O personalismo que a Presidenta cultiva em torno de si mesma, é um indício de que tal decisão partiu unicamente dela, quando coloca que “Tomei a atitude porque sempre acreditei na necessidade do conselho profissional [...] Nunca aceitei e nunca vou aceitar que a sociedade [...] Eu sempre acreditei nisso e tinha que implantar na entidade que dirigia” (p.6). Aliás, entidade que continua dirigindo, tendo completado 16 anos à frente da Confederação, prática comum dos dirigentes esportivos brasileiros em se perpetuar nos cargos.

A mesma edição contém uma entrevista com a Professora Andréa João. A professora, que é Presidente da Federação de Ginástica do Estado do Rio de Janeiro, conta de sua luta pela regulamentação da *profissão* Educação Física e que, **oportunamente**, foi convidada a

integrar o CREF-1 (RJ/ES) como conselheira entre 1999 e 2003. Frisamos oportunamente porque a estratégia se revelou como estratégia de que a federação funcionasse como correia de transmissão dos ditames do CONFEF, já que logo em seguida ao assumir o cargo de conselheira, a professora confessa que:

Durante esse período fui a primeira Presidenta de Federação a incluir no regulamento geral da entidade a obrigatoriedade de ser formado em Educação Física e registrado no Conselho Regional para atuar nos campeonatos estaduais, e conseqüentemente, fui eu que levantei o debate na Assembléia da Confederação Brasileira de Ginástica, para que esta adotasse a mesma obrigatoriedade no Regulamento Geral da CBG (p.31).

Assim, o CONFEF construiu mais uma estratégia de autopromoção e legitimação, utilizando o instrumento de parcerias e convênios, muitas vezes de maneira cooptativa para alcançar seus objetivos.

4.1.3. Fóruns de discussão

Nos próximos dois tópicos, serão priorizados a análise da movimentação e articulação realizada pelo CONFEF dentro da “sociedade política”. A primeira observação diz respeito à participação do Sistema em fóruns de discussão sobre políticas públicas de esporte, lazer, saúde; conferências organizadas pelo governo federal ou com o envolvimento de parlamentares; e a presença do CONFEF nos espaços de consulta e na formulação de políticas para a sociedade.

Desse modo, torna-se importante ressaltar que este giro é destacado a partir da edição 10 (dez/03) com a divulgação de um manifesto assinado pela Frente Parlamentar da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, apoiado pelo Fórum dos Conselhos Federais da área de Saúde (pelo menos na época, coordenado pelo CONFEF) em defesa do SUS (Sistema Único de Saúde) e contra o corte de verbas na área da saúde no ano de 2004³⁶. O manifesto pode ser classificado como progressista, na medida em que toca na questão fundamental para a implementação de políticas públicas, que é o financiamento. Causa-nos surpresa perceber o Conselho constituindo movimento que reivindica a universalização de direitos. Contudo, as matérias subseqüentes desfazem quaisquer dúvidas sobre o caráter privatista e neoliberal do CONFEF.

A primeira Conferência Nacional de Esporte foi realizada entre os dias 17 e 20 de junho de 2004, em Brasília. Naquele momento histórico, esse tipo de evento ainda se

³⁶ Naquele ano, a União anunciou um contingenciamento de verbas na ordem de R\$ 6,5 bi, o que comprometeria significativamente o orçamento da saúde.

apresentava como uma grande novidade trazida pela administração do governo federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e muitos grupos organizados se mostravam dispostas a participar desses espaços. A promessa era de que as idéias surgidas e aprovadas na Conferência subsidiariam a política nacional de esporte e lazer. Os debates ocorreram nos níveis municipal, estadual, até chegar a esfera nacional em Brasília. Nesse sentido, houve convite do Ministério do Esporte para a participação de movimentos sociais, como a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) e entidades que se afirmam representativas do esporte e áreas afins, como o CONFEF. Não pretendemos tratar nesse espaço sobre as discussões que nortearam a Conferência, mas, através da revista e das resoluções tiradas, compreender o percurso do CONFEF junto aos fóruns de discussão sobre políticas públicas e, conseqüentemente, a aproximação deste ao aparelho de Estado como forma de garantir legitimidade, força e representatividade na “categoria” e a sociedade como um todo.

Em 2006, foi realizada a II Conferência, com o propósito de consolidar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, unificando as ações dos envolvidos no desenvolvimento do esporte em suas locais de intervenção. A edição 19 (mar/06) traz uma entrevista com o então Ministro, Agnelo Queiroz. O ministro, além de ressaltar a finalidade da realização da Conferência, enfatiza sobre a importância da EF e de seus profissionais na efetivação do Sistema Nacional (CONFEF, 2006a). A declaração do Ministro encoberta os meandros da disputa política e é reforçada na edição 20 (jul/06). A matéria endossa o clima de “cordialidade, entrosamento, interação em virtude da presença de profissionais, gestores, agentes comunitários e estudantes de todas as regiões do país” (p.16). Para efeitos de organização da dissertação, o tema será liquidado no subcapítulo 4.2.

A edição faz um relato da Conferência, destacando a participação ativa do CONFEF na comissão organizadora nacional, estadual e municipal. De fato, os Conselhos Regionais procuraram divulgar (pelo menos, as suas bases) a realização das conferências em suas regiões, o que também foi alvo de muita polêmica e disputa política. O fato consolidado é que as relações institucionais entre o ME e o CONFEF foram sacramentadas (ao menos, temporariamente) através do desfecho da II Conferência.

Outro importante evento que o CONFEF abraçou em parceria com o ME, FIEP, Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, foi o Fórum Nacional de Prevenção Integrada da Área da Saúde. O evento foi mencionado nas edições 16 e 17 (jun e set/05, respectivamente). Como o próprio nome revela, a proposta é a sensibilização de entidades e do poder público quanto à relevância de uma política de prevenção integrada da

área da saúde. Dessa maneira, CONFEF reafirma a EF como integrante da área da saúde, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações. Também afirma que congregar os órgãos públicos e privados de várias áreas autônomas como saúde, educação, esporte, meio ambiente etc., estaria promovendo um “projeto de prevenção **holística**” e ainda se vangloria sustentando que esta seria “uma forma, no mínimo, ousada do CONFEF” (CONFEF, 2005b, p.30). Mais uma vez se reafirma como um arauto de si mesmo, bem como entra em um terreno tortuoso e de maneira rasteira e simplificada ao defender o conceito de holismo. Entretanto, o objetivo de congregar diversos atores sociais foi alcançado, contando com a presença de representantes do ME, Ministério da Saúde, universidades brasileiras e portuguesas, associações e federações de Educação Física, além de um sem-número de conselheiros regionais e federais.

Também vale destacar a participação do Professor Markus Nahas no Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina, mostrada na edição 16 (jun/05). A matéria ressalta que a indicação do professor foi obra do segmento da Educação Física no Estado. Segundo o professor, sua participação no Conselho o permitiu conhecer melhor o sistema público de saúde e a possibilidade de captação de recursos para o Profissional de Educação Física, por meio de projetos (CONFEF, 2004c).

Contudo, a principal mensagem da matéria é ressaltar que a presença de profissionais da área em órgãos de ações governamental é decisiva para forjar um “fator de representatividade na categoria” (p.9). As palavras do professor endossam o tom da reportagem: “Uma categoria profissional bem representada no contexto de uma sociedade organizada se fortalece e gera ocupação de espaços” (p.9). Ainda reforça a necessidade da institucionalização de entidades e instituições de classe, o que confere a inserção e poder de barganha no diálogo com o Estado e força para promover o avanço colonizador no campo das práticas corporais.

4.1.4. Articulação com “sociedade política”

Ao se colocar à frente de solenidades, fóruns de discussão e eventos organizados pelo poder público, o Sistema CONFEF/CREF's apenas confirma a recorrente estratégia dos setores representantes do Capital em fazer da sociedade política, uma instância decisiva de atuação em favor de seus interesses particulares. Contudo, o ideário de que possuímos um Estado isonômico e democrático, é difundido largamente como um espaço de disputa e “troca” entre os diferentes segmentos da sociedade. A representação parlamentar mostra-se

extremamente caduca no Estado burguês aos interesses da classe trabalhadora. Por isso, István Mészáros faz a consideração de que o cínico incentivo de chamamento à população para que participe do processo eleitoral nada mais projeta a ilusão de que o poder entre capital e trabalho pode ser compartilhado e equilibrado através de regras justas e da legalidade constitucional. Sendo assim, a representação parlamentar visa legitimar funções vitais na ordem socioeconômica e a imposição de regras sobre o funcionamento da sociedade ao *modus vivendi* do capital. Os parlamentares oriundos do trabalho estão circunstanciados a atuar de maneira defensiva aos ataques sofridos ou a conseguir ganhos facilmente absorvidos pelo sistema; porém, nunca uma medida que ataque o âmago do funcionamento do sistema (MÉSZÁROS, 2002).

A primeira constatação que salta aos olhos com relação à articulação realizada pelo CONFEF é o significativo número de entrevistas com autoridades e dirigentes políticos. Em pelo menos oito edições (cerca de 1/3 das publicações) a revista foi orientada a ouvir o que os parlamentares e ministros de Estado teriam a dizer sobre a decisiva importância do esporte e da Educação Física para o desenvolvimento humano dos cidadãos, promoção da saúde e do estilo de vida ativo, prevenção contra males modernos, como a hipertensão, obesidade, e ainda poderíamos destacar um sem-número de justificativas apresentadas.

No âmbito do poder legislativo, a criação de frentes parlamentares é uma forma de atuação em defesa de interesses específicos em voga. Decerto que essas frentes muitas vezes têm serventia duvidosa, não têm a eficácia desejada e acabam servindo mais como palanque para que deputados e senadores “cavem” o seu espaço em categorias profissionais, sociedade civil ou entidades empresariais. Apesar das críticas desferidas, ainda assim conseguir que um grupo de parlamentares se disponha (minimamente) a debater, colocar em pauta, sensibilizar seus pares e, principalmente, na formulação e aplicação de leis ou políticas em prol desses interesses, denota certo grau de articulação atingida.

Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física como destaca a edição 10 (dez/03). A revista traz a solenidade de posse da Frente que se propunha a ser “o sustentáculo legislativo do esclarecimento social da atividade física como elemento crucial na qualidade de vida do cidadão brasileiro” (p.16).

A Frente chegou a montar uma página na Internet³⁷ em que expunha o seu estatuto, objetivos, comissão executiva e apoiadores. Segundo divulgação da própria página, a Frente atuou no sentido de enquadrar profissionais da Educação Física, estabelecimentos comerciais

³⁷ Endereço: <http://www.fpdatividadefisica.com.br/>

do ramo das atividades físicas e clubes ou associações esportivas no sistema de tributação SIMPLES, assunto já discutido no capítulo 1.

Depois dessa matéria nada mais foi destacado referente à Frente, a não ser a criação de uma Frente nos mesmos moldes no Estado do Rio Grande do Sul, o que sugere que os trabalhos não tiveram a operância esperada pelo Conselho. No entanto, outros ocorridos foram realçados. A edição 12 (mai/04) trouxe a notícia da eleição do deputado petista Orlando Desconsi (RS) para a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara Federal. O fato foi celebrado pelo Conselho, pois se trata de um deputado com formação na área, o que gerou expectativa de que se pudesse abrir um canal maior de diálogo com o Poder Executivo. Após a nomeação, os presidentes do CREF-2 (RS) e CREF-7 (DF) foram apresentar reivindicações da “categoria”. O deputado atesta o seu parecer favorável às reivindicações e prometeu na ocasião, lutar entre outras coisas, pela obrigatoriedade de registro profissional no CONFEF a todos aqueles que comandem equipes em competições esportivas (CONFEF, 2004b).

No que tange à participação e apoio efetivo a candidaturas nas eleições parlamentares, a posição do CONFEF tem sido discreta ao longo dos anos, incumbindo essa tarefa mais concreta aos Conselhos Regionais, a partir da especificidade e interesse em cada região³⁸. Eleger representantes de seu interesse não é nenhuma novidade quando se analisa o movimento real da política. A novidade observada a partir das eleições municipais de 2004, é que, após o Sistema CONFEF/CREFs se decepcionar com candidatos que não agiram em acordo com as demandas apresentadas, os CREF’s passaram a construir frentes parlamentares, apresentando na disputa eleitoral, candidatos diretamente indicados do seio da “categoria” (GAWRYSZEWSKI & PENNA, 2006b).

Vestindo a recorrente roupagem da frente suprapartidária, a recomendação é a de que a Educação Física finque sua enxada na terra e delimite um espaço de defesa para a dita profissão, “nada diferente das outras profissões”, como se diz normalmente. A única ação declaradamente aberta de pedido de voto do CONFEF em suas publicações foi na edição 21 (set/06), quando a matéria trazia o cínico título “Educação Física é o nosso Partido”. A Educação Física é apresentada como um elemento de consensos sobrepostos, que “agrega integrantes de diversos partidos políticos e até mesmo de ideologias antagônicas, que, pela causa da EF de qualidade encontraram um denominador comum” (p.24).

Quando as autoridades do Sistema CONFEF/CREF’s declaram que a frente parlamentar é suprapartidária e que a bandeira que todos carregam é a luta em prol da

³⁸ Para mais detalhes sobre essa discussão, ver GAWRYSZEWSKI & PENNA, 2006b.

Educação Física, o materialismo histórico convida-nos a sair do mundo da aparência e analisar a situação a partir das condições materiais e históricas como elas se formaram. Neste caso, realmente observamos que há um sem-número de partidos onde os candidatos estão filiados e pedindo votos. Porém, como alerta Gramsci (2000), para analisar um partido “será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social” (p.87). Em que medida esses candidatos defensores da dita profissão *Educação Física* estão ao lado da classe trabalhadora como um todo? Como esses parlamentares são orientados pelos seus partidos a votar em questões macropolíticas? Será que votam a favor da flexibilização da legislação trabalhista? E se votam, a partir de quais argumentos justificam a sua escolha, que afeta de sobremaneira a todos os professores de Educação Física?

Desde o início de suas publicações, a revista se dedica a cobrir o aniversário do chamado Dia do Profissional de Educação Física. Na quantidade de páginas dedicadas aos festejos, houve uma crescente desde a primeira cobertura, chegando um total de quatorze páginas na edição 17. No quadro abaixo, reproduzimos as citações na revista do envolvimento com a sociedade política.

Edição	Citação no aniversário do “Dia” do Profissional de Educação Física
4 (set/02)	- Discurso na Assembléia Legislativa de SP
9 (out/03)	- Depoimentos diversos - Fotos com Ministros do Esporte
14 (dez/04)	- Sanção do PL sobre o Dia do Profissional no município do Rio de Janeiro - Semana do Profissional na Assembléia e na Câmara Municipal em Goiânia - Distribuição de materiais nos gabinetes dos vereadores em Goiânia - Menção na Câmara Municipal de Manaus - Quadro constando 23 homenagens legislativas pelo Brasil afora
17 (set/05)	- Semana do Profissional com Secretaria de Educação do RS - Troféu Movimento e Atlas do Esporte entregue ao Governador RS - Campanha educativa junto com Secretaria de Educação do RS - Discursos na Assembléia Legislativa de SC - Programação oficial do município de Blumenau - Caminhada em Fortaleza com presença do “Deputado da EF” - Medalha de honra ao mérito na Câmara Distrital de Brasília - Medalha de honra na Câmara Federal;
21 (set/06)	- Festa do Discóbulo de Ouro no RJ. Discóbulo de Prata para políticos. - Presença de políticos em nível federal, estadual e municipal na festa. - Semana do Profissional com Ginástica Laboral na Assembléia do RS - 3 homenagens em Câmaras Municipais em SC - Colação grau da UNESCO com presença do Governador SC

	<ul style="list-style-type: none"> - Prêmio em São Paulo - Caminhada em Fortaleza com homenagem ao “Deputado da EF” - Medalha “<i>Paulo Roberto Bassoli</i>” na Câmara Municipal de Juiz de Fora - Homenagem na Câmara Distrital de Brasília - Discursos na Assembléia Legislativa de Goiás - Homenagem na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu - Programa do Paradesporto em Campo Grande - Sessão de homenagem na Câmara Municipal de Salvador
25 (set/07)	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão solene na Câmara Federal - Homenagens nas Assembléias Legislativas de SP, MG, RS, PR e BA. - Homenagens em Câmaras Municipais em SP, MS, RS, PR e MG. - Homenagem em Câmara Distrital de Brasília - Entrega do PL para ginástica laboral para servidores do Estado de GO. - Discurso em Câmara Municipal do Rio de Janeiro - Discurso do Ministro do Esporte

É possível afirmar que a participação crescente dessas autoridades demonstra o grau de estreitamento com o poder público. O enraizamento dessas relações é um passo decisivo para o avanço colonizador do CONFEF, o que certamente lhe garante o reconhecimento e valorização junto à parcela da sociedade que respira poder assim como humanos necessitam de ar para sobrevivência. A institucionalização da entidade rende situações como o convite do Ministério do Esporte para que o CONFEF fizesse parte da comitiva que trouxe o Fogo Pan-Americano da Cidade do México à Cabralia (BA) (CONFEF, 2007b). Por mais que a situação beire a futilidade, não se pode ignorar o simbolismo e a popularidade do evento e, ainda mais, a demonstração de poder e legitimidade que o CONFEF vem conseguindo junto ao Ministério do Esporte.

4.1.5. CREFinho e CEEF-Br: tentáculos no meio estudantil

Com uma investida cada vez mais consolidada entre os trabalhadores da Educação Física e outras práticas corporais, a partir de 2003, o Sistema CONFEF/CREFs passa a investir também no meio estudantil. A investida parece ter dois motivos principais: primeiramente, naturalizar para legitimar a existência e a importância de um conselho profissional desde o tenro ingresso na universidade; segundo, contra-atacar o vértice mais sólido da luta contra a regulamentação, que é o movimento estudantil, organizado centralmente pela ExNEEF.

Ao que tudo indica, o fomento para criação dessas organizações para-estudantis foi orquestrado de maneira descentralizada ao CONFEF (mas, é claro, com sua aprovação). A origem do CREFinho está no Rio de Janeiro, tendo sido divulgada pela revista do CREF-1,

edição 8 (1º sem/03), apesar das reuniões terem se iniciado ainda em 2002³⁹. Naquela época, ainda chamado de Conselhinho, trazia que sua missão era “assessorar a Presidência do CREF-1 em assuntos ligados a estágio, além de acompanhar as ações do CREF-1 em relação ao mercado de trabalho” (p.7). Na revista comemorativa dos cinco anos de existência do CONFEF (out/03), já fazia menção em caráter nacional dessa “ação pioneira” no Rio de Janeiro.

O CREFinho mantém núcleos em diversas faculdades no Rio de Janeiro para realização de atividades e campanhas e, uma vez por mês, se reúnem para debater conjuntamente. No início, as reuniões ocorriam na sede do CREF-1 e sempre com a presença da Presidência. Em dezembro de 2006, foi inaugurada a sede no bairro da Tijuca. O CREFinho vem se dedicando especialmente a fortalecer os eventos promovidos pelo Conselho Regional e/ou Federal, como a campanha nacional de doação de sangue, destacada pela edição 19 (mar/06) ou a participação nas comemorações do dia 1º de setembro. Tanto em 2005, como em 2006, ajudou organizar debates, distribuição de materiais e brindes, aulões, corridas comemorativas, festas e o lançamento do bloco carnavalesco da Educação Física, no município de Cabo Frio (RJ) (CONFEF, 2006a; CONFEF, 2006c). Um fato pouco conhecido é que, em 2005, após a realização de um debate na UFRJ sobre a regulamentação que contou com a participação do integrante do MNCR, Hajime Nozaki e representantes do Sistema CONFEF/CREFs, o CREFinho local no dia seguinte, faria uma distribuição de pirulitos com a marca “C”. Esta ação vazou para a militância do MNCR-RJ que realizou intensa manifestação no dia escolhido e acabou desbaratando a tentativa de atuação do CREFinho.

Na edição 18 (nov/05), a entidade atinge importante espaço de divulgação na revista, ao ocupar duas páginas e trazer ainda uma entrevista com integrante do CREFinho da UFRRJ. Naquele mesmo ano, mais precisamente em junho, há uma novidade impetrada pelo Sistema CONFEF/CREFs e seu apêndice, CREFinho: a Confederação de Estudantes de Educação Física do Brasil (CEEF-Br). Nascida em torno desse aparelho burocrático-corporativista, a CEEF-Br foi gerada para se contrapor à ExNEEF como instância organizativa no movimento estudantil de Educação Física. Apesar do nome ostentar o título “do Brasil”, suas ações e os membros participantes ainda se concentram em sua maioria esmagadora apenas no Rio de Janeiro. Na primeira diretoria, 9 dentre os 12 integrantes residiam no estado. A segunda diretoria, empossada em junho/2007, todos os 11 membros são cariocas, o que ainda demonstra o quão incipiente é sua intervenção em terras tupiniquins.

³⁹ Ver página www.crefinho.org.br

A CEEF-Br parece ainda viver uma falta de identidade, já que muitas vezes suas ações se misturam com as do CREFinHo, inclusive na página da Internet (www.crefinho.org.br). Assim como seu oráculo, a Confederação também tem um canal de comunicação para divulgar suas ações e defender seus pontos de vista: o Discóbolo. Tem um projeto gráfico bastante despojado, reluzente em cores e uma linguagem jovem e coloquial. Sua periodicidade é semestral e até o momento presente da escrita desta dissertação, estavam na quinta edição. Destacaremos brevemente algumas matérias.

Na edição de estréia (out/2005), é abordado o curso de Tecnólogo em Recreação que a Universidade Estácio de Sá pretendia oferecer a partir de 2006. O texto mostra-se bastante crítico à novidade, contudo, sob os velhos argumentos da reserva de mercado. Defende que:

o mercado dos profissionais de Educação Física sofrerá uma grande redução, visto que, em apenas **2 anos**⁴⁰, colocará profissionais no mercado. Desvantagem para nós, já que o curso de Educação Física dura 4 anos [...] O que a UNESA esta oferecendo irá tomar vagas de vários profissionais [...] Precisamos lutar para que nossa profissão não morra e para preservar o nosso mercado de trabalho (p.3).

Sequer classificaremos essa defesa de econômico-corporativo nos termos de Gramsci, já que o intelectual italiano não deixava dúvidas quanto o irrestrito caráter da solidariedade a partir de uma unidade por grupo profissional, e não à prática de perseguição e denunciismo tão propagada pelos conselheiros. Sem dúvida, consideramos que os cursos de tecnólogos são problemáticos na medida em que oferecem um tipo especial de educação, não tão longa, nem tão densa quanto à graduação. Assim, questionamo-nos: a luta da CEEF-Br é contra os cursos de tecnólogo ou contra àqueles cursos que afetem diretamente o “mercado” da Educação Física?

Mostrando que são correias de transmissão direta do CONFEF, trazem a defesa explícita da execrável prova de acesso à atuação profissional, a exemplo da pomposa OAB (CEEF-Br, 2006b). Este exame (tragicamente) acaba gerando uma política de emprego pelos conselhos profissionais. Apesar de falsear o nível de formação do aluno e das universidades, cria uma verdadeira indústria de cursinhos preparatórios e, ainda por cima, desautoriza uma significativa parcela dos professores graduados a trabalharem. De repente, é dessa forma que esperam combater o desemprego no campo da Educação Física.

Em boletim informativo datado de setembro de 2006, a CEEF-Br faz coro aos seus representantes superiores e pedem votos a candidatos “amigos da Educação Física”, tanto da base do governo, quanto da oposição. Tudo em nome do “Partido da EF”.

⁴⁰ Negrito do original.

As duas ações mais significativas da CEEF-Br até agora foram a sua participação no processo da Conferência Estadual dos Esportes, no Rio de Janeiro, e criação de uma carteirinha para estágios em academias. No primeiro caso, o governo federal manifestou interesse em criar a figura do Agente de Esporte e Lazer. Seu papel nas políticas do Ministério do Esporte não estava claro, mas a informação produziu uma grita generalizada, em que o CREF-1 e seus aparelhos estudantis foram parte significativa da manifestação em que o CONFEF parece ter optado pela discricção, com vistas à futuras negociações. A CEEF-Br participou ativamente da Conferência Estadual realizada em Niterói e elegeram delegados para representarem o Rio de Janeiro em caráter nacional (CEEF-Br, 2006a). Abordaremos com mais propriedade a questão no tópico 4.2.

Por fim, sua ação relativa aos estágios. Desde a criação do antigo Conselheiro, o CREF-1 já manifestava sua intenção em interferir nos processos de estágio, responsabilidade do processo de formação universitária. Após a promulgação da resolução 037/05 que dispunha sobre a regulamentação do estágio em Educação Física, no ano seguinte o tema volta à baila em uma nova resolução (045/06); desta vez, trazendo a nefasta novidade contida no artigo 11º:

A participação na vivência profissional para efeito da fiscalização e controle, dependerá:

§ 1º - Obrigatoriamente da apresentação pelo acadêmico da carteira de estudante, do ano vigente, expedida pelo CREF-1 (s/p).

A medida é apresentada pela CEEF-Br (2007a) como necessária para “acabar com falsos estagiários que tomam nosso espaço de atuação” (p.2). Além disso, argumentam que a carteira torna possível que os estudantes e a entidade possam intervir diretamente nos rumos da EF. Pretendem, através da difusão de disposições de pensamento, convencer os discentes de que se trata de uma ação de fortalecimento da “categoria”. Não se pretende meramente impor uma ilusão, mas repetindo as palavras de Eagleton (1997), a ideologia dominante deve “comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social” (p.27).

4.1.6. Organização no campo acadêmico-científico

A organização e intervenção no campo acadêmico-científico pelo CONFEF nunca foi menosprezada, como pode ser comprovado desde os primeiros números da revista, porém, avaliamos que, em termos institucionais, o Conselho ainda caminha em busca de maior respaldo que legitime suas ações.

Ao menos até a edição 11 (mar/04), reconhecemos a diversidade de temas discutidos. Os artigos abordaram temáticas ligadas à corporeidade e afins, tecnologia a serviço do esporte e da Educação Física, prática pedagógica no ensino médio etc., e nenhuma delas diretamente conectada à política de atuação do CONFEF. A partir da edição 12 (mai/04), os artigos passaram a versar, predominantemente, sobre atividade física ou algum tema relevante ao contexto da intervenção política do Conselho. Esta edição trouxe à tona a questão das Diretrizes Curriculares, com um artigo assinado por um dos mentores acadêmicos do CONFEF, João Batista Andreotti Tojal, que se propôs a realizar uma análise crítica do processo de construção das atuais Diretrizes Curriculares.

A edição 15 (mar/05) prossegue com seu ritual de esclarecimento acerca das Diretrizes, visto que, naquele ano era obrigatório que todas as IES implementassem novos currículos para a formação dos professores. O artigo, assinado por um grupo de trabalho composto por conselheiros do CONFEF, procura distinguir claramente as áreas de atuação entre os licenciados e os graduados (antigo Bacharelado), reforçando a fragmentação do campo de trabalho como forma de rachar o pertencimento da profissão docente e ainda como maneira perversa e débil de combater o desemprego na área, o que, na verdade, apenas o reforça, na medida em que cria restrições para circulação nos campos de trabalho. E ainda frisa a distinção entre os saberes em educação e saúde, o que gera mais um problema, na medida em que, além de negar o conhecimento amplo e generalista aos graduandos, trata a inserção da Educação Física na área da Saúde como mais um avanço colonizador em nichos que ainda não havia “donos”, como a dita promoção da saúde e a prevenção de doenças por meio da difusão do estilo de vida ativo.

Ao ser incluída na área da Saúde, a Educação Física ampliou as suas possibilidades e campos de intervenção profissionais, agregando ao já consolidado campo da Educação uma nova área de ação para os egressos de cursos superiores de Educação Física. Trata-se, assim, não da redução, mas da ampliação de espaços de inserção profissional, os quais devem ser ocupados com competência e qualidade para resguardo dos direitos da própria sociedade e do cumprimento das responsabilidades dos profissionais. Essa realidade, ao tempo em que concorreu para aumentar as possibilidades de inserção mercadológica dos futuros profissionais, está a exigir, ao lado de uma formação geral sólida, conhecimentos próprios de um campo de estudo diferenciado daquele da licenciatura. Essa exigência é ditada não só pelo aparato legal, mas pela própria evolução da área e pelo avanço da sociedade no reconhecimento da Educação Física como componente indispensável de um estilo de vida ativo.

Não se desconhece que a postura e a atitude de Educador são componentes inerentes a toda e qualquer profissão. O caráter educativo/formativo deve perpassar toda e qualquer formação, inclusive a acadêmica. Educação e Saúde não são áreas de conhecimento antagônicas, elas são complementares e convergentes, por natureza e necessidade. Contudo, não se pode

desconhecer que essas áreas são independentes enquanto acervo de conhecimentos próprios, acumulados histórica e cientificamente e enquanto áreas possuidoras de campos, técnicas e procedimentos de intervenção profissional distintos (p.24)

Por fim, ainda tratou do tema das Diretrizes na edição 19 (mar/06), quando o próprio Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, escreveu um artigo em que, mais uma vez, procura esclarecer a posição do CONFEF sobre as distintas formações designadas na resolução 07/2004. Talvez a persistência no mesmo tipo de defesa se deva ao Parecer do CNE/CES nº 400/2005, em que um curso universitário se dirigiu ao Conselho solicitando uma série de esclarecimentos, o que incluía a questão dos campos de atuação para os futuros graduados, já que o CREF local (no caso, CREF-6 SP) estaria expedindo registros profissionais diferenciados conforme interpretação própria da graduação ser estruturada em torno da resolução vigente ou de resoluções passadas (como a 03/87). O Parecer do Conselho Nacional de Educação é enfático ao afirmar a ilegalidade e inconstitucionalidade de tal ação do CONFEF. Segundo o Parecer:

Desta forma, não tem sustentação legal – e mais, é flagrantemente inconstitucional – a discriminação do registro profissional e, portanto, a aplicação de restrições distintas ao exercício profissional de graduados em diferentes cursos de graduação de Licenciatura ou de Bacharelado em Educação Física, através de decisões de Conselhos Regionais ou do Conselho Federal de Educação Física. Portanto, a delimitação de campos de atuação profissional em função da modalidade de formação, introduzida pelo artigo 3o da citada Resolução CONFEF nº 94/2005, assim como as eventuais restrições dela decorrentes, que venham a ser aplicadas pelos Conselhos Regionais de Educação Física, estão em conflito com o ordenamento legal vigente no país (p.4-5).

Depois desta publicação, o CONFEF não se pronunciou mais sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares, apesar desta ser um objeto de estudo recorrente no Grupo Temático de Trabalho “Formação Profissional e Mundo do Trabalho” do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), vide o último Congresso do Colégio em setembro de 2007⁴¹. Aliás, devido a falta de espaço somado às severas críticas sofridas pelo Sistema CONFEF/CREFs no interior do CBCE, o Conselho articulou o surgimento do Colégio Brasileiro de Atividade Física, Saúde e Esporte (COBRASE) para procurar sustentação acadêmico-científica de sua concepção de Educação Física, sendo que a coluna Palavra do Presidente na edição 9 (out/03) não deixa margem de dúvidas a esse respeito:

Devemos nos reportar, também, à falta de uma entidade científica que de fato atue nesse segmento, subsidiando atuações profissionais e contribuindo

⁴¹ Referência feita ao CONBRACE (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte) realizado em Recife.

para respaldar o Sistema CONFEF/CREFs em situações de julgamento ético de alguma atuação específica. Assim, o *Colégio Brasileiro de Atividade Física, Saúde e Esporte*, bem como a *Associação Científica de Fisiologia* são duas entidades que surgem para auxiliar a sociedade e a categoria profissional no desenvolvimento científico de nossa área (p.2).

Conforme a página na Internet⁴² da entidade, o COBRASE foi fundado em 2001 sob a forma de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), visando a produção, a divulgação, a difusão e o estímulo à pesquisa científica nas áreas de conhecimento da saúde, do esporte e da atividade física. Vale destacar que há um projeto de lei municipal sob o número 1470/2007, de autoria da vereadora Cristiane Brasil, que concede o título de utilidade pública ao Colégio, o que vai lhe garantir possibilidade de captar recursos públicos para fomento de suas atividades.

O COBRASE edita bimestralmente seu periódico chamado *Fitness & Performance Journal*, em que publica relatórios de pesquisas originais, realizadas na área das ciências da saúde, o que inclui casos clínicos, diagnósticos, técnicas terapêuticas e estudos relacionados aos aspectos comportamentais, epidemiológicos ou educacionais da medicina e do movimento humano⁴³. A descrição da revista ampara uma vertente de estudos da Educação Física, que, certamente encontra-se amplamente difusa e confusa, mas, certamente não se esgota nesses aspectos.

Uma medida de aliança entre o COBRASE, CONFEF e a Fundação Getúlio Vargas foi a criação do Selo PNAF para instituir um Padrão Nacional de Qualidade em Atividade Física para ser distribuído àquelas empresas que prestassem bons serviços. Segundo matéria online no site do COBRASE (2006) o intuito é de que este selo procure “levantar a qualidade do serviço prestado por estas organizações, empresas e instituições, através do cumprimento de normas e regras formalmente definidas” (s/p). Essa medida se assemelha ao selo da OAB denominado “OAB Recomenda” que listaria os melhores cursos de Direito do país segundo a performance dos alunos no ENADE e no exame da Ordem. Tal mecanismo se revela um possível agregador de *status* de mercado às grandes corporações de ensino na concorrência intra-capitalista. O caráter “ranqueador” das provas de avaliação do governo que visa alocar maiores recursos àquelas universidades que já estejam em melhores condições, especialmente nos maiores centros e criando “ilhas de excelência” em cada especialidade, deixando à míngua as outras instituições de ensino superior, vem respaldado por tal entidade consolidada

⁴² <http://www.cobrase.org.br>

⁴³ Baseado na divulgação da página.

na sociedade, o que ainda nos faz duvidar de que possa haver interesses particulares por dentro deste mecanismo (GAWRYSZEWSKI & PENNA, 2006).

O maior esforço nesse campo de atuação empreendido pelo CONFEF foi a publicação do Atlas do Esporte no Brasil. Sua publicação foi resultado de um esforço de 410 pesquisadores e 17 editores, coordenados pelo Professor Lamartine Pereira da Costa (conselheiro federal e membro do conselho editorial da Revista E.F.) e viabilizado por meio de um consórcio de instituições⁴⁴. Certamente, trata-se de um trabalho sem precedentes, especialmente pela riqueza de dados e informações. Contudo, certamente o CONFEF esperava gerar dividendos pela execução desse trabalho. E isso foi feito em larga escala.

A edição 11 (mar/04) tratou de divulgar a obra aos seus filiados, apresentando a relevância da produção e uma entrevista com o coordenador do projeto. Na matéria, o Professor Lamartine opta por justificar a importância do esporte por meio da ênfase na função econômica. Afirma que “O esporte e seus segmentos reagem bem à crise e sustentam a empregabilidade, pois se trata de um produto de grande significado econômico e cultural” (p.21). Sugere que o Atlas vem para desenvolver todo o setor de atividades físicas e que deveria ser um norteador para o poder público (CONFEF, 2004a). Sua fala é idêntica num lançamento na Confederação Nacional do Comércio, destacado pela edição 14 (dez/04). Para o Professor “O esporte é um dos aspectos que o país tem de melhor e deve ser explorado economicamente” (p.28). No mesmo evento, o então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, reitera tal visão mercantil ao colocar que “O Atlas comprova que esporte é um importante gerador de emprego. Além dos profissionais diretamente envolvidos, cria-se a demanda de material esportivo, estimulando a produção e o desenvolvimento do país” (p.29).

Rechaçamos a visão mercantil do esporte e das práticas corporais, tratada meramente como mais um filão a ser explorado pelo capital. Se este é um potencial gerador econômico, primeiramente é uma prática que deva ser oportunizada e usufruída por toda a população, tanto pelo aspecto da promoção da saúde, quanto pelo direito de vivenciar um patrimônio cultural historicamente construído para desfrute do prazer e da expressão corporal possibilitada pela prática.

O mesmo evento contou com a presença do Presidente do CONFEF que, além de partilhar do mesmo discurso sobre a função econômica do esporte, não poupou elogios à política de esportes do governo federal e ressaltou que a data representava o ápice de uma jornada comandada pelo CONFEF, que traria benefícios para a sociedade através de um

⁴⁴ Instituições como a Associação Cristã dos Moços (ACM), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Sistema S, FGV, CONFEF, Ministério do Esporte, dentre outras.

instrumento de contribuição para a democratização das atividades esportivas (CONFEF, 2005a).

O lançamento do Atlas ainda rendeu como fruto o destaque de capa na edição 16 (jun/05), em que se sobressai a entrega do Atlas para os 513 Deputados Federais e 81 Senadores, além da jóia da coroa, o Presidente da República em exercício, o Vice-Presidente, José Alencar. A revista frisa que, pela primeira vez, todos os conselheiros federais foram recebidos pelo Presidente em exercício. Dessa forma, avaliamos que o Atlas serviu ao CONFEF como um imponente instrumento de conquista para seu reconhecimento próprio enquanto instituição legítima.

4.1.7. Escola

A intervenção no campo escolar desde sempre foi um terreno espinhoso para o Sistema CONFEF/CREFs. Primeiramente, pelo aspecto legal, apoiamo-nos na famigerada lei que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física, 9696/98. Nenhum de seus artigos explicita que a escola estaria ensejada na fiscalização do conselho profissional (na verdade, nenhum campo de trabalho é apontado na lei), visto que a licença para ministrar aulas seria regulada pelo Ministério da Educação, através da figura do professor. Portanto, já estaria amparado legalmente o professor para exercer sua profissão no magistério. Outro motivo seria de natureza histórica, já que a discussão da regulamentação da Educação Física predominantemente pautou a suposta mina de ouro dos campos não-escolares, como as escolinhas esportivas, os clubes, as academias, *spas* e *resorts* etc. Por isso, juntamente com a fiscalização policialesca das práticas corporais das artes marciais, capoeira, yoga e dança, a escola segue sendo um pomo de discórdia mesmo entre simpatizantes da regulamentação profissional.

A edição 2 (mar/02) traz uma breve retrospectiva da sanção da Lei 10328/01, que acrescenta a palavra “obrigatório” após a expressão “componente curricular” do § 3o do art. 26 da LDB. Dessa forma, o CONFEF reivindica para si o mérito dessa conquista, ocultando que esta fez parte de uma intensa mobilização dos movimentos docente e discente da Educação Física, que, inclusive, reivindicavam uma construção mais coletiva da LDB.

Na edição 5 (dez/02), a escola se transforma em matéria de capa. Faz-se uma análise histórica da inserção da Educação Física na escola, bem como pesquisas atuais que reflitam sua condição neste contexto de intervenção. Traz grande ênfase em questionar o porquê de não ter conseguido se legitimar como disciplina na escola, sustentando-se muito em parte pela

obrigatoriedade legislativa e se remete ao atual contexto, procurando situar a disciplina dentro da LDB. A contradição se mostra renitente na matéria. Ao mesmo tempo em que defende que o problema não será revertido pela legalidade, pois não haveria amparo legal para determinar obrigatoriedade de aulas três vezes por semana, o CONFEF apóia todos as manifestações parlamentares que apontem para esse caminho, sendo que esta plataforma de campanha aparece constantemente nos candidatos “amigos da Educação Física” ou em candidatos próprios do Sistema. E ainda negligencia a reestruturação dos processos educativos em favor de disciplinas que priorizem o trabalho pelas competências em desenvolver o raciocínio abstrato, resolução de problemas, cálculos, comunicação e trabalho em equipe⁴⁵. Na verdade, a defesa do Sistema CONFEF/CREFs é de que cabe ao professor “que deve justificar a permanência de sua disciplina no currículo e apresentar sua finalidade, argumentando e convencendo a comunidade da quantidade de sessões a ser oferecida na escola” (p.8). Nesse sentido, talvez um plano de trabalho moldado aos Parâmetros Curriculares Nacionais⁴⁶ se adeque à essa demanda do capital.

A reafirmação da “luta” pela Educação Física na escola foi pautada ao menos três vezes por Steinhilber em sua coluna “Palavra do Presidente”. Em todas as oportunidades, destaca que a atuação do CONFEF é que permitiu uma nova conscientização para a pluralidade da Educação Física, não apenas em busca de sucesso no esporte de alto rendimento, mas também na escola e como componente curricular obrigatório (CONFEF 2003d; CONFEF 2004a; CONFEF, 2005c).

O tema vem ganhando relevância nas últimas publicações da revista. Entre a edição 20 (jul/06) e a 25 (set/07), em todas a Educação Física na escola foi mencionada, algumas vezes em abordagens mais jornalísticas como a reportagem “Educação Física e a mídia” em que mostrava como a Educação Física era capaz de estimular o vínculo da criança com a escola (CONFEF, 2006d), manifestos acadêmicos como a Carta da Educação Física Escolar (CONFEF, 2007b) ou de conteúdos mais políticos, como a matéria sobre uma passeata promovida pela seccional do CREF-7 (DF/GO/TO) em defesa da prática regular da Educação Física nas escolas (CONFEF, 2006b). O (lamentável) fortalecimento do Sistema CONFEF/CREFs junto às Secretarias de Educação indicia o emergente interesse em consolidar sua legitimidade de intervenção entre seus filiados.

⁴⁵ O artigo de Amauri Bassoli de Oliveira, publicado na edição 17 (set/05), faz menção a essa questão.

⁴⁶ No caso de consultas à trabalhos bem qualificados sobre a crítica aos PCNs da Educação Física, ver Santos (2005) em *Reordenamento do mundo do trabalho e Pedagogia das Competências: implicações para a Educação Física Escolar* e Dias (2003) em *Parâmetros Curriculares Nacionais e novas Competências: possíveis mediações quanto ao papel da Educação Física na escola*.

Interessante notar que, apesar da virulência com que o Sistema CONFEF/CREFs tratou de promover seu avanço colonizador no campo escolar, este não é mencionado nas revistas do CONFEF que parece ser designada a cumprir um papel mais institucional e diplomático; ser o porta-voz da defesa da Educação Física na escola, sem provocar maiores animosidades dentro da “categoria”, cabendo aos Conselhos Regionais o trabalho “sujo”, ou seja, a fiscalização, a exposição das “irregularidades” de profissionais sem registro e o trabalho de barganha na intromissão para formular editais de concursos públicos com a obrigatoriedade da apresentação do registro profissional.

4.1.8. Projeto de marketing

Fairclough já destacava em seu texto sobre a colonização da publicidade sobre o sistema educacional para melhor vender seus produtos, o que ele denominou comodificação do discurso. É inegável a influência das campanhas publicitárias para a construção de mitos, personalidades, fabricar *best-sellers*, lançar um filme *blockbuster* ou vencer uma disputa eleitoral. Qualquer tendência ideológica utiliza subterfúgios propagandísticos para difundir suas idéias, a partir de suas concepções de mundo, o que é mais do que natural. Sendo assim, o Conselho, como autêntico representante do capital na Educação Física, difunde seus valores, a partir de seus interesses burocrático-corporativos. E a construção de uma imagem se mostra essencial para seus objetivos. As campanhas publicitárias e midiáticas promovidas pelo CONFEF, edição 10 (dez/2003) se apóiam na constituição de uma “imagem mais verdadeira do Profissional de Educação Física [...] (os conselheiros) identificaram a necessidade de esclarecer a sociedade em geral sobre quem é o Profissional de Educação Física” (p.17).

Identificamos quatro tipos de manifestação de propaganda empregados ou divulgados pelo Sistema CONFEF/CREFs:

- a) *clipping*⁴⁷, aparições em novelas e jornais ou reportagens sobre as relações da Educação Física e a mídia;
- b) matérias que destaquem professores de Educação Física;
- c) campanhas de esclarecimento;
- d) *marketing* social

⁴⁷ Processo de selecionar [notícias](#) em [jornais](#), [revistas](#), [sites](#) e outros [meios de comunicação](#).

A edição 22 (dez/06) trouxe uma extensa reportagem enfatizando a suposta conquista da consolidação do Sistema CONFEF/CREFs e da imagem do “Profissional” de Educação Física como interventor na área da saúde, educação e bem-estar da sociedade. Destacam o poder de retorno na visibilidade para a “marca Educação Física” por meio das aparições espontâneas, só comparáveis às verbas de grandes corporações ou do poder público (CONFEF, 2006d).

O processo de *clipping* foi iniciado, de maneira sistemática pelo CONFEF, somente na edição 22, em que foi apresentada uma substancial relação das matérias exibidas pelo Sistema Globo de Televisão, tendo como foco os professores de Educação Física ou então seu parecer para determinada questão. Nas edições seguintes, o trabalho se estendeu para outros veículos como canais de televisão por assinatura e mídia impressa.

No decorrer desse caminho de aparições na mídia, há situações elogiosas e que conferem prestígio à imagem alçada aos “Profissionais” pelo CONFEF, bem como ocorreram fatos que causaram desagrado e foram prontamente rechaçados. Começamos pelo melhor ao CONFEF. A edição 14 (dez/04) ressalta que o programa televisivo “Globo Repórter” levou ao ar discussão sobre os perigos da atividade física. A matéria destaca que em boa medida, os entrevistados eram professores de Educação Física e toma para si o *status* do reconhecimento público que o “Profissional” vem recebendo. “[...] é uma prova de que o planejamento e o trabalho de divulgação do Sistema CONFEF/CREFs [...] está surtindo efeito na mídia e em toda a sociedade” (p.22).

Aliás, a dobradinha Rede Globo-Educação Física ganha enorme destaque ao longo das edições das revistas. O número 25 (set/07), lembra a homenagem de atletas aos seus antigos professores em reportagem no imponente Jornal Nacional; o destaque do programa “Globo Esporte” no dia 1º de setembro daquele ano; os quadros de incentivo à prática de atividades físicas orientadas no programa “Esporte Espetacular”; e a reportagem sobre os benefícios empresariais da prática de Ginástica Laboral (CONFEF, 2007c).

Outra circunstância recorrente forjada pela Rede Globo é a aparição de professores de Educação Física em suas novelas. Em 2004, a novela “das oito” “Mulheres Apaixonadas” contava com uma personagem, vivida por Helena Ranaldi, que era professora de uma escola. As revistas não se cansam de mencionar que, no capítulo exibido no dia 1º de setembro daquele ano, a professora recebeu flores de um aluno, por conta do seu “dia”. A matéria esbanja sinceridade ao colocar que tal situação foi fruto de um trabalho de sete meses junto à Globo e o autor, Manoel Carlos (CONFEF, 2006d).

Além de celebrar e divulgar a data, as novelas também cumprem um papel educador, ao difundir normas defendidas pelo CONFEF, apesar de contestáveis e nem sempre amparáveis na Lei. A novela das “oito”, *Belíssima*, é mencionada na edição 20 (jul/06). A novela contava com um núcleo em uma academia de ginástica e, num diálogo entre um sobrinho e o tio, o sobrinho pede para ajudá-lo a trabalhar na academia. O tio responde que para conseguir um emprego como *Personal Trainer*, ele teria que cursar Educação Física. Já a novela do público jovem, *Malhação*, teve seu momento “didático” quando o personagem, dono de um centro de judô, declarou que o centro seria uma coisa séria, por isso, todos os professores têm que estar regularizados no Conselho (CONFEF, 2007c).

Como nem tudo são flores, houve momentos de desentendimento entre a megacorporação da mídia e o Sistema CONFEF/CREFs. Em junho de 2004, o jornal carioca *Extra* promovia uma campanha publicitária sobre a venda de obras da literatura clássica brasileira junto com a edição do jornal. Contudo, a mensagem preconceituosa trazida pela campanha dizia “Nove em cada dez professores recomendam esses livros; o outro, dá aula de Educação Física”. A reação do CREF-1 (RJ/ES) foi imediata, acionando o seu departamento jurídico que impetrou pedido na Justiça Federal para retirar a campanha do jornal, alegando que a mesma provocava dano à imagem dos Profissionais de Educação Física. A Justiça rapidamente se pronunciou favoravelmente ao CREF e ordenou que a campanha fosse suspensa. As Organizações Globo ainda veicularam um pedido formal de desculpas. Bastou ao CONFEF colher os louros pela vitória.

Outra situação que provocou desconforto para os conselheiros foi a novela “Pé na Jaca”, em que o personagem Lance exercia a ocupação de *Personal Trainer* sem a graduação de Educação Física. Com o alarde provocado pelo CONFEF, a Globo corrigiu o problema fazendo com que a dona da academia demitisse o “falsário” que, na ocasião, havia falsificado um diploma para trabalhar em uma grande academia. Segundo a revista, a novela retratou um episódio comum da fiscalização dos Conselhos Regionais e teria servido para alertar os telespectadores dos riscos de ser instruído por um profissional não-graduado (CONFEF, 2007a).

O Sistema CONFEF/CREFs também lançou mão de propagandas em que veiculava o protagonismo e o sucesso dos “Profissionais”. No Rio Grande do Sul, através da iniciativa local, os cartões telefônicos vendidos ao público, estimulavam a prática de atividades físicas, ressaltando a imperiosa exigência de um “Profissional” (CONFEF, 2005c). Dois casos de sucesso internacional são divulgados. A edição 17 (set/05) noticia o prêmio conquistado pela Professora Carla Botelho como “Melhor *Personal Trainer* Internacional” do ano de 2005. A

conquista da carioca é propalada como um atestado do trabalho desenvolvido pelo Conselho em busca de uma EF de qualidade (CONFEF, 2005c). E a edição 20 (jul/06) traz o êxito alcançado pelo Professor Álvaro Romano nos Estados Unidos, através da difusão do método de condicionamento físico denominado “Ginástica Natural”.

Outra estratégia identificada é a formulação de campanhas educativas, com fins de esclarecimento à população. Os anabolizantes já foram a bola da vez, em que se preocupou explanar sobre seus efeitos e riscos no uso. Apesar do recorrente tom de cultura do medo e da restrita abordagem de não se relacionar esses produtos químicos a grande indústria farmacêutica, o que pode se tornar até prejudicial em certos casos, ainda assim, é de bom grado que se mencione o tema. No Rio Grande do Sul, firmou um convênio com a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD/RS), com a Secretaria de Educação e a APEF para implementar uma campanha educativa referente à prevenção do câncer de pele (CONFEF, 2007a). Mas, certamente, o CONFEF dispensa suas maiores atenções no perigo de se praticar atividades físicas sistemáticas sem a devida orientação de um “Profissional”. “Só o diploma não basta” é palavra de ordem para convencimento de que a habilitação depende de uma singela carteira de registro. O diploma não deveria bastar?

Afora campanhas educativas, o *marketing* social também se encontra presente como uma das estratégias de institucionalização do CONFEF. Iniciamos a argumentação pelo convênio materializado entre o Ministério da Saúde e o Conselho para estímulo à doação de sangue em função da campanha do Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue (25 de novembro). O CONFEF organizou uma Semana com esse fim e recrutou os seus apoios para tal consecução, como os CREFinhos no Rio de Janeiro, a panfletagem em escolas em Goiás e a imprensa em João Pessoa. Para além da óbvia importância de incitar a sociedade a tal prática de solidariedade, a ação gera os frutos desejados pelo Sistema, ao ser reconhecido como parceiro e colaborador do poder público (CONFEF, 2006a).

Para finalizar, o CONFEF apesar de não ser uma empresa (será?), procura elucidar como também é “socialmente responsável”. Em 2004, lançou mão de propagar aquele ano como “Ano da Ação Profissional e Cidadania” (edição 12, mai/04). Mais do que propriamente realizar uma ação, o CONFEF utilizava sua capilaridade entre seus associados para difundir e mobilizar os profissionais em torno de uma melhor qualidade de vida para a parcela desafortunada da sociedade. Os arautos de si mesmos reforçam sua idéia declarando que:

Ninguém mais do que nós, integrantes do Sistema CONFEF/CREFs, entende a respeito da importância da Educação Física na saúde e bem-estar de uma sociedade. Ter consciência de nossa responsabilidade social nos eleva como pessoas, profissionais e sociedade (p.20).

A intervenção das atividades desenvolvidas pelos profissionais envolvidos é realçada porque, além de desenvolver capacidades individuais, as crianças apresentariam um desempenho escolar superior e a superação de problemas como a recuperação de auto-estima e mudança por hábitos mais ativos do que a antiga ociosidade (CONFEF, 2004b).

Dois aspectos chamam a atenção. A responsabilidade social é vendida como uma oportunidade de se incluir na onda altruísta que tomou conta dos corações das direções empresariais. Afinal, uma empresa que não seja responsável socialmente não merece obter a confiança dos consumidores. Para não ficar pra trás, o CONFEF se prontifica a divulgar e apoiar as ações de indivíduos e empresas “do bem”, cristalizando o ideário de que o “Profissional” é um elo fundamental na construção do amplo conceito chamado cidadania. E para a ocorrência desses projetos, é necessário pessoal especializado. Ou seja, mais uma frente para ocupar. A matéria entrevista Sérgio Tavares por conta de sua experiência em comunidade carioca. Ele não dispensa ênfase ao afirmar na edição 12 (maio/2004) que “O Profissional de Educação Física precisa entender que os projetos sociais representam uma abertura crescente no mercado de trabalho. A mão-de-obra na parte de Gerência de Projeto ainda é escassa” (p.21).

A grande sacada do Sistema CONFEF/CREFs foi se adequar ao movimento do real, compreendendo que a proeminência exacerbada na conquista de campos de atuação poderia lhe causar mais danos do que conquistas. A responsabilidade social e projetos de *marketing* social bem definidos lhe conferem o *status* de instituição em prol da sociedade.

4.2 ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

4.2.1. Cultura da paz

Conforme foi apresentado na seção 3.2., que tratou mais especificamente das políticas públicas de esporte, lazer e atividades físicas em geral, a ONU vem, recentemente, dedicando esforços em disseminar o ideário de que o fenômeno cultural esportivo é capaz de mobilizar a sociedade em torno de mazelas ou questões de difícil intervenção por parte do Estado e de agentes sociais. Assim como o Ministério do Esporte entrou em consonância com os

princípios difundidos pela ONU⁴⁸, o CONFEF, como um aliado tático do ME, também encampou a difusão dos princípios assumidos no relatório da Força Tarefa, incluso nas propaladas “Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM)”. Se o CONFEF não assumiu essa política de atuação por pura convicção, a observação e análise de sua intervenção concreta nos fazem crer que, ao menos o fez seguindo a linha de aproximação e estreitamento de relações com a Sociedade Política, buscando construir sua legitimação junto aos aparatos de poder político e jurídico.

Decerto que um dos maiores problemas enfrentados pelos povos são os conflitos armados que ainda persistem pelo mundo afora ou a violência social alastrada nos grandes centros urbanos. De modo a não abrir mão do sistema da democracia liberal, entidades e organizações nacionais e internacionais apontam que esses problemas surgem por conta da ganância, da exploração desordenada, da corrupção e a falta de uma educação que forme cidadãos mais “humanos”. Tais defesas, além de obscurecerem o princípio irrefreável do capital, dão margem à perpetuação de iniciativas paliativas ou fracassadas na resolução dos confrontos gerados por interesses intraburgueses.

Dessa forma, já que não agem contra o sistema capitalista, recomendam medidas ou lançam cartas e manifestos em favor de alguma causa. Em 1999, a UNESCO promove a Conferência do Apelo de Haia pela Paz, em que, no seu encerramento, foi lançado o manifesto “Programa do Século XXI pela Paz e Justiça”. Os quatro pontos principais destacados pelo documento foram: o desarmamento e a segurança humana; a prevenção, resolução e transformação de conflitos violentos; o direito e as instituições internacionais nos âmbitos humanitários e dos direitos humanos; e as causas principais da guerra/a cultura da paz.

O documento começa com um preâmbulo que, conforme já mencionado, não ataca os problemas e questões em suas origens, mas destacando o potencial que a ciência, os valores democráticos e a participação da “sociedade civil” podem exercer para o exercício de tempos mais estáveis e tolerantes. Ainda destaca que essa missão não pode ser apenas dos governos, mas que seja assumido um compromisso pelos cidadãos em que também se integrem em gerar um ambiente favorável à cultura da paz.

O documento destaca que as linhas de atuação foram definidas por uma coalizão de organizações, o que, certas vezes, gerou temas repetitivos ou sobrepostos. Por isso, essas medidas foram resumidas e aglutinadas. Ênfase no desenvolvimento de uma educação para a

⁴⁸ Ver Melo (2007) em “O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de Terceira Via”.

paz, o respeito aos direitos humanos e fomento e consolidação da “democracia”; combater efeitos adversos da mundialização; desenvolvimento sustentável dos recursos extraídos do meio ambiente; justiça e tolerância entre etnias, gêneros, crianças e minorias em geral; eliminação da violência como recurso para alcance de mudanças sociais; tribunais penais internacionais; fortalecimento da ONU como mediadora de conflitos internacionais; desmilitarização da economia e assinatura de tratado de prevenção à guerra (UNESCO, 1999).

No ano seguinte, reforçando as resoluções da Conferência em Haia, a UNESCO lança um manifesto direcionado a atingir o cidadão comum. Estrategicamente mais enxuto (apenas uma lauda), o Manifesto UNESCO 2000 “Por uma cultura da paz e da não-violência” enfatiza o argumento de que cada indivíduo tem a sua cota de responsabilidade com o futuro da humanidade e conclama a compromissos como “*consumo responsável*”, “*respeito*”, “*compartilhar recursos materiais*”, “*diversidade e diálogo*”, “*princípios democráticos e solidários*”.

Em 2001, a UNESCO, levando adiante a sua cruzada pela paz mundial, lança o documento “Educação e Cultura para a Paz” que traz uma proposta de intervenção educacional para disseminar uma cultura de paz.

Destaca que pesquisas realizadas pela UNESCO têm mostrado que a violência envolve de sobremaneira os jovens, seja como vítimas, seja como agentes diretos. E que, ao mesmo tempo, percebe-se a demanda por espaços e equipamentos para o exercício de atividades lúdicas, esportivas e culturais, espaços de sociabilidade e manifestação artística. As pesquisas também alertam para a descrença dos jovens com as instituições tradicionais, a exclusão econômico-social e a perda de valores coletivos, o que propiciaria maior vulnerabilidade a situações de comportamentos inadequados como atos de vandalismo ou o uso de drogas.

Coadunante com o discurso dominante, o diretor da UNESCO, Koichiro Matsuura pondera que, apesar da miséria e a *injustiça* social constarem nas raízes dos mais profundos problemas da sociedade, elas seriam apenas o *reflexo* de uma crise das sociedades *contemporâneas*: “crise de valores, crise de pontos de referência, tensões ligadas ao desconhecido” (p.5)

Reforçando a sempre presente função no quesito segurança (segurança contra qualquer iniciativa político-ideológica contra-dominante), o documento não deixa margem de dúvidas ao referendar que “O princípio da Organização é contribuir para a *paz e a segurança*, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura...” (p.6).

A cultura de paz é o estandarte carregado pela UNESCO, sustentado pelos valores “sagrados” da tolerância, da democracia e dos direitos humanos. Definem que a cultura da paz é

uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais - o princípio do pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião - e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não-militares para a paz e para a segurança como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis (p.6).

O documento em questão reconhece que o *modelo* de desenvolvimento econômico é excludente, concentra a renda na mão de poucos e acentua a desigualdade. Contudo, qualquer tentativa de avanço pára por aí, já que, a partir desse diagnóstico, a missão proposta pela UNESCO é a de “pensar em uma educação que contemple os desafios do futuro” (p.14).

No auge da Teoria do Capital Humano, a expansão dos sistemas escolares nacionais difundia o que Gentili (1998) chama de “promessa da escola como entidade integradora”. Essa promessa se fundava na necessidade de definir estratégias orientadas para forjar as condições educacionais de um mercado de trabalho em expansão e na inabalável confiança em se conseguir o pleno emprego. Assim, a escola constituía-se num “espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade, formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado” (p.80). A defesa da escola pública era protagonizada, por motivos distintos, por frações burguesas, interessadas na qualificação da força de trabalho, como pelos setores subalternos, motivados pela possibilidade de ascensão social e, no caso dos socialistas, de elevação da cultura geral da classe trabalhadora.

Nos tempos atuais prevalecem concepções educacionais muito distintas, visto que a questão do emprego deixa de ser concebida como um direito social a que o Estado não poderia se eximir. Atualmente, o problema do emprego foi inteiramente deslocado para o indivíduo. A tese da empregabilidade e, correlatamente, da formação de competências adequadas ao mercado, representam o fim das ilusões de que *a priori* suas vidas serão melhores do que foram as de seus pais. Se, por ventura, o sujeito não for um dos afortunados a se estabelecer em um emprego que ainda assegure direitos historicamente conquistados ou não obtiver sucesso em suas aventuras empreendedoras, o destino lhe reservará uma bolsa de alívio à pobreza. Não obstante, essa massa crescente de sujeitos observa ao seu redor que há

bens de consumo que ele não terá acesso, assistência social e saneamento precário. Distintamente, poderá constatar que existem outros seres humanos, que podem desfrutar (e muito) de prazeres materiais porque possuem muitos bens, abrindo brechas para uma compreensão mais ampla e integrada de sua condição de “sobrante” da economia do país.

O cenário catastrófico, não apocalíptico, resume grosseiramente os nossos fatídicos tempos contemporâneos. E para que este cenário não se transforme em um caos devido à “inveja e ao ressentimento” dos desafortunados, a educação ressurge como ideologia capaz de operar um melhor manejo da paz social necessária ao mundo dos negócios. Não mais como forma de ascensão social, mas, nas palavras da UNESCO (2001), colocando-se como “fator de coesão [...] cabe-lhe a missão permanente de contribuir para o aperfeiçoamento das pessoas numa dimensão ética e solidária” (p.14).

O documento propõe que as escolas abram nos fins de semana com atividades programadas para os jovens. A escola seria o lugar da transmissão de valores como “tolerância, não-violência, solidariedade, respeito mútuo...” (p.6). Segundo a UNESCO, a proposta se baseia em experiências realizadas nos Estados Unidos, França e Espanha, em que o trabalho com jovens nas dimensões artísticas, culturais e esportivas se constituiu em uma excelente prevenção da violência.

A construção de uma cultura de paz está associada a estratégias como descentralização administrativa e intensa participação comunitária, o que asseguraria diagnósticos mais precisos da realidade local. Assim, o marco teórico dessas estratégias se clareia, pois defende que o estabelecimento de vínculos com a realidade local tem como objetivo traçar uma rede de relações altamente capilarizadas, o que aumentaria o “capital social”. Citando Putnam, o mentor contemporâneo do conceito, “o capital social é freqüentemente um subproduto valioso das atividades culturais [...] todas produzem grande ponte para o capital social – esse aspecto é a mais importante realização” (p.20).

Uma vida mais comunitária, em que valores familiares sejam alimentados, torna muito mais efetivas as políticas focalizadas e de alívio à pobreza, contribuindo para que os trabalhadores “sobrantes” se sintam reconhecidos, valorizados e respeitados. Estes valores, conforme os teóricos do capital social são cruciais para afastá-los de ações e contextos disruptivos, seja no plano da radicalidade da ação política, seja por meio da adesão a grupos que fazem uso da força para impor os seus negócios considerados ilícitos. O capital social, nessa perspectiva, é importante para a *cultura da paz* e vice-versa.

Uma rápida busca na Internet acusa cerca de 124 mil citações à expressão “cultura da paz”, sendo que grande parte das consultadas aleatoriamente, apoiando-se em referenciais e

preceitos da UNESCO. A cultura da paz está nas rodas de artigos acadêmicos, atividades de ONG's e políticas de Estado. A Assembléia Legislativa de São Paulo criou um Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz em 2003, o que denota a força do conceito disseminado por essa organização internacional.

A origem do elo entre a cultura da paz e o CONFEF não logrou êxito no estudo em questão, mas esta se encontra presente desde a primeira edição (dez/01) da revista. A matéria sobre a investida do Conselho sobre a Federação Fluminense de Capoeira traz o tópico “A capoeira e a cultura da paz”. Ela se dedica a mostrar como o bom exercício da atividade proporcionar o fomento de sentimentos pacíficos, um meio de vida harmonioso e socializa jovens em torno de uma prática “saudável” (CONFEF, 2001a).

Discurso parecido é ressaltado nas reportagens sobre a Confederação Brasileira de Voleibol na edição 7 (jun/03) e 13 (ago/04). Além de enfatizar que ex-atletas da modalidade têm se graduado no curso da Educação Física para contar com uma opção sólida (e legal) para seu futuro profissional, destaca que as crianças se integram ao “espírito olímpico” de colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmônico do ser humano (CONFEF, 2003b). O projeto social “Viva Vôlei” é lembrado como o projeto de cidadania e responsabilidade social da CBV que recebeu chancela da UNESCO devido à sua relevância sócio-educacional (CONFEF, 2004c).

Assim como a UNESCO advoga que as escolas são um espaço privilegiado de sociabilidade, criatividade e transmissão de valores humanistas, o CONFEF/Congresso da FIEP, referendando esses dizeres, lançou uma carta-manifesto em que recomenda a Educação Física *Escolar* “por sua característica e potencial possibilita a vivência e assimilação de valores como: solidariedade, excelência, sustentabilidade, esportividade, **paz**, entre outros, conforme recomenda as Nações Unidas”.

A Assembléia Geral da ONU proclamou o ano de 2005 como o “Ano Internacional do Esporte e da Educação Física” e de imediato, o CONFEF divulgou o fato como uma expressão da relevância assumida pelas atividades. Para além do entendimento comum de que a prática esportiva/atividades físicas podem contribuir para o estabelecimento de uma saúde mais plena, a resolução insiste de que o esporte é um agente mobilizador, o que se traduziria em geração de atividades econômicas, bem-estar social, redução de comportamentos “anti-sociais” e a conscientização das questões enfrentadas na realidade local (CONFEF, 2004d).

Essa “conquista” da Educação Física e do esporte foi coroada com a publicação do livro “Esporte e cultura de paz”, de autoria de Kenia Maynard da Silva e Manoel José Gomes Tubino. Aliás, vale ressaltar a participação de Tubino, experiente professor que já publicou

livros sobre diversas temáticas no campo da Educação Física e um dos principais acadêmicos ligados ao Sistema CONFEF/CREFs, constituindo-se em um notável *intelectual orgânico*.

Os autores se apóiam na teoria do pensamento complexo de Edgar Morin para elucidar as mudanças conceituais que o esporte vem sofrendo, a partir da Carta Internacional de Educação Física e Esporte (1978). Se anteriormente era apenas compreendido pela ótica do rendimento, a Carta trouxe as perspectivas do esporte na escola, o esporte-lazer e o esporte de desempenho (TUBINO & SILVA, 2006).

Nesse ínterim, em que a imagem do esporte reflete um microcosmo da sociedade, os autores defendem a “obviedade” de que o esporte seja uma força motriz da convivência ética e solidária entre os povos. Apelando a uma dose de sentimentalismo, citam a festa de encerramento dos Jogos Olímpicos como “evidência de forma inequívoca” da possibilidade de realização da utopia da convivência humana no mundo atual citando que os atletas “se confraternizam com abraços, danças e troca de materiais esportivos” (p.22). Seus argumentos ignoram por completo as tensões e conflitos sociais fomentados pela sociabilidade construída e estimulada pelo modo de produção capitalista. Negligenciam que a abissal concentração de riqueza (que tem na indústria do esporte um microcosmo) contribui (e muito) para a utopia da confraternização intermitente de abraços e danças.

Procurando demonstrar algum senso crítico, os autores elegem seus “demônios”: a mídia e o “chauvinismo” pela vitória. A mídia seria “cega”, ao sobressair em seus noticiários e programação, os conflitos e guerras existentes do que os eventos esportivos em que a paz é enaltecida. No que tange ao papel do “chauvinismo”, a dupla se arvora em apontar os problemas de “vitória a qualquer custo”, brigas e práticas ilícitas como o doping, sordidamente descontextualizadas da estrutura social, quase como um problema de caráter de homens egoístas e sem valores.

Aliás, torna-se impossível não deixar de notar a falta e/ou confusão do aporte teórico que sustentados os conceitos defendidos pelos autores. Para explicar o que eles chamam de “Contexto Mundial Contemporâneo”, juntam o historiador marxista Eric Hobsbawm, o sociólogo do “ócio criativo” Domenico de Masi, o intelectual-futurista Alvin Tofler e o magnata Bill Gates.

Os autores datam o início do processo de complexidade no Esporte e Educação Física ao vir à tona o entendimento de que estes deveriam ser encarados como direitos dos cidadãos. A Carta Internacional de Educação Física e Esporte defendia a prática esportiva e física como “direito de todos” (TUBINO & SILVA, 2006).

Quanto à concepção de paz, Tubino e Silva, apesar de tratarem do tema como questão central do livro, não se preocuparam em defender um conceito específico, expondo uma heterogeneidade de autores que abordam a temática em seus estudos. Os conceitos apresentados trazem como características em comum: a paz é algo que está intrínseco aos homens, manifestando-se pelo seu estilo de vida, um estado de consciência, “filosofia” de vida, e valores que possibilitam a convivência harmônica com a diversidade, como a justiça, igualdade, respeito, ética e, especialmente, tolerância.

A publicação do livro foi celebrada com muita pompa na edição 19 (mar/06) através de uma matéria extensa sobre o tema. Contudo, essa publicação nada fez senão sistematizar e aglutinar conceitos, documentos publicados pela UNESCO e ONU e expor experiências nacionais e internacionais que estariam em sintonia com os preceitos defendidos pelas organizações do mundo afora. Não há nenhuma novidade ou contribuição original que dispense maior reflexão, o que nos leva a crer que o destaque na revista se tratou de propaganda calcada em seus interesses de legitimação.

O respaldo institucional proporcionado pela UNESCO/ONU combinado à repercussão que o tema encontrou em organizações na sociedade civil e no poder público é notório. O estudo em questão não se propôs a realizar uma fina investigação quanto a origem da relação entre a cultura da paz e a instituição CONFEF, por isso, admitimos que é possível a existência de algum “elo perdido” pela pesquisa, já que, baseamo-nos, predominantemente, em analisar os materiais fornecidos pela revista oficial do Conselho. Contudo, acreditamos que conseguimos captar o movimento de inserção do CONFEF em torno do tema, tanto para se respaldar em nível institucional, quanto para intervir e organizar diretamente o campo da Educação Física.

Nesse ínterim, a coluna “Palavra do Presidente” é extremamente fértil porque expressa de maneira mais contundente e clara as posições defendidas pelo Sistema. O grande mote para inserção definitiva do tema ocorre na edição 15 (mar/05) quando o Presidente Jorge Steinhilber celebra o ano de 2005, ano da EF e do esporte. A partir dessa coluna, ganha força um tom crítico à mera prática de esportes/atividades físicas, o que inclui o ideário redentor de que o esporte é a salvação de jovens em situações de risco, o desenvolvimento educacional, a formação e resgate da cidadania e até a tão defendida promoção da saúde. Com o intuito de aproveitar o momento de divulgação das práticas, Steinhilber reverbera uma posição, tal como se descobrisse se quem veio primeiro foi o ovo ou a galinha. Segundo ele “os exercícios físicos e o esporte não são um fim em si mesmo” (p.3). Entretanto, o que poderia parecer um avanço para um entendimento mais amplo da questão, pára por aí e então desvela que a

mudança de tom tem como motivo construir um entendimento de que mais importante do que a própria prática, é que ela seja conduzida, orientada e dinamizada por um *Profissional* de Educação Física (CONFEF, 2005a). Seguindo essa linha de raciocínio, é como se primeiro inventasse o remédio, para que depois surja a doença. De maneira alguma, defende-se a minimização do papel do professor, porém, oportunista é a posição de galgar peso político na sociedade, a partir de argumentos que sobrevalorizam o professor em detrimento de práticas construídas ao longo da História pelos próprios homens. Tanto o professor quanto o campo de conhecimento de sua intervenção são envoltos por uma relação dialética e, por isso, se autocompletam.

Todas as razões que vêm justificando e (minimamente) legitimando a prática da Educação Física são colocadas em xeque para se contrapor ao senso comum. As palavras do Presidente na coluna da edição 19 (mar/06) indicam que “o senso comum é algo em que se acredita como verdadeiro e certo e está incrustado no seio da sociedade” (p.1) e critica “a verdade divulgada e propalada por organismos internacionais e nacionais” (p.1). A inversão de papéis ocorre novamente já que, se criticou (acertadamente, em nossa opinião) o papel redentor de práticas esportivas como o fim em si mesmo, Steinhilber agora atribui esse papel ao *Profissional*, como aquele capaz de:

transformar o discurso das igualdades, das inclusões sociais, dos direitos sociais de todos através do esporte [...] os Profissionais de Educação Física tem a possibilidade de, através das atividades físicas e esportivas, concretizar e modificar comportamentos, atitudes e atos, levando crianças, jovens e/ou idosos a alcançar, aplicar e se comprometer com esses valores éticos. Não é o esporte o responsável pelo bem-estar e pela promoção da saúde, como o senso comum aponta, e sim o Profissional de Educação Física (p.1).

Na edição seguinte, 20 (jul/06), o assunto volta à baila sob as palavras do Presidente. Dessa vez, o discurso apologético em favor da profissionalização se baseia em um cultivo do medo sobre a prática “sem orientação” de exercícios físicos. O cultivo do medo de que o sujeito por livre arbítrio optou por correr o risco de praticar atividades físicas sem supervisão, dá crédito e legitima o discurso do CONFEF em requerer a presença do professor (registrado), pois ao mesmo tempo em que aponta o quão arriscado determinado comportamento pode vir a ser à saúde, também procura atestar a pertinência da disseminação de informações como meio mais adequado de prevenir doenças e “segurar” a vida.

Enfim, se o discurso e a defesa da tão propalada cultura da paz se fez presente nas tiradas acima e em outras colunas do Presidente (ver edições 23 e 24), conclui-se que ela esteve subordinada à posição do CONFEF de organizador do campo de intervenção

profissional, mesclando mensagens e apelos internacionais aos seus interesses corporativos, que representam, em boa medida, uma resposta às demandas do capital.

4.2.2. Legitimidade no exercício da profissão

O velho embate entre os limites da legitimidade e da legalidade serve muito para balizar os debates levantados pelo estudo em questão. Embora freqüentemente se pratique um silogismo de que “se é legal, é legítimo”, a legitimidade nem sempre se traduz em um consenso social. O princípio da legalidade presume um respeito às leis e às instituições estabelecidas com o intuito de dar cabo ao Estado democrático de direito. Contudo, a partir de quais mecanismos se verifica esse consenso? Baseado em quais fundamentos, os parlamentares formulam as leis que regem sobre nossas vidas? E quando o capitalista paga 380 reais de salário mínimo ao seu empregado, ele está amparado pela Lei, mas é legitimado pela sociedade em geral? Com esse ordenado, o empregado conseguirá suprir as necessidades essenciais, o que inclui saúde, educação, cultura, vestuário, transporte?

Todo esse preâmbulo se coloca para apresentar a discussão sobre a imposição de legitimidade que o Sistema CONFEF/CREFs confere aos campos de atuação das práticas corporais como dança, yoga, artes marciais e capoeira, no entanto, a partir de normais legais. A ação do Conselho se apóia no tripé aparato jurídico do Estado, resoluções internas expedidas por si mesmo e discursos de consenso.

As lutas no plano jurídico ajudam a desvelar as verdadeiras disputas de concepções políticas e ideológicas no interior da Educação Física. Compreendendo o Estado burguês como um estado particularista, o aparato jurídico acaba funcionando como instrumento legal de opressão/consenso da classe dominante, o presente estudo sustenta que há uma simbiose entre CONFEF e os interesses do capital, funcionando o primeiro como um organizador para o segundo (GAWRYSZEWSKI & MARQUES, 2006).

Sem dúvida, a gênese da discórdia se ampara na famigerada lei que regulamentou a *profissão* Educação Física, uma lei minimalista, porém propícia a vastas interpretações. Após lançar mão de uma “acumulação primitiva” nos primeiros anos de fiscalização sobre as práticas corporais, com o intuito de se apropriar e controlar o exercício profissional, ao longo do tempo, o mecanismo foi sendo apurado. Como já foi discutido na seção 4.1.3, houve extensa cooptação de dirigentes de federações e associações, assim como “convênios e parcerias” com o poder público. Outras práticas que interferiram diretamente no campo da Educação Física foram a formulação ou proposição de leis em nível estadual ou municipal,

que assegurassem a colonização do Sistema CONFEF/CREFs sobre as manifestações artísticas e corporais.

O Projeto de Lei 1161/2003 apresentado na Assembléia Legislativa pela Deputada Georgette Vidor dispõe o funcionamento de clubes, academias e afins que ministrem atividades físico-desportivo-recreativas (o que inclui atividades de ginástica, lutas, dança, esportes e musculação), exigindo que estes sejam registrados no CREF local, bem como os profissionais empregados (RIO DE JANEIRO, 2003).

O Projeto⁴⁹ tramitou com algumas restrições, especialmente quando chegou à Comissão de Esporte e Lazer. Diferentes caminhos foram adotados nas treze emendas apreciadas por parlamentares contrários ao PL, mas, por opção para que a discussão não se prenda em detalhes pormenores, apenas dois serão mencionados. O Deputado Noel de Carvalho (PMDB) apresentou emendas supressivas e modificativas que aliviam apenas os estabelecimentos de se registrarem no CREF local, mantendo a obrigatoriedade sobre os profissionais de Educação Física registrados ou profissionais de práticas corporais provisionados. Dessa maneira, a coação da lei apenas recai sobre os trabalhadores.

Um caminho distinto foi traçado pelo então Deputado Estadual Edmilson Valentim (PCdoB). Valentim, além de suprimir as atividades de dança, capoeira, artes marciais, yoga e método pilates, acrescenta que os profissionais destas atividades **não** estão sujeitos à fiscalização por parte do Conselho Regional de Educação Física. Essa atitude, certamente mais progressista, rendeu ao deputado uma “homenagem” do CREF-1 em sua edição local, sendo acusado de liderar o movimento que tenta excluir essas atividades da intervenção da Educação Física e que a Deputada Georgette Vigor teria sido “massacrada por defender a Educação Física” (CREF-1, 2006b).

Como já foi explicitado na seção 4.1, alínea c, há uma particular desavença com o campo da dança, o que chegou a envolver uma tentativa de cooptação direta de lideranças do Sindicato, conforme transcreve Nozaki (2004) o depoimento de Lourdes Braga, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Dança do Rio de Janeiro (SPDRJ):

O próprio presidente do Conselho Federal, Jorge Steinhilber, ele/ eu estive com ele... ele propunha naquele momento, em 2000, que houvesse uma vez uma parceria, com o sindicato, ele ficaria com algumas modalidades de dança, e o sindicato ficaria com outras modalidades (p. 242).

⁴⁹ Ver o processo em <http://www.alerj.rj.gov.br>

O CREF local, desde então, mantém uma briga encarniçada com o Sindicato, como pode ser constatado em diversas edições de seu jornal. A edição 7 (1º sem/02) expõe que

A questão que envolve a Dança é um verdadeiro escândalo, pois, ao mesmo tempo, em que dizem ter Faculdade de Dança, o Sindicato de Dança do Rio de Janeiro registra qualquer pessoa que se apresente como instrutor... Basta, é claro, pagar as taxas, sem exigência nenhuma de formação acadêmica... (p.11).

A informação divulgada pelo Conselho Regional se faz, no mínimo, incompleta, o que pode ser averiguado no portal do SPDRJ⁵⁰:

1. Apresentar diploma de Escola Profissionalizante ou diploma de Bacharelado expedido por Faculdade de Dança;
2. Passar por avaliação através de provas teóricas e práticas que são realizadas semestralmente pelo Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro nos meses de maio e novembro.
3. Comprovar dois anos de trabalho na função solicitada, prevista na Lei N.º 6.533, de 24 de maio de 1978 – quadro anexo ao decreto n.º 82.385 de 05 de outubro de 1978 (artista bailarino, maitre de ballet, coreógrafo, assistente de coreógrafo e ensaiador) através de contratos, notas contratuais, recibos com CNPJ da Empresa Contratante ou carteira assinada, anexando currículo comprovado.

O discurso que procura construir é o da defesa e proteção da saúde da sociedade, para isso, se arvoram em levar adiante uma “missão civilizatória” para moralizar as relações nesse campo de atuação. Os defensores da sociedade sustentam que diante das contradições que se apresentam, têm muita paciência e persistência para explicar aos juízes, promotores e procuradores sobre o processo (CREF-1, 2002a). Porém, também apelam a ataques para denegrir à honra dos contrários à sua conduta, como, ao declarar que “não passam de uma meia dúzia de pessoas” ou ainda “Acreditamos que, num futuro muito próximo, a influência desse tipo de gente [...] acabe...” (p. 11).

Nesse sentido, o Conselho Federal também se manifestou em procurar minimizar as resistências advindas do avanço colonizador. Steinhilber em sua coluna na edição 6 (mar/03) diz que

Alguns segmentos da área da atividade física, mormente no segmento de lutas, danças e ioga, têm se insurgido contra a obrigatoriedade dessas práticas serem ministradas por profissionais habilitados, defendendo que as mesmas possam ser ministradas por qualquer um. A diferença está no compromisso social e ético (p.1).

A edição 11 (mar/04) traz uma acusação mais contundente ao explicitar que

⁵⁰ Ver em <http://www.spdrj.com.br>

Combatemos aqueles que desejam fragmentar a Educação Física e com discursos semânticos, procuram retirar dança, artes marciais, ioga, capoeira, pilates e outras manifestações da cultura corporal, do movimento humano e/ou da atividade física da atribuição de ser dinamizada/orientada por Profissionais de Educação Física (p.1).

O Sistema CONFEF/CREFs tem adotado a estratégia de, periodicamente, divulgar uma série de decisões judiciais favoráveis a si próprios para forjar um clima de que não há mais como resistir, nem na luta ideológica, nem nas disputas cartoriais (CONFEF, 2006b; CONFEF, 2007a).

Outra movimentação do CONFEF em relação às manifestações da cultura corporal pilhadas por eles, foi a movimentação de seus parlamentares aliados em trabalhar contra o andamento do PL 7370/02. O Projeto de Lei foi apresentado pelo Deputado Luiz Antônio Fleury Filho (PTB-SP) dispondo que não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos Regionais de Educação Física os profissionais de dança, artes marciais e yoga. Posteriormente, a relatora do PL, Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) acrescentou um substitutivo ao Projeto, para amparar também os profissionais de capoeira e método pilates. A reversão do processo em favor do CONFEF teve a participação de diversos parlamentares, como Cláudio Cajado (PFL-BA), então Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física, Laura Carneiro (PFL-RJ), o “anjo da guarda da Educação Física⁵¹” e Irapuan Teixeira (PP-SP).

A estratégia adotada por esses parlamentares foi acrescentar emenda ao Projeto de que os profissionais destas áreas ficariam sujeitos à fiscalização do CONFEF, quando se caracterizasse que a intencionalidade da atividade era o condicionamento físico. Contudo, o parecer da relatora, na Comissão de Educação e Cultura (2004) foi preciso ao classificar que

A Emenda ao Texto do Substitutivo, de autoria do Deputado Prof. Irapuan Bezerra, a pretexto de resgatar prerrogativas previstas na Lei 9696/1998, desvirtua por completo tanto a proposição original, como o substitutivo a ela apresentado (p.2).

Alice Portugal prossegue relatando sobre a riqueza das audiências públicas realizadas pela Comissão, no que tange a distinção de conceitos e especificidades de cada uma das atividades profissionais, artísticas e culturais. Ressalta a Deputada Federal que “os Conselhos foram criados para fiscalizar o fiel cumprimento da lei que regulamenta a respectiva profissão e não para legislar. Suas resoluções e seus estatutos [...] não podem extrapolar os limites da lei federal” (pp. 2-3). Dessa forma, como também sustentamos ao longo do estudo, não pode o

⁵¹ Conferir na edição 7 (1º sem/2002) do CREF-1.

próprio Conselho decidir sobre o raio de abrangência da fiscalização do exercício profissional, o que implicaria (e tem implicado) na transformação de um conselho profissional em um órgão dotado de superpoderes.

Após a divulgação do parecer da relatora, a reação do Sistema CONFEF/CREFs mobilizou seus parlamentares em nível estadual para apresentar moções de repúdio contra o PL, nas assembleias estaduais de São Paulo (Deputado Marquinho Tortorello) e no Rio de Janeiro (novamente, a Deputada Georgette Vidor).

No início de 2007, o processo foi arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados por conta da matéria ainda se encontrar em processo de tramitação no final da legislatura (no caso, 2003-2007). Dessa forma, a Deputada, que foi reeleita, apresentou um novo projeto de lei para resguardar os profissionais dessas manifestações artísticas e corporais e a luta contra as arbitrariedades do CONFEF, prossegue por meio dos sindicatos, associações, federações e, é claro, o MNCR.

4.2.3. Entidades empresariais na Educação Física

“Unindo forças em favor da Educação Física⁵²”. O título é uma inequívoca amostra de que as alianças institucionais promovidas pelo Sistema CONFEF/CREFs ignora (e talvez até deseje) o caráter de classe burguês, o espectro político liberal-conservador e a posição de usurpador da força de trabalho dos *profissionais* de Educação Física. Poderíamos brincar de que, para o CONFEF, aquele que mencione o nome mágico “Educação Física” e tenha a concordância em requerer profissionais registrados, é um parceiro em potencial.

A aproximação institucional entre a ACAD e o CONFEF, já discutida na seção 4.1, também é reforçada pela revista dos proprietários de academias. A edição 21 (set-out/04) menciona que “Atuamos firmemente em Brasília, em parceria com o sistema CONFEF/CREFs, para defender nossos direitos no Congresso e no Executivo Federal...” (p.4). Agora o espaço se reserva a mostrar a materialização política da aliança com a burguesia do *fitness*. Identificamos duas frentes principais que uniram as duas entidades: a inclusão das academias no regime tributário da área da saúde e a não-obrigatoriedade de pagamento de direitos autorais pela utilização de músicas nas atividades da academia ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). É flagrante que tais reivindicações

⁵² Título da entrevista com Djan Madruga na edição 11 (mar/04).

se originam de demandas das academias, mas que o Sistema CONFEF/CREFs decidiu apoiar àqueles que o ajudam a consolidar-se como órgão burocrático-fiscalizador.

A edição 16 (jun/05) traz um artigo esclarecedor sobre o retrospecto do assunto, assinado pelo Conselheiro Federal, Gilberto Bertevello, que é também presidente da Federação Brasileira das Academias (FEBRACAD). A origem dessa batalha remeteria a 2003 a partir da movimentação da ACAD. Logo, a FEBRACAD e o CONFEF se juntaram ao pleito, realizando ações no sentido de divulgar a causa, como documentos de conhecimento público e uma academia em pleno Congresso Nacional. Vencida esta etapa, os aliados passaram a intervir diretamente sobre o aparato burocrático-financeiro do Estado, através de reuniões e protocolo de documentos junto à Receita Federal e ao Ministério da Fazenda. O passo seguinte foi uma audiência com o Subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, José Antônio Dias Toffoli e uma articulação interministerial entre o Esporte e a Saúde para analisar a questão e identificar alternativas para que as reivindicações das academias fossem atendidas. O Presidente do CONFEF atentou para o fato de que, embora os *Profissionais* de EF estejam enquadrados no regime tributário como profissionais de saúde por conta da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as academias não estariam cobertas por serem classificadas como atividades desportivas, subclasse atividades de condicionamento físico, o que o fez sugerir a criação da subclasse *Serviços de Educação Física*. Com esse fim, o grupo então dirigiu suas forças para a reclassificação das academias junto ao IBGE (ACAD, 2005a; CONFEF, 2005b).

Não foi do interesse do estudo acompanhar o desfecho do caso, mas sim, elucidar a aliança de ocasião entre as entidades. Ora com um discurso camuflado, ora mais aberto, o fato é que as academias perseguem o regime tributário da área da saúde unicamente pelas vantagens financeiras. Conforme destacado pela revista da ACAD, edição 24 (mar-abr/05), a matéria aponta que a redução da base de cálculo de sua alíquota de imposto de renda pelo lucro presumido cairia de 32% para 8%, o que traria uma voluptuosa queda nos custos de manutenção da empresa.

O discurso apresentado para convencer a sociedade e o aparato burocrático do Estado se apóia no recorrente argumento da redução de gastos para o sistema de saúde. Segundo estudos (?) realizados pela própria ACAD, o país deixaria de desembolsar cerca de 4,8 bilhões de reais em gastos médicos, por conta das atividades desenvolvidas pelos alunos/clientes nas academias. Intitulando-se como “centros de saúde preventiva”, o setor *fitness* respalda seus argumentos da desoneração financeira, vestindo a roupa da *responsabilidade social* com a saúde que as academias desempenhariam atualmente (ACAD, 2005a, CONFEF, 2005b).

Outra frente encampada pelo Sistema CONFEF/CREFs foi o apoio às academias para não pagarem taxa de direitos autorais ao ECAD. Uma característica notada foi que, a exemplo de outras questões, o CONFEF parece ter repassado essa responsabilidade aos conselhos regionais que estivessem dispostos a encampar essa luta patronal. No caso, detivemo-nos nas revistas do CREF-1, que abordou o tema em cinco edições consecutivas (RJ/ES).

A edição 3 (1º bimestre/01) informa que a Associação dos Proprietários de Academias do Rio de Janeiro (APA) requisitou apoio do CREF-1 contra as cobranças feitas pelo ECAD, além de contratar escritório de advocacia para defender seus interesses. A defesa do CREF clama por uma “obviedade” da situação, declarando que

“Ora... não é preciso ser *expert* em direitos autorais para entender que as academias utilizam a música apenas como recurso didático [...] os professores não utilizam a música para fins comerciais, sendo assim, as academias ficam isentas do pagamento das taxas cobradas aleatoriamente (sic) pelo ECAD” (p.6)

A edição seguinte (2º bimestre/01) insiste no assunto, agora sob um enfoque legal, trazendo parecer da Advogada do Conselho Regional, Luísa Parente. Embasando seu argumento na Lei de Direitos Autorais, cita o artigo 46, inciso VI, em que não se constituiria ofensa aos direitos autorais quando “a representação artística e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro” (p.11). E complementa que a utilização de músicas pelos *profissionais* de Educação Física serve apenas de instrumento didático, para assim, tornar mais eficiente o ensino da atividade, adaptando os ritmos da música para cada exercício realizado, o que, segundo a advogada, estaria “[...] demonstrando, ao usar este recurso sonoro respeito à criação intelectual da obra acompanhando e harmonizando seus exercícios” (ibidem).

A quinta edição (3º bimestre/01) revela que o ECAD teria notificado extrajudicialmente o Conselho, alegando que este estava incitando os proprietários de academia a não pagar taxa cobrada. A resposta do CREF-1 foi lacônica ao reafirmar que recomendou o posicionamento “em defesa das academias”. Além de denunciar o suposto despreparo e truculência dos fiscais do ECAD, denuncia a falta de critérios para a ação destes e, por fim, aponta que “continuaremos a orientar as academias para não pagarem as taxas cobradas pelo ECAD e, se for necessário, **estaremos junto com as academias**, recorrendo ao poder judiciário na defesa dos direitos do **cidadão**” (p.6).

As edições 6 (jul-ago-set/01) e 7 (1º sem/02) mantêm o assunto à tona com a recomendando de que não se pague a taxa. A novidade apresentada no discurso do CREF-1 é o singelo e direto lembrete de que, para as academias se respaldarem no argumento de que nada estão fazendo a não ser seguir as recomendações do Conselho, elas obrigatoriamente necessitam se filiar. O CREF-1 (2001d) procura convencer a filiação como se estivesse vendendo uma mercadoria, ressaltando suas vantagens insuperáveis. “Mas não se esqueça: você precisa credenciar sua academia no CREF-1. É grátis, não tem nenhuma taxa pro registro de pessoa jurídica e você ainda recebe um ‘selo de credenciamento’” (p.4). Não causa surpresa as facilidades para a pessoa jurídica, vide a convivência ou a ajuda direta dos proprietários do *fitness* nas ações coercitivas junto aos trabalhadores da Educação Física e outras práticas corporais.

Um fato relevante para esse caso ocorreu no dia 15 de dezembro de 2006 quando o TJ-RJ julgou ação favorável em segunda instância à ACAD e ao SINDACAD para abstenção de pagamento de direitos autorais para os estabelecimentos que possuísem contrato de sonorização ambiente com a Rádio Imprensa (ACAD, 2007).

Na edição supracitada da revista da ACAD, o editorial de nome idêntico à revista do CONFEF, “Palavra do Presidente”, mostra que os argumentos adotados pela Associação dos Proprietários de Academia do Rio de Janeiro e o CREF-1 eram refutados por essa Associação, visto uma consulta realizada junto ao Superior Tribunal de Justiça. Mais do que revelar diferenças de interpretação legal ou de estratégias de ação, essa pendenga ilustra duas considerações: a) a burguesia, apesar de possuírem interesses e características em comum, como o desejo de manter a propriedade privada, os meios de produção para si, a exploração da força de trabalho sobre outros homens, etc., não é um corpo homogêneo e apresenta frações internas e interesses específicos que podem divergir a partir da posição que ocupam na economia do Capital; b) o Sistema CONFEF/CREFs é um órgão que se pretende representativo dentro do domínio da ordem vigente, em que, além de defendê-la, assume seu caráter de classe burguês ao se entregar a disputas cartoriais de interesse direto daqueles que exploram seus filiados, o que não causa estranheza, tendo em vista que, quase toda composição de conselheiros federais e regionais são coordenadores ou proprietários de academias e afins.

4.2.4. Relações CONFEF e Sociedade Política

Consideramos que uma das mais eficientes práticas para a construção de uma hegemonia em um determinado campo seria a aproximação dos aparelhos privados junto à Sociedade Política. Independente do “lado” em que se fala (capitalistas ou trabalhadores), a Sociedade Política pode desempenhar essencial função na consecução dos objetivos em luta.

Um dos princípios basilares desse tipo de articulação é a formulação de leis que estejam de acordo com os interesses forjados no embate das classes. Nesse sentido, identificamos alguns exemplos de legislação que foram costurados juntos à classe política, que respaldam e fortalecem a atuação do Sistema CONFEF/CREFs.

Ainda que o dia do *Profissional* seja comemorado todo ano no dia 1º de setembro, só a partir de 2006, essa “comemoração” em caráter nacional se tornou oficial a partir da promulgação da lei federal 11342/06. Porém, em diversos estados, essa “conquista” ocorreu antes, como nos estados sulistas do Rio Grande do Sul (2005) e Santa Catarina (2004), Goiás (2004), Distrito Federal (2002), Mato Grosso (2001), Rio de Janeiro (2000). Tais leis (re)forçam um poder simbólico de respeito e prestígio junto à sociedade de que se trata de uma profissão valorosa.

Outro ponto legislativo que se destaca é o que dispõe sobre estabelecimentos que desenvolvem atividades físico-desportivas. Todas as leis são claras em exigir o registro do professor para seu funcionamento normal como se encontra nos estados do Sergipe (2006), Paraná (2003), Rio de Janeiro (2003), Rio Grande do Sul (2002), Amazonas (2002), além do município baiano de Ilhéus (2004).

Por fim das legislações, também chama a atenção a lei (11472/06) que permite a dedução de valores no Imposto de Renda, caso a pessoa jurídica apóie a título de patrocínio ou doação em projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. A característica de leis que transferem responsabilidades prévias do Estado para a iniciativa privada não causa surpresa nos tempos neoliberais da política.

Com relação à intervenção mais determinante no campo profissional, optamos por destacar o vínculo entre o CONFEF e o Ministério do Esporte. Não há como negar que houve diversos momentos de conturbação e hesitação, porém este vínculo se mostra potencialmente muito interessante, para ambas as partes. No caso do CONFEF, estabelecer e ocupar ainda de maneira mais sólida os “nichos” de intervenção para o professor; no caso do ME, disseminar seu projeto de poder, ganhar mais apoio político no interior da *categoria* e aproximar-se da estrutura do Estado. O ponto de partida escolhido é a realização da I Conferência de Esporte.

Na ocasião, os laços entre ME e CONFEEF ainda se mostravam incipientes, mas o documento final da Conferência (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004) já destacou a importância em:

[...] assegurar e facilitar o acesso de todos a atividades esportivas e de lazer, que quando orientadas, sejam por **trabalhadores qualificados**⁵³, como parte do compromisso do governo de reverter o quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social que aflige a maioria da população brasileira (s/p).

À primeira vista parece que não há qualquer problema por esta citação, contudo a compreensão do processo de discussão histórica já aponta que a interferência futura do Conselho nos meandros da política de Estado “a favor” dos profissionais viria em breve, como ressalta a matéria na edição 13 (ago/04). “Ela (Gisele Correia, diretora do CREF-DF) destacou, como o ponto alto da Conferência, a valorização do Profissional de Educação Física, indispensável nas decisões das políticas propostas (p.19)”.

Nesse entreato das duas conferências, identificamos um redirecionamento na atuação do CONFEEF que, diferente de momentos anteriores, não se reserva unicamente às estratégias de domínio no campo específico da educação física e atividades correlatas. Por ora, a grande investida pelo poder se expressa na elaboração de uma **moeda de troca** que viabilize o avanço do CONFEEF sobre a estrutura do Estado (GAWRYSZEWSKI & PENNA, 2006a).

O novo papel do esporte e da educação física passou a fazer parte de todos os congressos e seminários chancelados pelo Sistema CONFEEF/CREFs, referendados pelas declarações de autoridades e ministros do governo Lula, declarando e assegurando a necessária assimilação do tema pelo campo da educação física. O CONFEEF, ao passar a integrar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer tem, juntamente com outros órgãos, poder de organizar e deliberar sobre as políticas do esporte,

consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006)

Nessa parceria, o Sistema CONFEEF/CREFs pode oferecer as condições para mobilizar uma grande rede de profissionais da educação física que serão “estimulados” a

⁵³ Grifos meu.

propagar as novas finalidades impostas ao esporte e à educação física. Segundo portal do Ministério do Esporte (2006a)

O ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior, recebeu (...) o presidente do Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber, que manifestou o apoio da entidade às ações do ministério, principalmente o programa Segundo Tempo. Segundo Steinhilber, **o conselho caminha ‘afinado’ com o Ministério do Esporte e defende que a pasta deve ser entendida como uma questão de Estado e não só de governo.** ‘O esporte não pode ser uma coisa secundária, descartável’ afirmou ao observar os avanços que o esporte obteve em apenas três anos de existência da pasta. [...] Ele vê no programa Segundo Tempo uma excelente ferramenta para integração do jovem com a prática esportiva. ‘A Educação Física escolar deve mostrar a importância do esporte, dos valores como colaboração e participação.

Em contrapartida, o Ministério do Esporte oferece as circunstâncias apropriadas para que se amplie a ingerência do CONFEF junto aos trabalhadores da área, nos cursos de graduação, nas escolas, clubes, etc. Ainda que este acordo estivesse fluindo, o CONFEF sentiu-se, em determinado momento, ameaçado quando o Ministério do Esporte decidiu pela criação uma nova função junto ao Sistema Nacional do Esporte: os “Agentes Sociais Esportivos”.

Ainda que essa função não estivesse totalmente clara para o próprio governo, a informação gerou um mal estar generalizado e houve reação imediata de uma frente ampla comandada pelo Sistema CONFEF/CREFs e contou com a mobilização de políticos, professores universitários e, especialmente, seus aparelhos estudantis, CEEF-BR e CREFinho. O CREF-1 (2006a) não perdeu a oportunidade para declarar que “A intenção de capacitar (leia-se doutrinar) agentes de esporte e de atividades de lazer em substituição a Profissionais de Educação Física é um absurdo, um desrespeito à população, aos Profissionais de Educação Física e à legalidade” (p.10).

O discurso contra o governo federal assume feições classistas, em especial preocupação com a parcela mais pobre, sem condições financeiras para frequentar estabelecimentos comerciais de atividade física. Sustentam que essa estratégia do governo federal colocaria em risco a saúde dos moradores das comunidades atendidas por esses Agentes e que só dependeria da própria *classe* em defender ou não a sociedade e provar se a formação em Educação Física deveria atender a toda sociedade, sem discriminações sociais ou apenas às academias e clubes frequentados pela elite (CREF-1, 2006a).

Tudo indica que não passou de um momentâneo e aparente mal entendido que, após “solucionado”, ficou caracterizado como uma vitória do CONFEF sobre “uma nova manobra

política” do Governo Federal com objetivo de substituir Profissionais de Educação por agentes sociais de esporte e lazer, pois, ao analisarmos o documento fornecido pelo portal do Ministério do Esporte (2006b), que traz a divulgação das resoluções aprovadas na II Conferência Nacional do Esporte, podemos perceber que o aparente conflito instaurado, encontrou solução. Chamamos a atenção, nesse sentido, para as atribuições abaixo, conferidas aos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

3- Aos conselhos profissionais das profissões envolvidas (em especial o CONFEF): a) Criar mecanismo de fiscalização das ações dos profissionais de educação física, representados pelo CONFEF, em locais de práticas dos esportes, visando a qualidade das ações prestadas; b) Promover encontros, fóruns, debates e capacitação profissional junto aos prestadores de serviços em atividades físicas. [...]

7 - Aos profissionais: - Educação Física: Desenvolver as atividades do âmbito de sua atuação privativa, conforme regulamentação dessa profissão. - Agentes comunitários de esporte e lazer: Interagir com as demais áreas sociais e profissionais, mobilizando, organizando, animando, arregimentando as atividades esportivas e de lazer junto à comunidade (s/p).

O CONFEF e, mais especificamente, o CREF-1 transformou essa polêmica com o Ministério do Esporte em propaganda eleitoral para seus “professores políticos”. O caso foi cuidado pelo CREF-1, ganhando contornos de uma verdadeira revolução contra o “golpe tramado pelo governo”. Neste contexto, o então Secretário de Esporte do Estado do Rio de Janeiro, mais conhecido o “colega Chiquinho”, passou a herói responsável pela solução deste caso. Este teve seu nome idolatrado pelo jornal do CREF-1, edição 14 (1º sem/06), apontado como o grande articulador político “para mobilizar a categoria e os estudantes de Educação Física para combater essa prática irresponsável” (p.10). Lembramos, entretanto, que o citado “colega Chiquinho” (Ibidem) foi candidato à reeleição (no pleito de 2006), no cargo de deputado pelo Estado do Rio de Janeiro.

Diferente do que os apologistas do CONFEF nos acusam, não partilhamos da crença de que apenas aos mais favorecidos economicamente é assegurada a intervenção de um profissional qualificado, enquanto aos pobres e “excluídos”, meros repetidores de fórmulas prontas e leigos despreparados para lidar com a prática docente. Não, senhores conselheiros, não somos a favor de uma política estratificada de classe. Ao contrário, quem defende estruturas hierarquizadas, autoritárias e fetichizadas, formas fenomênicas de expressão da sociedade capitalista, é o grupo político que apóia esta entidade e que se sustenta no projeto de sociabilidade erigido pelo capital.

Vimos sustentando ao longo da dissertação, a defesa de direitos universais, como o esporte e todas as manifestações da cultura corporal, juntamente com o lazer, e a contrariedade aos cortes e reestruturações levadas a cabo pelos governos neoliberais. Não defender a colonização das práticas corporais pela Educação Física, significa respeitar a autonomia de autogestão destas, entendendo que o professor de Educação Física pode sim (e deve) incorporar tais manifestações em seu campo de atuação, mas sem tratar esses trabalhadores como inimigos da “classe” e tendo a compreensão histórico-social do momento de desemprego estrutural que o capital vem infringindo à vasta maioria da população mundial.

4.2.5. Discurso, ideologia e contextualização da fala do CONFEF

Nesse tópico, a intenção é explorar com mais apuro a tabela que foi chamada de “Léxico”. Foram identificados e apreendidos alguns termos e nomenclaturas comumente associadas ao projeto dominante do Capital, o que, na análise de discurso de Fairclough (2001) foi chamada de “relexicalizações de atividades e relações” (p.25).

Os termos não são apenas palavras soltas ao léu, mas expressam concepções de construção do mundo e os paradigmas que o sustentam. Ou ainda, como já foi frisado na seção 4.1, os discursos seriam formas de prática social que, não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, mas também as constroem e as constituem (FAIRCLOUGH, 2001).

Dessa forma, os termos e noções elencados para análise de seu tratamento nas edições da Revista E.F. foram: *empregabilidade*, *inclusão/responsabilidade social*, *função mercantil da atividade física*. O conceito de *cultura da paz* devido à sua significativa relevância para a atuação e organização do campo para o CONFEF foi desvinculado deste rol, ganhando uma discussão à parte, localizado na seção 4.2, alínea a. É importante destacar que, conforme Fairclough, o léxico bancomundialista hegemônico nem sempre se mostra imediatamente, sendo necessário examinar a recontextualização das palavras e discursos.

1) Empregabilidade

Entre os neoliberais, predominam as falácias *keynesianas* de que as causas do desemprego são resultados do determinismo das mudanças tecnológicas e a crescente produtividade do trabalho (MÉSZÁROS, 2002). Estas causas resultam em explicações insuficientes e distorcidas, o que, por sua vez, traduzem a sua opção capitalista-burguesa.

Apesar dos apologistas do capital compreenderem de que esses argumentos são um golpe mortal contra qualquer explicação que se desvie da matriz liberal-conservadora, estes golpes se revelam meras pistolas d'água, já que se sustentam no limiar entre o desmoronável e o risível. Escoram-se nessa defesa porque invertem a relação sujeito-objeto entre tecnologia e relações de produção. Para estes, a tecnologia é o determinante e as relações de produção, o determinado. Logo, nessa linha de raciocínio, sempre se justificará a demissão e o enxugamento de quadros das empresas por conta das novas tecnologias que poupariam custos com a força de trabalho.

Todavia, sustentamos uma interpretação diferenciada em que o mundo do trabalho é o determinante para o uso das tecnologias. Não é demais perceber que as tais novas tecnologias são frutos do conhecimento científico construído historicamente e que esse conhecimento advém da interação entre o homem, a sua atividade produtiva e a natureza. Quando o homem produz, ele integra a natureza ao seu mundo, fazendo com que ela perca o seu estado de pura natureza, para que assim, converta-se em natureza humanizada. O uso das matérias-primas extraídas e, posteriormente, sistematizadas sob a forma de conhecimento científico, se adequam às vontades destes homens sobre o emprego destas novidades. Dessa maneira, é uma opção política o uso para fins lucrativos, explorando a mão-de-obra alheia e reduzindo custos conforme a evolução técnico-científica. É uma opção de classe, uma opção que sustenta e reforça o modo de produção capitalista e a suas vicissitudes. Se acreditarmos que o conhecimento científico deve estar a serviço da humanidade, seu desenvolvimento e evolução não podem justificar ataques à classe trabalhadora, mas sim, que esta possa desfrutar dos avanços conquistados.

Este preâmbulo se fez necessário para julgar que a visão sustentada pelo CONFEF em sua revista desloca a explicação de que a causa do desemprego não é pela estrutura socioeconômica dada, mas sim para o próprio trabalhador que, supostamente, não acompanhou o “dinamismo” da economia global e não se encontra em uma posição de “empregabilidade”.

Em tempos de “crise do emprego”, “fim da centralidade do trabalho” e “busca de oportunidades e autonomia” e, principalmente, constatando que o *mercado* de trabalho não mais ostenta a outrora imagem de ofertas ilimitadas de vagas, a empregabilidade implicou na construção de relações cada vez mais fragilizadas para os indivíduos. Não se trata mais apenas de educar para o emprego, mas também, para a (provável) situação de encontrar-se desempregado.

Há um forte trabalho educativo oriundo das empresas e veiculado pela mídia burguesa que procura ensinar aos trabalhadores como se manter empregável, ou seja, a estar apto para responder prontamente a um chamado do Deus-Mercado. Segundo reportagem do portal POP (2005), o desfrute de direitos legalmente assegurados como férias e licença-maternidade “podem levar uma pessoa a se distanciar do mercado de trabalho por tempo indeterminado” (s/p). Por isso, seria imprescindível a constituição de *network*⁵⁴ para que o seu nome seja sempre lembrado pelos contatos ou os *headhunters*⁵⁵. Em caso da situação se prolongar muito tempo, o conselho expresso é “não desanime e mantenha a auto-estima elevada”. Segundo um consultor entrevistado, “O brasileiro tem um pouco de mania de se envergonhar por estar desempregado. A pessoa deve perder o orgulho e ‘dar as caras’ na busca por trabalho” (s/p). Tratar um problema da estrutura socioeconômica como mania é zombar dos milhões de desassistidos pelo modelo de sociedade vigente.

Adentrando o universo da imprensa do Conselho, não causa surpresa que, logo na primeira edição (dez/01), a matéria “A regulamentação e as academias” faça jus ao rótulo de representante do capital atribuído ao CONFEF. A matéria não apenas exalta a confiabilidade que a regulamentação trouxe para o mercado das academias, como propaga a necessidade de que o professor se ajuste às demandas de atributos e requisitos definidos pelo *mercado*. Na visão do Conselheiro do CREF-1, Écio Nogueira, professor empregável é aquele que consiga “[...] unir um excelente conhecimento da área específica (conteúdo) a um bom marketing pessoal (forma), a fim de alcançar qualidade profissional exigida pelo mercado” (p.18).

Ainda nesta linha, a 20ª edição da Revista (jul/06) traz uma entrevista com Álvaro Romano, um profissional que vem se destacando e ganhando reconhecimento internacional com a denominada Ginástica Natural. De acordo com Romano, a receita de seu sucesso foi decorrência de algumas qualidades como “o carisma, a visão, a dedicação e, principalmente, o investimento pessoal e profissional no projeto” e que “o registro profissional abriu portas e deu muita credibilidade ao meu trabalho aqui nos Estados Unidos” (p.25).

Analisando o caráter da revista, concordamos com Nascimento (2007) que critica a visão do CONFEF de que “A visão individual e meritocrática está constantemente presente em seus conteúdos, além da perspectiva empresarial que deve caminhar com os profissionais da área” (p. 45). As palavras do autor se confirmam em várias matérias e colunas. A coluna do Presidente na edição 10 (dez/03) faz uma ode à nova imagem do *Profissional* de Educação

⁵⁴ Expressão em inglês que, nesse caso, significa “rede de contatos”.

⁵⁵ Expressão que designa a função de um “caça-talento”, alguém que vai atrás de um trabalhador destacado.

Física. Faz questão de ressaltar a mudança do professor formado por um viés sacerdotal para o prestador de serviços. Por isso, recomenda que “Ser empreendedor é fundamental” (p.3).

A ética adquire grande destaque como pilar de sustentação dessa nova imagem, vinculada a prestação de serviços. Em matéria sobre o tema na edição 3 (jun/02), foi destacado que o *Profissional* de Educação Física, diante das diretrizes e normas do Sistema CONFED/CREFs, “é possuidor de qualidade, competência, atualização técnica, científica e moral e, por essa razão, registrado legalmente, submete-se a todas as regras e regulamentos que controlam a sua responsabilidade quando do exercício profissional (p. 23). Com essa interpretação, forjam um simulacro de que só os graduados portadores de tais qualidades detém o registro e que, por razões morais e comportamentais, todos se submetem a regras impostas por outrem ao livre exercício profissional.

O perfil profissional comumente propagado nas revistas é o flexível, empreendedor e “autônomo”. Respalda essa opinião os coordenadores de curso de graduação da Universidade Estácio de Sá e da UniABEU na edição 17 (set/05). No caso do primeiro coordenador, que é conselheiro do CREF-1, se os profissionais não se mantiverem constantemente atualizados, serão ultrapassados por outros e completa que “[...] a **população** está cada vez mais exigente” (s/p). É operada uma transferência de responsabilidade dos empresários, que, de fato, são aqueles que controlam e definem o perfil profissional desejado para si, para a **população**, uma definição inócua e como salienta Marx (s/d) “A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes que a compõe” (p.15).

O fenômeno fetichizado da figura do *personal trainer* é exaltado com grande destaque na edição 15, sendo objeto de matéria de capa e entrevista. O texto introdutório explica que o treinamento individualizado, antes privilégio de atletas, personalidades e empresários, estaria se popularizando e se tornando uma tendência. Mais do que nenhuma outra, a atividade do *personal trainer* simboliza os tempos do prestador de serviço e empreendedor, em que o profissional precisa gerir o seu próprio negócio. A meta a ser alcançada é a satisfação plena do aluno, com vistas de que este se sinta constantemente estimulado a continuar praticando a atividade e atingir bons resultados (CONFED, 2005a).

O mercado é elevado à condição de balizador central da sociedade, não sendo motivo de análise crítica e cinicamente apresentado como componente natural da regulação das relações de trabalho, ocultando-se o desemprego estrutural vivenciado nos tempos atuais. Aliás, é sintomático da relação institucional entre o Sistema CONFED e o Capital, que mesmo os dados e análises apontando da dificuldade para um trabalhador estabelecer uma carreira

profissional, o *mercado*, ainda assim, é celebrado por oportunizar diferentes ramos de atuação.

Seguindo essa linha, mais uma vez o Professor Álvaro Romano é apresentado como exemplo de sucesso no campo da Educação Física. Com uma proposta tão inovadora e diversificada, o texto endossa de que é “a **prova** de que o mercado é diversificado e que basta olhar com cuidado para achar novos nichos” (p.6). Os bons ventos continuam a soprar quando a revista apresenta o quão diversificada foi sua carreira como *personal* (preparação física de atletas, escolas de samba, artistas, Corpo de Balé). E assim, decreta que “mercado não falta, basta **saber** procurar” (p.6)

Com relação aos direitos trabalhistas ou até contratos de prestação, o entrevistado pela revista passa longe dessa opinião ao declarar que “Eu, particularmente, não tenho contrato com ninguém. Com isso, eu não tenho nenhum rigor por parte do aluno e por minha parte”. O profissional “autônomo” e flexível é sacramentado pelo CONFEF.

Não se pretende afirmar que qualquer profissional não deva se empenhar nas atividades que exerce. É transmitida a idéia de que o profissional pode apenas através de mérito próprio se adaptar e atingir conquistas no fatigado *mercado* de trabalho. O que se questiona é a responsabilização pessoal em detrimento de condições reais que possibilitem o ser humano desenvolver seus conhecimentos. A ideologia neoliberal oculta e naturaliza de que as dificuldades encontradas nas situações mais cotidianas nas relações de trabalho sejam provocadas pelo impulso irrefreável do capital em expandir e acumular riqueza e por uma burguesia ávida em manter seus doces poderes e privilégios econômicos.

2) Inclusão / Responsabilidade social

Mídia, sociedade política e capitalistas, unidos em prol de ações “responsáveis” socialmente, intervindo sobre jovens em situação considerada vulnerável aos perigos da cooptação pelo crime e da vida marginal e imbuídos de incluir a todos em uma sociedade **menos** desigual. A descrição se assemelha a crônica de uma tragédia anunciada, mas é uma pequena amostra do pensamento dominante nos tempos de neoliberalismo. O binômio inclusão social / responsabilidade social têm ocupado uma posição de destaque nos noticiários, nas ações de intervenção do poder público e nos departamentos de *marketing* das grandes empresas e convencido grande parte da sociedade, especialmente àqueles que não desejam mudanças radicais no modo de vida. Não se trata de afirmar que a juventude pobre, moradores de favelas e comunidades pobres e mesmo a classe média sejam meros robôs

alegres facilmente manipulados pelas ações que vem “de cima”, mas é inegável que o poder de persuasão, sustentado pelo aporte financeiro e capacidade de difundir sua mensagem quase instantaneamente, são fatores que contribuem muito para que a balança penda para um dos lados.

Freqüentemente, volta à tona a difusão do ideário de que a “igualdade de oportunidades” tende a equalizar as relações de poder e as disparidades econômicas na sociedade do capital. Concordando com Mészáros (2002)

a condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que a priori, exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade (p.289).

Contudo, a crítica radical não vem obtendo o êxito necessário, tanto pela dificuldade atual em se arregimentar (tanto em termos quantitativos, como qualitativos) quem o faça, quanto pela poderosa máquina a serviço do poder do capital, sempre pronta a calar e esmagar seus adversários.

A defesa da “igualdade de oportunidades” acrescentada à “imparcialidade” e à “justiça” serve a um objetivo apologético de defesa do sistema do capital, ao eliminar a verdadeira igualdade do rol das aspirações legítimas, as hierarquias estruturais do sistema são reforçadas e se tornam provedoras das vazias “oportunidades” prometidas e que, ao mesmo tempo, são aclamadas por sua “imparcialidade e justiça”. Mesmo com o notável avanço na produtividade, os defensores do capital sempre alegam que os indivíduos é quem são verdadeiros culpados por não saberem aproveitar as oportunidades à sua frente (MÉSZÁROS, 2002).

Não obstante, com o objetivo de obscurecer a totalidade da questão em jogo, tratam de reforçar as possibilidades de que alguns indivíduos podem ascender socialmente, através de seus talentos artísticos e esportivos ou, no mínimo, resgatar uma cidadania encoberta pelos problemas vividos em seu cotidiano. Nesse sentido, a revista E.F. oferece vários exemplos que coadunam com as premissas levantadas.

A matéria “Educação Física e Responsabilidade Social”, publicada na edição 12 (mai/04), inicia divulgando que, a decisão de que o ano de 2004 seja o *Ano da Ação Profissional e Cidadania*, demonstra “o compromisso do Sistema CONFED/CREFs com a sociedade” (p.20) e ainda cobra que o *Profissional* de Educação Física “deve se posicionar na luta por uma sociedade mais justa” (ibidem). A partir do que foi dito, o modelo de sociedade mais justa para o CONFED advém da filantropia e de ações individuais que tornariam o

mundo mais humanizado, e não através de conquistas forjadas em lutas e mobilizações sociais.

Na visão exposta pela revista, ao *Profissional* é atribuída a responsabilidade de ser um elo de construção da cidadania, em que por meio de sua intervenção pedagógica, tem o dever de oportunizar a todos os alunos o direito à atividade física, desenvolvimento e expressão corporal, com vistas à promoção da saúde.

A promoção da cidadania se tornou lugar comum em projetos de intervenção social. Qualquer ação que retire menores das ruas ou ofereça atividades recreativas, artísticas ou desportivas, se transforma em “promoção da cidadania”. Somente a edição 13 (ago/04) mostra dois casos exemplares do que foi exposto. O primeiro trata-se de um projeto institucional de uma faculdade particular em Novo Hamburgo, que oferece aos jovens atividades esportivas e culturais, como visitas a *shopping centers* e museus. Com a promoção dessas ações, defendem que estão ajudando na “construção da cidadania” (p.27). Segundo o responsável pelo projeto, os diversos segmentos (empresas, profissionais liberais, entidades filantrópicas) da sociedade “[...] identificam na Educação Física, uma possibilidade concreta de exercer a responsabilidade social” (ibidem). Dessa forma, poderíamos afirmar que a Educação Física serve como um instrumento para expiar os pecados cometidos no cotidiano do “capitalismo selvagem”.

No segundo caso, o *projeto social* da Confederação Brasileira de Voleibol, o Viva Vôlei, afirma que tem como objetivo educar e socializar jovens de 7 a 14 anos através do esporte (CONFEB, 2004c). Divulgam que atendem a cerca de 30 mil crianças e adolescentes em quinze estados brasileiros, o Viva Vôlei se auto-declara um “programa social que utiliza o esporte como ferramenta para a formação de uma nova cidadania” (p. 13). Para alcançar seus objetivos, a reportagem expõe uma extensa lista com todas as empresas e instituições parceiras que “também se preocupam com o futuro dessas crianças” (ibidem).

A caminhada da cidadania rumo à inclusão social não se dá sem a parceria da prática do voluntariado. Não é intenção do tópico entrar a fundo no conceito de voluntariado, mas apenas elucidar uma prática social largamente disseminada na sociedade contemporânea.

Em 2001, a ONU patrocinou o ano do voluntariado que, no Brasil foi apoiado pelo Governo Federal. Sharon Capeling Alakija, então coordenadora executiva do programa Voluntário das Nações Unidas⁵⁶ assim se expressa sobre a questão:

Porque o serviço voluntário é uma dimensão comum a todas as civilizações e a todas as sociedades. Queremos, portanto, mostrar ao

⁵⁶ Mais informações em <http://www.pime.org.br>

mundo inteiro o quanto seríamos todos mais pobres se viesse a faltar o dom das tantas pessoas que oferecem o próprio tempo livre e a própria capacidade para ajudar os outros. São milhões as pessoas que hoje unem as próprias forças para mudar o mundo”(Jornal “Mundo Jovem”, s/p).

Tal afirmação parece querer anestésiar a população sobre as tragédias e mazelas que vem se aprofundando em decorrência da política neoliberal. Declarando que “seríamos todos mais pobres...” a sensação é a de que não estamos tão mal assim, nada que a realização de uma boa ação não possa aliviar um pouco da nossa culpa por permitir que uma parcela contundente da população mundial esteja à margem das condições dignas de vida.

A matéria “Educação Física e a Mídia”, na edição 22 (dez/06), é um reflexo límpido da concordância com esse projeto pedagógico incluído nas premissas da reestruturação do capital para a educação. Enfatiza que “Profissionais de Educação Física: exemplos de sucesso em ações sociais” ou mais à frente: “Ganhando mais do que medalhas”. São mostrados dois casos em que professores se dispõem, fora do horário de seu expediente, a ministrar aulas de esportes para crianças de comunidades carentes. A prática voluntária é exaltada como uma possibilidade de sucesso profissional também, já que, no caso da Professora Kátia Lemos, são mostrados os títulos já conquistados em competições pelos seus alunos. Caso semelhante é indicado na edição 25 (set/07) em que a professora de handebol de areia, além de participar da comissão técnica da seleção brasileira, “ainda acha tempo para participar do Projeto...” (p.23).

Concluindo essa discussão, compreendemos que programas de esporte, por si, não darão conta da resolução de todos os problemas sociais. Aliás, o esporte não pode ser tratado como a solução de problemas que requerem ações de ordem políticas muito mais incisivas do que simplesmente a criação de programas esportivos. A não ser, como alerta Melo (2005) que se pretenda justamente o contrário: “o ocultamento da real gênese desses problemas que, supostamente, estão se tentando enfrentar” (p.83).

3) Função mercantil da atividade física

Nesse tópico, será enfatizado o que estamos chamando de “função mercantil da atividade física”. De outra maneira, a intervenção de atividades-meio ministrada por professores de Educação Física, com vistas a atribuição de ganhos e de retorno financeiro aos senhores do dinheiro. Essas atividades de amplo benefício direto para o setor empresarial são defendidas pelo Sistema CONFED/CREFs.

A questão já foi brevemente levantada na subseção 4.1.7. em que o pomo da discórdia foi demonstrado a partir da contrariedade da visão mercantil do esporte e das práticas corporais, fato que se expressou nos discursos de lançamento e propaganda do Atlas do Esporte no Brasil, em que tais atividades eram tratadas meramente como mais um filão a ser explorado pelo capital, negligenciando-se o acesso universal a práticas construídas ao longo de gerações.

A visão mercantil também já foi reiterada em outros momentos do estudo, e por diversos sujeitos, como o próprio Presidente do CONFEF e o ex-Presidente da ACAD, Djan Madruga. Como exemplo para o primeiro mencionado, a edição 16 (jun/05), não deixa margem de dúvida ao apresentar o tópico na reportagem “Uma questão de recursos”. Destacam que “a atividade física é um meio eficiente e barato de promoção de saúde e bem-estar geral” (p.31). O argumento, por demais recorrente, referenciado pela Terceira Conferência Internacional de Ministros e Representantes Oficiais responsáveis pela Educação Física e Esporte e que produziu a Declaração de Punta, divulga que para cada dólar investido em atividade física, se obtém uma economia de 3,20 dólares em gastos médicos (CONFEF, 2005b).

O então Presidente da ACAD, na edição 11 (mar/04), apesar de utilizar as mesmas referências empíricas, vai ainda mais longe desnudando as relações de interesse entre o setor das academias e o poder público. Djan compreende que o levantamento de dados que expressem a economia dos serviços públicos de saúde com a prática de atividades físicas seriam importantes para

[...] entendermos que essa informação é uma importante moeda de negociação com o governo para o desenvolvimento do setor [...] Esses números permitem projetar que as academias economizem no Brasil cerca de R\$ 4,7 bilhões em gastos médicos nos 2,8 milhões de clientes que fazem atividades físicas regularmente (p. 17).

No entanto, talvez a maior expressão da função economicista da atividade física seja a prática da ginástica laboral (GL). Os primeiros registros⁵⁷ datam por volta de 1925, na Polônia e, alguns anos mais tarde, difundida pelo Japão, Holanda e na ex-URSS. Por volta dos anos 60, foi estendida por toda a Europa Ocidental e Estados Unidos. No Brasil, a primeira experiência foi no início da década de 70, mais precisamente em 1973, na cidade de Novo Hamburgo (RS), através de uma faculdade particular. Essa instituição, em convênio com o

⁵⁷ Maiores informações sobre o histórico da GL em http://www.crefito2.org.br/ginastica_laboral.html

SESI, elaborou e executou um programa de GL para combater a tenosinovite, conhecida como “doença dos digitadores”.

A GL é comumente tratada como um benefício da empresa aos seus trabalhadores. A edição 18 (nov/2005), em nenhum momento problematiza sobre os interesses que norteiam a execução destas atividades e reiteram a problemática visão de atividade física e saúde como uma relação de causa e efeito. A saúde é vinculada a um modelo funcionalista, encarada no seu plano individual e obtida através da prática permanente de atividade física. Neste sentido, não é questionada a intenção que está por trás do “benefício” que é oferecido ao trabalhador, submetendo-o a um nível de exploração tão grande ou maior que antes: “se por um lado privilegia-se alcançar a melhoria da qualidade de vida no trabalho, por outro (o dos empresários) busca-se o aumento da produtividade das empresas/corporações” (p.20).

O “benefício”, que, por vezes, se estende à família do trabalhador, é objeto de opinião favorável dos textos da revista, porque traduziriam a consciência de propiciar qualidade de vida no trabalho, ratificando requisitos e proposições da Organização Internacional do Trabalho (CONFEEF, 2005d; CONFEEF, 2007a).

A GL desempenha papel tão funcional à exploração do trabalhador que seu emprego acaba se refletindo em ganhos para além da mais-valia relativa. O professor Edvaldo de Farias, em entrevista à mesma edição 18 (nov/05), sustenta a opinião de que a introdução da prática de GL agrega valores mercadológicos e à vida de seus “colaboradores”. E ainda, que a GL tem a capacidade de operar mudanças como:

Podemos dizer que a Ginástica Laboral é uma iniciativa que traz em seu bojo a capacidade de resgatar o aspecto humano das organizações, fazendo com que RESULTADOS MELHORES sejam produzidos por EMPRESAS MELHORES se, e somente se, forem realizados por PESSOAS MELHORES (p.27, grifos do original).

Por fim, o CONFEEF, levando adiante o seu perseverante avanço colonizador sobre as práticas corporais, avisa às empresas sobre o perigo dos chamados “multiplicadores”. Geralmente, trata-se de um artifício do empresário que, na intenção de reduzir seus custos, designa um funcionário para liderar a atividade física dentro de sua empresa. Colocam que, além do perigo à saúde de seus funcionários, esses “multiplicadores”, em caso de demissão, ainda podem requerer direitos na Justiça referente ao acúmulo de funções na empresa (CONFEEF, 2004c).

CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi analisar a reconfiguração do campo da Educação Física em uma conjuntura de reestruturação produtiva do capital. De fato, as mudanças no processo de acumulação do capital alcançaram o processo de produção das mercadorias, as relações (mais flexíveis e precárias) trabalhistas e a formação profissional e humana dos futuros trabalhadores. O capital avançou sobre domínios que pareciam estar relativamente protegidos da mercantilização, por meio da comodificação de direitos sociais, genes, recursos vitais como a água e, como não poderia deixar de ser, considerando os valores dos gastos públicos envolvidos, a educação, a saúde, o lazer e a cultura. Conforme foi exposto, o capital não é uma entidade material, mas uma relação social que se põe a funcionar através de personificações (capitalista, executivo, tecnocrata de Estado). A referida commodificação dessas esferas da vida não se deu, obviamente, pela mão invisível do mercado, mas por organizadores dos interesses do capital que manejam as políticas de modo a assegurar novos horizontes para os negócios. Por isso a presente investigação dedicou-se a analisar uma das instituições-chave no processo de subordinação da Educação Física aos interesses mercantis: o CONFEF. A hipótese central que desafiou uma resposta do estudo foi: o CONFEF vem atuando como um organizador da mercantilização do campo da Educação Física? Entendemos que a resposta é positiva.

A explicitação dessa afirmação foi destacada no capítulo 4 em que a atuação do Conselho foi abordada sob dois vieses: a) apreender de que maneira a entidade (auto) construiu a sua “legitimidade”, procurando se ancorar a entidades de diversos segmentos da sociedade, com o intuito de reforçar os laços interinstitucionais, com o objetivo de atingir um *status* de representante da *classe* da Educação Física; b) desvelar as estratégias de organização e intervenção do CONFEF sobre o campo da Educação Física. Neste momento, é que pôde se revelar com mais clareza a posição mercantil defendida pela entidade, que se aliou a qualquer grupo, fração ou partido político que sinalizasse para o avanço de sua atuação, expandindo o domínio de intervenção sobre a Educação Física e demais práticas corporais, conferindo sua “legitimidade” àquelas atividades tuteladas e deslegitimando e minimizando a importância daqueles insubmissos aos seus ditames.

A principal fonte para se chegar a tais conclusões foi a Revista E.F., o veículo de comunicação oficial do Conselho Federal, que se volta a divulgar e justificar as principais ações e conquistas, além de congregar e organizar o discurso oficial dos defensores da regulamentação. Acreditamos ter acertado na escolha da fonte para o objetivo proposto pelo

estudo. Através da análise dos discursos que nela foram colocados em circulação, foi possível identificar a linha política adotada para operar seus interesses intrínsecos e extrínsecos ao campo de abrangência de sua atuação fiscalizadora. A consulta aos exemplares propiciou que se evidenciasse a função de organizador da mercantilização.

A afirmação de que a revista protagoniza a defesa da mercantilização das relações sociais e das práticas estabelecidas na área pode ser corroborada em algumas respostas encontradas pelo estudo. O estudo evidenciou que entre as táticas do CONFEF, foram privilegiadas a formulação de leis e de instrumentos jurídicos que permitem a exploração e a coação sobre os trabalhadores de EF e demais práticas corporais, favorecendo e respaldando que o CONFEF formulasse as suas próprias resoluções para efeito de organização interna e na intervenção junto aos seus filiados e não-filiados. Exemplo relevante de sua postura pró-mercantil pode ser encontrada na primeira versão do Código de Ética que reitera a visão dos professores de Educação Física como prestadores de serviços e dos alunos como clientes e, posteriormente, atenuada sob a nomenclatura de “beneficiários” e “destinatários”.

As alianças políticas costuradas, supostamente em favor da Educação Física, exprimem a opção de naturalizar o campo como atividade mercantil o que leva o Conselho a ser conivente com a precarização do trabalho dos profissionais da área. Por isso, parece-lhes tão natural declarar que defender os interesses dos proprietários de academias de ginástica é unir forças em favor da Educação Física. Também há de ser mencionado o teor da aliança conjuntural entre o CONFEF e o Ministério do Esporte. Apesar de marcadamente instável, esta aliança vem permitindo que o Conselho se constitua em base de apoio para a formulação de políticas para a área e, ao mesmo tempo, beneficiando-se do *status* conferido pelo Ministério para se respaldar em suas ações.

O estudo procurou sustentar que, tal como propugnado por Fairclough (2001), as atividades, palavras e relações que anunciam a redefinição do campo da EF pela atuação do Conselho, foram vigorosamente relexicalizadas. Um mecanismo utilizado foi a reiteração de diversos conceitos e noções, próprios desses tempos mercantis da educação. A ênfase conferida aos termos *empregabilidade e inclusão e/ou responsabilidade social* ratifica a sua opção de organizador da mercantilização. As reportagens freqüentemente veiculavam uma espécie de “normas de conduta” ressaltando que qualidades pessoais como carisma, visão de negócio, *marketing* pessoal seriam imprescindíveis para que os profissionais obtivessem sucesso em suas carreiras. Operam seus discursos apoiando-se sob a figura fetichizada do *personal trainer*, que é o símbolo de um novo perfil para os graduados da área, levando consigo a marca do profissional liberal e empreendedor. Desse modo, fica evidente que, nos

marcos de discussão levantados pelo CONFEF, o mercado é quem seria de fato o balizador central da sociedade. Essa compreensão da Educação Física reforçou ainda mais o ideário da atividade física enquanto função mercantil. Não causa surpresa por isso que o Atlas do Esporte, obra relevante para o campo, tenha sido vendido sob o discurso do potencial econômico que o esporte gera para a economia nacional.

A partir da constituição do arcabouço teórico-reflexivo propiciado pela pesquisa, tem-se o entendimento de que o Conselho vem cumprindo duas funções sociais de maior relevância. A primeira, já bastante enfatizada, a de organizar a reconfiguração do campo, ajustando-o conforme os preceitos mercantis e privatistas. A segunda pôde ser evidenciada mediante o desenvolvimento do estudo, não sendo previamente prevista na fase de formulação do projeto. O estudo defende que o CONFEF vem cumprindo um papel de defensor da ordem social, de um agente que tem trabalhado (mesmo que indiretamente) junto aos governos e organismos internacionais com vistas a garantir as condições de legalidade e legitimidade da democracia liberal-conservadora. Em última instância, estamos nos referindo ao conceito de governabilidade, que, desde anos 90, vem ganhando relevância no encaminhamento de implementação das (contra) reformas estruturais e na redução das incertezas quanto à mudança de regras ou viradas nas políticas econômicas dos governos. Desse modo, quando o CONFEF defende a política da *cultura da paz* em convênio com a UNESCO, atua em sintonia com instituições engajadas na busca da ordem social em um contexto de hiper-exploração do trabalho, de profunda precarização e de intenso crescimento do desemprego. Nesse ambiente de falta de perspectivas para a juventude das periferias miseráveis, o esporte é utilizado como uma prática social marcadamente ideológica, como se, a presença do professor de Educação Física ministrando atividades esportivas, promovesse a dita inclusão social que a economia real impede que seja verdadeira para esse imenso contingente de jovens.

Diante de toda a exposição sobre a atuação do CONFEF, poderíamos sintetizar que ele exerce uma função de organizador que procura ajustar o campo da Educação Física e demais práticas corporais às demandas do capitalismo contemporâneo que, por meio da comodificação de todas as atividades, criam novas fronteiras para o capital. Esses novos espaços de circulação para o capital se materializaram com o avanço do setor econômico de academias, forjando uma ideologia de que as práticas corporais devem ser proporcionadas por agentes privados, coisa que não caberia ao Estado, tão dilapidado e preocupado com outros problemas emergenciais. Por sua vez, o estado de mercantilização gerado por essa ideologia proporcionou um ambiente favorável para que os graduandos em Educação Física reificassem essas práticas mercantis, instrumentalizando ou anulando qualquer possibilidade de

desenvolvimento quanto às bases pedagógicas nesses espaços de atuação. Não são poucos os cursinhos realizados nos fins de semana / feriados que montam programas com as “últimas novidades do mercado”.

O estudo argumenta que a natureza e o caráter mercantil do campo da Educação Física almejada pelo Conselho abarca a dimensão acadêmico-científica relacionada à Educação Física. Imbuído dos objetivos de se legitimar perante a *categoria* e a sociedade e, também, em levar a cabo o projeto de comodificação e mercantilização do campo, o CONFEF não poupou esforços de participar legalmente da formulação das Diretrizes Curriculares. Conforme mostrado na seção 3.5, em determinado momento histórico, o CONFEF agiu como interlocutor direto entre os cursos universitários e o Conselho Nacional de Educação, inclusive realizando fóruns regionais para formulação de uma proposta final, na época, ainda mais fortemente marcada por um caráter instrumental e que ressignificava o papel do professor próximo a de um gestor de atividades físicas, amparado pela pedagogia das competências e ao paradigma da “motricidade humana”. Cientes da relevância do currículo na difusão de uma visão de mundo na formação dos graduandos, que, por sua vez, poderiam ser multiplicadores de uma concepção de educação que se distancia integralmente da omnilateralidade.

Contudo, a pesquisa não deu conta de averiguar concretamente como a intervenção político-corporativa do CONFEF tem repercutido na formação humana dos estudantes e trabalhadores de Educação Física, o que sugere a necessidade do aprofundamento de estudos que verifiquem, no plano objetivo, se essas investidas ideológicas vem se traduzindo em uma prática pedagógica subsumida ao mercado, pela via da assimilação dessa compreensão mercantil para a Educação Física nos cursos de graduação ou se a formação de nível superior, especialmente as universidades públicas, estão se organizando para gerar focos de resistência com o objetivo de minimizar, reverter ou rejeitar esse tipo de formação profissional.

A influente atuação político-formativa da LEPEL-UFBA vai ao encontro de uma proposta construída a partir do desenvolvimento de pesquisas nas áreas de currículo e formação de professores, do envolvimento com a avaliação, produção e reestruturação do curso de Educação Física e promoção de eventos científicos. Outra iniciativa importante, embora mais recente, é o Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e Educação Física e Materialismo Histórico (GETEMHI-UFJF) que vem contribuindo para compreender o reordenamento do mundo do trabalho sobre as políticas de educação e os processos formativos gerados no cotidiano dos trabalhadores de Educação Física, situando seu foco nas manifestações da realidade de Juiz de Fora. A referência ao GETEMHI e a LEPEL se justifica

como indício de que há, na Educação Física, linhas de pensamento interessadas em construir perspectivas alinhadas com a educação omnilateral, através da reflexão crítica e superadora da sociedade capitalista. Entretanto, o estudo não tem alcance suficiente para mensurar a penetração dessas idéias no campo da EF. Espera-se que essa dúvida possa ser respondida por outros estudos qualificados.

Em tempos de refluxo dos partidos comunistas e dos sindicatos e movimentos classistas e, mais amplamente, das lutas que visam a revolução, as ideologias críticas, especialmente o marxismo e o anarquismo, sofrem flagrante desvantagem. Como negam por completo a forma sociometabólica de funcionamento social, são vistas (manifestados em seus militantes) como o grupo “do contra”, aqueles que assumem uma postura completamente negativa em relação às questões cruciais que sustentam o capital. Com isso, são relegados à margem e tachados de sectários ou extremistas. No entanto, àqueles que se colocam críticos/contrários ao sistema, cabe o papel de denunciar os fundamentos que sustentam a ordem do capital, em particular por meio do poder das ideologias dominantes que se capilarizam não apenas nos indivíduos isoladamente, mas também em organizações pretensamente críticas ao capitalismo.

Mészáros (2005) chamou de “curto-circuito”, o efeito causado pela participação do trabalho na luta antagônica capital-trabalho mediante a instrumentalidade restritiva do parlamentarismo burguês. Esta participação tem provocado o empobrecimento do movimento, visto que as limitações da estrutura política capitalista são internalizadas e provocam refluxo à radicalidade do movimento socialista, a partir do respeito às “regras do jogo”.

Quaisquer ganhos obtidos pelo trabalho que sejam compatíveis com a dinâmica de expansão e acumulação do capital são incapazes de alterar significativamente a estrutura social. E mais grave, os pequenos ganhos nos interstícios das lutas centrais, têm gerado uma constante postura defensiva e subordinada aos ditames alheios. Por isso, é preciso que as minguadas concessões feitas pelo capital sejam expostas pela sua funcionalidade à dinâmica do sistema e ainda arrefecem a força combativa dos sindicatos e partidos de esquerda (MÉSZÁROS, 2002).

Consideramos que a alternativa mais efetiva na busca da emancipação do trabalho ao domínio do capital é a superação da divisão social do trabalho, tal como existente no capitalismo, que separa a elaboração da execução, ou seja, o chamado trabalho intelectual e o trabalho manual. Entretanto, isto não se consegue realizar completamente na forma de um ato

ou rompante político, mas entendendo que a revolução é uma ação histórica. Por isso, Marx⁵⁸ (s/d) afirma que, mesmo quando os homens parecem mais dispostos e convictos a revolucionarem o estado de coisas que encontram, “os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada” (p.1).

O pensador húngaro István Mészáros conclui que o movimento socialista permanecerá imerso nas sombras caso se limite a levantar demandas pontuais, porque tais reivindicações devem provar sua viabilidade (especialmente, econômica) no interior dos limites e regulações do capital. A validade de reivindicações de objetivos parciais deve estar atrelada a sua capacidade de se converter em realizações cumulativas e duradouras para o empreendimento de transformação radical da sociedade (MÉSZÁROS, 2002).

Mészáros (2002) afirma que “As partes só fazem sentido se puderem ser relacionadas ao todo ao qual pertencem objetivamente” (p.943). Nesse sentido, é que reiteramos a movimentação que politize aquelas reivindicações, aparentemente, mais pueris.

O Movimento Nacional Contra a Regulamentação representa uma estratégia de luta contra a manifestação do capital sobre a Educação Física, o Sistema CONFEF/CREFs, a partir de uma tática centrada na regulamentação do trabalho, com o objetivo de serem revertidas em conquistas sociais e trabalhistas. Estas reivindicações se mostram extremamente relevantes nos tempos atuais, e ainda mais especialmente para os trabalhadores das práticas corporais e dos campos não-escolares, ainda mais desprotegidos do que aqueles estabelecidos no serviço público.

No âmbito da luta, o MNCR ainda se coloca como núcleo central que agrega professores e estudantes da área, além da eventual colaboração de trabalhadores de outras práticas corporais contrários à tese da regulamentação profissional, entendendo que esta carrega princípio corporativista e ainda fragmentário para a classe trabalhadora, o que exclui por completo qualquer disputa eleitoral em qualquer instância do Conselho. E a luta gira em torno da derrubada da lei de regulamentação da Educação Física e criação dos conselhos.

Identificar o Sistema CONFEF/CREFs como “estrutura avançada do capitalismo” (NOZAKI, 2004) ou como, no presente estudo, assumindo a forma de organizador da

⁵⁸ Marx, nas duas páginas iniciais do 18 Brumário, dedica-se a traçar a influência reacionária das gerações passadas sobre os atos revolucionários dos presentes. Seu objeto de análise é o período revolucionário francês entre 1848 e 1851, a partir da ascensão republicana de Luís Bonaparte até à sua queda por meio de um golpe de Estado. Cita-se o trecho “Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam defeitos na poeira dos tempos” (p.2).

mercantilização para a área, faz parte de um esforço desenvolvido pelos setores críticos que atuam na área objetivando sustentar a impossibilidade dessa estrutura burocrático-corporativa como possível representante da categoria profissional dos “Profissionais de Educação Física”. Na medida em que se reafirma de que independente do campo de atuação, trata-se de *professores* de Educação Física, busca-se demarcar uma posição política em contraponto à comodificação levada à cabo pelo Conselho, engendrada por uma ode do outrora professor, agora profissional liberal, que busca vender sua força de trabalho no *mercado* pelo maior preço possível. Reiterando o título de professor, pretende-se reforçar a característica docente, presente nas intervenções pedagógicas deste profissional.

Enfatiza-se a relevância estratégica da Educação Física na formação integral dos sujeitos, como foi sustentado no capítulo 2 em apoio à concepção marxista de educação. Partimos de um princípio determinante de que a prática do homem como atividade livre, universal e criativa, por meio da qual ele faz, produz e transforma seu mundo, humano e histórico e a si mesmo. Essa atividade objetiva gera necessidades, emoções e sentimentos, o que acaba por gerar um significativo acervo em torno dessas atividades. Contudo, sabido é que o homem não nasceu sabendo saltar, arremessar, correr, dançar etc. Essas atividades foram construídas e desenvolvidas em determinadas épocas históricas como respostas a determinadas necessidades humanas, ou seja, para entendê-las dentro do contexto social em que elas produziram, é necessário concebê-las como atividade material. Por isso, é, no mínimo, insuficiente explicar tais atividades como “ações motoras”. Essa forma idealista de abordar a Educação Física objetiva esconder as relações entre a produção de conhecimento e o processo produtivo e as finalidades do seu uso no âmbito escolar.

Apontar a Educação Física junto ao campo da Cultura Corporal como objeto de estudo, significa recolocá-la no âmbito espaço-temporal da sociedade de classes. À escola, inserida num projeto histórico superador, cabe a elaboração e socialização do conhecimento necessário à formação omnilateral. Capacidade de rendimento físico, desenvolvimento de capacidades motoras básicas e hábitos higiênicos são absolutamente dependentes das condições materiais de vida dos indivíduos e serão possíveis, somente, a partir de um projeto de construção coletiva da sociedade e que se concretiza pela ação decisiva do Estado no provimento das condições materiais. Um projeto que supere as relações sociais capitalistas é a única fonte geradora de uma nova teoria educacional e que proporcione a formulação de novos objetivos para o início de uma escola socialista.

REFERÊNCIAS

- ACAD. Para entender o Super Simples. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 24, jul/ago. 2004.
- _____. Continuamos na luta! **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-18, mar/abr. 2005.
- _____. Mais um passo em direção ao Simples. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 22, jan/fev. 2006.
- _____. Super Simples: academias incluídas, mas apenas uma batalha vencida. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 34, p. 4, nov/dez. 2006.
- _____. Vitória contra o ECAD. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 35, p. 12-14, jan/fev. 2007.
- _____. Prioridade para o esporte. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 11, jul/ago. 2004.
- _____. ACAD lança seus candidatos a vereador no Rio. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 21, p.8, set/out. 2004.
- _____. Saúde e bem-estar: diferenciais proporcionados por uma boa higienização. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 30, p. 18, mar/abr. 2006.
- ALVES, Giovanni, ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.87, p. 335-351, mai/2004.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 6ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDES. **Análise do projeto de lei nº 7200/2006: a educação superior em perigo!** Disponível em <http://www.andes.org.br>, acesso em 4 nov. 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª ed., São Paulo: Boitempo, 1999.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Boletim**, n. 16, 22 dez. 2006. Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br>, acesso em 24 fev. 2007.
- BAGRICHEVSKY, Marcos; ESTEVÃO, Adriana. “Os sentidos da saúde e a Educação Física: apontamentos preliminares”. In: **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro: Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan/jun. 2005.
- BANCO MUNDIAL. La Educación Superior en los países em desarrollo: peligros y promesas, 2000. Disponível em <http://www.worldbank.org>, acesso em 3 nov. 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n.3, p. 87-101, maio 2003.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**. 2ª ed, Ijuí: UNIJUÍ, 2003.

_____. **Educação Física e ciência: cenas de um casamento (in) feliz**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

BRASIL. Lei nº 10973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm, acesso em 7 jul. 2007.

_____. Lei nº 11096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm, acesso em 4 nov. 2007.

_____. Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm, acesso em 4 nov. 2007.

_____. Lei nº 11079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em http://www.adunesp.org.br/reformas/universitaria/Lei%2011079-04_30-12-04%20-%20PPP.htm, acesso em 4 nov. 2007.

_____. CNE/CES. Resolução nº 7, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

_____. Lei n. 9649/98, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/9649-98.htm>, acesso em 8 nov. 2007.

_____. Projeto de Lei 7370/2002. Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998. Disponível em <http://www.camara.gov.br>, acesso em 3 jan. 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: CLAD e FGV, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRUM, Edson. Em primeiro lugar, o colaborador. **ACAD**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 14, mai/jun. 2005.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. 2ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Do parecer à emenda do texto do substitutivo ao Projeto de Lei 7370/2002. Parecer normativo, 2004. Disponível em <http://www.camara.gov.br>, acesso em 21 fev. 2008.

CASTRO, Cláudio M., CARNOY, Martin. **Como anda a reforma da educação na América Latina?** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

CEEF-Br. Protesto contra o curso de Tecnólogo em Recreação que a UNESA irá oferecer. **Discóbulo**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, out. 2005.

_____. Estudantes de Educação Física mobilizados! **Discóbulo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, abr. 2006.

_____. IV Encontro do CREFinho. **Discóbulo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, nov. 2006.

_____. Educação Física agora tem carteirinha estudantil. **Discóbulo**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, abr. 2007.

CHAHAD, José Paulo Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, n. 17, p. 205-217, 2003.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001. p.130-155.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.24, n.82, p.93-130, abr/2003.

COBRASE. Selo PNAF. Disponível em <http://www.cobrase.com.br/SeloPNAF.html>, acesso em 3 set. 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CONFED. Resolução 046/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Disponível em <http://www.confef.org.br>, acesso em 13 maio 2007.

_____. Resolução 056/2003, de 18 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs. Disponível em <http://www.confef.org.br>, acesso em 20 fev. 2008.

_____. Resolução 090/2004, de 15 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF. Disponível em <http://www.confef.org.br>, acesso em 21 fev. 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE. 1, 2004, Brasília. **Resoluções...**: Disponível em http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/1_conferencia/default.jsp, acesso em 21 dez. 2007.

_____. 2, 2006, Brasília. **Resoluções...**: Disponível em http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp, acesso em 21 dez. 2007.

COSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes. 2ª ed, São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CREF-1. Resolução 045/2006. Disponível em http://www.cref1.org.br/1KZL0_rES045_2006.aspx, acesso em 20 fev. 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do ensino técnico: a crítica da crítica. In: ZIBAS, Dagmar et al. (orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**, Brasília: Plano, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.24, n.82, p.37-61, abr/2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DIAS, Marco Antônio R. Comercialização no ensino superior: é possível manter a idéia de bem público? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n.84, p. 817-838, set/2003.

DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FARIA JUNIOR, Alfredo G. Educação Física: globalização e profissionalização: uma crítica à perspectiva neoliberal. **Motrivivência**, Santa Catarina, v. 9, n.10, p.44-60, dez. 1997.

FRAGA, Alex. **Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa.** Campinas: Autores Associados, 2006.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**, 2^a ed, Petrópolis: Vozes, 1997.

FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA. PhD em fitness. **FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA**, São Paulo: Novo Meio, n.27, p.54-56, set/out. 2006.

_____. Consertar ou comprar outro? **FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA**. São Paulo: Novo Meio, n. 27, p. 64-65, set/out. 2006.

_____. Show de novidades. **FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA**. São Paulo: Novo Meio, n. 27, p. 16, set/out. 2006.

_____. Bally Total Fitness inaugura academia na Coréia do Sul. **FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA**. São Paulo, n. 27, p. 12, set/out. 2006.

_____. Megatlon Argentina pára de vender matrículas. **FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA**. São Paulo: Novo Meio, n. 29, p. 10, jan/fev. 2007.

_____. Fitness First alcança marca de 500 unidades no mundo. **FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA**. São Paulo: Novo Meio, n. 29, p. 13, jan/fev. 2007.

_____. Consertar ou comprar outro? **FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA**. São Paulo: Novo Meio, n. 27, p. 64-65, set/out. 2006.

FREITAS, Helena C.L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.24, n.85, p.1095-1124, dez/2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 7^a ed, São Paulo: Cortez, 2001.

FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FURTADO, Roberto. As academias de ginástica no contexto da acumulação flexível: o caso de uma academia de Goiânia. In: Congresso Goiano de Ciências do Esporte, 5., 2., 2006, Goiânia. O fenômeno esportivo no mundo globalizado. **Anais...** Goiânia: CBCE, FEF/UFG, ESEFEGO/UEG, 2006.

GALANTINI, Guillermo. NO a la Reglamentación ni a Colegiatura en Educación Física. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 9, n.65, out/2003. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd65/coleleg.htm> , acesso em 11 out. 2007.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. Educação Física e a liberalização da profissão. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, n. 86, jul/2005. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd86/ef.htm>, acesso em 4 mar. 2008.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MARQUES, Gabriel R. Ataques e Contra-Ataques: um histórico das batalhas jurídicas contra o Sistema CONFED/CREFs. In: Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança, 10., 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; PENNA, Adriana. A nova retórica confefiana. In: Encontro Regional de Educação Física Escolar, 2., 2006, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

_____. Pensando os (des) caminhos da política do Sistema CONFED/CREFs. In: Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 10., 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século, 5ª ed, Petrópolis: Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: David Miliband (org.). **Reinventando a esquerda**. São Paulo: UNESP, 1997.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. **Socialist Register 2004**: el nuevo desafío imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **A condição pós-moderna**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HAYEK, Friedrich. Os princípios de uma ordem social liberal. In: CRESPIGNY, Anthony de & CRONIN, Jeremy. **Ideologias políticas**, 2ª ed, Brasília: Editora UnB, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUENZER, Acácia. **Pedagogia da fábrica**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. **Revista Educação e Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 163-183, dez. 1999.

LEHER, Roberto; BARRETO, Raquel. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila (ORG.). **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, v.1, n.3, p. 19-30, 1999.

_____. Reforma universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. **Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2003, p. 15.

_____. Para silenciar os *campi*. **Revista Educação e Sociedade**, v.25, n.88, p. 867-891, Especial – Out/2004.

_____. *Fast delivery* diploma. **AdUFRJ**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2007, ano IX, n. 526, p. 6-7.

_____. Notas preliminares. **AdUFRJ**, Rio de Janeiro, 5 p. Trabalho não publicado.

LEITE, Márcia de Paula. Modernização tecnológica e relações de trabalho. In: FERRETTI, Celso (et al.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**, 9^a ed, Petrópolis: Vozes, 2003.

LENIN, Vladimir. **Que fazer?** Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/index.htm>, acesso em 3 nov. 2007.

_____. **Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/index.htm>, acesso em 3 nov. 2007.

LIMA, Kátia . Capitalismo dependente e reforma universitária consentida: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: Reunião Anual da ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em <<http://www.anped.org.br>>, acesso em 3 nov. 2007.

LIMA, Kátia . Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo. In: Reunião anual da ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais eletrônicos...** Poços de Caldas: ANPED, 2003. Disponível em <http://www.anped.org.br>, acesso em 3 nov. 2007.

LOWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **O pensamento de Che Guevara**. 5^a ed, São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MADRUGA, Djan. Há espaço pra tanta concorrência? **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 4, nov/dez. 2004.

_____. Um ano de realizações. **ACAD**. Rio de Janeiro, n.21, p. 4, set-out/2004.

_____. A banalização do setor de academias. **ACAD**. Rio de Janeiro, n. 24, p.2, mar/abr. 2005.

MANACORDA, Mario. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

MARINHO, Inezil P. Nova denominação para o professor de Educação Física. Educação Física: uma expressão inadequada. In: GOELLNER, Silvana V (org.). **Inezil Penna Marinho**: coletânea de textos. Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em 3 de nov. 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em 3 nov. 2007.

_____. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em 3 nov. 2007.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MELO, Fernando. Análise do Programa Segundo Tempo. In: Congresso Goiano de Ciências do Esporte, 5., 2., 2006, Goiânia. O fenômeno esportivo no mundo globalizado. **Anais...** Goiânia: CBCE, FEF/UFG, ESEFEGO/UEG, 2006.

MELO, Marcelo Paula. **Esporte e juventude pobre**: as políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. Neoliberalismo de terceira via e seu impacto nas políticas de esporte e lazer: um debate com a produção teórica. In: Mauricio Roberto da Silva. (Org.). **Esporte, Educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco**. Chapecó: Argos, p. 177-210, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Representações gráficas: dados e estatísticas do PROUNI. Disponível em http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/representacoes_graficas.shtm, acesso em 18 fev. 2008.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES. Diretrizes do Programa Segundo Tempo. Brasília: Ministério dos Esportes, 2005.

_____. Conselho de Educação Física reforça papel do Segundo Tempo. **Notícias**: 11/04/2006. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticia_detalhe.jsp?idnoticia=3487, acesso em 10 ago. 2006.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Informe estatístico**: setembro – 2006. Brasília, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

MORALES, Carlos A. Provisão de serviços sociais através de organizações públicas não-estatais: aspectos gerais. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos & CUNILL GRAU, Nuria (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: CLAD e FGV, 1999.

MORAES, Reginaldo C.C. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.309-333, maio/ago. 2004.

NASCIMENTO, Ian. **Sistema CONFEF/CREFs**: difusão da empregabilidade e adequação dos profissionais de Educação Física ao precário mundo do trabalho. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NASCIMENTO, Juarez. **Formação profissional em Educação Física**: contexto de desenvolvimento curricular. Montes Claros: Unimontes, 2002.

NOVAES, Jefferson C. **Estética**: o corpo na academia. Rio de Janeiro: Shape, 2001.

NOZAKI, Hajime. **Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho**: Mediações da regulamentação da profissão. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____. Mundo do trabalho, formação profissional e conselhos profissionais. In: Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho. **Grupo de Trabalho Temático / CBCE – Formação Profissional e Campo de Trabalho**. Vitória, 2005.

OLIVEIRA, Amauri A.B. Mercado de trabalho em Educação Física e formação profissional: breves reflexões. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v.8, n.4, p.45-50, set. 2000.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1127-1144, set-dez/2004.

PALMA, Alexandre; NOGUEIRA, Leandro. Reflexões acerca das políticas de promoção de atividade física e saúde: uma questão histórica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n.3, p. 103-119, 2003.

PALMA, Alexandre. Atividade física, processo saúde-doença e condições sócio-econômicas: uma revisão de literatura. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 14, n.1, p. 97-106, jan/jun. 2000.

PENNA, Adriana. **Sistema CONFEF/CREFs**: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. 4^a ed, São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RAMOS, Marise. **Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2^a ed, São Paulo: Cortez, 2002.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos.** São Paulo: Makron Books, 1995.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 1161/2003. Dispõe sobre o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministram atividades físico-desportivas-recreativas e dá outras providências. Disponível em <http://www.alerj.rj.gov.br>, acesso em 20 jan. 2008.

RODRIGUES, José. Da Teoria do Capital Humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n.2, ago/dez 1997.

ROSEGUINI, Guilherme. “Esporte gera dinheiro, mas não ganha atenção”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de nov. 2006. Esportes.

RUMMERT, Sônia Maria. Aspirações, interesses e identidades dos trabalhadores: elementos essenciais à construção da hegemonia. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, mar/2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso em 25 jul. 2005.

SADI, Renato. **Educação Física, trabalho e profissão.** Campinas: Komedi, 2005.

SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** 4^a ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SARTORI, Sérgio K. Regulamentação da profissão e perspectivas profissionais da Educação Física no Brasil. Disponível em <http://mncref.vilabol.uol.com.br/a05.htm>, acesso em 3 mar. 2006.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Revista Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n.34, p. 152-180, jan/abr. 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica.** Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José C., SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos.** Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João R. **Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudança na produção**. São Paulo: Estudos CDAPH, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Revista Educação e Sociedade**, v. 27, n.96, p. 1021-1056, out. 2006.

SILVA, Maria A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.61, p.283-301, dez/2003.

SIQUEIRA, Ângela. Organismos internacionais: educação em uma política de integração soberana? In: FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO, Porto Alegre, 2001.

TAFFAREL, Celi; ESCOBAR, Michele. **A cultura corporal**. Disponível em <http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital>, acesso em 3 fev. 2008.

TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. Diretrizes curriculares: propostas superadoras para a formação humana. In: In: Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho. **Grupo de Trabalho Temático / CBCE – Formação Profissional e Campo de Trabalho**. Vitória, 2005.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 109-136.

TUBINO, Manoel; MAYNARDI, Kênia. **Esporte e cultura de paz**. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

UNESCO. Programa do Século XXI pela Paz e Justiça. 1999. Disponível em http://www.comitepaz.org.br/haia_1.htm, acesso em 19 jan. 2008.

_____. Manifesto 2000: Por uma cultura de paz e da não-violência. Disponível em www.uel.br/prograd/trote/Manifesto%20UNESCO%202000.pdf, acesso em 19 jan. 2008.

_____. Abrindo espaços: educação e cultura para a paz. UNESCO, Brasília, 2001.

VILAÇA, Murilo. **Capital social, esporte e juventude: possíveis relações teórico-práticas para as sociedades de controle**. Rio de Janeiro, 33p. Trabalho não publicado.

ANEXO I

**LISTAGEM DAS MATÉRIAS DA REVISTA E.F. E DA REVISTA CREF1
REFERENCIADAS**

Matérias analisadas da Revista E.F.

Edição 1

CONFEF. Capoeira. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.1, dez/2001. Disponível em <<http://www.confef.org.br/RevistasWeb/n1/CAPOEIRA.pdf>>, acesso em 3 de novembro de 2007.

_____. Lars Grael. **Revista E.F.** Entrevista. Rio de Janeiro, n.1, p. 22-26, dez. 2001.

_____. A Regulamentação e as academias. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.1, p. 17-20, dez/2001.

Edição 2

_____. Educação Física Escolar: nossa conquista passo a passo. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 2, p. 17-20, mar. 2002.

Edição 3

_____. Artes Marciais. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.3, p.3-9, jun. 2002.

TOJAL, João Batista A. G. O código de ética do Profissional de Educação Física. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.3, p. 20-23, jun. 2002.

Edição 5

CONFEF. Educação Física Escolar. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 5, p. 4-12, dez. 2002.

Edição 6

_____. Responsabilidade ética. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.6, p. 4-10, mar. 2003.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.6, p.1, mar. 2003.

Edição 7

CONFEF. Confederação Brasileira de Voleibol. **Revista E.F.** Parceria. Rio de Janeiro, n. 7, p. 14-17, mar. 2003.

Edição 9

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-2, out. 2003.

Edição 10

CONFEEF. Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 10, p. 16-20, dez. 2003.

_____. SOS Saúde: em defesa do SUS. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 10, p. 25, dez. 2003.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 10, p. 1, dez. 2003.

Edição 11

MADRUGA, Djan. **Revista E.F.** Entrevista. Rio de Janeiro, n. 11, p. 14-17, mar. 2004.

CONFEEF. Consórcio apresenta o maior panorama sobre o setor de atividade física no país. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 11, p. 19-21, mar. 2004.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 11, p.1, mar. 2004.

Edição 12

CONFEEF. Conferência Nacional de Esportes. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.12, p. 23-25, maio 2004.

_____. Uma autoridade quando o assunto é ginástica. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.12, p. 31-32, maio 2004.

_____. Deputado Federal, Graduado em Educação Física, é nomeado membro da Comissão de Turismo e Desporto. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 12, maio 2004.

_____. Educação Física e Responsabilidade Social. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 12, p. 20-22, maio 2004.

TOJAL, João Batista A.G. Diretrizes Curriculares: um pouco de história. **Revista E.F.** Ponto de Vista. Rio de Janeiro, n. 12, p. 16-18, maio 2004.

Edição 13

CONFEEF. Confederação Brasileira de Voleibol exige registro no Sistema dos orientadores do Projeto Viva Vôlei. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 13, p. 12-13, ago. 2004.

_____. 1ª Conferência Nacional do Esporte pede criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 13, p. 19, ago. 2004.

_____. Educação Física e Responsabilidade Social. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 13, p. 27, ago. 2004.

_____. Ginástica Laboral. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 13, p. 4-11, ago. 2004.

Edição 14

_____. Atlas do Esporte no Brasil. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 14, p. 28-29, dez. 2004.

_____. Globo Repórter adverte sobre os perigos do exercício físico sem orientação. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.14, p. 22-23, dez. 2004.

_____. 2005, ano da Educação Física e do esporte. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 14, p. 10-11, dez. 2004.

Edição 15

_____. Personal Training. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.15, p. 4-8, mar. 2005.

_____. Formação Superior em Educação Física. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.15, p. 22-24, mar. 2005.

_____. Lançamento do Atlas do Esporte no Brasil. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 15, p. 30-31, mar. 2005.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 15, p.1, mar. 2005.

Edição 16

CONFED. Fórum Nacional de Prevenção Integrada da Área da Saúde. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 30-31, jun. 2005.

_____. Educação Física no Conselho Estadual de Saúde de SC. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 9, jun. 2005.

_____. Atlas do Esporte. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 18-19, jun. 2005.

BERTEVELLO, Gilberto. Reconhecimento das academias na área da Saúde. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 23-24, jun. 2005.

Edição 17

CONFED. Um futuro promissor. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 17, set. 2005. Disponível em http://www.confed.org.br/RevistasWeb/n17/07_UM_FUTURO_PROMISSOR.pdf, acesso em 3 nov. 2007.

_____. Fórum Nacional de Prevenção Integrada da Área da Saúde. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 17, p. 28-29, set. 2005.

_____. Atividade física nos cartões telefônicos. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 17, p. 31, set. 2005.

_____. Brasileira é a melhor Personal Trainer do mundo. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.17, p. 23, set. 2005.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 17, p.1, set. 2005.

Edição 18

CONFED. O que é CREFininho? **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-29, nov. 2005.

_____. Ginástica Laboral: definindo os campos de atuação. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 18, p. 20-27, nov. 2005.

Edição 19

_____. Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.19, p. 23, mar. 2006.

_____. Agnelo Queiroz. **Revista E.F.** Entrevista. Rio de Janeiro, n. 19, p. 24-25, mar. 2006.

_____. Campanha “Doe Sangue: exercite sua cidadania” é um sucesso! **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 14-16, mar. 2006.

_____. 2005: ano de realizações para os CREFs. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 4-13, mar. 2006.

STEINHILBER, Jorge. Licenciatura ou Bacharelado? **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 19-20, mar. 2006.

_____. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 1, mar. 2006.

Edição 20

CONFED. Goiás em defesa da Educação Física Escolar. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 20, p. 21, jul. 2006.

_____. Rede Globo valoriza a formação superior em Educação Física. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 20, p. 31, jul. 2006.

_____. Profissional de Educação Física ganha reconhecimento internacional. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 20, p. 24-25, jul. 2006.

_____. Vitórias judiciais. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 20, p. 4-7, jul. 2006.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 20, p. 1, jul. 2006.

Edição 21

CONFED. Educação Física é o nosso partido. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 21, p. 24-25, set. 2006.

_____. 1º de setembro: uma data para celebrar a saúde e o bem-estar. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 21, p. 4-14, set. 2006.

_____. Discóbulo de Ouro 2006. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 21, p. 18-21, set. 2006.

Edição 22

_____. Educação Física e a Mídia. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 22, p. 11-19, dez. 2006.

_____. Trabalho recompensado. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n.22, p. 4-10, dez. 2006.

Edição 23

_____. Pé na Jaca: academia reconhece erro. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 23, p. 28, mar. 2007.

_____. CREF2 na prevenção do câncer de pele. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 23, p. 28, mar. 2007.

_____. Sociedade beneficiada por sentença judicial. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-17, mar. 2007.

_____. Ginástica Laboral: intervenção exclusiva do Profissional de Educação Física. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 23, p. 12-14, mar. 2007.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 24, p. 1, mar. 2007.

Edição 24

CONFED. CONFED é convidado pelo Ministério do Esporte para buscar o Fogo Pan-Americano na Cidade do México. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 24, p. 8-9, jun. 2007.

_____. Carta da Educação Física Escolar. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 24, p. 33, jun. 2007.

STEINHILBER, Jorge. Palavra do Presidente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 24, p.1, jun. 2007.

Edição 25

CONFEEF. 1º de setembro. Reconhecimento: nosso maior presente. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 25, p. 4-11, set. 2007.

_____. Sistema GLOBO: valorização do Profissional de Educação Física é destaque na programação. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 25, p. 12-13, set. 2007.

Matérias analisadas da Revista CREF1

Edição 3

CREF1. Academias não devem pagar taxa ao ECAD. **CREF1.** Rio de Janeiro, n. 3, p. 6, 1º bim. 2001.

Edição 4

PARENTE, Luísa. ECAD: cobrança indevida. **CREF1.** Rio de Janeiro, n. 4, p. 11, 2º bim. 2001.

Edição 5

CREF1. ECAD tenta intimidar CREF1. **CREF1.** Rio de Janeiro, n. 5, p. 6, 3º bim. 2001.

Edição 6

_____. Academias do Rio de Janeiro não pagam a taxa do ECAD. **CREF1.** Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, jul-set. 2001.

Edição 7

CREF1. Ações na Justiça tentam parar o CREF1. **CREF1.** Rio de Janeiro, n. 7, p. 11, 1º sem. 2002.

_____. Academias não devem pagar taxa ao ECAD. **CREF1.** Rio de Janeiro, n. 7, p. 9, 1º sem. 2002.

Edição 8

CREF1. Conselhinho: o CREF1 nas Faculdades de Educação Física. **CREF1**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 7, 1º sem. 2003.

Edição 14

_____. Governo federal tenta “capacitar” pessoas para substituir Profissional de Educação Física. **CREF1**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 10, 1º sem. 2006.

Edição 15

_____. Deputada Georgette Vidor, massacrada na ALERJ por defender a Educação Física. **CREF1**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 5, 2º sem. 2006.

ANEXO II

TABELAS DE ORIENTAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO

DO CAPÍTULO 4

TABELA 1 – “ASSUNTO”

ASSUNTO	CAPA	MATÉRIA	ENTREVISTAS	OPINIÃO
Práticas corporais	1, 2, 3, 11	6, 13, 14 ² , 15, 16		7
Ativ. Físicas	4, 8, 12, 13, 15, 18, 23, 24	10, 15, 18, 19 ² , 20 ³ , 22, 24 ⁴ , 25	3, 4 ² , 6, 12, 15, 22, 24	15, 16, 19, 25
Escola	5	20, 21 ² , 24, 25	6	17
Pol. Públicas/Legislação		6, 10, 12, 13, 14 ² , 16 ² , 17, 18, 19 ² , 20 ² , 24, 25	1, 10, 12, 19	16
Formação profissional		3, 8, 12, 15, 23 ²		8, 12, 19
Sistema	6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 25	1 ² , 2 ³ , 3 ³ , 4 ³ , 5 ² , 7 ³ , 8, 9(esp *), 10 ³ , 11 ³ , 12 ³ , 13 ⁷ , 14 ⁵ , 15 ⁴ , 16 ⁵ , 17 ³ , 18 ² , 20 ⁵ , 21 ³ , 22 ⁵ , 23 ³ , 24 ³ , 25	2, 5, 11, 12, 13, 15, 18 ²	3, 11, 14

* A edição número 9 foi uma revista especial, dedicada apenas aos cinco anos da existência do Sistema CONFEF/CREFs.

TABELA 2 – “PERSONAGENS”

PERSONAGENS	CAPA	MATÉRIAS	ENTREVISTAS	OPINIÃO
Edição 1 dez/01	6 práticas corporais	Outro Conselho Sistema Ass. Empresarial	Político	
Edição 2 mar/02	2 práticas corporais	Outro Conselho	Prof. Univ. Pública	
Edição 3 jun/02	9 práticas corporais	Outro Conselho	Prof. EF	Sistema
Edição 4 set/02	Sistema Esportes Prof. Univ. EUA	Outro Conselho 2 esportes		
Edição 5 dez/02		Outro Conselho Esporte	Prof. Univ. Pública	
Edição 6 mar/03	3 Sistema Prof. Univ. pública Dirigente federação	Sistema Outro Conselho CONFEEF	Prof. EF político	
Edição 7 jun/03	2 juristas Esporte Outro conselho Prática corporal Sistema 2 prof. Univ. privada	Conselho Esporte		
Edição 8 ago/03	Associação Deficientes	Univ. Privada Esporte		Sistema
Edição 9 out/03	4 políticos 8 esportes Sistema Empresário			
Edição 10 dez/03		6 políticos 3 esporte político		
Edição 11 mar/04	Prof. EF	2 Sistema	Empresário	Sistema
Edição 12 mai/04	6 esporte	Sistema	Político Esporte	Sistema
Edição 13 ago/04	2 prof. EF	Esporte Sistema		
Edição 14 dez/04		4 Sistema 3 políticos		Sistema
Edição 15 mar/05	4 prof. EF Sistema	Práticas corporais 2 Sistema	Sistema Prof. EF	Sistema
Edição 16 jun/05	2 Sistema Político	Prof. Univ. pública 5 Sistema Outro Conselho 2 empresários		Sistema
Edição 17 set/05		Prof. Univ. privada 2 Sistema		
Edição 18 nov/05	Sistema 2 esporte 2 político	Prof. EF Prof. Univ. privada 2 Sistema	Sistema (CREFinho)	
Edição 19 mar/06				Sistema Político
Edição 20 jul/06		3 esporte Prof. EF	Político	
Edição 21 set/06		2 Sistema Político	Prof. Univ. privada	
Edição 22 dez/06		3 prof. EF 5 Sistema	Esporte	
Edição 23 mar/07	2 esporte Político	2 prof. EF Sistema		
Edição 24 jun/07	3 prof. EF 2 Fisioterapeutas	Sistema 2 rep. Empresários Prof. EF	Esporte 2 políticos	
Edição 25 Set/07		4 Sistema		Prof. EF

TABELA 3 - “PALAVRA DO PRESIDENTE”

EDIÇÃO	MÊS/ANO	ASSUNTO GERAL	QUESTÕES ESPECÍFICAS
1	Dez/01	Apresentação revista	
2	Mar/02		
3	Jun/02		
4	Set/02		
5	Dez/02	Balanço crescimento Sistema	CONFEF como marco da EF
6	Mar/03	Ética	Prof. EF responsável por valores. Crítica aos setores das práticas corporais.
7	Jun/03	Eleições nos CREFs	Provisionados
8	Ago/03	5 anos do Sistema	Agentes da transformação social
9	Out/03	Balanço de 5 anos do Sistema	
10	Dez/03	Perfil/imagem do Prof. EF	Prestação serviço. Empreendedorismo. Terceirização
11	Mar/04	Balanço de atuação do Sistema	EF Escolar, área saúde, cultura corporal, Diretrizes, Eleições Sistema
12	Mai/04	Atletas e ex-atletas como profissionais de EF	Regulamentação estimulou atletas a se graduarem
13	Ago/04	Representação no Sistema	
14	Dez/04	Eleições no Sistema	Renovação nos quadros do Sistema
15	Mar/05	Ano da EF e do Esporte	Sociedade com estilo de vida ativo. Prof. EF diferencial na prática de AF
16	Jun/05	Maturidade do Sistema	Representatividade, participação conselheiros, legitimidade
17	Set/05	Dia do Prof. EF	EF Escolar, formação prof., eventos apoio Min. Esporte e Saúde
18	Nov/05	Esporte de aventura	
19	Mar/06	Esporte redentor	Importância do Prof. na promoção saúde e do esporte.
20	Jul/06	Chamado à participação no Conselho	Dever cívico de participar. Agente transformador no esporte é o Profissional
21	Set/06	Dia do Profissional	Lei 11342, comemorações, atuação
22	Dez/06		
23	Mar/07	Profissional EF diferencial sucesso de atletas	

24	Jun/07	Esporte, Pan-Americano	Objetivos formação, inclusão e promoção saúde só com Profissional EF
25	Set/07	10o ano do CONFEF	Crescimento do Sistema, credibilidade do Profissional

TABELA 4 – “LÉXICO NEOLIBERAL”

EDIÇÃO	QUANTIDADE	EXPRESSÃO DESTACADA	LOCALIZAÇÃO
Ed 1	Capoeira	cultura da paz	capa
	Academia	empregabilidade	matéria
Ed 2			
Ed 3	código ética	prestador serviço	matéria
Ed 4	musculação	empregabilidade	capa
Ed 5			
Ed 6	ética	prestador serviço	capa
	Entrevista Agnelo	inclusão social	entrevista
Ed 7			
Ed 8	estágio	empregabilidade	matéria
Ed 9			
Ed 10	Frente parlamentar	suprapartidarismo	matéria
Ed 11	união ACAD e CONFEF	função mercantil AF	entrevista
Ed 12	O título	responsabilidade social	matéria
	Conferência Esporte	inclusão social	matéria
Ed 13	ginástica laboral	empregabilidade/função mercantil Ginástica Laboral	capa
	projeto social	responsabilidade social	matéria
	projeto social	responsabilidade social	matéria
Ed 14	2005 - ano do esporte e EF	cultura da paz	capa
	EF de qualidade	prestador serviço	opinião
	AF e bem-estar	função mercantil AF	matéria
Ed 15	personal trainer	empregabilidade/empreended orismo/gestão carreira	capa
	entrevista personal	empregabilidade/empreended orismo/gestão carreira	entrevista
	artigo personal	prestação serviço	opinião
Ed 16	obesidade	função mercantil AF	matéria
	AF idosos	estilo de vida	opinião
	plano saúde	estilo de vida	
	ACAD e CONFEF por academias	função mercantil AF	
Ed 17	Dia do Prof.	empregabilidade/função mercantil AF	capa
	perfil profissional	empregabilidade	matéria
	Fórum prevenção saúde	função mercantil e cultura da paz	matéria

Ed 18	Ginástica laboral	função mercantil AF	matéria
	doe sangue	responsabilidade social	matéria
Ed 19	doe sangue	responsabilidade social	matéria
	II Conferência Esporte	função mercantil AF	matéria
	livro esporte	cultura da paz	matéria
Ed 20	Álvaro Romano	empregabilidade	matéria
Ed 21	SESI	estilo de vida	matéria
	eleições	suprapartidarismo	matéria
Ed 22	EF e a mídia	"marca EF", cultura da paz, inclusão social, responsabilidade social	matéria
	Robson Caetano	inclusão social, função mercantil AF	entrevista
	ginástica laboral	função mercantil AF	matéria
Ed 23	Pan	cultura da paz, inclusão social	capa
	ginástica laboral	função mercantil AF	matéria
	especialização	empregabilidade	matéria
	FIEP	empregabilidade	matéria
Ed 24	ginástica laboral	função mercantil AF	capa
	ginástica laboral	função mercantil AF	capa
	Carta da EF Escolar	cultura da paz, estilo de vida	matéria
Ed 25	Globo	função mercantil AF	matéria
	boxe	esforço pessoal	matéria
	Ginástica Laboral	empregabilidade	opinião
	handebol	responsabilidade social	matéria